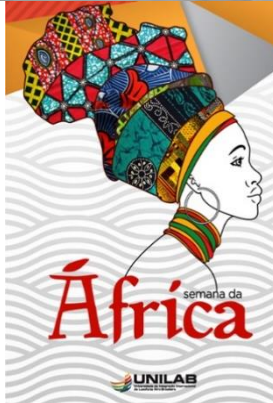


Fundação Oswaldo Cruz  
*Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)*  
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 09/2023  
23 de maio a 5 de junho



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 08 de junho de 2023**



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz  
Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



## SUMÁRIO

---

- 04 Apresentação - *Paulo M. Buss e Pedro Burger (com Erica Kastrup)*
- 10 Reunião com presidentes de países da América do Sul - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva
- 17 Dia da África - Discurso do presidente da República

### **Sistema Nações Unidas**

- 21 A Assembleia Mundial da Saúde: arena de impulsionamento da saúde global - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*
- 29 A ambivalência do Governo Lula em relação à proteção ambiental - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*
- 39 SOS-ODS: Secretário geral das Nações Unidas recomenda plano de resgate - *Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa*
- 43 111ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT) busca soluções para os grandes desafios econômicos, sociais e ambientais que impactam a vida, o trabalho e a saúde dos trabalhadores - *René Mendes*
- 54 Migrações, Refúgio e Saúde Global - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*
- 58 Relatório de Estatísticas de Saúde Mundial: os ODS e a situação de mulheres e crianças - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*
- 68 Entre copos meio cheios e meio vazios: cultivar alimentos e não tabaco e outras sinergias na transformação dos sistemas alimentares para a garantia da segurança alimentar e nutricional - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*
- 76 O Acesso Público à Informação: Um Pilar para o Desenvolvimento Sustentável - *Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard*
- 79 Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia - *Isis Pillar Cazumbá*
- 82 Segurança Alimentar e Reforma da OMC - *Claudia Chamas*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

- 85 “Queremos comida, não tabaco”. Mais um exemplo de crises interligadas - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Maria Christina Silva Carneiro Nobre, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

- 104 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 120 G20, G7 e OCDE: Onde Política Internacional e Saúde Global se misturam - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

- 131 Reunião dos MS dos BRICS às margens da 76ª Assembleia Mundial de Saúde, a reunião entre os MS do Brasil e da Índia e a ICR acolhe a Argentina no mecanismo - *Claudia Hoirisch*
- 134 América Latina: entre a crescente presença chinesa e a retomada da integração sul-americana - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*
- 143 OMS cooptada pelo CDC África - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 159 Na corda bamba de sombrinha: as presidências rotativas da UE e o Acordo UE-Mercosul - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 163 O planeta está severamente doente, mas isso não importa. O escorpião está seguindo sua natureza - *Lúcia Marques*

Autores deste Caderno - 169

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 172

\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 173

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 09/2023 – 23 de maio a 5 de junho

#### Apresentação

A reunião de presidentes da América do Sul, por convite do presidente Lula, em Brasília, dia 30 de maio, foi realizada para retomar as cooperações política, econômica, social, ambiental e sanitária entre os doze países que compõem a região. Lula disse que é urgente voltar a olhar coletivamente para a região tendo em vista a paz, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos sul-americanos. Estiveram presentes os presidentes da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Suriname, Uruguai, Venezuela – e representante do governo do Peru.

Lula sugeriu a instituição de um foro para discussão e orientação dos países para fortalecimento da integração, além da criação de um Grupo de Alto Nível, a ser integrado por representantes pessoais de cada Presidente, para dar seguimento ao trabalho de reflexão proposto no encontro desta terça. O grupo especial teria 120 dias para apresentar as bases da integração regional.

A área da saúde saiu substancialmente reforçada, com a proposta de reativar o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde que, segundo Lula, permitirá adotar medidas para ampliar a cobertura vacinal, fortalecer o complexo industrial da saúde e expandir o atendimento a populações carentes e povos indígenas. A conferir a materialização desta proposta, que certamente contará com todo o apoio da comunidade da diplomacia da saúde sul-americana. A transcrição do discurso do presidente Lula se encontra neste Caderno.

Fazemos também a transcrição do discurso completo de Lula por ocasião da celebração do Dia da África, com os Chefes de Missão do Grupo Africano, realizada no dia 25 de maio último.

Lula afirma que a África é uma das regiões que mais cresce no mundo e que sua relevância no comércio global é cada vez mais expressiva. A Zona de Livre Comércio Continental Africana, que entrou em vigor em 2021, é a maior do mundo, abrangendo 1,3 bilhão de pessoas e com um PIB combinado de 3,4 trilhões de dólares. Já o comércio bilateral do Brasil com a África foi, em 2022, um terço menor que o valor de 2013, quando o fluxo chegou a quase 30 bilhões de dólares.

Para o presidente, cuidar de florestas tropicais, preservar a biodiversidade e combater processos de desertificação estão entre as responsabilidades compartilhadas entre Brasil e África. Ademais, nas discussões sobre saúde global, a meta comum é ampliar o acesso a vacinas e a medicamentos, para o quê o complexo industrial da saúde brasileiro pode gerar amplas oportunidades de colaboração. Insiste também em que há muito a aprender com as estratégias sanitárias africanas, dado que o continente apresentou o menor número de mortes por Covid-19, para o que foi essencial a experiência de outras epidemias, além da existência de mecanismos regionais de coordenação. Outro desafio histórico comum entre as partes será recolocar o combate à fome no centro da agenda internacional.

A 76ª **Assembleia Mundial da Saúde (AMS)** aconteceu em Genebra, na Suíça, de 21 a 30 de maio de 2023. O tema da Assembleia da Saúde deste ano foi '*OMS aos 75: Salvando vidas, impulsionando a saúde para todos*'. Tendo abordado uma vasta gama de questões, incluindo

ciências comportamentais; melhores práticas com relação a doenças não transmissíveis; diagnósticos; saúde indígena; prevenção e controle de infecções; saúde materno-infantil; oxigênio medicinal; atenção primária à saúde; saúde de refugiados e migrantes; reabilitação; medicina tradicional e o trabalho da OMS em responder a dezenas de emergências. A AMS foi cenário de reflexão do contexto geopolítico no qual está inserida.

**Kastrup e Sousa**, que em geral escrevem sobre o **PNUD**, neste número, comentam o Relatório de Progresso na implementação da Agenda 2030 que será examinado pelo *High Level Political Forum* na reunião do **Conselho Econômico e Social das Nações Unidas** no mês que vem. O documento indica que a meio caminho do fim do prazo estipulado para a transformação global rumo ao desenvolvimento sustentável as notícias não são animadoras. OS ODS estão em retrocesso e, na opinião dos autores, para que se corrija o rumo é necessário ir além da retórica.

**Mendes** prossegue com notícias e informações a respeito da 111ª Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, em Genebra, que foi aberta em 5 de junho, e se estende até 16 de junho. Foram listados os grandes 'temas oficiais' pautados, dentre os quais, elegeram-se o tema "*Alcançar uma transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos*", que se tornou uma das bandeiras da OIT, alinhada com outras agências das Nações Unidas. É justificado pelo crescente reconhecimento dos impactos sociais e de emprego das políticas climáticas e ambientais e das transformações econômicas que elas acarretam. Baseia-se também no fato de que garantir uma 'transição justa' é cada vez mais reconhecido, não apenas como um imperativo moral, mas como uma condição necessária, dado a escala e a magnitude das mudanças necessárias.

Neste Informe, o **Grupo de Trabalho de Migração Refúgio e Saúde Global** relata as consequências para as migrações do México para os Estados Unidos da América (EUA), após a instituição de medidas restritivas à entrada de estrangeiros em território americano, devido à pandemia da Covid-19. Pela vizinhança com os EUA e a América Central, o México tornou-se destino de quem busca refúgio. Durante a 76ª Assembleia Mundial de Saúde, foi estendido até 2030 o *Plano de Ação Global para a promoção da saúde de refugiados e migrantes*. Os autores bordam também dados das migrações brasileiras no mês de abril.

Desde a virada do século, o mundo fez progressos substanciais na melhoria da saúde de mães e crianças. Entre 2000 e 2020 a taxa de mortalidade materna global diminuiu de 339 para 223 mortes por 100 mil nascidos vivos, enquanto a taxa global de mortalidade em menores de cinco anos caiu pela metade (de 76 para 38 óbitos por 1.000 nascidos vivos). No entanto, desde o início da era dos ODS em 2015, houve uma desaceleração pronunciada na queda dessas taxas. Estas e outras análises foram discutidas pelo *Relatório de Estatísticas de Saúde Mundial*, lançado pela OMS e apresentadas pelo grupo de **Saúde das Mulheres, Crianças e Adolescentes**. O informe também apresenta o guia de implementação de estratégias para prevenção da natimortalidade, publicado por uma parceria da UNFPA, UNICEF, USAID, International Stillbirth Alliance e London School of Hygiene and Tropical Medicine.

O grupo de **Segurança Alimentar e Nutricional**, parte da proposta da OMS de substituir o plantio de tabaco pelo de alimentos, mostrando o múltiplos benefícios econômicos, ambientais, à saúde e à segurança alimentar e nutricional para idealizar as transformações nos sistemas alimentares globais se a proposta fosse estendida à abordagem dos produtos ultraprocessados e sua relação com o cultivo de *commodities* agrícolas, como forma de garantir mudanças sistêmicas que produzam a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade e a saúde.

No seu trabalho sobre **instituições financeiras internacionais**, **Cazumbá** informa que o **BID e o Banco Mundial** lideraram reunião para tratar de mudanças climáticas no Fórum Internacional de Transporte, e que o **FMI** adere ao Pacto Global de Coordenação Antiterrorista das Nações Unidas.

Durante o evento virtual Diálogos Comerciais sobre Alimentos, Ngozi Okonjo-Iweala, Diretora Geral da **Organização Mundial do Comércio**, manifestou preocupação sobre a questão da segurança alimentar e enfatizou que o sistema de comércio multilateral precisa ser aberto, previsível e justo. Segundo **Chamas**, a Declaração Conjunta do Cabo da Boa Esperança, assinada pelos ministros das Relações Exteriores dos países do BRICS incluiu a temática da OMC, com destaque para a reforma da Organização e a revitalização do mecanismo de solução de controvérsias.

**Gaspar, Sanglard e Rodrigues** abordam o acesso público à informação e seu papel no desenvolvimento sustentável. A **UNESCO** é responsável por monitorar e relatar os países que adotam e implementam acesso público a informação. As existências de instituições de supervisão contribuem para melhores resultados nessa área. Alguns países já adotaram essas garantias, enquanto outros estão em processo de implementação. O ODS 16, relacionado ao acesso à informação, é abordado em relatórios de diversos países, destacando a importância de leis nesse sentido para promover transparência, *accountability*, combate à corrupção e redução das desigualdades.

Entre as 35 organizações da **sociedade civil (OSC)** monitoradas pelo grupo de trabalho sobre o tema nestes Cadernos nesta quinzena, 28 organizações de interesse público ou privado fizeram manifestações dignas de nota. Os temas de mais frequentes foram o Dia Mundial Sem Tabaco, as diversas atividades relacionadas à 76ª Assembleia Mundial da Saúde e o fortalecimento dos sistemas de saúde, além dos temas sempre presentes da crise climática e da insegurança alimentar.

Na passagem do Dia Mundial Sem Tabaco, as OSC de interesse público refletiram sobre o cultivo extensivo de tabaco em detrimento da segurança alimentar e defenderam a transição para o cultivo de alimentos. Registre-se que não houve manifestações das organizações privadas sobre essa importante questão.

Muitas OSC tiveram participações significativas na 76ª Assembleia Mundial da Saúde na qual levantaram preocupações em relação ao acesso desigual a tecnologias de saúde e a necessidade de um compromisso efetivo, para além da retórica, para garantir a saúde como um bem comum global.

A insegurança alimentar também foi destacada, reportando-se o número recorde de 349 milhões de pessoas em 79 países, incluindo mais de 30 países africanos em situação de insegurança alimentar aguda. Denunciou-se que essa crise não é recente nem apenas consequência da guerra da Ucrânia, mas tem como grandes responsáveis as corporações agroindustriais.

Foram ainda ressaltados os impactos das mudanças climáticas na migração, na saúde mental e nas doenças infecciosas, sendo reconhecida a sabedoria indígena e sua conexão com a natureza e a saúde.

As **OSC privadas**, por sua vez, divulgaram iniciativas relacionadas a soluções energéticas e ao desenvolvimento de estratégias de preparação e resposta à crise climática. Além disso,

enfatazaram a importância de parcerias colaborativas entre governos, pesquisadores e comunidades locais para melhor compreender os impactos do clima na saúde e desenvolver estratégias de adaptação e mitigação. Por fim vale registrar que as organizações da sociedade civil mantiveram seu papel ativo e relevante em todas as questões globais que incidem na saúde.

Finalmente, a tão esperada 21ª reunião de alto-nível para a **Cooperação Sul-Sul** foi realizada em New York entre 31 de maio e 2 de junho. Com o tema central voltado para a recuperação do Covid-19 e a implementação da Agenda 2030, os participantes se comprometeram em colaborar e apoiar os países em desenvolvimento na implementação de suas agendas para o desenvolvimento sustentável e o **UNOSSC** estará concentrado em atender as aspirações dos Estados Membros no apoio à Cooperação Sul-Sul e Triangular. De acordo com a Diretora do UNOSSC, considerando que o multilateralismo vem crescendo, deve-se aproveitar esta oportunidade para construir redes; apoiar a formulação de políticas, facilitar a troca de conhecimentos e apoiar projetos para defender o papel catalisador da Cooperação Sul-Sul e Triangular. O relatório final deverá ser divulgado na próxima reunião da AGNU.

**Ungerer** trabalha ainda o **G-77 e a China**, que insiste na necessidade de refletir sobre a reforma da arquitetura financeira internacional já que durante décadas, o Sul Global esteve sub-representado no processo de tomada de decisões econômicas e está, cada vez mais, impactado pelos desequilíbrios do sistema financeiro atual. Existe uma oportunidade, de renovar o compromisso de financiar o desenvolvimento e materializar o espírito da Agenda 2030, se houver espírito de solidariedade. Em reunião de ministros de Relações Exteriores, amigos dos BRICS, Cuba destacou importância e o peso crescente dos BRICS no sistema internacional e das oportunidades que existem entre os dois grupos para enfrentar o desequilíbrio e o colonialismo moderno. O **Centro Sul** destacou uma pesquisa sobre a distribuição global desigual de vacinas contra o vírus do Covid-19 e a falta de acesso a vacinas no continente africano, assim como a vulnerabilidade que esta situação coloca nas nações africanas e na saúde de suas populações.

O grupo liderado por **Burger e Esteves** informam que a quinzena no G20 foi marcada por uma miscelânea de assuntos que englobam aspectos do setor do turismo, meio ambiente, saúde, desastres e outros. Para além dos eventos oficiais e desdobramentos do Brasil para assumir a presidência do bloco no fim do ano, destacamos duas publicações do **T20**, um dos grupos oficiais de engajamento do G20, que abordam temas pertinentes e transversais ao setor da saúde global.

**No G7**, os autores destacam os desdobramentos do desencontro entre Ucrânia e Brasil, fazem Mapeamento do termo 'saúde' e correlatos no *Communiqué*, e chamam a atenção que em discurso no G7 o DG da OMS defendeu o esforço comum para um planeta resiliente e sustentável.

Na **OCDE**, o destaque se divide entre a divulgação de estatísticas e monitoramentos econômicos já tradicionais do grupo, o lançamento de plataforma em conjunto com outras organizações internacionais e a publicação de estudos sobre empréstimos soberanos e poluição plástica mundial. Em relação ao Brasil, a organização divulgou uma nova norma para dados de comércio e uma versão em português de um estudo passado.

Segundo **Hoirisch**, na 76ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), a MS Nísia Trindade Lima afirmou ser preciso fortalecer os sistemas de vigilância em saúde e os sistemas de saúde e que, para tanto, é imprescindível mais inovação, transferência de tecnologia, financiamento, e o fortalecimento da produção local de medicamentos e outras tecnologias de saúde. Às margens da 76ª AMS, os MS dos BRICS realizaram uma reunião, que proporcionou uma oportunidade



para refletirem sobre áreas de cooperação e prioridades. Nesse encontro, a MS brasileira disse que o momento de reconstrução pós-pandemia de Covid-19 abre uma nova era de cooperação visando a sistemas de saúde mais fortes, cobertura universal e ao atendimento de demandas internacionais em insumos de saúde. O MS indiano Dr. Mandaviya destacou a necessidade de maior colaboração no desenvolvimento de vacinas, terapias e diagnósticos. Sugeriu que o Centro BRICS de P&D de Vacinas pode desempenhar um papel vital na P&D e no fornecimento de acesso equitativo a vacinas; além disso, propôs a presidência rotativa dos comitês diretores e científicos do Centro para garantir que todos os países BRICS fossem beneficiados e sugeriu expandir a colaboração dentro da Rede de Pesquisa em TB do BRICS. No que se refere ao conflito na Ucrânia, todos os líderes do BRICS têm estado na linha de frente para buscar uma resolução pacífica ao conflito; na próxima Cúpula discutirão formas de avançar em um processo de paz como um coletivo. A Iniciativa Cinturão e Rota acolhe mais um país. China e a Argentina assinaram um plano de cooperação para promover conjuntamente a construção do Cinturão e Rota (ICR), movimento que aprofundará a cooperação nas áreas de infraestrutura, energia, economia e comércio, finanças e intercâmbios interpessoais e culturais e melhorará a conectividade regional. O Plano terá significado exemplar para alguns dos principais países latino-americanos que ainda não assinaram um MdE sobre a ICR com a China: Brasil, Colômbia e México.

**Tobar, Minayo e Brito** trazem como destaque uma análise sobre a crescente presença da China na **América Latina**, em paralelo a um possível ímpeto de integração regional, notadamente expresso no Consenso de Brasília. Informam também sobre importantes acontecimentos como a Primeira Reunião da Conferência Regional para a Cooperação Sul-Sul da CEPAL; a apresentação do Quinto relatório ICEX Global LATAM 2022 pela SEGIB; a oficina nacional em Belize sobre emergências e respostas rápida realizada pela SE-COMISCA; algumas ações da OTCA em aldeias indígenas brasileiras e uma oficina na Argentina sobre diretrizes estratégicas para a gestão do risco de desastres que será realizada pela SELA e o Mercosul. Ademais, observam a crise no sistema de saúde privada no Chile e a aproximação da China com o Panamá, um dos seus principais aliados na América Latina. Em Porto Alegre, a Rede Sul de pesquisa em saúde da Fiocruz realizou o *Simpósio sobre Saúde Única na Fronteira Sul* reunindo Rio Grande do Sul, Uruguai e as províncias de Misiones e Corrientes.

Uma reunião de alto nível, reunindo a **África Central e Oriental**, deliberou sobre o enfrentamento das *Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN)*, com base em documentos orientadores como o Quadro Continental e a Posição Africana Comum. A **União Africana** e a **Comissão Económica das Nações Unidas para África** lançaram projeto conjunto sob o epíteto de Migração internacional em África - moldando uma narrativa positiva e removendo barreiras. Os 60 anos da União Africana, completados a 25 de maio, foram comemorados em dois espaços simbólicos, o da União Europeia e o da sua sede em Adis Abeba. À margem da 73ª Assembleia Mundial de Saúde, o **CDC África** reuniu Ministros da Saúde e atores globais para refletir sobre a importância dos Agentes Comunitários de Saúde e, num outro momento, com a OMS/AFRO e a OMS/EMRO, anunciar o lançamento de *um Plano de Ação Conjunto de Preparação e Resposta a Emergências* para aumentar esforços de preparação e resposta a emergências em toda a África e para que surtos de doenças durante crises humanitárias e não só, sejam gerenciados com eficiência. A SADC e a ONU discutem áreas de colaboração e os preparativos para a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral em Ruanda, em 2024. A SADC procura aumentar a conscientização sobre a prevenção da Violência Baseada no Gênero na região. A EAC lança o Scorecard/Balanco dose Resultados de saúde reprodutiva,



materna, neonatal, infantil e adolescente. Estes temas de África são abordados por nossos analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

Nesta semana, em Maputo, reúne-se a Rede de Institutos Nacionais de Saúde da CPLP, secretariada pela Fiocruz, em torno do tema segurança alimentar e nutricional. No fascículo 10, teremos informações sobre as conclusões e compromissos a que chegaram.

**Freire**, no seu artigo sobre **Europa**, informa que o *Acordo UE-Mercosul* está ameaçado por dois acontecimentos desta quinzena: a fragilização da agenda ambiental e a negativa brasileira ao Acordo de Compras Governamentais da OMC. Ambos são temas importantes para a consecução do Acordo e mandam claros recados à UE. O bloco, se prepara com preocupação para suas próximas presidências rotativas: Espanha, Bélgica e Hungria. A extrema-direita segue crescendo na Europa, dessa vez em eleições municipais e regionais na Espanha. Do outro lado da balança, poloneses cansados do governo ultraconservador, saem às ruas para protestar em defesa da democracia e da liberdade. O Dia da Higiene Menstrual é objeto de comunicado de imprensa da **OMS Europa**, alertando que a má higiene menstrual pode levar a infecções do trato urinário ou reprodutivo e afetar o bem-estar dos alunos.

Uma pesquisa publicada na [Nature](#) mostra que ultrapassamos sete dos oito limites de segurança estabelecidos cientificamente e entramos na “zona de perigo”, incluindo clima, ecossistemas e água doce, o que impacta diretamente o bem-estar humano - o fluxo de água é um dos oito indicadores de saúde global utilizados na análise. Mesmo que os dados científicos e relatórios publicados por pesquisadores, comissões multidisciplinares de organismos internacionais e organizações da sociedade civil não fossem suficientes para convencer governos, os eventos climáticos extremos que assolam o planeta seriam indicadores de que algo saiu do controle. Mas a urgência não está em salvar o planeta e nem a humanidade. Segundo **Marques**, como na fábula, o escorpião está seguindo sua natureza. A **Ásia** sufoca em plásticos, mas não abre mão da produção; os **países do Golfo** produtores de petróleo precisam do plástico para dar uso ao ouro negro, que não é mais bem-vindo ao mundo da energia verde; não bastasse uma guerra na Europa – e outras que afetam milhares de pessoas em outros lugares – EUA e seus aliados aumentam investimentos em armamentos e se movimentam para militarizar o Indo Pacífico. No Tabuleiro da Geopolítica, **Coreia do Sul** surpreende com uma nova diplomacia para o Indo Pacífico, que prevê mais cooperação, por meio dos projetos de Resiliência, Reforço e Revitalização com as Ilhas do Pacífico, buscando aumentar seu envolvimento com os países insulares.

No aguardo pelos desdobramentos das decisões da Assembleia Mundial da Saúde e das propostas de reconstrução da UNSAUL encerramos este informe quinzenal do CRIS. Quando retornarmos, com o fascículo 10, o Brasil estará assumindo a PPT do Mercosul e preparando-se para assumir, em julho, o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tentará o Brasil promover alguma alteração no quadro do conflito da Ucrânia? Também estará em franco processo de preparação a Cúpula da Amazônia (5-7 de agosto, em Belém), temas sobre os quais traremos notícias aos nossos queridos leitores.

Boa leitura!

**Rio de Janeiro, Mangueiras, 06 de junho de 2023**

**Paulo M. Buss e Pedro Burger**  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**

## **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com presidentes de países da América do Sul**

*Discurso lido<sup>1</sup> pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura de reunião com presidentes de países da América do Sul, realizada no Palácio do Itamaraty, em 30 de maio de 2023*



É com grande alegria que recebo meus amigos presidentes sul-americanos.

Agradeço muito que tenham atendido a este chamado e o esforço que fizeram para estar aqui.

O que nos reúne hoje em Brasília é o sentimento de urgência de voltar a olhar coletivamente para a nossa região.

É a determinação de redefinir uma visão comum e relançar ações concretas para o desenvolvimento sustentável, a paz e o bem-estar de nossas populações.

No Brasil, a integração é resultado da redemocratização. A Constituição de 1988 estipula em seu parágrafo 4, inciso único:

"A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Entendemos que a integração sul-americana é essencial para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe.

Uma América do Sul forte, confiante e politicamente organizada amplia as possibilidades de afirmar, no plano internacional, uma verdadeira identidade latino-americana e caribenha.

O final do século XX viu surgir uma série de iniciativas voltadas a articular ações em âmbito sub-regional.

A Comunidade Andina de Nações, o Tratado de Cooperação Amazônica e o MERCOSUL ilustram esse regionalismo de abrangência e propósitos diversos.

Registro, em especial, a atuação dos presidentes Sarney e Alfonsín que entenderam a importância da integração para a consolidação das nossas democracias.

Foi só no limiar do século XXI que decidimos unir toda a região sul-americana.

Apesar de dividirmos o mesmo continente, foi necessário esperar quase 200 anos de vida política independente até abandonarmos a indiferença e o isolamento recíprocos.

---

<sup>1</sup> Publicado em 30/05/2023. Acesso: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-reuniao-com-presidentes-de-paises-da-america-do-sul>

Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso convocou, no ano 2000, a primeira Cúpula de Presidentes, as distintas posições políticas e ideológicas daquele momento não impediram que nossos países encampassem a ideia de futuro compartilhado e de construção de confiança mútua.

Iniciamos, ali, um longo percurso, lançado com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, ou simplesmente IIRSA, e a convergência entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Chile, Guiana e Suriname também se engajaram nesse esforço.

Novo e decisivo impulso foi dado com a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), resultado da reunião de líderes em Cusco, Peru, em 2004.

Seguiram-se várias reuniões anuais de chefes de Estado, que teve, entre outros marcos, as de Brasília (2005) e Cochabamba (2006).

Mas a CASA era apenas um foro, sem estrutura permanente. Após nova Cúpula, em Isla Marguerita, na Venezuela, decidimos finalmente criar uma organização dotada de personalidade jurídica, sede e secretariado próprios.

Em 23 de maio de 2008, quando constituímos a UNASUL (há exatos 15 anos), aqui nesse mesmo Palácio do Itamaraty, avançamos na institucionalização da nossa relação com instâncias como a Cúpula de Presidentes, o Conselho de Chanceleres, o Parlamento Sul-americano e 12 conselhos setoriais para enfrentar nossos desafios.

Por mais de dez anos, a UNASUL permitiu que nos conhecêssemos melhor. Consolidamos nossos laços por meio de amplo diálogo político que acomodava diferenças e permitia identificar denominadores comuns. Implementamos iniciativas de cooperação em áreas como saúde, infraestrutura e defesa.

Essa integração também contribuiu para ganhos comerciais importantes. Formamos uma robusta área de livre-comércio, cujas cifras alcançaram valor recorde de 124 bilhões de dólares em 2011.

O perfil do nosso intercâmbio é mais diversificado se comparado ao nosso comércio extrarregional. Inclui produtos e serviços de maior valor agregado e intensivos em tecnologia.

Também conjugamos crescimento econômico com distribuição de renda. Reduzimos nossas históricas desigualdades e logramos avanços palpáveis no combate à pobreza. Segundo a FAO, a América do Sul reduziu, em duas décadas, de 15% para 5% de sua população vitimada pela fome.

A UNASUL foi efetiva como foro de solução de controvérsias entre países da região, notadamente na crise entre Colômbia e Equador e no conflito separatista boliviano.

Obtivemos resultados expressivos na redução do desmatamento e dos ilícitos transnacionais.

Estimulamos o diálogo e a cooperação para fazer chegar a milhões de sul-americanos, de forma efetiva, os benefícios da cidadania.

As reuniões de cúpula com os países árabes e com os países africanos ajudaram a definir um perfil de relacionamento externo da América do Sul.

Foram feitos formidáveis para uma região herdeira do colonialismo e marcada por graves formas de violência, discriminação de gênero e racismo.

Não resolvemos todos os nossos problemas, mas nos dispusemos a enfrentá-los, em vez de ignorá-los. E decidimos fazer isso cooperando entre nós.

Nossa América do Sul deixou de ser apenas uma referência geográfica e se tornou uma realidade política.

Infelizmente esses avanços foram interrompidos nos últimos anos.

No Brasil, um governo negacionista atentou contra os direitos da sua própria população, rompeu com os princípios que regem a nossa política externa e fechou nossas portas a parceiros históricos.

Nosso país optou pelo isolamento do mundo e do seu entorno.

Essa postura foi decisiva para o descolamento do país dos grandes temas que marcaram o cotidiano dos nossos vizinhos.

Na região, deixamos que as ideologias nos dividissem e interrompessem o esforço da integração. Abandonamos canais de diálogo e mecanismos de cooperação e, com isso, todos perdemos.

Senhoras e senhores,

Tenho a firme convicção de que precisamos reavivar nosso compromisso com a integração sul-americana.

Quando assumi a Presidência, em primeiro de janeiro deste ano, a América do Sul voltou ao centro da atuação diplomática brasileira.

Por essa razão convidei a todos para a reunião de hoje, que será seguida, em agosto, da Cúpula dos Países Amazônicos.

Os elementos que nos unem estão acima de divergências de ordem ideológica.

Da Patagônia e do Atacama à Amazônia, do Cerrado e dos Andes ao Caribe, somos um vasto continente banhados por dois oceanos.

Somos uma entidade humana, histórica, cultural, econômica e comercial, com necessidades e esperanças comuns.

As recentes eleições na Colômbia, Chile, Bolívia, Brasil e Paraguai demonstraram o vigor da democracia em nossa região, em escrutínios marcados pela expressiva participação popular e ampla liberdade de expressão.

A integração da América do Sul depende desse sentimento de pertencer a uma mesma comunidade.

Temos uma história de resistência, forjada nas lutas de independência e no combate às ditaduras.

Compartilhamos uma cultura vibrante e expressões artísticas que vão da música à literatura.

Até no futebol, esporte que aprendemos a amar ainda crianças, é possível ver o recuo das rivalidades. Vivenciamos algo impensável no ano passado: brasileiros torcendo para a Argentina na final do Mundial do Catar.

A candidatura conjunta de Uruguai, Paraguai, Chile e Argentina para sediar a Copa do Mundo de 2030 talvez seja a expressão mais acabada dessa identidade sul-americana em construção, e de nossa capacidade de cooperar para além do campo de futebol e de nossas próprias fronteiras.

Caros presidentes,

Se hoje damos os primeiros passos para retomar o diálogo enquanto região, o contexto que enfrentamos é ainda mais desafiador do que foi no passado.

Os foros de governança globais enfrentam severas dificuldades em oferecer respostas justas e eficazes aos problemas da atualidade.

Nossos países foram alguns dos mais afetados pela pandemia de Covid-19. As mortes, o sofrimento humano e o custo econômico deixaram marcas profundas. A crise sanitária escancarou antigas desigualdades e gerou novas injustiças.

As evidências científicas confirmam que o ritmo atual de emissões nos levará a uma crise climática sem precedentes e o planeta todo já sente seus impactos.

A falta de ação coletiva afeta nossa capacidade de conter o aumento da temperatura global.

Sabemos que o que ocorre na Amazônia tem efeito sobre a Bacia do Prata.

Com o esvaziamento da Organização Mundial do Comércio, o multilateralismo retrocede e crescem as posturas protecionistas nos países ricos, limitando nossas opções.

Todos sofremos as consequências da guerra. O conflito na Ucrânia desestabilizou o mercado de energia e de fertilizantes e provocou a volatilidade dos preços dos alimentos, deteriorando nossas condições de vida.

Quando as cadeias de suprimento globais foram afetadas por esse conjunto de fatores, nossas carências em infraestrutura e nossas vulnerabilidades externas foram expostas.

A região parou de crescer, o desemprego aumentou e a inflação subiu. Alguns dos principais avanços sociais logrados na década passada foram perdidos em pouco tempo.

No Brasil e em outros países, recentes ataques a instituições democráticas, inclusive às sedes dos poderes constitucionais, nos ofereceram uma trágica síntese da violência de grupos extremistas, que se valem de plataformas digitais para promover campanhas de desinformação e discursos de ódio.

Face a tantas mudanças e desafios, que papel queremos para a América do Sul?

Nenhum país poderá enfrentar isoladamente as ameaças sistêmicas da atualidade. É apenas atuando unidos que conseguiremos superá-las.

Nossa região possui trunfos sólidos para fazer face a esse mundo em transição.

O PIB somado de nossos países neste ano deverá chegar a 4 trilhões de dólares. Juntos somos a quinta economia global.

Com uma população de quase 450 milhões de habitantes, constituímos importante mercado de consumo.

Possuímos o maior e mais variado potencial energético do mundo, se levarmos em conta as reservas de petróleo e gás, hidroeletricidade, biocombustíveis, energia nuclear, eólica e solar e o hidrogênio verde.

Somos grandes e diversificados provedores de alimentos.

Contamos com mais de um 1/3 das reservas de água doce do mundo e uma biodiversidade riquíssima, pouco conhecida.

Em nosso solo se encontra rico e variado conjunto de minérios, incluídos aqueles que, como o nióbio, lítio e cobalto, são essenciais para projetos industriais de última geração.

Somos uma região de paz, sem armas de destruição em massa, e na qual os litígios são resolvidos pela via diplomática.

Nos próximos anos, vamos sediar eventos dos principais foros de governança global, como a reunião do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, no Peru, a Cúpula do G20, a reunião dos BRICS e a COP 30, do clima, no Brasil.

Precisamos chegar a esses espaços unidos, como interlocutores confiáveis e buscados por todos.

Caros amigos e amigas,

Entre as muitas coisas que aprendi na política é que o mandato presidencial é muito mais curto do que aparenta. Não temos tempo a perder.

A América do Sul tem diante de si, mais uma vez, a oportunidade de trilhar o caminho da união.

E não é preciso recomeçar do zero.

A UNASUL é um patrimônio coletivo. Lembremos que ela está em vigor. Sete países ainda são membros plenos. É importante retomar seu processo de construção.

Mas ao fazê-lo, é essencial avaliar criticamente o que não funcionou e levar em conta essas lições.

Precisamos de mecanismos de coordenação flexíveis, que confirmem agilidade e eficácia na execução de iniciativas.

Nossas decisões só terão legitimidade se tomadas e implementadas democraticamente.

Mas a regra do consenso poderia estar restrita a temas substantivos, evitando que impasses nas esferas administrativas paralise nossas atividades.

Seria um erro restringir as atividades às esferas de governo. Envolver a sociedade civil, sindicatos, empresários, acadêmicos e parlamentares dará consistência ao nosso esforço.

Ou os processos são construídos de baixo para cima ou não são viáveis e estarão fadados ao fracasso.

Nesse sentido, e sem prejuízo de outras propostas que discutiremos ao longo do dia de hoje, sugiro à consideração de vocês as seguintes iniciativas:

- colocar a poupança regional a serviço do desenvolvimento econômico e social, mobilizando os bancos de desenvolvimento como a CAF, o Fonplata, o Banco do Sul e o BNDES;
- aprofundar nossa identidade sul-americana também na área monetária, mediante mecanismo de compensação mais eficientes e a criação de uma unidade de referência comum para o comércio, reduzindo a dependência de moedas extrarregionais;
- implementar iniciativas de convergência regulatória, facilitando trâmites e desburocratizando procedimentos de exportação e importação de bens;
- ampliar os mecanismos de cooperação de última geração, que envolva serviços, investimentos, comércio eletrônico e política de concorrência;
- atualizar a carteira de projetos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), reforçando a multimodalidade e priorizando os de alto impacto para a integração física e digital, especialmente nas regiões de fronteira;
- desenvolver ações coordenadas para o enfrentamento da mudança do clima;
- reativar o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, que nos permitirá adotar medidas para ampliar a cobertura vacinal, fortalecer nosso complexo industrial da saúde e expandir o atendimento a populações carentes e povos indígenas;

- lançar a discussão sobre a constituição de um mercado sul-americano de energia, que assegure o suprimento, a eficiência do uso de nossos recursos, a estabilidade jurídica, preços justos e a sustentabilidade social e ambiental;
- criar programa de mobilidade regional para estudantes, pesquisadores e professores no ensino superior, algo que foi tão importante na consolidação da União Europeia; e
- retomar a cooperação na área de defesa com vistas a dotar a região de maior capacidade de formação e treinamento, intercâmbio de experiências e conhecimentos em matéria de indústria miliar, de doutrina e políticas de defesa.

Por fim, não temos ideias pré-concebidas sobre o desenho institucional futuro que poderíamos adotar.

Queremos dialogar e conhecer a opinião de todos.

Estou, no entanto, pessoalmente convencido da necessidade de um foro que nos permita discutir com fluidez e regularidade e orientar a atuação de nossos países para o fortalecimento da integração em várias de suas dimensões.

Julgo essencial a criação de um Grupo de Alto Nível, a ser integrado por representantes pessoais de cada Presidente, para dar seguimento ao trabalho de reflexão. Com base no que decidamos hoje, esse Grupo terá 120 dias para apresentar um mapa do caminho para a integração da América do Sul.



Senhoras e senhores,

Enquanto estivermos desunidos, não faremos da América do Sul um continente desenvolvido em todo o seu potencial.

A integração deve ser objetivo permanente de todos nós. Precisamos deixar raízes fortes para as próximas gerações.

Permitir que as divergências se imponham teria um custo elevado, além de desperdiçar o muito que já construímos conjuntamente.



Quero encerrar fazendo menção a dois companheiros que trabalharam de forma incansável pela nossa região.

Aprendemos com o querido Marco Aurélio Garcia, intelectual e dirigente do Partido dos Trabalhadores, falecido em 2017, que:

"A política não é destino, mas construção humana sobre condições históricas dadas. A integração será feita no respeito à diferença, porque não há mais espaço para a homogeneidade da submissão".

E, concluo parafraseando o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que foi secretário-geral do Itamaraty: precisamos nos recusar a passar mais quinhentos anos na periferia.

As condições humanas e materiais para o nosso desenvolvimento soberano estão em nossas mãos.

Muito obrigado.

## Discurso do presidente da República em razão do Dia da África

*Íntegra do discurso<sup>2</sup> lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em cerimônia voltada para celebrar o Dia da África, em 25 de maio de 2023*



É um prazer participar da celebração do Dia da África com os Chefes de Missão do Grupo Africano.

Este ano, as comemorações contaram com debates em que acadêmicos, organizações da sociedade civil, empresários e funcionários de governo refletiram sobre o estado e as perspectivas das relações entre o Brasil e a África.

Sou um entusiasta da relação do Brasil com a África. Fui um assíduo visitante do continente. Como presidente, lá estive doze vezes e visitei vinte e três países.

O mundo de hoje, contudo, não é mais o mesmo de há treze anos, quando concluí meu segundo mandato.

A África não é mais a mesma. Seu dinamismo exige do Brasil que atualize sua política para o continente.

Seria insuficiente simplesmente repetir receitas do passado.

A África é uma das regiões que mais cresce no mundo. Sua relevância no comércio global é expressiva. A Zona de Livre Comércio Continental Africana, que entrou em vigor em 2021, é a maior do mundo. Abrange 1,3 bilhão de pessoas e tem PIB combinado de 3,4 trilhões de dólares.

Nosso comércio bilateral com a África foi, em 2022, um terço menor que o valor de 2013, quando o fluxo chegou a quase 30 bilhões de dólares.

A África é a região do mundo que menos emite gases do efeito estufa. Nem por isso deixa de enfrentar as consequências mais perversas do aquecimento global, como secas, inundações, incêndios e ciclones.

Compartilhamos a responsabilidade de cuidar de florestas tropicais e preservar a biodiversidade. Temos em comum a preocupação de combater processos de desertificação.

---

<sup>2</sup> Publicado em 25/05/2023. Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discorso-do-presidente-da-republica-em-razao-do-dia-da-africa>

A África está no coração das transições energética e digital. Assim como a América do Sul, o continente africano possui importantes reservas de minerais críticos, como lítio e cobalto, que desempenharão papel estratégico.

Vários países africanos possuem planos abrangentes de renovação de suas matrizes energéticas e forte interesse em bioenergia. Países como África do Sul, Marrocos e Quênia estão empenhados em descarbonizar suas economias.

A cobertura de Internet abrange a maior parte da população africana e se multiplicam centros de inovação digital e empresas de serviços tecnológicos financeiros.

São campos abertos para parcerias com países como Ruanda e Nigéria.

Nas discussões sobre saúde global, nossa meta comum é ampliar o acesso a vacinas e a medicamentos. O fortalecimento do complexo industrial da saúde brasileiro pode gerar amplas oportunidades de colaboração.

Há muito a aprender com as estratégias sanitárias africanas. O continente apresentou o menor número de mortes por COVID-19. Foi essencial a experiência de outras epidemias, além da existência de mecanismos regionais de coordenação.

Outros desafios históricos continuam relevantes. Voltaremos a trabalhar juntos para recolocar o combate à fome no centro da agenda internacional.

O Brasil tem condições de voltar a ser o grande parceiro dos países africanos em seu desenvolvimento agrícola.

Por isso, vamos organizar, ainda este ano, nova reunião que trará ao nosso país os ministros da agricultura da África.

Senhoras e senhores,

O relançamento da relação com a África é também um reencontro do Brasil consigo mesmo. Reafirmamos nosso profundo orgulho do papel central do continente na identidade nacional.

Reconhecer o valor de nossas raízes africanas passa por celebrar a contribuição da África em nossa cultura, seja em políticas nacionais, seja em ações de difusão da cultura brasileira no exterior.

Passa, também, por renovar nossos laços por meio da educação, formando uma nova geração de jovens africanos no Brasil.

A história nos legou uma língua que compartilhamos com 60 milhões de africanos e que hoje nos congrega na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Mas nossa história também registra um passado de violência que jamais poderá ser esquecido.

Podemos honrar nossa herança africana fazendo da promoção da igualdade racial um eixo contínuo ligando políticas nacionais à atuação internacional do país.

Não toleraremos racismo nem contra brasileiros, nem contra africanos no Brasil. Por isso repudiamos com veemência os ataques racistas que o jogador Vinicius Jr, e tantos outros atletas, vêm sofrendo reiteradamente.

Vamos reassumir o protagonismo em iniciativas internacionais em favor de populações afrodescendentes. O ano de 2024 marca o fim da Década Internacional de Afrodescendentes

convocada pela ONU. Sua implementação, no Brasil, foi comprometida pelo descaso das autoridades. Vamos propor a prorrogação da iniciativa na próxima Assembleia Geral.

Esse reencontro do Brasil com a África também se dá nos principais temas e foros da atualidade.

Não nos interessa ter o desenvolvimento sustentável esvaziado por disputas geopolíticas que nos são alheias. Não podemos deixar que nos dividam.

Nossa maior força é falar com uma única voz. Mesmo que haja diferenças, nossos interesses comuns como países em desenvolvimento são maiores.

A União Africana é fonte de inspiração para a América do Sul na construção de uma unidade que respeite a diversidade de seus membros.

Vejo com satisfação a retomada da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul com a recente Cúpula em Cabo Verde. A exitosa experiência das duas Cúpulas América do Sul-África também merece ser reeditada.

A nova geração de lideranças sul-americanas é sensível a esse intercâmbio.

Nossas regiões têm forte interesse na reforma da governança global. As instituições atuais refletem um mundo de oito décadas atrás.

O Conselho de Segurança da ONU tem perdido legitimidade. É preocupante que ele se pronuncie cada vez mais sobre assuntos que dizem respeito a todos, como clima e saúde, sem que grande parte do mundo em esteja devidamente representada na sua composição.

O Brasil tem lutado para que países em desenvolvimento tenham assento permanente no órgão. Isso inclui, naturalmente, países africanos.

A busca pela paz não pode ser prerrogativa de países desenvolvidos. Existem exemplos de mediação bem-sucedidos na África e na América Latina. Há espaço, nas diversas regiões do mundo, para iniciativas que complementem os esforços da ONU.

Algo semelhante ocorre com as instituições financeiras internacionais, que não têm atendido às necessidades dos países em desenvolvimento.

Muitos ainda se veem pressionados por condicionalidades e asfixiados por dívidas impagáveis.

Queremos que o Banco dos BRICS se consolide como alternativa de financiamento e vamos fortalecer nosso engajamento com o Banco Africano de Desenvolvimento.

A partir de dezembro, o Brasil ocupará a presidência do G20. Já contamos com a participação da África do Sul, mas a representatividade do grupo pode ser ampliada com o ingresso da União Africana e de outros países do continente. Esse foi o compromisso que assumi com o presidente Comores, que lidera este ano a organização, na recente reunião que mantivemos em Hiroshima.

Como anfitriões da COP 30 do Clima, em 2025, trabalharemos juntos para assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos países desenvolvidos em matéria de financiamento e transferência de tecnologia. O imperativo de proteger as duas maiores florestas tropicais do mundo, a Amazônica e a do Congo, nos torna protagonistas na agenda climática.

Senhoras e senhores,

Nossa relação com a África é uma política de Estado que perpassa o conjunto da sociedade brasileira.

Será conduzida como prioridade pelas distintas pastas do governo, com o engajamento ativo da academia, dos meios de comunicação e da sociedade civil.

Precisamos ir além do que fizemos e ampliar nossa presença na África de forma duradoura. Isso significa abrir embaixadas e centros culturais e expandir escritórios locais de instituições brasileiras como a Embrapa, a APEX, o SENAI e a Fiocruz.

Significa, também, apoiar a internacionalização de empresas brasileiras, de forma a responder ao chamado africano por investimentos e gerar conhecimento, emprego e renda.

A maior presença de embaixadas africanas no Brasil é igualmente bem-vinda.

Convido a todos a brindarem comigo pelo reencontro do Brasil com a África, que esteve conosco no passado, está no presente e estará no futuro.

Muito obrigado.

## **A Assembleia Mundial da Saúde: arena de impulsionamento da saúde global**

***Paula Reges  
Luana Bermudez  
Luiz Augusto Galvão***

### **A 76ª Assembleia Mundial da Saúde**

#### **Resolução Saúde das populações indígenas**

Em uma decisão histórica na 76ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA76), foi aprovada uma resolução destinada a abordar os desafios de saúde enfrentados pelos povos indígenas em todo o mundo. A partir da aprovação da resolução, o Diretor-Geral da OMS foi orientado a desenvolver um plano de ação global abrangente dedicado a melhorar seus resultados de saúde até 2026.

Os povos indígenas, abrangendo uma rica trama de diversos grupos populacionais e comunidades em todo o mundo, há muito tempo sofrem disparidades significativas na saúde em comparação com populações não indígenas. Enfrentam taxas de expectativa de vida mais baixas e uma maior prevalência de várias doenças e condições adversas de saúde, incluindo diabetes, mortalidade materna e infantil, desnutrição, doenças cardiovasculares, HIV/aids, além do maior impacto com a mudanças climáticas e destruição ambiental.

A resolução da WHA conclama os países e outros atores a garantir a “participação plena, efetiva e igualitária dos Povos Indígenas” no desenvolvimento de estratégias e planos de ação relativos às suas comunidades. Os mesmos princípios se aplicam ao desenvolvimento da OMS de um Plano de Ação Global para a Saúde dos Povos Indígenas. Deve incluir consultas com Estados Membros, Povos Indígenas, relevantes agências das Nações Unidas e instituições do sistema multilateral, bem como sociedade civil, academia e outras partes interessadas.

Além disso, a resolução também autoriza a OMS a estender o apoio aos Estados Membros, a pedido deles, com relação aos esforços para melhorar a saúde indígena. Esse apoio pode incluir o compartilhamento de conhecimentos, recursos e melhores práticas para facilitar a implementação de planos, estratégias ou outras medidas nacionais de saúde adaptadas especificamente para a população indígena.

A resolução também recomendou a integração da melhoria da saúde dos povos indígenas na estrutura do próximo plano de trabalho de cinco anos da OMS, ou o 14º Programa Geral de Trabalho da OMS, 2024-2029. Os Estados Membros também são solicitados a desenvolver ativamente o conhecimento sobre a situação de saúde dos povos indígenas, seguindo os princípios do consentimento livre, prévio e informado.

A resolução observa que, ao se envolver com as comunidades indígenas de maneira respeitosa e ética, os países podem obter uma compreensão mais profunda de seus desafios de saúde únicos, abrindo caminho para intervenções e políticas mais direcionadas.

Há ainda o incentivo aos Estados Membros da OMS a investir e implementar planos, estratégias ou medidas nacionais de saúde que atendam especificamente às necessidades de saúde das populações indígenas. Isso inclui treinamento, recrutamento e retenção de povos indígenas como agentes de saúde, reconhecendo e valorizando seus conhecimentos e práticas tradicionais.

O documento pode ser consultado na íntegra [aqui](#). A proposta foi submetida na reunião do conselho executivo da OMS no último janeiro, pelo Brasil. Após diversas consultas com outros estados-membros, para além da formulação conjunta com atores envolvidos, a resolução teve apoio de um grupo diverso: cerca de 15 nações desenvolvidas e em desenvolvimento com grandes populações indígenas, juntamente com a União Europeia. Eles incluíram: Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Cuba, Nova Zelândia, Vanuatu, México, Colômbia e Equador, além de outros países latino-americanos.

Para o desenvolvimento do plano global ainda há muitos desafios. É necessário que haja envolvimento diverso e ativo, maior abordagem de temas críticos, como saúde sexual e reprodutiva e os direitos dos povos indígenas. Abordando racismo estrutural, o sexismo e a discriminação, garantindo o acesso a dados desagregados e trabalhando em parceria com a sociedade civil.

A Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra organizou um evento paralelo à AMS que foi marcante. Com parceria do chamado core-group da resolução, Brasil, Bolívia, Paraguai, México e Guatemala receberam diferentes representantes de estados-membros, representações de populações indígenas e sociedade civil interessada.

A Fiocruz foi representada pela delegação na Assembleia e o Dr. Guto Galvão teve o papel de dividir a experiência da Fiocruz no trabalho de dedicação ao tema. Desde a perspectiva intersetorial, às formulações de políticas públicas, com reforço do papel ético cultural de respeito e colaboração no fomento de participação dos povos indígenas na sua agenda.



Em ordem da esquerda para direita:

- Sr Geoffrey Roth - Membro do Fórum Permanente das nações Unidas para questões indígenas
- Dra Razia Pendse - Chefe de gabinete do Diretor Geral da OMS
- Sra Lorena Noemi Patiño - Deputy Representação Permanente do Paraguai junto às Nações Unidas e Organismos internacionais em Genebra
- Embaixadora Francisca Méndez - Representação Permanente do México junto às Nações Unidas e Organismos internacionais em Genebra



- Weibe Tapeba - Secretário do Ministério da Saúde do Brasil para saúde dos Povos Indígenas
- Embaixadora Maira Mariela Macdonal - Representação Permanente da Bolívia junto às Nações Unidas e Organismos internacionais em Genebra
- Embaixador Tovar Nunes - Representação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e Organismos internacionais em Genebra
- Dr Marcos Antônio Espinal - Diretor Assistente PAHO
- Stacy Bohlen - Diretora Executiva do National Indian Health Board
- Dr Luiz Augusto Galvão - Pesquisador sênior CRIS/Fiocruz

### **IPSN - International Pathogen Surveillance Network**

A OMS continua avançando com iniciativas voluntárias destinadas a melhorar a detecção e resposta a surtos. Por exemplo, pouco antes da abertura da AMS, a OMS anunciou o lançamento de uma nova Rede Internacional de Vigilância de Patógenos, que visa detectar e relatar ameaças de doenças infecciosas em tempo real, fazendo melhor uso de ferramentas digitais e genômicas que muitos países ainda não possuem.

Esta rede, que em inglês tem por nome, International Pathogen Surveillance Network – IPSN, é uma iniciativa do hub para Inteligência Epidemiológica Pandêmica e Epidêmica da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo é gerar uma plataforma global de vigilância genômica para detectar e responder às ameaças antes que elas se tornem epidemias ou pandemias. A Fiocruz compõe o fórum de lideranças da iniciativa e pretende colocar sua capacidade e seu expertise a serviço da rede.

A nova rede representa um esforço ambicioso para preencher uma lacuna crítica no sistema existente de alertas de surtos de doenças da OMS – que agora pode ser adiado por semanas ou até meses se os países resistirem à divulgação. Mas sem revisões do Regulamento Sanitário Internacional, essas redes permanecerão puramente voluntárias. Portanto, a questão-chave, como sempre permanece: como unir os países nessa cooperação e como garantir apoio à implementação e sustentabilidade de serviços nos pacientes de baixa e média renda?

A Rede recebe financiamento da Rockefeller Foundation, Wellcome Trust e do governo alemão, mas pretende ampliar o investimento com a adesão de mais financiadores aos projetos de vigilância. A iniciativa conta ainda duas linhas de ação: comunidades de práticas, que reúnem especialistas na área de dados genômicos e tem por objetivo criar protocolos, compartilhamento de dados e o desenvolvimento de ferramentas de dados que possam integrar os sistemas públicos de saúde; e aceleradores de países, para ampliar a capacidade de cooperação para o desenvolvimento de estruturas locais de vigilância genômica.

A notícia completa pode ser lida no portal da Fiocruz: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-integra-nova-rede-internacional-de-vigilancia-da-oms>

### **Memorando de Entendimento OMS e Fiocruz**

A Fiocruz e a Organização Mundial da Saúde (OMS) assinaram um memorando de entendimento (MdE) que estabelece as bases da cooperação internacional a ser desenvolvida entre a Fundação e o Hub para Inteligência Pandêmica e Epidêmica da OMS, com sede em Berlim, na Alemanha. A colaboração tem como um dos pontos centrais o desenvolvimento de ferramentas mais fortes de integração de dados de vigilância, aproveitando as plataformas e serviços da Fiocruz já existentes.

O Hub pode ser concebido como um centro de confluência de esforços. Fazendo parte do Programa de Emergências em Saúde da OMS, o Hub da OMS para Inteligência Pandêmica e Epidêmica (Centro Pandêmico da OMS) visa facilitar uma colaboração global de parceiros de vários setores que apoia países e partes interessadas a enfrentar futuros riscos pandêmicos e epidêmicos com melhor acesso aos dados, melhores capacidades analíticas e melhores ferramentas e insights para a tomada de decisões. Com o apoio do Governo da Alemanha, o Centro Pandêmico da OMS foi estabelecido em setembro de 2021 em Berlim, em resposta à pandemia de COVID-19, que demonstrou deficiências em todo o mundo na forma como os países detectam, monitoram e gerenciam ameaças à saúde pública.

O Centro Pandêmico da OMS trabalha em estreita colaboração com os Estados Membros e os Escritórios Regionais e Nacionais da OMS para fortalecer suas capacidades de compartilhamento de dados e permitir que parceiros de todo o mundo colaborem e criem em conjunto ferramentas para coletar e analisar dados para vigilância de alerta precoce. Com presença em mais de 150 países, seis escritórios regionais e sua sede em Genebra, o alcance da OMS nos dá a capacidade de tratar riscos pandêmicos, epidêmicos e de saúde pública com igual urgência e diligência em todo o mundo.

Ao vincular iniciativas locais, regionais e globais, o Centro Pandêmico da OMS promove um ambiente colaborativo para inovadores, cientistas e especialistas de um amplo espectro de disciplinas, permitindo-nos alavancar e compartilhar tecnologia de ponta e ancorar nosso trabalho nas necessidades de partes interessadas em todo o mundo.

Com base na experiência em disciplinas, setores e regiões, alavancará o poder de convocação da OMS para promover soluções globais construídas em uma arquitetura de colaboração e confiança globais.

O acordo assinado pela Fiocruz, que tem duração de cinco anos, compreende as áreas de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, comunicação, informação, gestão e políticas no campo da saúde. Ao longo do trabalho, a Fiocruz participará dos projetos globais do Hub e poderá atuar na cooperação com a América Latina e a África, além de compartilhar sua experiência, levando projetos e programas já em andamento para o Hub.

A notícia completa pode ser lida no portal da Fiocruz: <https://portal.fiocruz.br/noticia/oms-e-fiocruz-assinam-cooperacao-em-hub-de-inteligencia-epidemiologica>

### **Orçamento Bilionário**

Os estados membros da Organização Mundial da Saúde aprovaram um orçamento de US\$ 6,83 bilhões para 2024-25 para a agência global de saúde – um aumento de 11% em relação ao orçamento de 2022-23. Implícito no orçamento está a implementação, pelos estados membros, de um aumento gradual das contribuições fixas.

A reforma inovadora, que visa ter metade dos gastos da OMS financiados de forma mais sustentável por contribuições fixas dos estados membros até 2030, foi aprovada em princípio na Assembleia Mundial da Saúde de maio de 2022.

O aumento gradual nas avaliações dos países visa corrigir a atual dependência excessiva da OMS de “contribuições voluntárias” destinadas – dinheiro doado por um estado membro ou filantropia. Essas contribuições voluntárias agora representam cerca de 84% do orçamento total da OMS.

A dependência excessiva da OMS em contribuições voluntárias, com uma grande proporção destinada a áreas específicas de trabalho, resulta em um desalinhamento contínuo entre as prioridades organizacionais e a capacidade de financiá-las.

Os Estados membros, por sua vez, se uniram para enfatizar a necessidade de continuar trabalhando por um mecanismo de financiamento flexível que priorize as causas dos gastos com base em situações específicas. A falta de fundos flexíveis continua sendo uma preocupação constante.

Pedidos de maior transparência nos gastos da OMS também vieram de diferentes lados. Países como Filipinas, Namíbia e Brasil exigiram que a OMS divulgasse detalhes mais específicos sobre projetos e programas nos quais está envolvida em nível nacional.

“Melhorias na transparência, prestação de contas e medidas administrativas são essenciais. Na ausência de melhorias claras nessas áreas, será impossível adotar, muito menos justificar qualquer aumento nas contribuições fixas”, disse o delegado brasileiro na plenária.

Da alocação orçamentária de US\$ 6,83 bilhões, pouco mais de 50% serão gastos para atingir as metas de triplo bilhão da OMS de cobertura universal de saúde (US\$ 1,96 bilhão), protegendo as pessoas de emergências de saúde (US\$ 1,21 bilhão). O terceiro pilar, com o objetivo de garantir “vidas mais saudáveis e bem-estar” para 1 bilhão de pessoas, recebeu o menor financiamento, com apenas US\$ 0,43 bilhão nos dois anos.

A erradicação da pólio, por sua vez, recebeu uma alocação de US\$ 0,69 bilhão, 23% a mais do que no biênio anterior. A poliomielite, que ressurgiu esporadicamente na África e na América do Norte no ano passado, junto com os típicos focos asiáticos do Afeganistão e do Paquistão, continua sendo a única emergência de saúde pública de interesse internacional (ESPII) designada pela OMS.

Os Programas Especiais da OMS (para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais, o Programa Especial de Pesquisa, Desenvolvimento e Treinamento em Pesquisa em Reprodução Humana e o Quadro de Preparação para Pandemia de Influenza) receberam uma alocação de US\$ 0,17 bilhão contra a alocação de US\$ 0,19 bilhão da vez anterior.

### **Interseção clima e saúde**

A COP28 da ONU, marcada para 30 de novembro a 12 de dezembro em Dubai, terá um dia formal em seu calendário dedicado à saúde e às mudanças climáticas. A cúpula também sediará uma primeira reunião ministerial sobre clima e saúde.

A crise climática é uma crise de saúde, alimentando surtos que contribuem para taxas mais altas de doenças não transmissíveis e ameaçam sobrecarregar nossa força de trabalho e infraestrutura de saúde. Durante a AMS ocorreu a sessão científica que abordou o tema, liderada pela Dra. Maria Neira, atualmente diretora do Departamento de Clima, Meio Ambiente e Saúde da OMS

Há diversas críticas sobre o evento ser sediado em Dubai, sabido a origem de ganhos com exploração de combustíveis fósseis, no entanto, o CEO da COP28, Adnan Z Amin, saiu otimista sobre o nível de ambição do evento que está sendo planejado. Ele é diplomata queniano e ex-diretor-geral da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA) disse aos delegados que uma “correção maciça de curso” será exigida para controlar as emissões de

combustíveis fósseis o suficiente para atender o Acordo de Paris, limitando o aumento da temperatura global a 1,5 graus Celsius.

Com o recente relatório do IPCC, foi visto que há um consenso científico de que estamos muito longe de cumprir praticamente todas as metas. Amin disse ainda que é preciso descarbonizar, reduzir as emissões em 43% até 2030.

Ele acrescentou que o foco da COP28 será em soluções potenciais que vão desde finanças até tecnologia.

Acompanhado da filha Vanessa Kerry, que estava em Genebra e é médica ativista do tema, o enviado especial norte-americano para as mudanças climáticas, John Kerry também falou virtualmente no evento. Disse ao grupo que a ignorância e a evasão dos fatos – juntamente com a escassez de fundos para investimentos climáticos – continuam sendo as principais barreiras ao progresso climático.

Em uma frase forte, disse: “Realmente não há uma maneira educada de dizer isso, a crise climática está matando pessoas”.

Continuando a mesa de discussões, Dra Maria Neira lembrou que o setor da saúde, responsável por cerca de 5% das emissões globais anuais de carbono, também precisa arcar com sua parcela. Ela acrescentou que, embora a maioria das emissões venha de países de alta renda, a solarização dos serviços de saúde em países de baixa e média renda também ajuda a melhorar o acesso à saúde em áreas rurais, além de colocá-los em uma trajetória verde.

O custo da energia solar e eólica caiu 85% quando comparado aos preços de 2010 – tornando a energia solar de pequena escala mais acessível.

E na medida em que uma parcela considerável da poluição do ar é causada pela queima de combustíveis fósseis, a redução das emissões globais de carbono levará à redução de cerca de 7 milhões de mortes prematuras por ano devido ao ar inseguro, acrescentou ela.



Delegados Brasileiros presentes no Technical Briefing sobre saúde e Clima: à frente: Guto Galvão, assessoria da Presidência da Fiocruz e Ana Estela Haddad, secretária de Saúde Digital do Ministério da Saúde do Brasil. Atrás: Paula Reges e Luana Bermudez, assessoria da Presidência da Fiocruz.

## Iniciativa Global para saúde e paz

O último dia da Assembleia foi marcado pelas discussões que cercam o rascunho da Iniciativa Global para Saúde e Paz. Foi apresentado o documento feito até o momento, mas não foi adotado pela OMS, depois que alguns estados membros recusaram elementos da estratégia. Em vez disso, a Assembleia concordou em “take note” do roteiro e pedir ao Diretor-Geral que informe no próximo ano sobre “os progressos realizados no fortalecimento do roteiro como um documento vivo” por meio de consultas aos Estados membros e outras partes interessadas.

A Iniciativa Global de Saúde e Paz foi lançada conjuntamente por Omã e Suíça em 2019 e visa principalmente usar a saúde como um ponto de entrada para construir a paz, seguindo uma proposta do Diretor Geral. Apesar de proposta na tal data, a iniciativa amplificou discussões após o confronto entre Rússia e Ucrânia.

O objetivo da iniciativa é fortalecer o papel da OMS e do setor da saúde como contribuintes para melhorar as perspectivas de paz. Também visa fortalecer a resiliência ao impacto de conflitos armados ou violência, ao mesmo tempo em que capacita as comunidades. No entanto, a linguagem do rascunho provou ser controversa com muitos países reagindo ao que alguns delegados temem que possa ser uma invasão excessiva da OMS no setor humanitário, e o que outros veem como uma possível interferência nos negócios dos estados em guerra ou apoiando dezenas de conflitos regionais ao redor do globo.

O Embaixador brasileiro, Tovar Nunes, leu o statement conjunto de Brasil, África do Sul e Índia. “Embora seu foco principal seja a saúde e os trabalhadores da saúde, ele beira o assunto mais delicado: paz e segurança, paz, nação e soberania do Estado”. Em outro trecho, o pronunciamento diz que “A seriedade é tamanha que não devemos nos apressar em tomar decisões a menos que todos estejam realmente confortáveis com o roteiro”.

O rascunho do documento (roadmap) discutido na AMS, pode ser lido na íntegra neste [link](#). Ele continuará a ser aprimorado e novamente apresentado na AMS em 2024.

O documento tem dois objetivos centrais:

- Garantir que os programas de saúde sejam sensíveis à paz e ao conflito”. Isso significa que eles são projetados e implementados de forma a procurar proativamente mitigar os riscos de exacerbar inadvertidamente as tensões sociais, contribuir para o conflito ou minar os fatores de coesão social em uma determinada sociedade ou comunidade (também conhecido como princípio de 'não causar danos').

- Sempre que o contexto, as capacidades e os riscos permitirem, conceba e implemente programas de saúde que sejam responsivos à paz – ou seja, que procurem melhorar as perspectivas de paz, por exemplo, reforçando a coesão social, a equidade, a inclusão, o diálogo ou a resiliência da comunidade para o impacto de conflitos armados ou todas as formas de violência.

O roadmap também especifica a possível contribuição que a OMS pode fazer junto com outras agências da ONU. Também se refere ao papel dos atores não estatais em contextos de conflito – embora não explique isso em detalhes.

Conflitos regionais e instabilidade, juntamente com a mudança climática, colocaram mais pessoas em movimento em todo o mundo do que nunca – levando a um aumento do interesse da OMS em apoiar estados frágeis – antes do pico da crise. A OMS estima que cerca

de 80% de seu número de casos humanitários, bem como 70% dos surtos de doenças aos quais responde, ocorrem em ambientes frágeis, afetados por conflitos e vulneráveis.

A sessão atual da AMS também viu várias erupções geopolíticas entre os estados membros, inclusive sobre uma resolução contra a Rússia sobre a invasão da Ucrânia; objeções chinesas à participação de Taiwan como observador; o estado de saúde dos palestinos nos territórios ocupados por Israel; Japão e China em referência aos rejeitos nucleares de Fukushima; e na plenária de encerramento, entre Azerbaijão e Armênia.

## A ambivalência do Governo Lula em relação à proteção ambiental

*Danielly Magalhães e Guto Galvão*



Assim que foi eleito, o presidente Lula recebeu da grande maioria dos chefes de Estado as congratulações juntamente com uma cobrança (e esperança) de um maior comprometimento com o meio ambiente e com as questões climáticas. A volta do presidente Lula e sua respeitável Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, levou esperança ao mundo todo e restabeleceu acordos multilaterais e financiamento externo nessas questões. Durante a campanha eleitoral até a formação do plano de governo, as questões ambientais foram prioridades, mas na prática, algumas políticas que deram certo há 20 anos atrás no primeiro governo Lula, retornam de forma incompatível com a realidade dos tempos.

A discussão em torno da exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas e o anúncio de subsídios para carros populares por autoridades têm levantado preocupações e vai na contramão do inequívoco compromisso do presidente Lula e da Ministra Marina Silva com o tema ambiental e pode prejudicar a imagem ambiental que buscamos estabelecer dentro e fora do Brasil. Enquanto o mundo fala em descarbonização, economia verde, transporte elétrico, energia sustentável, conservação da biodiversidade, alta tecnologia, inteligência artificial, produção de alimentos mais sustentável e fortalecimento dos produtores de alimentos locais e da agricultura familiar; o governo Lula trás como grandes projetos o fortalecimento e expansão da Petrobrás, a possibilidade de existir mais carros à gasolina, aumentando as emissões e a poluição local do ar e tornando ainda mais caótico o trânsito. Juntamente a essa polêmica há também projetos para construção de estradas em áreas delicadas, como o projeto da ferrovia Ferrogrão, que ligaria Mato Grosso ao Pará, e a pavimentação da BR-319, de Manaus a Porto Velho. Ambos são criticados pelos riscos que representam para os povos indígenas e a conservação da Amazônia.

Para garantir uma retomada abrangente do Programa de Aceleração do Crescimento, é essencial cumprir o compromisso de integrar as questões ambientais em todas as políticas, conforme estabelecido no plano de governo. Devemos aprender com os erros das administrações anteriores e evitar repetir o legado das políticas antiambientais do ex-presidente Jair Bolsonaro. Caso contrário, como afirmava a saudosa Rita Lee, que nos deixou recentemente, estaremos novamente "em uma canoa furada, remando contra a maré".

Felizmente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou a licença para exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas devido à falta de estudos que comprovem a segurança dessas atividades na região. Isso aumentou a pressão



da Petrobras, do Ministério de Minas e Energia, de parlamentares e até do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) sobre o setor ambiental do governo Lula. As críticas a esse projeto específico se concentram não apenas em preocupações de segurança, mas também em como o projeto contradiz o discurso de descarbonização, transição energética e redução de emissões. Também há críticas em relação à pressão para a realização de estudos, como o de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), de responsabilidade exclusiva do Ibama.

"Esse tema está sendo debatido e criticado não só no Brasil, mas no mundo todo. É claro que essa questão diz respeito ao caso Foz do Amazonas, mas vai além disso porque alguém precisa responder pelo orçamento de carbono da Petrobras. E não é responsabilidade do Ibama, mas do Ministério de Minas e Energia", Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa em entrevista ao jornal Folha de São Paulo.

Outro ponto polêmico é a exploração de reservas de potássio para a indústria de fertilizantes próximo a terra indígena não demarcada em Autazes, no Amazonas. Além da proximidade com o território do povo Mura, que vive em tensão devido à falta de demarcação, a demora na definição da responsabilidade pelo licenciamento, se é de jurisdição federal ou estadual, tem sido alvo de críticas. Inclusive, o próprio Alckmin, cujo ministério busca uma solução para esse impasse, expressou suas preocupações a respeito.



Igualmente polêmico, a ferrovia Ferrogrão, um traçado de 933 quilômetros cortando a Amazônia com investimentos estimados em R\$ 21,5 bilhões. O projeto ligaria Sinop (MT) ao porto de Mirituba, no Pará, facilitando o escoamento da produção de grãos. A Ferrogrão é vista como um importante impulsionador do desmatamento, principalmente durante sua construção. Segundo [o laudo técnico do Climate Policy Initiative](#), a melhoria no acesso ao mercado causada pela ferrovia incentivará os agricultores e pecuaristas a ampliar a produção. Se nenhuma medida de mitigação for implementada, isso aumentará a demanda por terras e induzirá o desmatamento de 2.043 quilômetros quadrados de vegetação nativa no estado de Mato Grosso. Esse aumento do desmatamento intensificará as emissões de carbono em 75 milhões de toneladas.

Somado a esses grandes projetos vindos diretamente do governo Lula e com seu aval, na quarta-feira (24), a comissão mista responsável pela Medida Provisória 1154/23 aprovou, por 15 votos a 3, o projeto de lei elaborado pelo relator, deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL). O texto aprovado promove mudanças na estrutura dos ministérios estabelecida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva logo após sua posse, em janeiro.

Algumas atribuições do Ministério do Meio Ambiente serão alteradas. O Cadastro Ambiental Rural (CAR), que foi transferido para o Ministério da Agricultura durante o governo Bolsonaro, agora estará vinculado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O CAR deve ser realizado por todos os imóveis rurais, e serve para identificar as áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito existentes na propriedade, sendo uma ferramenta importante para o controle e monitoramento das áreas rurais, contribuindo para a preservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável.

As responsabilidades relacionadas aos sistemas de saneamento básico, resíduos sólidos e recursos hídricos, atualmente sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, serão

transferidas para o Ministério das Cidades. Este último atuará inclusive no saneamento em terras indígenas. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) será vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A ANA regula e fiscaliza o uso dos recursos hídricos, garantindo o cumprimento da legislação vigente. Isso inclui a emissão de outorgas para o uso da água, o monitoramento e controle de qualidade dos corpos d'água, a definição de padrões e normas técnicas, entre outras medidas. A ANA desempenha um papel fundamental na gestão e proteção dos recursos hídricos no Brasil, visando à segurança hídrica, à conservação dos ecossistemas aquáticos e ao uso sustentável da água.

Também houve alteração para tirar a demarcação das terras indígenas do Ministério do Povos indígenas juntamente com a PL do marco temporal que determina que somente terras que estavam ocupadas pelos povos originários em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal de 88, é que pode ser considerada como território indígena. Acontece que neste período muitos povos foram desapropriados pela Ditadura militar, então fica muito difícil provar que o território era deles.

Em resumo, um grande golpe da bancada ruralista com intuito de ampliar rodovias para escoar melhor a produção, avançar a exploração em áreas indígenas evitando que sejam demarcadas e reduzir o controle do uso da terra e dos recursos hídricos. Essa abordagem é preocupante, pois representa uma política ambiental atrasada e insustentável. Esperamos sinceramente que haja uma reversão dessa situação, caso contrário, enfrentaremos desafios significativos que afetarão a saúde e o bem-estar de todos.

### **Segunda Reunião do Comitê Intergovernamental de Negociação para o acordo multilateral sobre plásticos**



O Comitê Intergovernamental de Negociação para o acordo multilateral sobre plásticos se reuniu de 29 de maio a 2 de junho na sede da UNESCO em Paris pela segunda vez para discutir o desenvolvimento de um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre a poluição plástica, inclusive no ambiente marinho (INC-2).

A urgência desse novo acordo está na persistência dos plásticos no ambiente e seus efeitos, principalmente no ambiente marinho – os efeitos na saúde ainda são incertos. Todos os itens de plástico com os quais já entramos em contato ainda permanecem na Terra, intactos ou

se desintegrando em ambientes terrestres ou marinhos. O plástico foi descoberto nos picos mais altos e nas profundezas mais profundas do mundo natural, foi recentemente encontrado no sangue humano e no leite materno, o que demonstra sua presença generalizada.

Lamentavelmente, a produção e o consumo de plástico persistem, agravando a crise da poluição plástica. O processo de fabricação envolve o uso de produtos químicos e aditivos perigosos, representando riscos crescentes tanto para a saúde humana quanto para o meio ambiente. Além disso, o plástico é derivado de combustíveis fósseis, contribuindo para as emissões de gases de efeito estufa e desempenhando um papel significativo nas mudanças climáticas.

Para enfrentar essa questão urgente, a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA) adotou a [resolução 5/14](#) em março de 2022, com o objetivo de pôr fim à poluição plástica. Esta resolução inovadora levou à criação de um Comitê de Negociação Intergovernamental (INC) encarregado de desenvolver um instrumento internacional juridicamente vinculativo (ILBI) especificamente para lidar com a poluição plástica.

Anterior a essa resolução, a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA) já havia aprovado uma série de resoluções para explorar soluções eficazes. Notavelmente, a [resolução 3/7](#) da UNEA estabeleceu um Grupo de Peritos Ad Hoc sobre lixo marinho e microplásticos. O mandato deste grupo abrangeu a identificação de uma gama de opções de resposta a nível nacional, regional e internacional, incluindo ações, abordagens inovadoras e estratégias de governança voluntárias e juridicamente vinculativas. Além disso, o grupo teve como objetivo avaliar os custos e benefícios ambientais, sociais e econômicos associados a essas opções de resposta. Ao longo de quatro reuniões realizadas entre 2018 e 2020, o grupo deliberou diligentemente sobre estas matérias.

Ao mesmo tempo, várias outras organizações e entidades têm realizado iniciativas relacionadas com o lixo marinho e os microplásticos. Estes incluem a Convenção de Basiléia sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação, a Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos, a Organização Marítima Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Mundial do Comércio, bem como numerosos Programas e Convenções Regionais dos Mares. Além disso, existem várias iniciativas voluntárias focadas no lixo marinho, parcerias público-privadas destinadas a abordar as fontes terrestres de poluição marinha e diálogos em curso que examinam a poluição por plásticos. No entanto, persistem lacunas significativas nos quadros regulamentares relativos ao plástico, particularmente na abordagem da poluição por plásticos em ambientes marinhos.

#### Os objetivos da reunião do INC-2

A segunda sessão do Comitê (INC-2) buscou avançar na análise, compreensão e articulação dos principais elementos do futuro instrumento juridicamente vinculativo. Os objetivos da segunda sessão do comitê foram:

- a) promover o desenvolvimento do instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre a poluição plástica, inclusive no ambiente marinho, usando como base o documento [UNEP/PP/INC.2/4](#);
- b) Identificar os domínios em que são necessárias mais informações para informar e apoiar as negociações, incluindo qualquer mandato para que o(s) documento(s) seja(m) preparado(s) para apreciação na terceira sessão e qualquer outro trabalho adicional a realizar durante o período inter-sessões;
- c) decidir sobre as questões processuais e organizacionais necessárias para a continuidade de negociações efetivas.

### Durante a reunião

Durante os 3 primeiros dias, inacreditavelmente, os países passaram discutindo as Regras do Projecto de regulamento interno ([UNEP/PP/INC.2/3](#)) para o trabalho do comitê, principalmente no que diz respeito a regra 37 e a 38.1 que diz "O comitê envidará todos os esforços para chegar a acordo sobre todas as questões de fundo por consenso. Se tiverem sido esgotados todos os esforços para chegar a um consenso e não tiver sido alcançado qualquer acordo, a decisão será tomada, em último recurso, por maioria de dois terços dos representantes dos delegados presentes e votantes." O impasse não foi resolvido e o presidente da mesa optou por deixar as Regras ainda como provisórias a serem discutidas no próximo INC-3.

A reunião finalmente seguiu para a discussão do texto [UNEP/PP/INC.2/4](#) que compila propostas contidas nas observações dos Estados-Membros sobre o possível conteúdo e potenciais anexos ao instrumento, bem como outras informações. Destacamos aqui alguns dos conteúdos que estarão presentes no novo instrumento:

- a. Lista de produtos plásticos problemáticos e evitáveis; critérios para determinar produtos de plástico problemáticos e evitáveis; e possíveis datas para proibição, eliminação gradual, redução ou controle;
- b. Lista de polímeros e produtos químicos preocupantes; critérios para a determinação de polímeros e produtos químicos preocupantes; e possíveis datas para proibição, eliminação gradual, redução ou controle;
- c. Lista de fontes para limitar a libertação de microplásticos intencionalmente adicionados;
- d. Critérios de circularidade e orientação para a conceção e produção de produtos e embalagens de plástico;
- e. Critérios para determinar a disponibilidade de alternativas e substitutos seguros;
- f. Categorias de medidas políticas para reduzir e, sempre que possível, eliminar as libertações de plásticos para a água, a terra e o ar;
- g. Lista dos elementos comuns e do conteúdo mínimo dos planos de ação nacionais (PAN).

### Os resultados da reunião

O grupo ofereceu suas primeiras impressões e prioridades sobre opções relacionadas a 12 possíveis obrigações principais (abaixo) com alguns pontos ainda por discutir na qual trazemos alguns de maior interesse:

1. eliminação progressiva e/ou redução da oferta, da procura e da utilização de polímeros plásticos primários - *as opiniões dos delegados divergiram sobre as opções de metas, com muitos favorecendo o estabelecimento de metas globais para reduzir a produção de matéria-prima plástica primária, enquanto outros preferiram estabelecer compromissos ou metas determinados nacionalmente. Alguns sugeriram uma combinação de metas globais gerais com medidas mais específicas a serem impostas nacionalmente.*
2. proibir, eliminar e/ou reduzir a utilização de produtos de plástico problemáticos e evitáveis;
3. proibir, eliminar e/ou reduzir a produção, o consumo e a utilização de produtos químicos e polímeros que suscitam preocupação;
4. redução de microplásticos - *as delegações concentraram-se em opções para abordar a utilização intencional e os despejos não intencionais. Muitas delegações apoiaram a proibição dos microplásticos produzidos intencionalmente.*

5. reforço da gestão de resíduos;
6. fomento do design para a circularidade;
7. incentivar a "redução, reutilização e reparação" de produtos e embalagens de plástico;
8. promover a utilização de alternativas e substitutos seguros e sustentáveis;
9. eliminar a libertação e emissão de plásticos para a água, o solo e o ar;
10. combater a poluição plástica existente;
11. facilitar uma transição justa, incluindo uma transição inclusiva do setor informal de resíduos; e
12. proteger a saúde humana dos efeitos adversos da poluição plástica - *Neste ponto especificamente, muitas delegações foram a favor da nomeação de um órgão subsidiário para sintetizar a pesquisa e a ciência sobre os impactos do plástico e da poluição plástica, destacando que era necessário um trabalho adicional para fechar as lacunas de conhecimento existentes sobre este assunto. Também foi indicado que as delegações eram amplamente favoráveis à cooperação e ao intercâmbio de informações com outros órgãos, incluindo a OMS e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).*

Os meios de implementação ainda possuem muitos campos obscuros com relação à assistência financeira, o desenvolvimento de capacitação, a assistência técnica, a transferência de tecnologias. Ficaram as perguntas: Quem deve pagar pela implementação de um novo tratado e como o dinheiro será usado? Deve-se estabelecer um novo fundo, como é o caso da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, ou deve-se usar o Global Environment Facility, como é o caso da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, entre outros? Como a transferência de tecnologia será governada? Essas são questões muito relevantes para o sucesso do instrumento e que causam polêmica mesmo em discussões mais estabelecidas, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica. O INC precisará usar algum grau de definição ao abordar essas questões à medida que as negociações avançam.

#### Destaques importantes colocados por instituições

A Organização Mundial da Saúde lembrou que na Assembleia Mundial da Ambiente foi adotada a resolução sobre biodiversidade e saúde humana que aborda os impactos dos microplásticos na saúde. Ela pediu um tratado legal vinculativo, com consideração especial para produtos médicos, enquanto alternativas são buscadas nesse ínterim.

Observando que mais de 13.000 produtos químicos estão associados aos plásticos, a International Pollutants Elimination Network (IPEN) destacou que o acordo deve incluir o princípio da precaução e o direito humano a um meio ambiente saudável, bem como o Mol.

A Organização Marítima Internacional destacou a necessidade de garantir a implementação efetiva da regulação da poluição associada ao despejo de resíduos no ambiente marinho.

A FAO observou que os critérios para identificar os produtos plásticos usados nos sistemas agroalimentares precisam ser definidos para não afetar a agricultura e a segurança alimentar, levando em conta a voz dos pequenos agricultores e pescadores.

A Endocrine Society sublinhou a necessidade crítica de que as obrigações fundamentais incluam a proibição e eliminação progressiva dos produtos químicos e dos plásticos problemáticos e evitáveis, tendo devidamente em conta os seus efeitos na saúde humana – visto que muitos plásticos possuem em sua composição substâncias que são desreguladoras endócrinas.

O escritório do alto comissariado das nações unidas para os direitos humanos observou a importância do acordo na proteção e respeito aos direitos humanos, inclusive no que diz respeito à saúde e a um meio ambiente sustentável e saudável.

A OIT enquadrou o fim da poluição plástica de uma forma que gere empregos decentes, defenda a justiça social e uma transição justa para todos.

O ONU-HABITAT chamou a atenção para a urgência de um financiamento estável para a gestão de resíduos sólidos urbanos, incluindo a eliminação gradual de plásticos problemáticos e desnecessários.

A próxima reunião do comitê (INC-3) será de 13 a 18 de novembro deste ano no Quênia.

### **76ª AMS – Resolução sobre o impacto dos produtos químicos, resíduos e poluição na saúde humana (A76/A/CONF./2)**

A OMS adotou a resolução **A76/A/CONF./2** durante a 76ª. Assembleia Mundial de Saúde (AMS) em consideração à tripla crise planetária, entre elas a poluição, e em reconhecimento ao impacto significativo que têm na saúde humana e no ambiente - Somente em 2019, as exposições a produtos químicos selecionados resultaram na perda de 2 milhões de vidas e 53 milhões de anos de vida ajustados por incapacidade. Dessas mortes, quase metade foi atribuída à exposição ao chumbo, levando a doenças cardiovasculares, e houve 138.000 mortes por suicídios relacionados a pesticidas, representando 20% dos suicídios globais. Além disso, reconhece que uma gestão inadequada dos produtos químicos e dos resíduos pode causar efeitos adversos na saúde humana, incluindo doenças não transmissíveis. Também enfatiza que as crianças são particularmente vulneráveis a essas exposições, levando a mortes, doenças e incapacidades infantis, particularmente nos países em desenvolvimento. É crucial enfrentar esses desafios para fortalecer os sistemas de saúde, inclusive no contexto de emergências de saúde, e alcançar a cobertura universal de saúde.

A resolução solicita aos Estados-Membros a reforçarem a aplicação de várias estratégias e abordagens relacionadas com a saúde, o ambiente e o clima. Entre elas, apela a um maior envolvimento do setor da saúde na gestão internacional de produtos químicos, abordando em particular os impactos da poluição por plásticos na saúde humana. Os Estados-Membros são incentivados a colaborar no desenvolvimento e atualização de marcos regulatórios para monitorar produtos químicos preocupantes e a reconhecer as ligações entre produtos químicos, resíduos e outras prioridades de saúde. A resolução também enfatiza a importância de envolver o setor saúde na preparação de propostas para um painel de política científica sobre a gestão de produtos químicos e resíduos. Além disso, destaca a necessidade de regulamentação

científica de pesticidas altamente perigosos para reduzir os efeitos adversos à saúde e abordar questões relacionadas, como suicídio e distúrbios neurológicos

A resolução solicita ao diretor-geral da OMS que realize várias ações. Isso inclui a publicação de um relatório que avalia as implicações para a saúde humana de produtos químicos, resíduos e poluição, com foco em substâncias persistentes e nocivas. O relatório também deve abordar as lacunas de dados, considerar a abordagem *One Health* e fornecer dados desagregados por vários fatores. O Diretor-Geral também é solicitado a colaborar com outras organizações para pesquisar as ligações entre a saúde humana e animal e o meio ambiente, atualizar um relatório sobre produtos químicos desreguladores endócrinos e fornecer apoio técnico aos países, especialmente os em desenvolvimento, para a realização de avaliações sobre os efeitos dos poluentes na saúde. Além disso, a resolução apela ao desenvolvimento de uma campanha de sensibilização, à defesa de uma abordagem multissetorial para combater a poluição e a contribuições ativas para iniciativas internacionais em matéria de produtos químicos e gestão de resíduos. O Director-Geral é ainda encarregado de contribuir para o desenvolvimento de um instrumento juridicamente vinculativo sobre a poluição por plásticos e de apresentar relatórios de progresso sobre a implementação da resolução às futuras Assembleias Mundiais da Saúde.

A OMS já possui uma longa liderança nesse aspecto com uma série de outras resoluções relacionadas aos assunto: [Resolução WHA59.15](#) (2006) sobre a Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos; [resolução WHA63.25](#) (2010) sobre a melhoria da saúde através de uma gestão de resíduos segura e ambientalmente correta; [resolução WHA63.26](#) (2010) sobre a melhoria da saúde através de uma boa gestão de pesticidas obsoletos e outros produtos químicos obsoletos; [resolução WHA67.11](#) (2014) sobre os impactos da exposição ao mercúrio e compostos de mercúrio na saúde pública; [resolução WHA68.8](#) (2015) sobre saúde e meio ambiente: abordando o impacto da poluição do ar na saúde; e [WHA69.4](#) (2016) sobre o papel do setor da saúde na Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos em direção à meta de 2020 e além.

#### **EPI-WIN - Série de seminários sobre zoonoses e abordagem One Health da OMS**

Desde a pandemia a OMS vem realizando uma série de seminários chamada EPI-WIN que atualmente terá como foco zoonoses, tendo em vista que a maioria das pandemias tiveram sua origem em animais. Ainda, reconhecendo a importância da abordagem One Health, incluindo o trabalho do One Health High-Level Expert Panel, bem como a importância do papel da OMS nessa abordagem integrada e unificadora na colaboração com as outras Organizações Quadripartites (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Organização Mundial para a Saúde Animal (WOAH, fundada como OIE) e seu Plano de Ação Conjunto de Saúde Única 2022-2026;

O [episódio sobre One Health \(disponível no youtube\)](#) contou com a moderação da Maria Van Kerkhove, Chefe da Unidade de Doenças Emergentes e Zoonoses da OMS; e a participação de representantes do acordo quadripartite, Sylvie Briand, Diretora de Preparação e Prevenção de Epidemias e Pandemias da OMS; Dra. Amina Benyahia, cientista da Iniciativa de Saúde Única da OMS; Dr. Jean-Philippe Dop, Diretor Geral Adjunto de Assuntos Institucionais e Ações Regionais da Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH); Sr. Wondwosen (Wondy) Asnake Kibret, Coordenador de Políticas e Parcerias do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Senhor Keith Sumption, Diretor Veterinário da Organização para a

Alimentação e a Agricultura (FAO); e como convidada a Dra. Petra Khoury, Diretora do Departamento de Saúde e Cuidados da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC). Os painelistas exploraram os efeitos da pandemia de Covid-19 nas atividades e ações nas suas instituições e discutiram pontos importantes para o sucesso da abordagem One Health na prevenção e resposta de zoonoses.

Os painelistas destacaram a participação da comunidade como ponto fundamental para controle de possíveis pandemias e disseminação de doenças, reconhecendo a importância de envolver as comunidades nos processos de tomada de decisão e intervenções através da conscientização e educação das comunidades sobre a interconexão da saúde humana, animal e ambiental, além de capacitar os indivíduos a tomar decisões informadas. As comunidades desempenham um papel vital na vigilância de doenças, relatando eventos de saúde incomuns e adotando mudanças comportamentais para prevenir a transmissão de doenças. Intervenções dirigidas pela comunidade, incorporando conhecimento e experiência local, são essenciais para a concepção de iniciativas eficazes e sustentáveis. Além disso, a participação da comunidade se estende à defesa de políticas, garantindo que as vozes das comunidades sejam ouvidas na formulação de políticas e regulamentações relacionadas à saúde. Por meio do envolvimento da comunidade, a abordagem One Health promove um senso de propriedade e responsabilidade coletiva, levando a esforços mais impactantes e sustentáveis para enfrentar os desafios da saúde, preservando o meio ambiente.

O segundo ponto levantado, diz respeito a necessidade de investir em previsão, como sistemas de alerta precoce, é crucial dentro da estrutura One Health. A detecção precoce e a previsão de surtos de doenças em animais podem ajudar a prevenir a propagação de doenças para os seres humanos e mitigar seu impacto. Ao monitorar as mudanças nas populações de animais, condições ambientais e comportamento humano, os sistemas de alerta precoce podem fornecer informações valiosas sobre possíveis ameaças de doenças e permitir uma intervenção oportuna.

Mas de nada vale a previsão sem ter a capacidade de resposta. Para isso se faz necessário que os governos já tenham estabelecidos uma avaliação do risco para estimar-se a probabilidade e o impacto potencial dessas ameaças na saúde humana e animal e assim, responder. Isso envolve a análise de dados, a identificação de populações vulneráveis e a avaliação do potencial de transmissão de doenças.

E por último os mecanismos de resposta, necessitando de ações coordenadas para prevenir, detectar e responder a surtos de doenças. Isso inclui a implementação de medidas de controle, realização de investigações e coordenação de esforços entre diferentes setores e agências para minimizar a propagação de doenças e proteger a saúde pública. Como ação foi destacado a vacinação e comunicação, bem como medidas de tratamento dos animais, como antibióticos.

### **COP 28 do Clima terá dia temático de Saúde**

Ao longo do último ano, a Presidência da COP28, a cúpula do clima da ONU, consultou uma ampla gama de partes interessadas. Juntos, eles ajudaram a destacar as áreas de ação e sua interconectividade (nexos climáticos) que gostariam que a COP28 progredisse. Os dias temáticos e a sequência do projeto de programa baseiam-se nessas consultas. Dessa forma, a COP 28 terá o dia da saúde, agendado para o dia 3 de dezembro.



A Global Climate and Health Alliance saudou o anúncio de um 'Dia da Saúde' durante a COP28. Eles enfatizaram que, para realmente abordar os impactos da mudança climática na saúde, é necessário progresso na mitigação climática, adaptação e abordagem de perdas e danos. A aliança enfatizou a importância de maximizar os benefícios para a saúde e evitar danos não intencionais à saúde nas negociações climáticas.

A Diretora Executiva da aliança, Dra. Jeni Miller, destacou a necessidade de incorporar a proteção à saúde no conteúdo das negociações. O anúncio foi feito durante a conferência Forecasting Healthy Futures em Abu Dhabi, onde o diretor-geral da COP28 também enfatizou a ameaça que as mudanças climáticas representam para a saúde global.

O foco na saúde na COP28 deve impulsionar os compromissos de eliminação gradual dos combustíveis fósseis, apoiar os países de baixa renda no cumprimento de suas metas e integrar ativamente as considerações de saúde na tomada de decisões sobre o clima. A inclusão de um dia oficial da saúde é vista como um avanço significativo e espera-se que incentive a participação ativa dos ministros da saúde e a priorização da saúde na ação climática. Mecanismos de responsabilização e discussões orientadas para a ação são cruciais, pois as projeções atuais ainda indicam um aquecimento catastrófico. O sucesso do dia da saúde da COP28 dependerá da aceleração da ação climática em todos os setores para proteger o bem-estar das pessoas. O restante da programação e outros dias temáticos durante a COP28, pode ser encontrado [aqui](#).

## SOS-ODS: o plano de resgate das Nações Unidas para a Agenda 2030

*Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa*

A meio caminho do prazo final acordado pelos líderes mundiais para a transformação global rumo ao desenvolvimento sustentável, o Secretário Geral das Nações Unidas apresenta um relatório de progresso como subsídio à reunião do High Level Political Forum (HLPF) que acontecerá em julho próximo sob os auspícios do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e as notícias não são animadoras.

Em 2015, quando se substituiu a Agenda do Milênio por um novo conjunto de objetivos e metas, a esperança era grande. Construída mais democraticamente do que o primeiro acordo, com visão mais abrangente e ambiciosa, tendo a intersectorialidade e a parceria global como princípios orientadores, a Agenda 2030 prometia *não deixar ninguém para trás* – nem as pessoas, nem o planeta. Contudo, faltando sete anos, estamos em retrocesso. Segundo o relatório que será apreciado pelo HLPF, nos cinco primeiros anos que seguiram ao acordo, foram feitos progressos em diversas áreas, contudo, a pandemia de COVID-19, a guerra na Europa e as crescentes consequências de eventos climáticos extremos em diversas partes do mundo vem colocando os objetivos em marcha ré. É interessante notar que, essa retórica, adotada também por outras instituições das Nações Unidas, apesar de verdadeira, ignora as fragilidades estruturais de um sistema internacional injusto e debitando excessivamente nas crises sistêmicas – eventos externos – a responsabilidade pelas dificuldades experimentadas até o momento.

Segundo o documento, apenas um terço dos países atingirá a meta de reduzir pela metade a pobreza; o mundo está de volta a fome com taxas compatíveis a 2005 e lidando com a inflação dos alimentos em patamares mais altos que no período de 2015-2019; até 2030, estima-se que 84 milhões de crianças estarão fora da escola e 300 milhões de crianças ou jovens escolares não conseguirão ler ou escrever; o dióxido de carbono continua a subir níveis não vistos em 2 milhões de anos; cerca de 660 milhões de pessoas permanecem sem eletricidade e cerca de 2 bilhões continuam a depender de combustíveis e tecnologias poluentes para cozinhar; ao mesmo tempo em que milhares de espécies seguem ameaçadas de extinção. Até agora, projeto falhou e, novamente, os mais pobres são os que sofrem as piores consequências.

Contudo, o ponto forte do relatório é apresentar cinco recomendações que ensejam novos acordos:

Na **primeira**, o documento reconhece que é preciso um compromisso único desta geração para revisar as bases do sistema financeiro e econômico internacional de modo que responda aos atuais desafios. Seria necessário visitar o tratado de Bretton Woods e corrigir as injustiças históricas no núcleo do sistema financeiro internacional, para dar aos países mais vulneráveis uma chance justa de um futuro melhor, encorajando os Estados Membros a adotarem uma Declaração Política ambiciosa voltada para o futuro. Dito de outra forma, os países em desenvolvimento precisam estar em condições de: sanar suas dívidas, desvencilhando-se do alto serviço da dívida e os riscos de sobreendividamento que drenam os recursos para a implementação da Agenda 2030.

A **segunda** recomendação apela aos governos para que promovam ações concretas, integradas e direcionadas para erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade, promover economias verdes e acabar com a guerra contra natureza, capacitar os mais vulneráveis e criar empregos decentes, com foco particular no avanço dos direitos das mulheres e meninas. Faz um

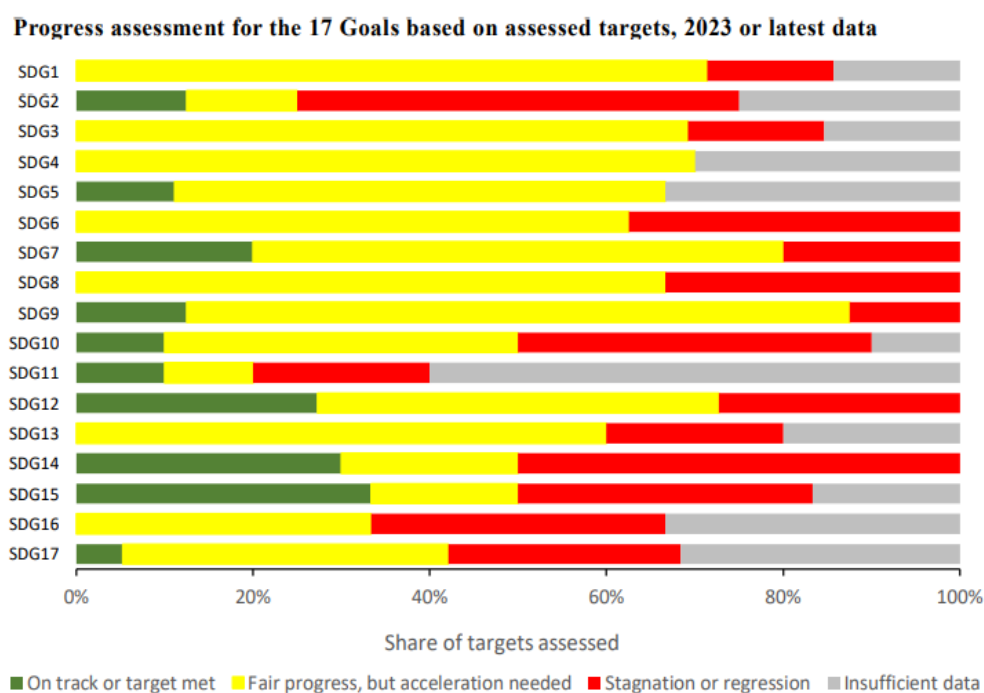
alerta geral para que os governos sigam o caminho dos ODS, com especial atenção para a adoção da Agenda de Aceleração do Clima, promovendo uma transformação justa e segura.

A **terceira** recomendação refere-se à governança, visando o fortalecimento da capacidade nacional e subnacional de instituições públicas para acelerar o progresso dos ODS. Ampliar o orçamento, melhorar o planejamento e os mecanismos de controle voltados para a implementação da Agenda nos níveis nacionais e locais.

Em **quarto**, está o alerta para que se renovem o compromisso de cumprir a Agenda de Ação de Adis Abeba, garantindo o financiamento para os ODS. Para isso, o HLPF conclama os Estados Membros a aplicar US\$ 500 bilhões por ano, até 2030. A quarta recomendação também reforça a primeira, advertindo para a necessidade de reformas profundas da arquitetura financeira internacional, como o financiamento: da transição energética, da resiliência climática, da economia inclusiva e do acesso universal à saúde.

Finalmente, a **quinta** recomendação proclama o fortalecimento do multilateralismo, em especial o sistema das Nações Unidas. O documento avalia que é importante fortalecer as representações nos países das diferentes agências e estruturas do sistema ONU e enumera algumas das agendas para as quais a Organização se volta nos diferentes níveis de sua atuação: ir além do PIB, fortalecer a cooperação digital, impulsionar a participação juvenil na tomada de decisões, transformar a educação, estabelecer uma plataforma de emergência e avançar uma nova agenda para paz.

O gráfico abaixo apresenta a performance global da Agenda de acordo com cada objetivo, **ilustrando a crise na implementação apontada no relatório de maneira geral e a crise no tema da saúde em particular.**



Está claro que o propósito de “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades” está ameaçado e as soluções discutidas no documento apontam

algumas perspectivas importantes. Uma delas é necessidade de se fortalecer os sistemas de saúde.

É eloquente que, a partir de 2022, 68 milhões de crianças que não cumpriram o esquema completo de vacinação e do aumento da tuberculose e da malária particularmente em países de baixa e média renda. O documento aponta a vulnerabilidade dos sistemas de saúde em países de baixa renda, a necessidade de uma saúde global mais robusta e de sistemas de segurança em saúde para prevenir e responder a futuras pandemias. Assim, destaca como premente uma antiga reivindicação de sanitaristas, acadêmicos e gestores que chamam atenção para a necessidade de se investir no fortalecimento dos sistemas de saúde, pugnando por intervenções na saúde global de caráter mais estruturante, inclusivo e equitativo. O documento também destaca um aumento na força de trabalho em saúde, mas com permanência de profundas desigualdades, persistindo a regra de “onde mais se precisa, menos se tem”. Segundo dados de 2014-2021, a África subsaariana continua a ter a menor densidade de profissionais de saúde, com apenas 2,3 médicos e 12,6 pessoal de enfermagem e obstetrícia por 10 mil habitantes, enquanto, a Europa e EUA apresentam respectivamente 39,4 médicos e 152 profissionais de enfermagem e obstetrícia por 10 mil habitantes.

Outros dados preocupantes são apontados:

- Entre 2015 e 2020, a taxa global de mortalidade materna apresentou um tímido declínio, i.e., de 227 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos para 223, ainda mais de três vezes superior à meta prevista de 70 mortes maternas até 2030, onde países de renda média e baixa concentram 95% desses óbitos.
- Entre 2020 e 2021, a taxa de incidência de tuberculose aumentou 3,6%, revertendo a tendência de declínio de cerca de 2% ao ano nas duas décadas anteriores;
- Em 2021, foram estimados 247 milhões de casos de malária. Um aumento global em comparação com os 224 milhões estimados para 2015;

Alguns indicadores positivos são registrados, ainda que estejam longe da meta proposta na Agenda, como:

- Grande progresso na redução da taxa de novas infecções por HIV;
- Redução da taxa de mortalidade em crianças com menos de 5 anos;
- Entre 2015 e 2023, a proporção de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) com acesso aos métodos contraceptivos modernos aumentou ligeiramente de 76,5% para 77,6%. Dessa forma, as projeções dessa taxa para 2030, se alteraram para 78,2%.

Mesmo com o quadro geral preocupante, o texto oferece um vislumbre do caminho possível, desde 2015. Mostra o progresso em algumas áreas-chave, como energia e acesso à Internet; governos, empresas setor privado e o público em geral adotando os ODS como matriz discursiva e orientadora. É com base nesse potencial que o texto propõe aos líderes mundiais, na Cúpula dos ODS em setembro próximo, apresentando um Plano de Resgate para as Pessoas e o Planeta centrado em três grandes eixos:

- Equipar a governança e as instituições para uma gestão sustentável e transformação inclusiva;
- Priorizar políticas e investimentos que tenham efeitos multiplicadores em todas as metas.
- Garantir um aumento no financiamento dos ODS e um ambiente global propício para países em desenvolvimento.

Dentre essas linhas gerais, o documento reitera temas já tratados na Agenda 2030. Reafirma o caráter indivisível dos objetivos, a necessidade de apropriação pelos governos e iniciativa privada, de melhores mecanismos de prestação de contas. Contudo, dentre os temas importantes que merecem atenção está, por exemplo o alerta para o reforço dos sistemas de proteção social, tema que é tratado desde uma perspectiva da prevenção de crises e, mais importante, também desde a ótica dos direitos humanos. O documento aponta que a cobertura de proteção social muitas vezes deixa de fora aqueles que dela mais precisam, como trabalhadores informais, mulheres e pessoas com deficiências, principalmente em países de baixa renda, o que tende a agravar a desaceleração econômica global.

Outro tema importante é o financiamento para o desenvolvimento sustentável e a ideia do esgotamento do modelo de funcionamento das principais instituições do sistema financeiro internacional. A meio do caminho do prazo acordado na Agenda 2030, os países em desenvolvimento lutam para obter acesso equitativo ao mercado global em um sistema comercial onde o círculo virtuoso dos benefícios das novas tecnologias, frutos da ciência e da inovação, continuam a favorecer os países ricos ao passo em que um círculo vicioso de pobreza, subdesenvolvimento e exploração continua a ameaçar os pobres.

Como ressaltamos, é importante que os acordos e a mobilização em torno da Agenda 2030 sejam renovados e que se discuta meios de implementação. A Agenda 2030 como um pano de fundo para se reafirmar a importância de temas como o fortalecimento dos sistemas de saúde e de seguridade social e o enfrentamento da hegemonia do capital financeiro internacional nas relações internacionais é positivo, mas diante da situação atual onde se corre contra o tempo, os países precisam repactuar de forma efetiva seu compromisso com a implementação da Agenda. O alerta do Secretário-Geral é importante, mas ele precisa encontrar eco e mais contundência entre outras lideranças globais, especialmente por parte dos chefes de estado com maior capacidade de vocalização de uma agenda transformadora de desenvolvimento.

#### Referências

HLPF. Disponível em: [https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-04/SDG%20Progress%20Report%20Special%20Edition%201.pdf?\\_gl=1\\*ziyvmm\\*\\_ga\\*MTUzMzA3Mjg2Ni4xNjg1ODI4ODA5\\*\\_ga\\_TK9BQL5X7Z\\*MTY4NTgyODgwOC4xLjAuMTY4NTgyODgwOC42MC4wLjA](https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-04/SDG%20Progress%20Report%20Special%20Edition%201.pdf?_gl=1*ziyvmm*_ga*MTUzMzA3Mjg2Ni4xNjg1ODI4ODA5*_ga_TK9BQL5X7Z*MTY4NTgyODgwOC4xLjAuMTY4NTgyODgwOC42MC4wLjA)

## **111ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT) busca soluções para os grandes desafios econômicos, sociais e ambientais que impactam a vida, o trabalho e a saúde dos trabalhadores**

***René Mendes***

Inaugurada em 5 de junho, na cidade de Genebra, e com previsão de se estender até o dia 16 deste mês, a 111ª Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de formatação tripartite (governos, empregadores e trabalhadores), já começou a tratar das grandes questões pautadas para este evento.

Na abertura da Conferência, o Diretor-Geral da OIT, Gilbert F. Houngbo, apresentou o Relatório do Diretor, intitulado **“Promoção da justiça social”**<sup>3</sup>, o qual enfocou a necessidade de uma maior justiça social global e os meios para alcançá-la, destacando as oportunidades que existem, tanto nacional quanto internacionalmente, para promover a política da OIT centrada nas pessoas e baseada em direitos.

Com este grande evento internacional ocorrendo neste período de 5 a 16 de junho, optamos por continuar a dar prioridade nesta edição de Cadernos CRIS (como já feito na edição anterior), quer compartilhando algumas notícias gerais relacionadas ao evento, quer escolhendo um dos grandes temas que será debatido ao longo de muitos dias, para um aprofundamento prévio. De cada tema oficial são esperadas propostas, resoluções, recomendações, enfim, contribuições das delegações tripartites dos Estados-membros da OIT.

Até o momento de elaborarmos este texto, delegados de 156 Estados-membros da OIT (dos 187 que fazem parte da Organização) já estavam inscritos na Conferência e participaram da sessão de abertura, e o número de delegados alcançava a 403; o de conselheiros técnicos e delegados suplentes alcançava 513, além de outros 1057 conselheiros técnicos. Portanto quase 2 mil pessoas, além de outros acompanhantes e assessores não credenciados no início do evento. Esperam-se cerca de 4 mil participantes.

O Quadro a seguir dá uma ideia do perfil dos participantes da 111ª Conferência Internacional do Trabalho e sua representatividade no modelo tripartite.

---

<sup>3</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms\\_882364.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_882364.pdf)



## ► Composición de la Conferencia y quórum para la votación <sup>1</sup>

(Información actualizada el 5 de junio de 2023, 14:30 hrs CET)

### Composición de la Conferencia <sup>2</sup>

- Estados Miembros: **156**
- Estados observadores no Miembros: **1**
- Movimiento de liberación: **1**
- Organizaciones internacionales oficiales: **13**
- Organizaciones internacionales no gubernamentales: **33**

### Representantes de los Estados Miembros (lista detallada en el anexo)

	Ministros	Delegados	Consejeros técnicos y delegados suplentes	Consejeros técnicos
Gobiernos	97	224	268	512
Empleadores	-	81	106	198
Trabajadores	-	98	139	347
<b>Total</b>	-	<b>403</b>	<b>513</b>	<b>1057</b>

### Votación y quórum

#### Derecho de voto

- Delegaciones *sin* derecho de voto (contribuciones atrasadas<sup>3</sup>): **17** <sup>4</sup>
- Delegados de los empleadores o de los trabajadores *sin* derecho de voto (delegaciones incompletas<sup>5</sup>): **1** <sup>6</sup>

#### Quórum para la votación

Ninguna votación surtirá efecto si el número de votos emitidos a favor y en contra fuere inferior a la mitad del número de delegados con derecho a voto presentes en la reunión de la Conferencia.<sup>7</sup>

- Delegados (o delegados suplentes) con derecho de voto: **470**
- Quórum: **235**

FONTE: OIT<sup>4</sup>

Entre os grandes temas pautados, destaca-se o tema intitulado **“Alcançar a igualdade de gênero no trabalho”** - Inquérito Geral sobre a Convenção sobre a Discriminação (Emprego e Profissão), 1958 (N.º 111), a Convenção sobre Trabalhadores com Responsabilidades Familiares, 1981 (N.º 156), a Convenção sobre a Proteção da Maternidade, 2000 (N.º 183), a Convenção sobre Discriminação (Emprego e Profissão) Recomendação, 1958 (Nº 111), a Recomendação de Trabalhadores com Responsabilidades Familiares, 1981 (Nº 165) e a Recomendação de Proteção à Maternidade, 2000 (Nº 191).<sup>5</sup>

De grande interesse para a classe trabalhadora, destaca-se, também, a **“Proposta de Convenção e Recomendação relativa à revisão parcial de 15 instrumentos internacionais do trabalho após a inclusão de um ambiente de trabalho seguro e saudável no quadro de princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT”**<sup>6</sup>.

<sup>4</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms\\_884153.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_884153.pdf)

<sup>5</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms\\_870825.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_870825.pdf)

<sup>6</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms\\_863567.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_863567.pdf)

## **Tema da Agenda e Informe selecionado para este número do Cadernos CRIS: “Alcançar uma transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos”**

Dedicaremos a parte principal desta edição do Cadernos CRIS, para aprofundar um pouco no conteúdo do documento oficial elaborado pela OIT, para embasar as discussões deste tema (que duram vários dias). Os informes preparatórios foram elaborados nos principais idiomas oficiais da OIT. A versão em espanhol<sup>7</sup> e a versão em inglês<sup>8</sup> foram analisadas e comparadas. São intituladas “**Lograr una transición justa hacia economías y sociedades ambientalmente sostenibles para todos**” e “**Achieving a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all**”, respectivamente. O documento de 2023 é o **Informe VI**, de tema que já vem sendo debatido em Conferências anteriores, e que traz novas questões e desafios aos delegados da 111ª Conferência Internacional do Trabalho. Faremos uma breve síntese deste importante documento, cujo original tem 63 páginas.

### **Estrutura do relatório**

Este relatório é composto por três capítulos: O Capítulo 1 analisa as consequências econômicas e sociais que uma transição para economias e sociedades inclusivas e ambientalmente sustentáveis pode ter, prestando especial atenção às oportunidades e desafios que surgem em relação ao trabalho digno. O Capítulo 2 descreve mais detalhadamente as principais áreas políticas listadas nas “Diretrizes Políticas para a Transição Justa” e examina novas práticas nos níveis setorial, nacional, regional e internacional. O Capítulo 3 apresenta as ações empreendidas pelo Secretariado da OIT e outras organizações internacionais para ajudar os Estados-membros a acelerar uma transição justa para economias e sociedades inclusivas e ambientalmente sustentáveis para todos.

### **Discussões anteriores da OIT abordando as questões de desenvolvimento sustentável, trabalho decente (digno) e transição justa**

O conceito de “**transição justa**” foi discutido pela primeira vez, como um tópico específico, durante a 102ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (junho de 2013), na qual os constituintes da OIT adotaram uma resolução e um conjunto de conclusões sobre **desenvolvimento sustentável, trabalho decente (digno) e “empregos verdes”**. Na mesma reunião, os constituintes da OIT saudaram o anúncio da “**iniciativa verde**” como uma das sete iniciativas centenárias da OIT, propostas pelo Diretor-Geral. Os constituintes reconheceram que a mudança climática e a transição para um mundo de trabalho de baixo carbono é a megatendência que, acima de todas as outras, distinguirá as responsabilidades e atividades que a OIT terá no futuro, daquelas que teve no passado. No âmbito da “**iniciativa verde**”, era necessária uma maior assessoria política e foram estabelecidas alianças estratégicas que permitissem aos Estados membros aumentar suas ações em resposta à mudança climática.

Em novembro de 2015, o Conselho de Administração da OIT aprovou as “**Diretrizes Políticas para uma transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos**”<sup>9</sup>. Essas diretrizes foram discutidas e adotadas em uma reunião de especialistas da

---

<sup>7</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms\\_876569.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_876569.pdf)

<sup>8</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms\\_876568.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_876568.pdf)

<sup>9</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_ent/documents/publication/wcms\\_432865.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_432865.pdf)



OIT, cujo trabalho se concentrou em oportunidades e desafios, princípios orientadores, arranjos institucionais e as nove principais áreas políticas delineadas nas conclusões da reunião de especialistas da OIT. As diretrizes fornecem um amplo quadro de ação que abrange as seguintes áreas principais: políticas macroeconômicas e de crescimento; políticas industriais e setoriais; políticas de negócios; desenvolvimento de habilidades; segurança e saúde no trabalho; proteção social; políticas ativas do mercado de trabalho; direitos humanos, diálogo social e tripartismo.

A **Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho**, 2019, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 108ª Sessão (Sessão do Centenário), reconhece as mudanças climáticas e ambientais como um dos fatores geradores de mudanças transformadoras no mundo do trabalho. A Declaração exorta a OIT a concentrar seus esforços em "garantir uma transição justa para um futuro de trabalho que contribua para o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental"<sup>10</sup>.

### **Resultados esperados da discussão geral**

Conforme acordado pelo Conselho de Administração da OIT em sua 344ª Sessão (março de 2022), espera-se que a discussão geral na 111ª Sessão da Conferência tire conclusões que forneçam mais orientações à Organização. Além disso, espera-se que os constituintes da OIT:

- confirmem a necessidade de ação urgente para promover e acelerar uma transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos nos níveis global, regional, nacional e setorial;
- reafirmem os princípios orientadores e as principais áreas políticas das **“Diretrizes Políticas para uma Transição Justa para Sociedades e Economias Ambientalmente Sustentáveis para Todos”**;
- discutam o papel essencial que as políticas industriais e a tecnologia desempenham no combate às mudanças climáticas e ambientais, bem como na promoção do trabalho decente (digno);
- adotem um roteiro para avançar de forma mais concertada, coerente e coordenada em direção a economias e sociedades ambientalmente sustentáveis, em prol do trabalho decente e da justiça social, que seria composto por quatro elementos principais:
  - i) promover economias inclusivas, sustentáveis e geradoras de empregos;
  - ii) alcançar a equidade social;
  - iii) gerir o processo;
  - iv) financiar uma transição justa, e
- Forneçam orientação ao Escritório da OIT sobre como fortalecer seu apoio a eles no enfrentamento das mudanças climáticas e ambientais, promovendo a justiça social e o trabalho decente, inclusive por meio do compartilhamento de conhecimento, assessoria política, cooperação para o desenvolvimento, capacitação e colaboração e parcerias globais.

---

<sup>10</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms\\_711699.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_711699.pdf)

## Conteúdo e Estrutura do Capítulo 1 do Informe

### **Capítulo 1. Efeitos sociais, econômicos e de emprego de uma transição justa para economias e sociedades inclusivas e ambientalmente sustentáveis**

1.1. Efeitos sociais e econômicos de políticas para enfrentar as mudanças climáticas e ambientais

1.1.1. Efeitos no emprego e nos setores econômicos

1.1.2. Consequências da desigualdade

1.2. Tecnologia e transformações nos diferentes setores econômicos

1.2.1. Energia e utilidades

1.2.2. Transporte

1.2.3. Agricultura e Florestamento

1.2.4. Resíduos, reciclagem e economia circular

1.3. Oportunidades e desafios em relação ao trabalho decente e ao desenvolvimento sustentável

1.3.1. Desafios e oportunidades no mercado de trabalho

1.3.2. Desafios e oportunidades no campo socioeconômico

1.3.3. Coalizão Global pela Justiça Social

## Conteúdo e Estrutura do Capítulo 2 do Informe

### **Capítulo 2. Políticas e medidas para promover uma transição justa**

2.1. Quadro de ação para uma transição justa

2.2. Políticas-chave para uma transição justa

2.2.1. Políticas macroeconômicas e de crescimento a favor de economias sustentáveis

2.2.2. Políticas industriais e setoriais que aproveitam a inovação tecnológica

2.2.3. Políticas de negócios e ambiente favorável à mudança

2.2.4. Requalificação e aperfeiçoamento de competências para mercados de trabalho em constante evolução

2.2.5. Segurança e saúde no trabalho no contexto de uma transição justa

2.2.6. Proteção social para defender as pessoas dos efeitos adversos da transição e incentivar a participação nela

2.2.7. Políticas ativas do mercado de trabalho para facilitar a transição

2.2.8. Respeito aos direitos e normas trabalhistas na transição

- 2.2.9. Diálogo social e tripartismo ao serviço da coesão social
- 2.3. Conceção, gestão e financiamento de uma transição justa e inclusiva
  - 2.3.1. Coordenação de políticas e inclusão
  - 2.3.2. Coordenação de políticas na prática
  - 2.3.3. Deveres dos Parceiros Sociais
  - 2.3.4. Financiar uma transição justa
- 2.4. Lições e perspectivas

### **Políticas e medidas para promover uma transição justa: Algumas lições e perspectivas (sintetizadas na parte final do Capítulo 2 do Informe)**

A noção de uma **transição justa** ganhou força no cenário político na última década e desde o desenvolvimento das “Diretrizes de Política de Transição Justa”. Essa tendência é sustentada pelo **crescente reconhecimento dos impactos sociais e de emprego das políticas climáticas e ambientais e das transformações econômicas** que elas acarretam. Baseia-se também no fato de que garantir uma transição justa é cada vez mais reconhecido não apenas como um imperativo moral, mas como uma condição necessária, dado a escala e a magnitude das mudanças necessárias.

Apesar da crescente aceitação da noção de uma “transição justa” entre os países e outras partes interessadas, a integração de considerações econômicas, sociais e de emprego nas políticas climáticas está ocorrendo de forma desigual. Isso está levando a uma **falta de coerência política** entre muitas contribuições determinadas em nível nacional e instrumentos de mudança climática, por um lado, e políticas econômicas e sociais, por outro. Além disso, o diálogo social e os direitos trabalhistas às vezes foram deixados de fora da política, minando os princípios básicos de uma transição justa. Por vezes, nem a dimensão da sustentabilidade ambiental tem sido suficiente para enfrentar os desafios climáticos e ambientais. Isso pode minar a credibilidade de uma transição justa e impedir a conquista de progressos importantes. Portanto, os esforços precisam ser acelerados no contexto das “Diretrizes da Política de Transição Justa”.

A noção de uma transição justa continua a consistir, em sua maior parte, em compromissos gerais ou breves referências em documentos de política que ainda não foram totalmente articulados ou concretizados em medidas abrangentes e implementadas. Isso pode denotar, entre outras coisas, a falta de um entendimento comum do conceito, dada a sua relativa novidade. **Urge, por isso, acelerar a adoção de medidas concretas** para evitar que os princípios e características do quadro político para uma transição justa sejam distorcidos, especialmente através de um **“falso ambientalismo”**, e que se perca o ímpeto e a confiança entre as partes. As atividades de capacitação e defesa (“advocacy”) adaptadas às necessidades específicas e em constante mudança dos governos e parceiros sociais, bem como o intercâmbio internacional de experiências que promovem o aprendizado, podem contribuir substancialmente para apoiar os constituintes em acelerar e intensificar os esforços.

As experiências de diferentes países e regiões ilustram como uma transição justa está sendo promovida por meio de diferentes medidas. Algumas delas são explicitamente classificadas como **políticas de transição justa**, enquanto outras que promovem objetivos de

**emprego, igualdade e clima** não são classificadas como tal. Alguns países estão formulando estratégias globais específicas em nível nacional ou local, outros estão integrando apenas objetivos de transição em diferentes áreas políticas e outros ainda estão aplicando uma combinação dessas abordagens. No entanto, ambas as abordagens são essenciais e devem ser aplicadas em conjunto para responder às necessidades de cada contexto. **Uma transição justa é efetivada por meio de medidas políticas específicas**, por exemplo, políticas empresariais, desenvolvimento de habilidades e proteção social. Além disso, **quadros integrados, planos estratégicos e mecanismos de coordenação são essenciais para garantir a coerência e o impacto** em todas as áreas políticas e medidas e para fazer uso eficaz dos recursos.

O **diálogo social** tem fomentado o desenvolvimento de vários processos e políticas relacionadas com uma transição justa. Esses casos mostram o valor crítico da construção de consenso em torno de prioridades e medidas por meio do diálogo social ao longo do processo de formulação de políticas e planejamento. Além de governos e parceiros sociais, outros atores, como **povos indígenas, jovens e comunidades**, também têm grande interesse na transição. Devem ser estabelecidos mecanismos de consulta adequados com vista a garantir a inclusão dos grupos atualmente excluídos, o que implica alocar tempo e recursos suficientes para o processo.

A **igualdade de gênero e os direitos trabalhistas estão incluídos na noção de transição justa, mas muitas vezes não são integrados ou suficientemente abordados nas políticas relacionadas à transição justa**; portanto, é essencial fortalecer sua integração e, quando apropriado, desenvolver instrumentos específicos. Além disso, os fatores estruturais que estão na raiz da discriminação e da desigualdade precisam ser enfrentados por meio da implementação de medidas que não se limitem apenas àquelas relacionadas a uma transição justa. Uma vez que uma transição justa acarreta grandes mudanças nas estruturas sociais e econômicas, ela também oferece uma oportunidade para redefinir as normas de gênero e incluir todos os gêneros como agentes de mudança para maximizar os benefícios e acelerar a transição para sociedades mais igualitárias e sustentáveis.

A **transição energética**, em particular a redução gradual do carvão, tem estado na vanguarda das discussões sobre a transição justa. Ao mesmo tempo, é essencial reconhecer que muitos outros setores estão envolvidos na transição para a sustentabilidade, e, também devem ser abordados nas políticas. Além disso, alcançar uma transição justa sem carvão para trabalhadores e regiões dependentes da indústria do carvão requer uma abordagem que abranja a economia inteira.

Há um crescente reconhecimento do **papel da proteção social como um facilitador da transição justa**. Repensar o papel da proteção social e das políticas ativas do mercado de trabalho relacionadas pode levar a políticas proativas que mitiguem o risco de choques decorrentes da mudança na natureza dos empregos à medida que os trabalhadores mudam de setor, tarefas e ocupações. Além de políticas voltadas para o futuro que levem em consideração as necessidades futuras de habilidades, preparem os que entram no mundo do trabalho para o mercado de trabalho de amanhã, ao mesmo tempo em que permitem que os trabalhadores de hoje melhorem sua **empregabilidade**, é necessário adotar um novo conjunto de políticas que abranjam os sistemas educacionais e treinamento de habilidades, combinado com o apoio a todas as pessoas para aproveitar essas oportunidades.

Até o momento, as políticas destinadas a alcançar uma transição justa têm se concentrado principalmente em evitar e abordar os efeitos negativos das políticas e estratégias de mitigação da mudança climática ou em aproveitar as oportunidades econômicas e de

emprego na economia verde. Dado o ritmo da mudança, é necessário prestar maior atenção à adaptação e às respostas às alterações climáticas e a outros desafios ambientais, incluindo a **perda de biodiversidade** que está alterando as condições de trabalho das empresas e dos trabalhadores. **Uma transição justa implica a adoção de uma abordagem de toda a sociedade, permitindo que os modos de produção e consumo predominantes sejam adaptados para evitar as consequências de longo prazo das mudanças climáticas.**

**O papel do setor privado na gestão de riscos climáticos e ambientais está recebendo maior reconhecimento.** As empresas adotaram abordagens inovadoras que incentivam o desenvolvimento de tecnologias e práticas de negócios novas e mais ecológicas. O uso inteligente de incentivos, a criação de um ambiente propício para aproveitar o potencial dos atores do setor privado e práticas regulatórias para garantir a ‘diligência prévia’<sup>11</sup> – para prevenir e mitigar os impactos adversos reais e potenciais das atividades de negócios nas pessoas e no planeta — formam uma combinação de políticas que pode liberar o potencial do setor privado para conduzir uma transição justa.

**Os parceiros sociais têm desempenhado um papel fundamental na promoção de uma transição justa a nível internacional, nacional, setorial, local e empresarial.** Eles realizam atividades de ‘advocacy’, contribuem para a formulação de políticas por meio do diálogo social e apoiam seus membros e afiliados na resposta às novas prioridades. No entanto, as capacidades institucionais e técnicas diferem e as necessidades dos trabalhadores e empregadores evoluem de acordo com economias e mercados de trabalho em rápida mudança. É, por isso, **essencial intensificar a capacitação dos parceiros sociais** de forma relevante e de acordo com as suas necessidades, e garantir que os governos promovam a criação, desenvolvimento e formalização de mecanismos e estruturas de diálogo a todos os níveis.

**Outros atores não estatais** assumiram compromissos ou tomaram iniciativas em relação à transição justa, o que pode ajudar a promover e expandir o trabalho nesse sentido. **Povos indígenas, grupos de jovens e mulheres** que atualmente carregam o peso dos impactos negativos das mudanças climáticas e ambientais estão se manifestando para exigir resultados mais equitativos. Por esta razão, será essencial que os mandantes tripartidos encontrem formas de incorporar no seu diálogo social as preocupações dos grupos que estão atualmente excluídos dos debates sobre as prioridades políticas.

É amplamente reconhecido o **financiamento** desempenha um papel essencial para alcançar uma transição justa. São necessárias diferentes fontes de financiamento: públicas e privadas, nacionais e internacionais. **Estabelecer vínculos coerentes entre políticas de transição justa e estruturas de financiamento** é fundamental para gerar impacto em escala e mobilizar investimentos que possam apoiar o alcance das metas de transição justa.

---

<sup>11</sup> O termo em inglês *due diligence* (diligência prévia, em português), denomina o procedimento de estudo e investigação de diferentes fatores de uma empresa, tendo como objetivo analisar possíveis riscos que a mesma possa trazer para os diferentes públicos interessados (compradores, investidores, fornecedores, parceiros de negócios e demais stakeholders). Dessa forma, a *due diligence* pode ser entendida como uma espécie de auditoria, embora tenha implicações mais profundas que apenas uma auditoria, analisando aspectos financeiros, jurídicos, trabalhistas, contábeis, fiscais, ambientais e até tecnológicos da empresa. Com a *due diligence*, procura-se compreender a empresa como um todo, analisando todos os fatores que a compõe e compreendendo como o negócio funciona em relação aos seus diferentes setores, podendo assim se ter uma noção real dos seus riscos, das suas oportunidades, do seu posicionamento e valor de mercado. (FONTE: <https://www.projuris.com.br/blog/o-que-e-due-diligence/#h-o-que-e-due-diligence> )

**A adoção e implementação de políticas e iniciativas de transição justa ainda estão em estágios iniciais e não há indicadores ou métricas centrais acordados.** Isto implica que, por enquanto, o impacto não pode ser avaliado de forma substantiva e sistemática. Será essencial criar uma base sólida de parâmetros comparáveis, o que exigirá, entre outras coisas, a coleta de dados com base nas variáveis-chave que forem determinadas. Quadros de monitoramento e avaliação acordados e transparentes podem ajudar a acompanhar o progresso, tirar lições relevantes e tomar medidas corretivas e, portanto, são uma ferramenta muito importante para garantir a prestação de contas.

### **Conteúdo e Estrutura do Capítulo 3 do Informe**

#### **Capítulo 3. Ação da OIT**

3.1. Promover estudos e pesquisas sobre os impactos das mudanças climáticas e ambientais e as respostas políticas relacionadas ao emprego e equidade social.

3.2. Aconselhamento sobre políticas e desenvolvimento de capacidade para constituintes da OIT

3.2.1. Programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento na OIT

3.3. Colaboração e alianças internacionais

3.3.1. Contribuição da OIT para os processos da ONU sobre mudanças climáticas e ambientais

3.3.2. Participação da OIT nas principais plataformas de políticas

3.3.3. Alianças estratégicas

3.4. Lições e perspectivas

### **Ação da OIT: Algumas lições e perspectivas (sintetizadas na parte final do Capítulo 3 do Informe)**

Como resultado das ações empreendidas pela OIT desde a adoção de suas “**Diretrizes de Política para uma Transição Justa**”, em 2015, e o progresso feito com elas, várias lições foram aprendidas e recomendações foram feitas, por exemplo, no âmbito das avaliações internas e independentes de projetos de cooperação para o desenvolvimento da OIT. As principais lições aprendidas sobre assessoria política, cooperação para o desenvolvimento, parcerias e colaboração internacional são mencionadas a seguir.

**A importância de uma abordagem personalizada e dirigida pelo país para uma transição justa:** Para que sejam eficazes e inclusivas, as intervenções precisam estar firmemente fundamentadas no país e contextos, com base na compreensão das necessidades dos constituintes e das preocupações dos grupos vulneráveis grupos e ancorados em quadros institucionais e políticos nacionais. Isso é fundamental para garantir a sustentabilidade e que sejam aceitas como próprias.

**O valor das abordagens integradas para a cooperação para o desenvolvimento:** Um requisito essencial para alcançar uma transição justa é melhorar a coerência política e a coordenação das medidas em diferentes campos. Isso é especialmente importante porque os países cumprem seus compromissos desenvolvendo políticas e estratégias relacionadas com

uma transição justa. Assim, tornar-se-ão essenciais projetos de cooperação para o desenvolvimento, que apoiem de forma integrada o planejamento e concepção de instrumentos nas diferentes áreas, bem como o apoio à implementação de políticas. Isso requer intervenções mais abrangentes e, conseqüentemente, a necessidade de aumentar o financiamento.

**Promoção do tripartismo como elemento central dos projetos de cooperação para o desenvolvimento:** a participação ativa e o empenho dos constituintes tripartidos na concepção, implementação e avaliação de novos projetos e iniciativas contribui para aumentar a eficácia da implementação dos projetos. A promoção do **diálogo social**, ao invés de processos de consulta ad hoc, deve ser um componente integral dos projetos.

**Combinação de intervenções nacionais e globais:** A assistência aos países é muitas vezes melhorada quando é possível aproveitar o conhecimento global mais recente, as ferramentas mais avançadas adaptadas aos contextos locais e o compartilhamento internacional de experiências. Por outro lado, o desenvolvimento e as ferramentas de conhecimento global podem ser bastante aprimorados pelo conhecimento local, boas práticas e aplicações nos países.

**Colaboração no âmbito de programas conjuntos da ONU para aumentar a eficácia operacional e os benefícios para os países:** aproveitando a experiência complementar das agências da ONU, fortalecer a colaboração e sinergias por meio de mecanismos de financiamento compartilhado e alinhamento com a reforma do sistema de desenvolvimento das ONU pode aumentar a eficácia das atividades e resultar em benefício para os países. O Fundo Fiduciário de Multiparceiros das Nações Unidas provou ser útil na alocação de recursos financeiros para entidades implementadoras e na gestão de intervenções de maneira transparente.

**Integrando o objetivo de uma transição justa no trabalho da OIT:** a OIT está cada vez mais integrando considerações de sustentabilidade ambiental e transição justa nos projetos que realiza nas diferentes áreas de seu trabalho e que fornecem apoio considerável aos constituintes. A fim de manter e reforçar esta tendência e aproveitar a experiência de todo o Escritório, é necessário fazer provisões adequadas de pessoal, incluindo suporte técnico.

**Expansão de parcerias e diversificação da mobilização de recursos:** Embora os projetos em andamento tenham contribuído significativamente para promover uma transição justa, as lacunas de financiamento persistem e devem aumentar como resultado do aumento da demanda (à medida que mais países adotam políticas para facilitar uma transição justa) e a necessidade crescente de tipos mais abrangentes de assistência em planejamento e atividades mais coordenadas em todas as áreas políticas. Para lidar com estas carências, será necessário aumentar e diversificar os fundos. Por um lado, será importante fortalecer as alianças bilaterais e multilaterais de financiamento público e reforçar o diálogo com os parceiros financiadores para identificar oportunidades e conceber projetos. Por outro lado, serão necessários maiores esforços para mobilizar fundos vinculados a mecanismos internacionais de financiamento ambiental e climático, como o Green Climate Fund, o Global Environment Facility e o Adaptation Fund. A colaboração com instituições financeiras internacionais e bancos regionais e multilaterais de desenvolvimento na execução de programas e projetos pode ser um meio de ampliar a assistência técnica aos países e vinculá-la a iniciativas de financiamento. O financiamento de projetos também pode ser explorado por meio de fundações como a European Climate Foundation e a Fundação Bill and Melinda Gates.

**Essa intensificação dos esforços de mobilização de recursos pode implicar a ampliação de parcerias** com outras agências das Nações Unidas e entidades nacionais que já são credenciadas para fundos como o Green Climate Fund ou o Global Environment Facility, enquanto continuam os esforços para buscar o credenciamento correspondente. Também será necessário investir no fortalecimento das capacidades humanas e institucionais do Escritório e dos constituintes da OIT, na elaboração, desenho e implementação de propostas de projetos de qualidade para instituições financeiras internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e outros mecanismos competitivos de financiamento.

**Fortalecimento do engajamento estratégico em processos e plataformas de políticas internacionais:** contribuir com os processos internacionais é vital para promover o entendimento de uma transição justa, promover compromissos e desencadear ações para torná-la realidade. Isso complementa o apoio fornecido no nível do país e pode gerar oportunidades para compartilhar experiências, aprendizado e iniciativas conjuntas.



## Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Rafael Gomes França, Caio Murta,  
Harim Baek, Júlia Moraes,  
Marina Sujkowski,  
e Deisy de Freitas Lima Ventura.*

Neste Informe, o Grupo de Trabalho de Migração Refúgio e Saúde Global relata as consequências para as migrações do México para os Estados Unidos da América (EUA), após a instituição de medidas restritivas à entrada de estrangeiros em território americano, devido à pandemia da covid-19. Pela vizinhança com os EUA e a América Central, o México tornou-se destino de quem busca refúgio. Durante a 76ª Assembleia Mundial de Saúde, foi estendido até 2030 o Plano de Ação Global para a promoção da saúde de refugiados e migrantes. Além de dados das migrações brasileiras no mês de abril.

### **Expectativa do fim do Título 42 e as enormes filas na fronteira do México e Estados Unidos da América (EUA).**

Foi logo nos primeiros dias da pandemia de coronavírus, que os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA publicaram uma ordem de saúde pública que, segundo as autoridades, tinha o intuito de impedir a propagação da covid-19. Essa ordem concedeu às autoridades o poder de expulsar, de modo mais ágil, os imigrantes nas fronteiras terrestres dos EUA. A política é conhecida pelo nome de Título 42, por conta da parte do código dos EUA, que autorizava o diretor do CDC a emití-la. Os imigrantes que eram encontrados sob o Título 42, acabavam sendo enviados de volta a seus países de origem ou ao México. De acordo com os dados da Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA, as autoridades chegaram a expulsar mais de 2,8 milhões de imigrantes da fronteira EUA-México, desde o seu início. O Título 42, as restrições de saúde pública pandêmicas que foram adotadas na época em que Trump governou os EUA se tornaram, ao decorrer do tempo, uma ferramenta importante utilizada pelas autoridades para negar o pedido de asilo aos imigrantes que ficavam principalmente na fronteira entre os Estados Unidos e o México.<sup>12</sup>

As autoridades americanas realizaram uma estimativa a partir do fim da medida de emergência, cerca de 12 mil pessoas irão tentar entrar de forma ilegal nos EUA, todos os dias. É importante ressaltar, que esse número é quase o dobro do número de travessias de quando o Título 42 era válido. Três cidades do Texas na fronteira declararam emergência: Brownsville, Laredo e El Paso.<sup>13</sup>

O presidente Joe Biden tem instaurado medidas bem rígidas tanto quanto às implantadas no governo de Donald Trump, com o objetivo de desencorajar as travessias, incluindo o aumento de deportações. A Casa Branca finalizou uma regulação que dificulta a entrada de quase todos que desejam buscar asilo.<sup>14</sup> A esperança por asilo nos EUA se depara com vários obstáculos. Primeiramente, a legislação do país considera ilegal quem adentra por meio de travessias irregulares. Além disso, um novo regulamento entrou em vigor, definindo

---

<sup>12</sup><https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/titulo-42-o-que-e-e-o-que-acontecera-na-fronteira-dos-eua-com-seu-fim/>

<sup>13</sup><https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/08/expectativa-do-fim-de-lei-rigorosa-contraimigrantes-ilegais-forma-filas-na-fronteiro-do-mexico-e-eua.ghtml>

<sup>14</sup><https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/08/expectativa-do-fim-de-lei-rigorosa-contraimigrantes-ilegais-forma-filas-na-fronteiro-do-mexico-e-eua.ghtml>

que só podem solicitar asilo nos EUA aqueles que já pediram refúgio em outro país e acabaram tendo seu pedido negado. A nova regra chama atenção para uma mudança essencial na política de imigração americana. De acordo com Ariel Ruiz, especialista do think tank Migration Policy Institute, a pessoa que cruzar a fronteira precisará provar que solicitou asilo ao México e teve o pedido negado, para conseguir entrar nos EUA e solicitá-lo lá. Caso isso não seja feito, essa pessoa será colocada em processo de deportação e será enviada para o México ou para outro país.<sup>15</sup> Por isso, o diretor do Laboratório de Imigração da American University, Ernesto Castañeda, afirma que o fim do Título 42 não significa que as fronteiras estejam abertas, não será fácil para os latino-americanos entrarem nos EUA, já que as pessoas não irão poder pedir asilo estando em território americano, então, de certa forma, o Título 42 permanece vivo.<sup>16</sup>

### **Situação no México**

Apesar da dificuldade de migração para os Estados Unidos, o México se torna cada vez mais um destino para pessoas que buscam refúgio e as necessidades aumentam entre aqueles que esperam que seus pedidos de abrigo sejam processados no sul do país. O caminho do lado guatemalteco do rio Usumacinta para o lado mexicano leva apenas alguns minutos para atravessar por meio de um barco motorizado. As pessoas que chegam em busca de refúgio desembarcam em grupos de uma dúzia ou mais, carregando mochilas e garrafas de água e, ocasionalmente, crianças pequenas.<sup>17</sup>

Alguns conseguem pagar por “guias” que os acompanham pela viagem e conduzem suas cargas pela costa, até os táxis que os aguardam. Aqueles que não possuem poder monetário suficiente precisam caminhar através de estradas das densas florestas e montanhas pelos próximos 165 quilômetros até a cidade de Palenque.

Esta margem do rio na pequena cidade de Frontera Corozal, no estado de Chiapas, no extremo sul do México, é um ponto de partida de um número crescente de requerentes de abrigo e migrantes da América do Sul e Central<sup>18</sup>. Enquanto alguns veem o México como apenas uma parada intermediária em sua jornada para o Norte, um número crescente o vê como seu destino final, onde podem encontrar segurança e estabilidade.

A Comissão Mexicana de Assistência a Refugiados (COMAR) passou de menos de 2 mil solicitações de asilo por ano, há uma década, para quase 120 mil no ano passado. Seus níveis de orçamento e assistência são um desafio para a execução de suas ações, mesmo com o apoio significativo do ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados. Estima-se que a COMAR pode processar cerca de 6 mil solicitações de abrigo por mês, mas atualmente recebe em torno de 12 mil solicitações<sup>19</sup>. O sistema encontra-se claramente sob pressão.

---

<sup>15</sup><https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/05/11/o-que-significa-o-fim-da-medida-titulo-42-nos-eua.htm>

<sup>16</sup><https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/08/expectativa-do-fim-de-lei-rigorosa-contrainmigrantes-ilegais-forma-filas-na-fronteira-do-mexico-e-eua.ghtml>

<sup>17</sup><https://www.unhcr.org/news/stories/claims-backlog-strands-growing-numbers-asylum-seekers-southern-mexico>

<sup>18</sup><https://www.unhcr.org/news/stories/claims-backlog-strands-growing-numbers-asylum-seekers-southern-mexico>

<sup>19</sup><https://www.unhcr.org/news/stories/claims-backlog-strands-growing-numbers-asylum-seekers-southern-mexico>

## **OMS: A Assembleia Mundial da Saúde prorrogou o Plano de Ação Global para a saúde de migrantes e refugiados até 2030.**

A 76ª Assembleia Mundial da Saúde adotou uma resolução que estende o Plano de Ação Global (PAG) para a promoção da saúde de refugiados e migrantes até 2030<sup>20</sup>. O Plano requisita que governos, stakeholders e outras redes, em colaboração com a OMS, continuem a aprimorar as políticas voltadas para a saúde desses grupos ao redor do mundo.

A resolução reforça o Plano de Ação como um instrumento para priorizar os esforços para aprimorar a equidade em saúde global, endereçando a saúde física e mental e o bem-estar de pessoas refugiadas e migrantes no mundo, além de buscar atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. Para o diretor do Programa de Saúde e Migração da OMS, a prorrogação desse programa permite que, nos próximos sete anos, os países-membros possam reorientar seus sistemas de saúde para abarcar políticas inclusivas e intervenções de longo prazo, além de planos voltados para fases agudas de deslocamento humano.

Proposta dos governos de Portugal e do México, junto a outros apoiadores - entre eles, o Brasil -, a resolução urge que os Estados-membros continuem a endereçar as necessidades de saúde de pessoas migrantes e refugiadas, integrando-as em iniciativas globais, regionais e nacionais e identificando e compartilhando desafios, lições aprendidas e melhores práticas relacionadas à implementação do Plano de Ação Global. Ademais, a resolução requer que a OMS continue providenciando apoio técnico, desenvolvendo orientações, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e coordenando ações entre os Estados-membros, assim como estimulando o monitoramento e a pesquisa sobre o tema e a transformação dos pontos do PAG em ações concretas e realizáveis. Assim, a OMS deve submeter um relatório de progresso à Assembleia Mundial da Saúde em 2025, 2027 e 2029.

Nos últimos quatro anos, desde a adoção do PAG, houve uma série de progressos em direção a melhores resultados na promoção da saúde do bilhão de pessoas em deslocamento no mundo. Com a prorrogação do Plano, os Estados-Membros e a OMS renovam seu compromisso de trabalhar juntos para reduzir desigualdades existentes no acesso à saúde, de forma que todas as pessoas possam ter seu cuidado com saúde física e mental garantido, a qualquer momento, a despeito de dificuldades financeiras e independentemente do status migratório.

### **Dados do relatório mensal da OBMigra de abril.<sup>21</sup>**

No mês de abril, houve algumas alterações no número de recebimento de pedidos de visto, solicitação de refúgio e entrada de imigrantes qualificados para o mercado de trabalho brasileiro. Quanto ao número de vistos emitidos pelos postos consulares brasileiros, embora o número total ainda esteja bastante alto, houve queda considerável na série em abril. Chineses e indianos foram os vistos mais emitidos, e os vistos para visita e trabalho também.

Quanto ao sistema de tráfego internacional, as movimentações fronteiriças foram acima do patamar do mesmo período no ano passado. Houve maior balanço positivo para

---

<sup>20</sup><https://www.who.int/news/item/26-05-2023-the-world-health-assembly-extends-the-global-action-plan-for-refugee-and-migrant-health-until-2030>

<sup>21</sup><https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais/1732-obmigra/dados/relatorios-mensais/401727-ano-4-numero-4-abril-2023>

movimentação de venezuelanos, com considerável movimento de franceses e chineses. Os registros de residência sofreram uma grande queda no mês de abril. A nacionalidade mais beneficiada foi de venezuelanos, mas é importante o destaque aos afegãos nesse contingente.

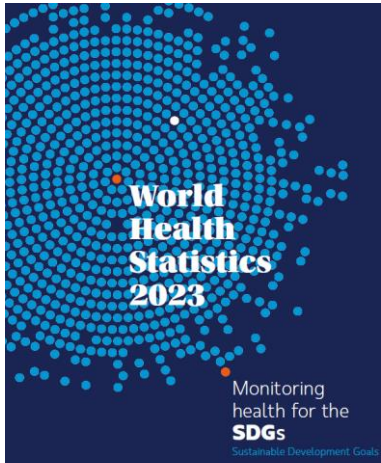
Similarmente, houve queda nas solicitações de refúgio na comparação com março. No entanto, bengalis, surinamenses e nepaleses aumentaram o número de solicitações neste período. Venezuelanos e cubanos seguem como as principais nacionalidades solicitantes.

Do mesmo modo, verifica-se uma queda nas autorizações de trabalho. Nesse mês, a maior parte foi conferida para trabalhadores com nível superior e vindos da Coréia do Sul, México, Portugal, França e Índia. Nesse sentido, São Paulo foi a cidade que mais movimentou imigrantes no mercado formal, e Curitiba a com maior criação de vagas para este grupo populacional. A região sul permanece como a que mais cria vagas e movimenta este tipo de trabalhadores.

As transferências pessoais obtiveram certa recuperação no saldo com relação a março. A principal origem destes recursos foi Estados Unidos da América (EUA), Portugal e Suíça. Os principais destinos de transferência foram EUA, Portugal e Reino Unido.

## Relatório de Estatísticas de Saúde Mundial: Os ODS e a situação de mulheres e crianças

*Maria Teresa Rossetti Massari*  
*Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*



Todos os anos desde 2005, durante a Assembleia Mundial da Saúde, a OMS publica seu Relatório de Estatísticas de Saúde Mundial. A edição de 2023 analisou mais de 50 indicadores relacionados à saúde dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Décimo Terceiro Programa Geral de Trabalho da OMS (GPW 13).

O relatório mostra que a população mundial vivenciou um aumento significativo da sobrevivência, com a expectativa de vida global aumentando desde a década de 1950, chegando a 67 anos em 2000 e 73 em 2019. Essa tendência refletiu a transição epidemiológica de um período caracterizado por alta mortalidade na infância e alta carga associada a doenças infecciosas e condições maternas, perinatais e nutricionais, para um período com alta carga de doenças não transmissíveis (DCNT).

### Tendências na Mortalidade Materna

A gravidez, o parto e o período pós-natal devem trazer experiências positivas, garantindo que as mulheres e seus bebês alcancem todo o seu potencial de saúde e bem-estar. Infelizmente, essas fases da vida ainda carregam riscos consideráveis para as mulheres e suas famílias, uma vez que muitas mulheres em muitas partes do mundo morrem devido a complicações relacionadas e cuidados de saúde inadequados. A meta dos ODS propõe uma redução da taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos até 2030.

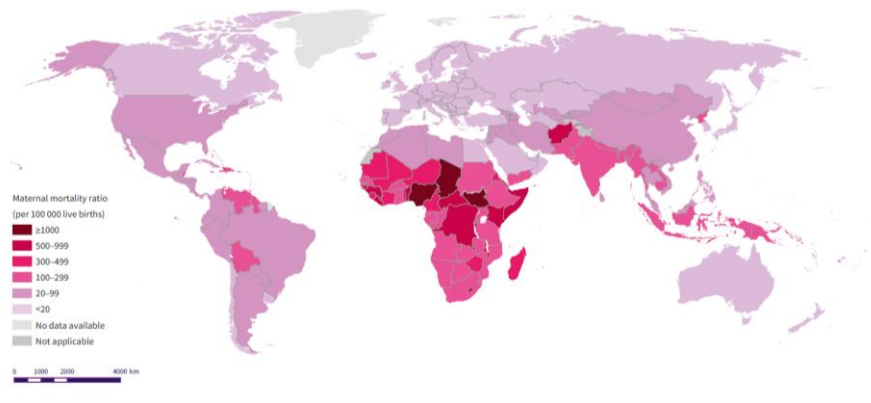
Estima-se que 287.000 mulheres perderam suas vidas devido a causas evitáveis relacionadas à gravidez e ao parto em 2020 – aproximadamente 800 mulheres todos os dias (223 mortes para cada 100.000 nascidos vivos). A razão de mortalidade materna, bem como as taxas de progresso e desaceleração, têm sido desiguais entre as regiões da OMS:

- O Sudeste Asiático manteve a taxa de redução mais rápida nos primeiros cinco anos dos ODS, reduzindo a taxa de mortalidade materna de 372 por 100.000 nascidos vivos em 2000 para 117 por 100.000 nascidos vivos em 2020;
- A Região Africana manteve sua razão de morte materna relativamente estável nas últimas duas décadas e continuou a ter a maior taxa de mortalidade materna;
- A Região das Américas, do Pacífico Ocidental e da Europa viram uma tendência de reversão, com os níveis da razão de mortalidade materna aumentando entre 2016 e 2020, depois de ter diminuído desde o início dos ODM. Ainda assim, os níveis de mortalidade materna permaneceram abaixo de 100 mortes por 100.000 nascidos vivos desde 2000.

## Disparidades

- Em 2020, 13 países apresentaram uma taxa de mortalidade materna muito alta (entre 500 e 999) ou extremamente alta (mais de 1000). Destes países, 11 estão na Região Africana e dois estão na região do Mediterrâneo Oriental.
- No total, 117 países tiveram uma taxa de mortalidade materna abaixo de 100 óbitos por 100.000 nascidos vivos, 60 dos quais com baixa taxa de mortalidade materna (abaixo de 20).
- As disparidades podem ocorrer também dentro dos países, com a razão de mortalidade variando entre regiões subnacionais e locais de residência, ou por status socioeconômico, como renda, níveis educacionais ou por outros determinantes sociais, como raça e etnia.

Figura: Razão da Mortalidade Materna por país/áreas, 2020.



Fonte: OMS, 2023.

## Intervenções para Prevenir Mortes Maternas

Para atingir a meta dos ODS, é necessário reduzir a razão da morte materna 11,6% globalmente entre 2021 e 2030. Essa taxa raramente foi alcançada em nível nacional por um período prolongado. No entanto, como a maioria das complicações que potencialmente levam à morte materna durante a gravidez, bem como durante e após o parto podem ser evitadas ou gerenciadas por intervenções muito bem conhecidas, os esforços para melhorar o acesso a tais intervenções devem ser intensificados, especialmente em países e áreas com alta taxa de mortalidade.

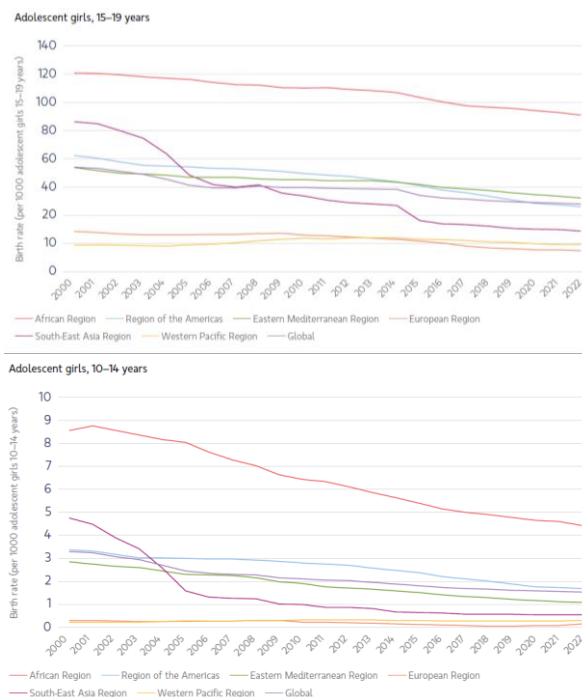
Para evitar mortes maternas, é vital prevenir a gravidez indesejada. Todas as mulheres, incluindo adolescentes, precisam ter acesso a métodos contraceptivos, serviços de aborto seguro em toda a extensão da lei e atendimento de qualidade no pós-aborto.

A gravidez precoce representa riscos acrescidos para a saúde das mães adolescentes e dificulta o seu acesso à educação. Condições maternas são uma das principais causas de morte entre meninas adolescentes em todo o mundo. As taxas de natalidade na adolescência têm diminuído globalmente desde 2000, mas o progresso tem sido lento e desigual. Globalmente, em 2022, houve uma média de 41,9 nascimentos por 1.000 adolescentes de 15 a 19 anos, abaixo dos 64,6 nascimentos por 1.000 adolescentes de 15 a 19 anos em 2000. A taxa de natalidade na adolescência entre adolescentes mais jovens (10 a 14 anos) caiu mais que pela metade - de 3,3 nascimentos por 1.000 meninas em 2000 para 1,5 nascimentos por 1.000 meninas em 2022.

As regiões da Europa e do Pacífico Ocidental da OMS continuaram a ter as taxas de natalidade em adolescentes mais baixas em ambas as faixas etárias desde 2000. A Região do

Sudeste Asiático apresentou um declínio mais acentuado – de níveis 40% superiores à taxa global em 2000 em ambas as faixas etárias, para quase um terço (35%) do nível global entre as adolescentes mais jovens e 60% do nível global entre as adolescentes mais velhas em 2022.

Figura: Tendência das taxas de natalidade em adolescentes por região, 2000-2020, em jovens de 15 a 19 anos e 10-14 anos.



Fonte: OMS, 2023.

Todas as mulheres precisam de acesso a cuidados de alta qualidade durante a gravidez e durante e após o parto. É fundamental que todas as mulheres grávidas recebam cuidados pré-natais adequados e que todos os partos sejam assistidos por profissionais de saúde qualificados. Para melhorar a saúde materna, as barreiras que limitam o acesso a serviços de saúde materna devem ser identificadas e abordadas tanto no sistema de saúde quanto no nível social.

### Tendências na Mortalidade Infantil

A sobrevivência infantil é um importante marcador do desenvolvimento humano e tem sido um dos principais impulsionadores do aumento global de expectativa de vida nos últimos 75 anos. A meta definida pelos ODS é de reduzir a mortalidade infantil/neonatal (mortalidade de recém-nascidos no primeiro mês de vida) para até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade para menos de 25 por 1.000 nascidos vivos.

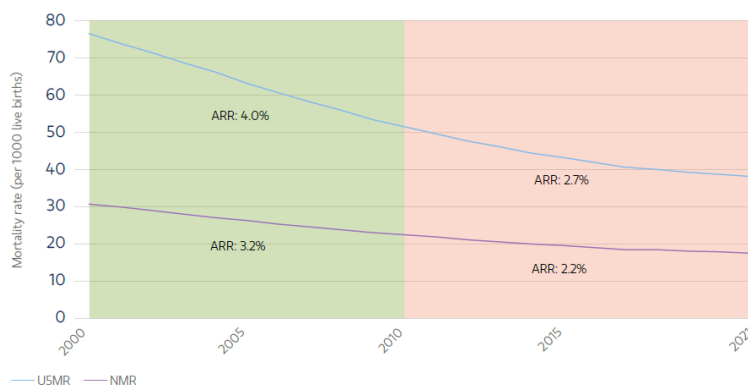
Um progresso global substancial foi feito na redução da mortalidade infantil desde 2000, quando aproximadamente 10 milhões de crianças com menos de 5 anos de idade morreram, correspondendo a uma taxa de mortalidade de 76 por 1.000 nascidos vivos.

O número global de mortes de crianças com menos de 5 anos (U5MR) caiu pela metade entre 2000 e 2021.

Ainda assim, 5 milhões de crianças morreram antes de completar seu quinto aniversário só no ano de 2021. Quase metade dessas mortes (47%, cerca de 2,3 milhões) ocorreram durante o primeiro mês de vida. A taxa global de morte neonatal (NMR) situou-se em 18 mortes por

1.000 nascidos vivos em 2021, o que representa uma queda de 43% em comparação com o ano 2000, quando contabilizou-se 31 mortes por 1.000 nascidos vivos. Já a taxa global de mortalidade de crianças menores de 5 anos foi de 38 por 1.000 nascidos vivos em 2021.

Figura: Tendência global da razão da mortalidade neonatal e de menores de 5 anos, 2000-2021.

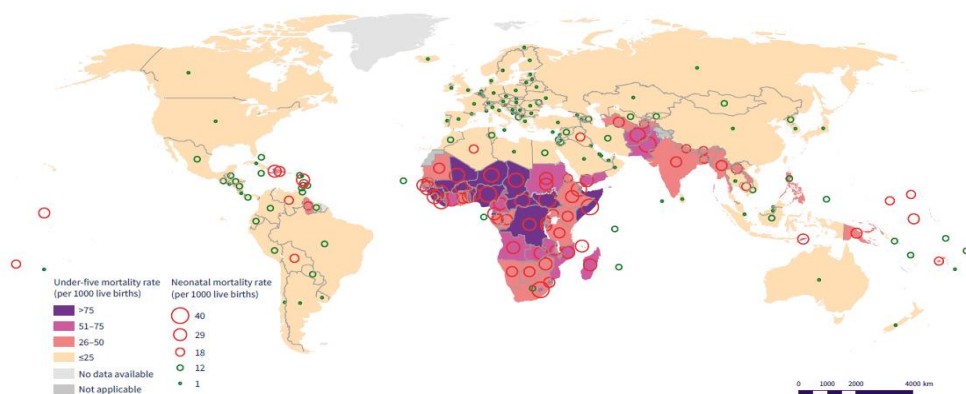


Fonte: OMS, 2023.

Crianças enfrentam chances muito diferentes de sobrevivência dependendo de onde nascem. Enquanto a razão da mortalidade de menores de 5 anos na Região Africana caiu 52% entre 2000 e 2021, ela ainda permaneceu como a mais alta: 72 mortes por 1.000 nascidos vivos, o que representa quase o dobro da taxa global e nove vezes à taxa da Região Europeia, que foi de 8 óbitos por 1.000 nascidos vivos. Apesar de uma queda de 34% na mortalidade infantil/neonatal (40 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2000 para 27 em 2021), o número permanece alto na Região Africana.

Em 2021, 133 países já cumpriram as metas estabelecidas pelos ODS para a mortalidade de crianças menores de 5 anos e 126 países atingiram a meta para redução da mortalidade infantil/neonatal. Ainda assim, em 14 países, U5MR foi superior a 75 por 1.000 nascidos vivos, e em 29 países a RMN foi superior a 25 mortes por 1.000 nascidos vivos.

Figura: Razão da mortalidade neonatal/infantil e em menores de 5 anos, por país/área, 2021.



Fonte: OMS, 2023.



## Intervenções para prevenir mortes infantis

Se as tendências atuais continuarem, 54 países não atingirão a meta do ODS para as taxas de mortalidade em menores de 5 anos e 63 países não atingirão a meta para as taxas de mortalidade neonatal/infantil até 2030. Vale lembrar que, atingir a essas metas evitaria quase 10 milhões de mortes de menores de cinco anos entre 2022 e 2030.

Acesso a intervenções básicas como assistência qualificada durante o nascimento, cuidados pós-natais, amamentação e nutrição adequada, vacinação e tratamento para doenças comuns na infância podem salvar vidas.

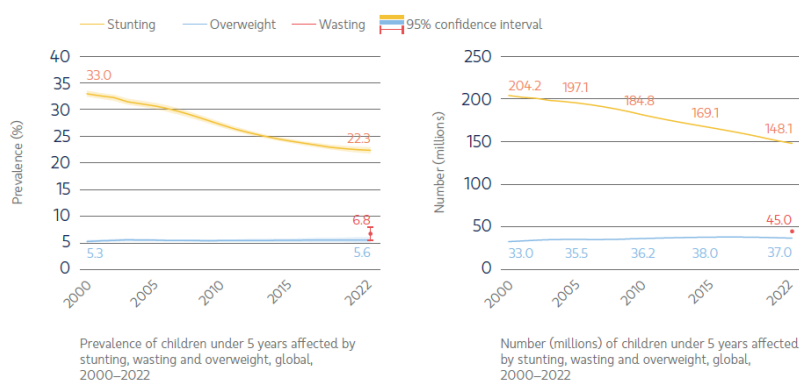
As mortes neonatais estão associadas principalmente a condições que surgem antes e durante a gravidez, e complicações relacionadas ao processo de nascimento, como parto prematuro, asfixia e trauma no nascimento, e anomalias congênitas são as principais causas de morte entre os bebês mais jovens, além de infecções respiratórias agudas, sepse neonatal e meningite.

Vale ressaltar que o cuidado materno e os cuidados com o recém-nascido andam de mãos dadas – indicadores-chave como cobertura do pré-natal e assistência qualificada ao parto são fundamentais para acompanhar o progresso nos ODS.

## Desnutrição Infantil

A nutrição adequada é fundamental para o desenvolvimento infantil, especialmente no início da vida. Quando as práticas de alimentação não são ideais as crianças podem sofrer de baixa estatura para a idade (*stunting*), baixo peso (*wasting*) ou até mesmo sobrepeso (*overweight*). Estratégias globais para combater a desnutrição infantil estão surtindo efeito e houveram reduções notáveis na prevalência e no número de crianças afetadas por déficit de crescimento nas últimas duas décadas.

Figura: Porcentagem global e número de crianças menores de 5 anos pequenas para a idade (*stunting*), com baixo peso para a idade (*wasting*) e sobrepeso (*overweight*), 2000–2022.



Fonte: OMS, 2023.

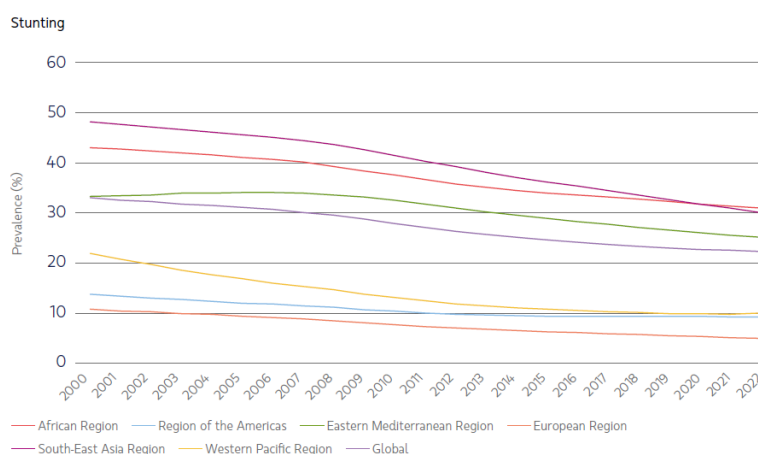
## Crianças pequenas para a idade

O atraso no crescimento é o resultado da desnutrição crônica e recorrente em mães e crianças que não cresceram e atingiram seu máximo potencial.

- A prevalência global de déficit de crescimento em crianças menores de 5 anos caiu de 33% em 2000 para 22,3% em 2022.

- O declínio ocorreu mais rapidamente no período dos ODM em comparação aos ODS.
- A prevalência de retardo de crescimento também diminuiu em todas as regiões da OMS, embora em ritmos diferentes.
- Tanto na Europa quanto no Pacífico Ocidental, a prevalência caiu em mais da metade entre 2000 e 2022.
- Também se observou uma redução da prevalência no Sudeste da Ásia e do Mediterrâneo Oriental. Ainda assim, em 2022, havia 49,8 milhões de crianças menores de 5 anos pequenas para a idade na região do Sudeste Asiático, 56,2 milhões na Região Africana e 22,9 milhões no Mediterrâneo Oriental.
- Globalmente, estima-se que 148,1 milhões de crianças menores de 5 anos foram afetadas por atrasos no crescimento em 2022. Esses números podem tornar-se substancialmente maiores à medida que a crise no mercado global de alimentos continua a se agravar devido a conflitos, mudanças climáticas e os efeitos duradouros da pandemia de Covid-19.

Figura: Tendências na prevalência de déficit de crescimento (*stunting*) em crianças menores de 5 anos de idade, globalmente e por região da OMS, 2000–2022



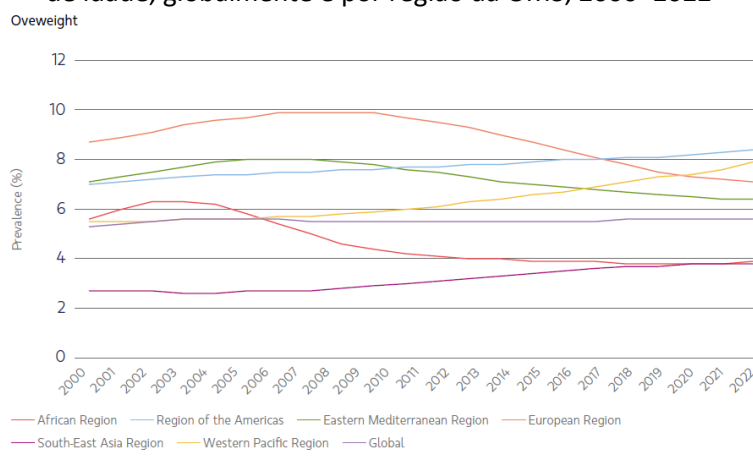
Fonte: OMS, 2023.

## Sobrepeso

O sobrepeso e a obesidade infantil aumentam o risco de obesidade, doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), morte prematura e incapacidade na idade adulta.

- Em 2000, globalmente, 33 milhões de crianças menores de 5 anos estavam acima do peso. Em 2022 esse número subiu para 37.
- Embora a prevalência global de sobrepeso em crianças menores de 5 anos esteja praticamente estagnada, as regiões do Pacífico Ocidental, das Américas e do Sudeste Asiático vêm aumentando sua prevalência desde 2000. Enquanto isso, a prevalência aumentou nas outras regiões desde os anos 2000, mas essa tendência diminuiu nos períodos mais recentes.
- As regiões com maior prevalência de sobrepeso em 2022 são a Região das Américas, do Pacífico Ocidental, Europa e Mediterrâneo Oriental.

Figura: Tendências na prevalência de sobrepeso (*overweight*) em crianças menores de 5 anos de idade, globalmente e por região da OMS, 2000–2022



Fonte: OMS, 2023.

### Baixo peso para a idade (*wasting*)

Crianças que sofrem de baixo peso para a idade têm a imunidade enfraquecida, são suscetíveis a atrasos no desenvolvimento à curto e longo prazo e enfrentam um risco aumentado de morte, particularmente quando há atrofia grave.

- Em 2022 a prevalência de baixo peso em crianças menores de 5 anos foi de 6,8%, representando 45 milhões de crianças.
- Cerca de 2,1% sofre de emagrecimento severo – a forma mais letal de desnutrição – o que corresponde a 13,7 milhões em situação crítica, com 8,1 milhões localizadas no Sudeste Asiático.
- A região com maior prevalência de emaciação foi o Sudeste Asiático com 14,7% (24,2 milhões) das crianças com menos de 5 anos, seguido pelo Mediterrâneo Oriental, onde a prevalência foi de 6,9% (6,3 milhões).

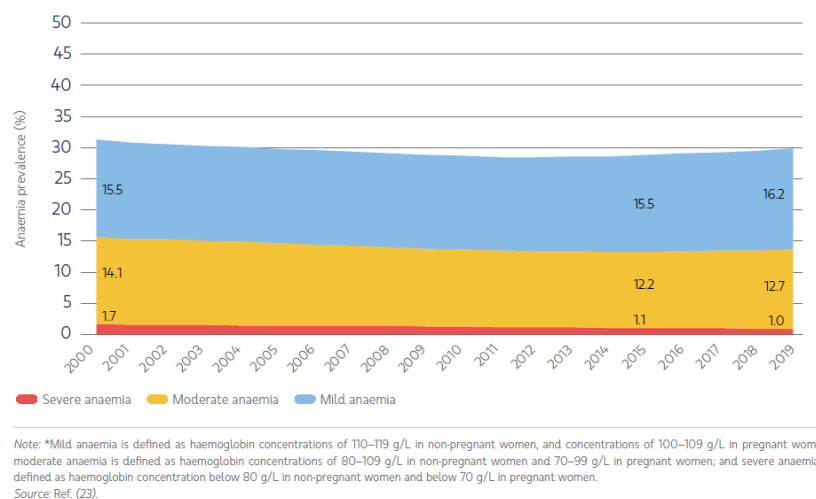
### Anemia em Mulheres de 15 a 49 anos

A anemia é um indicador de má nutrição e problemas de saúde que tem consequências adversas significativas para a saúde das mulheres e de seus filhos. A anemia grave durante a gravidez aumenta o risco de mortalidade materna e perinatal, baixo peso ao nascer, baixo crescimento e desenvolvimento dos bebês. A anemia também pode afetar o desenvolvimento social e econômico, pois pode causar fadiga e baixa produtividade.

- Embora a prevalência global de anemia em mulheres entre 15 e 49 anos diminuiu em comparação ao ano 2000, o número total afetado aumentou consideravelmente devido ao crescimento populacional: de 492,9 milhões em 2000 para 570,8 milhões em 2019.
- A prevalência da anemia foi maior entre as gestantes (36,5%) quando comparadas com mulheres não grávidas (29,6%).
- Globalmente, a prevalência de anemia leve aumentou ligeiramente, de 15,5% em 2000 para 16,2% em 2019, enquanto a anemia moderada diminuiu de 14,1% em 2000 para 12,7% em 2019. A anemia grave também diminuiu no período, de 1,7% em 2000 para 1% em 2019, indicando uma mudança destes casos graves para leve.
- Em todas as regiões foi possível observar declínios na prevalência da anemia total durante o período ODM, mas isso diminuiu ou foi interrompido após 2015.

- Entre 2000 e 2019, a prevalência de anemia caiu de 22,6% para 16,4% no Pacífico Ocidental, de 46,3% para 40,4% na Região Africana e de 19,2% para 15,4% nas Américas.
- A prevalência de anemia continuou a ser mais alta no Sudeste Asiático (46,6% em 2019).

Figura: Prevalência global de anemia por níveis de gravidade\* em mulheres de 15 a 49 anos, entre 2000 a 2019.



Fonte: OMS, 2023.

Para mudar este cenário e caminhar rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as intervenções nutricionais globais devem ser abrangentes para que possam alcançar os múltiplos fardos do baixo peso, atraso no crescimento e sobrepeso em crianças, além da anemia em mulheres de 15 a 49 anos. Com menos de oito anos para 2030, é necessário concentrar esforços para garantir a saúde e os direitos de crianças e mulheres.

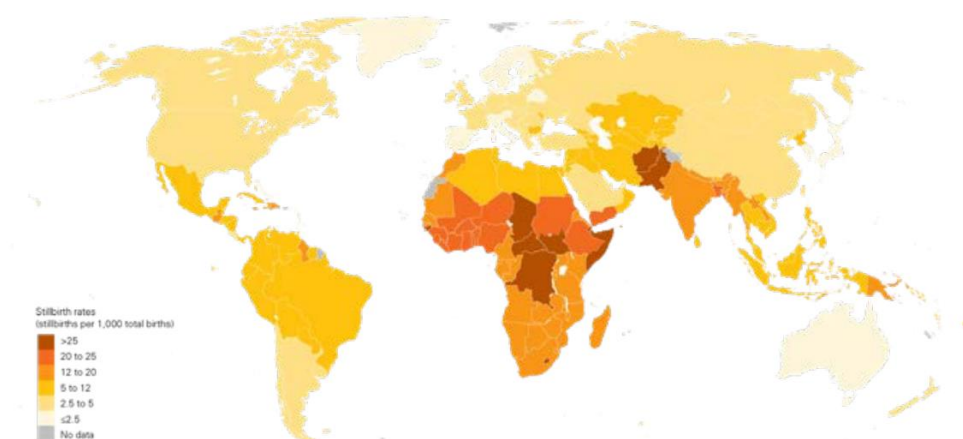
Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

## UNFPA - O CUIDADO CONTÍNUO E A PREVENÇÃO DA NATIMORTALIDADE

A natimortalidade é quando um bebê morre nos últimos estágios da gravidez ou durante o parto. Este é um resultado devastador para as mulheres, famílias, profissionais de saúde e toda a sociedade.

- A cada 17 segundos nasce um bebê natimorto em todo o mundo - o que corresponde a cerca de 1,9 milhões de bebês natimortos em 2021.
- Mais de 3/4 dos natimortos ocorreram na região da África Subsaariana e no Sul da Ásia.
- Os países de baixa e baixa-média renda são responsáveis por 89% de todos os natimortos, mas apenas 71% de todos os nascidos vivos.
- 45% de todos os natimortos ocorrem após o início do trabalho de parto.
- Muitos desses natimortos ocorrem em bebês nascidos a termo e são evitáveis com acesso equitativo a cuidados de qualidade no pré-natal e na assistência ao parto.
- Entre 2000 e 2021, a taxa anual de redução da natimortalidade foi de apenas 2%, em comparação com 2,7% redução da mortalidade neonatal (óbitos no primeiro mês após o nascimento) e 3,9% entre as crianças de 1 mês a 59 meses. No mesmo período, a taxa global de mortalidade materna diminuiu 2,1% ao ano.

Figura: Taxas de natimortos por país, 2021.



Source: [Never Forgotten: The Situation of Stillbirth Around the Globe](#). Report of the United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation, 2022. Note: Map does not reflect a position by UNICEF, or any collaborating organizations on this guide, on the legal status of any country or territory or the delimitation of any frontiers. The most recent national stillbirth rates for 195 countries are available at [www.childmortality.org](http://www.childmortality.org).

Fonte: UNFPA, 2023.

A natimortalidade é um problema de saúde global cada vez mais crítico. Em 2000, os natimortos representavam 23% de todas as mortes de crianças menores de 5 anos. Em 2021, esse número aumentou para 27%.

Em 2014, 194 Estados-membros endossaram o [Every Newborn Action Plan](#) (ENAP) durante a 67ª Assembleia Mundial da Saúde. A ENAP estabeleceu uma meta de até 12 natimortos por 1.000 nascidos vivos em todos os países até 2030. Mais de 45 países devem mais do que dobrar seu progresso atual para atingir esta meta. A ENAP também visava fechar lacunas de equidade, o que significa diferenças nas taxas de natimortos entre os grupos mais e menos favorecidos. Mas poucos países – mesmo aqueles com baixa mortalidade - fizeram progressos nesse sentido.

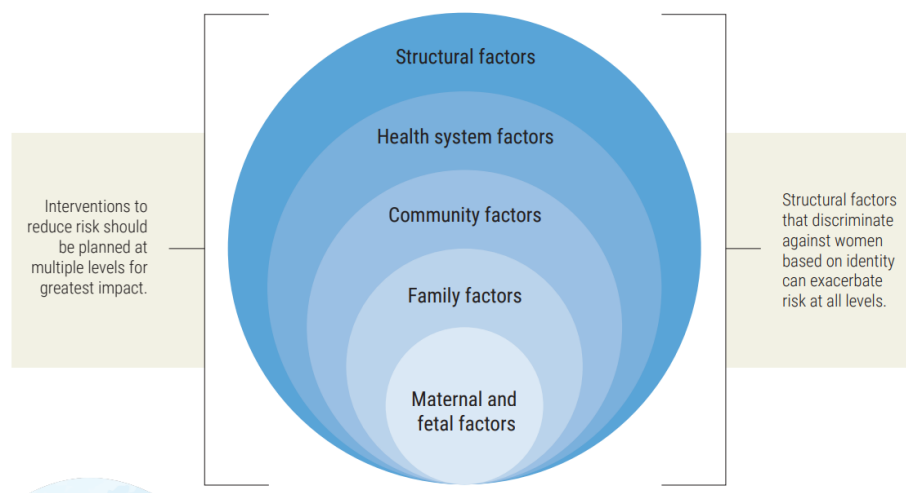
### **Fatores de risco subjacentes associados com a natimortalidade**

Fatores de risco são condições ou características que aumentam o risco ou chances de uma pessoa desenvolver uma doença, ou de vivenciar um problema de saúde adverso. Esses fatores de risco podem agir direta ou indiretamente, aumentando o risco de outras causas mais diretas de morte. Por exemplo, a infecção é um fator de risco que pode causar diretamente a morte, enquanto a falta de profissionais de saúde qualificados é um fator de risco indireto que pode contribuir para a morte.

Fatores de risco para natimortalidade geralmente aumentam o risco de outros resultados adversos no parto, incluindo parto prematuro, baixo peso ao nascer e morte neonatal. A Figura a seguir descreve um modelo de risco da natimortalidade (chamado o modelo ecológico social) e os fatores multifacetados que afetam o bebê natimorto, incluindo questões maternas, familiares, da comunidade, sistemas de saúde e fatores estruturais. É importante considerar que tais fatores de risco podem interagir uns com os outros em formas complexas, potencialmente amplificando o risco.

Figura: Modelo Socioecológico de risco de natimortalidade

FIGURE 1.3: SOCIAL ECOLOGICAL MODEL OF STILLBIRTH RISK



Fonte: UNFPA, 2023.

Considerando todos estes desafios, a UNFPA, UNICEF, USAID, International Stillbirth Alliance e London School of Hygiene and Tropical Medicine publicou um guia com o objetivo de fornecer recursos técnicos e orientações práticas para a prevenção da natimortalidade e planeamento de programas nos níveis nacional e regional.

O guia não apresenta novas evidências, mas reuniu recursos já existentes, orientações globais e kits de ferramentas para pautar o planeamento, investimentos e programas destinados a acabar com a natimortalidade evitável e melhorar o atendimento a todas as mulheres e famílias que passam por essa perda.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

## **Entre copos meio cheios e meio vazios: cultivar alimentos e não tabaco e outras sinergias na transformação dos sistemas alimentares para a garantia da segurança alimentar e nutricional**

***Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva,  
Erica Ell e Juliana Ubarana***

No Dia Mundial Sem Tabaco, comemorado em 31 de maio, a OMS traz uma campanha e lança uma publicação que une o combate ao tabagismo à promoção da segurança alimentar<sup>22</sup>. Este é um exemplo muito claro da potencialidade de trabalhar com as sinergias de saúde e segurança alimentar e nutricional, em que a ação conjunta dos organismos internacionais, principalmente OMS e FAO, podem trazer para transformar os sistemas alimentares para benefícios à nutrição e a outros aspectos da saúde.

Em termos das políticas para o enfrentamento de produtos nocivos à saúde, o tabaco como pioneiro, a exemplo da Convenção Quadro que dá apoio às medidas regulatórias e fiscais que foram fundamentais para a redução do consumo de tabaco nos países em que foi implementada, incluindo o Brasil<sup>23</sup>. Essas medidas são amparadas por robustas evidências científicas, que demonstraram inclusive a efetividade de medidas como a taxação dos produtos com tabaco, a obrigatoriedade de informações claras sobre os malefícios do tabaco, mudanças na rotulagem, proibição de patrocínios de eventos culturais e artísticos, regulação de pontos de venda (incluindo a proibição da venda para menores de idade) e proibição da propaganda, entre outros. A Convenção Quadro traz, ainda, uma preocupação muito pertinente em relação à abordagem dos agricultores que cultivam o tabaco, tendo em vista que precisam de alternativas de renda e cultivo para sua subsistência, recomendando principalmente a substituição do cultivo do tabaco por outras culturas, em especial por alimentos.

Assim, a ação do Dia Mundial Sem Tabaco busca muito oportunamente aliar a agenda de segurança alimentar e nutricional à agenda de prevenção do tabaco, trazendo múltiplas evidências para embasar a prioridade que deve ser dada à substituição do cultivo do tabaco por alimentos para as populações. Esse exemplo traz concretude a parte das discussões de transformação dos sistemas alimentares e pode ser modelo para outras medidas ainda mais usadas e abrangentes no contexto das mudanças necessárias.

Por exemplo, segundo a OMS, há cultivo de tabaco em mais de 124 países, tomando milhões de hectares de terras férteis cujo produto é responsável por mais de 8 milhões de mortes a cada ano poderiam ser usadas para plantar alimentos, contribuindo para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e ajudando a alimentar famílias. A relação entre o cultivo do tabaco e a insegurança alimentar e nutricional é ainda maior em países de baixos e médios rendimentos, nos quais frequentemente há escassez de terras aráveis e a ampliação de terras para o cultivo do tabaco está associada ao desmatamento de florestas, degradação dos solos, desertificação e contaminação das águas. Outro problema é que a cultura do tabaco depende muito do trabalho braças (*labour intensive*) e leva de 8 a 9 meses para maturar, dificultando a plantação de outras culturas em um intervalo tão curto.

Além disso, há outros grandes malefícios à saúde dos agricultores associados ao cultivo do tabaco, tendo em vista o risco de intoxicação devido ao uso intensivo de pesticidas e pela

---

<sup>22</sup> <https://www.who.int/publications/i/item/9789240073937>

<sup>23</sup> <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/convencao-quadro/arquivos/convencao-quadro-tabaco>

exposição ao pó de tabaco, assim como o risco da doença da folha verde, associada à alta absorção de nicotina pela pele dos trabalhadores que manipulam as folhas de tabaco (e acomete um em cada quatro trabalhadores). Para se ter uma ideia, um fazendeiro que planta, cultiva e colhe tabaco pode absorver o equivalente de nicotina contida em 50 cigarros por dia e ainda pode levar substâncias nocivas para suas casas em suas roupas e calçados, configurando uma exposição indireta para suas próprias famílias, especialmente para as crianças. Além disso, existe uma associação da cultura do tabaco com o trabalho infantil e com desigualdades de gênero em muitos países, destacando, mais uma vez, que as crianças são o grupo mais vulnerável à exposição a substâncias nocivas à saúde.

Apesar do cultivo do tabaco ser comumente visto como uma atividade de grande lucratividade, há uma superestimação considerável de sua importância econômica pelas indústrias de tabaco. Por exemplo na maioria dos países que plantam tabaco a contribuição das importações e exportações de tabaco correspondem a menos e 1% de seu PIB. Há também problemas de ordem econômica, na medida em que os agricultores frequentemente ficam presos em ciclos viciosos de débito devido a contratos injustos com as indústrias de tabaco, resultando em pequenos lucros líquidos, e têm grandes dificuldades em mudar para outros cultivos, como de alimentos. Nesse sentido, a falta de apoio governamental e mercados viáveis para culturas alternativas dificulta ainda mais a possibilidade de abandonar o cultivo do tabaco.

Segundo a OMS, ainda há 124 países que possuem cultivo de tabaco e um dado muito preocupante trazido no relatório é que esse cultivo tem aumentado particularmente nos países de rendimentos baixos e médios, tendo em vista o movimento incentivado pelas indústrias para reduzir os custos de produção das folhas de tabaco. Por exemplo, enquanto o cultivo do tabaco globalmente reduziu-se em 15.8% entre 2005 e 2020, ele aumentou em quase 20% na África (principalmente na África oriental), mostrando uma nova fase de colonialismo em relação a commodities agrícolas como tabaco, soja e outros produtos. Essa tendência é ainda mais agravada com a adoção de subsídios diretos para o cultivo do tabaco em países de realidades muito distintas, que incluem desde os Estados Unidos, países europeus e Argentina até países do Oriente Médio e africanos, como o Líbano e o Zimbábue, respectivamente.

Existem adicionalmente grandes impactos ambientais relacionados cultivo e processamento do tabaco, como a poluição do ar gerada a partir da queima de combustíveis para a secagem e pela fumaça gerada no processo de cura das folhas de tabaco, além dos impactos sobre a perda de biodiversidade e destruição dos ecossistemas. O cultivo do tabaco é responsável por cerca de 5% do desmatamento global, aumentando ainda mais sua contribuição para as emissões de carbono e mudanças climáticas. Por exemplo, estima-se que, para cada 300 cigarros produzidos, é necessário cortar uma árvore.

Assim como acontece em relação às ações das indústrias de alimentos, as indústrias de tabaco têm, ao longo de décadas, atuado tanto por lobby quanto por evidências enviesadas na fragilização ou derrubada de medidas regulatórias e fiscais para desincentivar comportamentos de risco à saúde, incluindo a negação dos riscos à saúde e a distorção dos impactos econômicos da produção agrícola e industrial do tabaco. Na realidade, a cartilha adotada hoje por outros setores foi criada e aperfeiçoada pela indústria do tabaco, junto com ações de *green washing* e *social washing*.

Apesar de não ser simples a transição do tabaco para outras culturas agrícolas, há registro de inúmeras experiências exitosas nessas substituições. Um ponto crucial é a adoção de abordagens ecológicas, nas quais se busca identificar alternativas economicamente sustentáveis



em relação ao tabaco, de modo a proporcionar as mesmas ou até maiores rendimentos e ao mesmo tempo promover uma melhor saúde aos fazendeiros e melhor ambiente para si próprios e para suas terras, águas e florestas. Algumas culturas identificadas como potenciais substitutas ao tabaco incluem feijões ricos em ferro, batata doce, milho, sorgo, arroz e vegetais verdes, mas podem ampliar-se com base na adaptação das culturas a cada local. A articulação de organismos das Nações Unidas, incluindo OMS, FAO, PMA e PNUD, tem apoiado países nessa transição de culturas, por meio de colaborações com ministérios nacionais de saúde e agricultura.

Como mensagens finais do relatório, é colocado um chamamento para ação para diferentes atores nessa agenda. Aos governos é recomendado eliminar subsídios ao cultivo de tabaco e apoiar a transição para outras culturas (incluindo articulações intersetoriais), não estimular o cultivo de tabaco, reconhecer e impedir às táticas das indústrias de tabaco para influenciar políticas e reconhecer os danos do cultivo do tabaco à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente. Aos produtores, deve ser aumentada a conscientização sobre os aspectos nocivos do cultivo do tabaco nas comunidades e cooperativas, formar grupos de apoio e fazer uso dos programas públicos de transição da cultura do tabaco para culturas agrícolas alternativas. Ao público em geral, se espera reconhecer os malefícios à saúde, à economia e ao meio ambiente do cultivo do tabaco e pressionar os governos pelas políticas de transição das culturas, fim dos subsídios ao tabaco e ao apoio às indústrias de tabaco. Ao setor privado, incluindo as instituições financiadoras, é preciso participar na moldagem dos mercados para as culturas alternativas e garantir financiamento à transição de cultivos. E, por fim, cabe às agências das Nações Unidas trabalhar em conjunto para as agendas de saúde, ambiente e segurança alimentar e nutricional, articulando essas agendas com os compromissos da Agenda 2030 e apoiando os governos nacionais em sua consecução.

Todos os esforços para agregar a agenda do combate ao tabagismo à segurança alimentar e nutricional é muito valiosa e pode contribuir como um importante elemento no conjunto de mudanças que são necessárias para transformar os sistemas alimentares, ainda que não abordem diretamente os sistemas alimentares hegemônicos. Conforme já abordado em informes anteriores, há uma tendência muito preocupante em relação à redução das terras cultivadas e da produção agrícola voltada para o consumo humano direto, a ponto de que, mantida essa tendência no futuro, não serão alcançados os ODS relacionados à segurança alimentar e nutricional, tanto no que se refere à eliminação da fome no mundo, quanto de garantia de uma dieta diversificada e saudável para todas as pessoas <sup>24</sup>. O caso do tabaco é bastante emblemático porque representa justamente uma dessas culturas agrícolas que destina terras e recursos para outros produtos que não alimentos para a população, além dos danos à saúde, economia e meio ambiente que causam.

Nesse sentido, para além das ações para substituir o cultivo de tabaco por alimentos, é fundamental trazer e adaptar esse mesmo racional para outra disputa que será ainda mais difícil, mais amplo e de maior transformação nos sistemas alimentares, que é buscar um movimento gradativo de abordagem dos produtos ultraprocessados. Assim, nessa narrativa esperamos um dia substituir onde está colocado o tabaco pelos produtos ultraprocessados e onde se fala em plantio do tabaco, por parte do cultivo de commodities agrícolas.

O exemplo do combate ao tabagismo é considerado muito exitoso e por isso usado como referência por outros campos, como os do enfrentamento do consumo abusivo de álcool

---

<sup>24</sup> Ray, D.K., Sloat, L.L., Garcia, A.S. et al. Crop harvests for direct food use insufficient to meet the UN's food security goal. *Nat Food* 3, 367–374 (2022). <https://doi.org/10.1038/s43016-022-00504-z>

e da alimentação não saudável. Isso foi em grande parte possível mediante a aprovação de uma convenção quadro global para o controle do tabaco, que se baseou fortemente em evidências científicas que demonstraram a demonstração da efetividade de medidas como a taxaço dos produtos nocivos à saúde, a obrigatoriedade de informações claras sobre os malefícios do tabaco, mudanças na rotulagem, proibição de patrocínios de eventos culturais e artísticos, a regulação de pontos de venda (incluindo a proibição da venda para menores de idade) e proibição da propaganda, entre outros.

Para tanto, há um movimento crescente em favor da elaboração e aprovação de uma convenção quadro análoga à do tabaco para, possivelmente, os alimentos e bebidas ultraprocessadas ou para o enfrentamento da epidemia global de obesidade. A existência desse arcabouço seria um grande incentivo para as políticas de regulação, taxaço e subsídios que são necessárias para criar ambientes alimentares promotores de escolhas alimentares saudáveis, por meio do desincentivo ao consumo de ultraprocessados e ao mesmo tempo estimular e facilitar o consumo de alimentos in natura e minimamente processados.

Infelizmente, há grande dificuldade em avançar nesse sentido, tendo em vista as inúmeras resistências enfrentadas, incluindo a não incorporação oficial do termo ultraprocessado nos documentos oficiais da OMS e FAO, bem como do *Codex Alimentarius*, além do avanço ainda lento da defesa das agendas regulatórias e fiscais por essas agências e fórum, inclusive por força dos lobbies das indústrias de alimentos. Em relação aos ultraprocessados, vale destacar, ainda, a fala dos representantes da Colômbia em um evento paralelo, da Assembleia Mundial da Saúde, sobre as medidas fiscais e regulatórias naquele país para toda a categoria dos ultraprocessados, que são tratados na legislação como “produtos comestíveis ultraprocessados” e não como alimentos. Isso inclusive fez da Colômbia o primeiro país a usar o termo “ultraprocessados” em seu arcabouço legal (mesmo com políticas de outros países que afetam principalmente os produtos ultraprocessados, as legislações normalmente os tratam como alimentos ou produtos industrializados ou embalados). Vale lembrar que, nas versões preliminares do Guia Alimentar para a População Brasileira, era usada a terminologia de “produtos ultraprocessados”, mas por pressão das indústrias junto ao Ministério da Saúde, o termo foi mudado para “alimentos ultraprocessados” em suas versões finais.

Um exemplo adicional dessas dificuldades foi observado também na última Assembleia Mundial de Saúde, em que a OMS propôs uma lista atualizada de “*best buys*” (políticas mais custo-efetivas) para o enfrentamento das doenças crônicas não-transmissíveis – DCNTs<sup>25</sup>, na qual era proposta a taxaço de produtos para o tabaco e álcool como prioridade para reduzir seu consumo, enquanto não foi sugerida a taxaço de produtos ultraprocessados ou mesmo de categorias específicas associadas ao risco de DCNTs, como as bebidas adoçadas ou alimentos ricos em sódio, gorduras e/ou açúcar<sup>26</sup>, ainda que já exista uma base bastante sólida de evidências que apoiam essas medidas para alimentos relacionados a DCNTs.

Naturalmente, devem ser destacados os avanços na incorporação de novas políticas no campo da alimentação inadequada nesses “*best buys*”, como a rotulagem nutricional frontal para melhor informar os consumidores, as políticas de compras públicas favorecendo legumes,

---

<sup>25</sup> <https://www.who.int/news/item/26-05-2023-more-ways--to-save-more-lives--for-less-money---world-health-assembly-adopts-more-best-buys--to-tackle-noncommunicable-diseases>

<sup>26</sup> <https://www.who.int/news/item/26-05-2023-more-ways--to-save-more-lives--for-less-money---world-health-assembly-adopts-more-best-buys--to-tackle-noncommunicable-diseases>

frutas, grãos integrais e vegetais, a proteção de crianças contra o impacto nocivo da publicidade de alimentos e a proteção, promoção e apoio às práticas ótimas de aleitamento materno.

Ao mesmo tempo, porém, a reformulação de alimentos, também colocada entre os “*best buys*”, tende a ser focada na redução do teor de nutrientes críticos nos alimentos (sódio, gorduras saturadas e trans e açúcares livres), sem reforçar que medidas de caráter regulatório têm efetividade muito superior às voluntárias. Para exemplificar esse impacto, somente no Brasil, estima-se que se a substituição das atuais metas voluntárias por metas mandatórias (estabelecidas por regulamentação segundo as menores metas para os mesmos produtos em outros países), triplicaria a redução no consumo per capita de sódio e, como resultado, nos próximos 20 anos, evitaria mais de três vezes mais casos de doenças cardiovasculares e mais de cinco vezes mais mortes do que a continuidade das atuais metas voluntárias (270 mil casos contra 850 mil casos e 2,9 mil mortes contra 15 mil mortes, respectivamente).<sup>27</sup>

Voltando às medidas sugeridas pela OMS para substituir o plantio de tabaco pelo cultivo de alimentos, podemos verificar mais analogias com os produtos ultraprocessados e o plantio de commodities, que seria um grande passo numa transformação verdadeira e necessária dos sistemas alimentares globais. Para começar, temos o foco atual na monocultura e grande uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, lembrando que, no caso dos commodities, há uma resistência adicional do *Big Agro* (as grandes corporações dos equipamentos e insumos agrícolas), que detém a produção e venda de sementes, insumos e maquinários agrícolas. Além disso, o impacto ambiental dessas monoculturas também é muito significativo, incluindo poluição atmosférica, contaminação de terras e águas, desmatamento, perda de biodiversidade e esgotamento dos solos.

Aliás, o conceito da sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas está profundamente enraizado nos sistemas alimentares hegemônicos como a causa comum que afeta negativamente a saúde humana e planetária, colocando lado a lado a insegurança alimentar e nutricional, as DCNTs e sustentabilidade<sup>28</sup>

Além disso, no âmbito da saúde e da nutrição, deve ser rompida a concepção incorreta da narrativa comum (defendida pelas indústrias de alimentos) de que uma alimentação saudável se baseia na moderação do consumo, como argumento para justificar que ultraprocessados possam fazer parte dela e, pior, que seriam importantes para a garantia da segurança alimentar e nutricional. Entre outras coisas, essa abordagem trabalha com base na responsabilização e culpabilização dos indivíduos por suas escolhas, sem considerar o papel crucial que os sistemas e ambientes alimentares têm nos padrões de consumo. Vale sempre recordar que os efeitos negativos dos produtos ultraprocessados começam com a substituição dos alimentos e pratos típicos das populações, rompendo com a cultura e as tradições alimentares (e influenciam a redução do cultivo desses alimentos tradicionais), e estendem-se para os riscos fisiológicos levando em conta a alta densidade energética, a quantidade de nutrientes críticos que aportam, o efeito dos aditivos alimentares e a alteração dos mecanismos de absorção dos nutrientes por

---

<sup>27</sup> Nilson EAF, Pearson-Stuttard J, Collins B, Guzman-Castillo M, Capewell S, O’Flaherty M, Kyridemos C. OP39 Quantifying the health and economic benefits of different salt reduction strategies in Brazil: a microsimulation analysis. *J Epidemiol Community Health* 2022;76:A19-A20. <http://dx.doi.org/10.1136/jech-2022-SSMabstracts.39>

<sup>28</sup> Swinburn, Boyd A et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, Volume 393, Issue 10173, 791 - 846

causa de sua matriz predominantemente acelular, levando a um risco aumentado de doenças cardiovasculares, diabetes, alguns tipos de câncer e outros desfechos de saúde.

Do ponto de vista da saúde, ainda não há estimativas globais específicas da carga dos produtos alimentícios ultraprocessados, mas segundo o Estudo de Carga Global da Doença (*GBD – Global Burden of Disease*), em 2019 foram estimadas 8,7 milhões de mortes atribuíveis ao tabaco, enquanto 7,9 milhões de mortes foram atribuídas a fatores de risco dietéticos (que não incorporam todo o provável impacto dos ultraprocessados). Demonstra-se, portanto, uma magnitude similar desses fatores de risco e que eles deveriam ter abordagens mais contundentes para seu enfrentamento, visto que ambas possuem tendência de aumento ao longo do tempo (destacando que o aumento do impacto das dietas inadequadas cresce em velocidade maior do que a do uso do tabaco).<sup>29</sup>

Continuando nas analogias, a exemplo do que acontece com o tabaco, mas em escala muito maior, existem subsídios governamentais para o plantio de commodities, especialmente soja e milho, além da criação animal, visando principalmente a exportação em muitos países, como o Brasil. Vale destacar, ainda, que esses subsídios superam significativamente os recursos destinados à produção de alimentos locais e diversificados, principalmente para o consumo interno, como na agricultura familiar, e ainda menores são os financiamentos e apoio para modalidades de produção sustentável e resiliente como a agroecologia e agrofloresta. Além disso, esses são argumentos irrefutáveis contra a falácia de que países como o Brasil têm uma produção agrícola que assegura a segurança alimentar da população nacional.

Adicionalmente, de maneira semelhante ao cultivo do tabaco, mesmo os pequenos produtores são incentivados a plantar lavouras de maior interesse comercial em detrimento do plantio de variedades diversificadas de frutas, grãos, verduras e legumes por conta de um sistema de financiamento que privilegia os commodities e que ameaça a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional (inclusive dos próprios agricultores).

No contexto de uma transformação gradual, seria desejável e necessário, portanto, que o financiamento, subsídios, apoio político e técnico e criação de mercados fossem gradualmente migrando dos commodities para outros alimentos diversificados, permitindo traçar uma rota de mudança sistêmica em que caminhassem juntas a saúde, a sustentabilidade ambiental e sustentabilidade financeira dos produtores.

Ao mesmo tempo, nesse movimento de transformação ideal, não seria necessário às indústrias de alimentos mudar de ramo ou fecharem (como seria desejável no caso do tabaco), mas de modificar a forma de produção e de atuação nos ambientes alimentares. Um primeiro ponto, relativo à reformulação dos produtos, é a redução e possível retirada dos aditivos alimentares e a substituição dos ingredientes industriais (como concentrados de proteínas, amidos modificados, concentrados de açúcares etc.) por ingredientes in natura e minimamente processados, ou seja, de transformar produtos ultraprocessados em alimentos processados ou minimamente processados. Além disso, poderiam aumentar o portfólio de alimentos minimamente processados e processados para facilitar as preparações culinárias, mantendo a segurança sanitária dos produtos, a exemplo de alimentos congelados, embalados a vácuo e pré-preparados sem aditivos, entre outros, que já existem no mercado, mas são destinados a nichos específicos. Outro ponto importante é relativo às práticas, que incluem o lobby, a publicidade de produtos ultraprocessados, as promoções (como as “compre 3, leve 4”), as

---

<sup>29</sup> <https://vizhub.healthdata.org/gbd-results/>

vendas casadas (muito comuns em produtos destinados a crianças, que incluem brinquedos como brindes) e o grande tamanho das porções, entre outros, que precisam ser combatidos.

Tratando-se de mudanças que diminuem o espaço dos sistemas agroalimentares modernos e seu poder econômico e político, é necessária uma mudança grande de princípios relacionados à agricultura, ao processamento, ao acesso e ao consumo dos alimentos e da governança das políticas, em que haja um compromisso maior com a garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas e à saúde no lugar da priorização do comércio internacional e do lucro. É preciso, portanto, reconhecer que, assim como todo o sistema de produção do tabaco, os sistemas alimentares hegemônicos também têm uma atuação patológica sobre a saúde humana e planetária e à segurança alimentar e nutricional, não possuindo compromisso com a eliminação da fome e desigualdades ou com a garantia de dietas saudáveis, e transferindo os custos dos impactos negativos de seus produtos e atuação, como as DCNTs, para os governos e sociedades.

Nessa transformação, é crucial a importância dos pequenos agricultores, em particular dos agricultores familiares, na diversificação da produção de grãos, frutas e verduras, assim como na pecuária, vinculando a produção a compras públicas e a espaços de comercialização, a exemplo do que acontece na alimentação escolar no Brasil e devendo expandir-se para outros equipamentos públicos. Para tanto, também será necessário fortalecer o acesso e posse de terras, financiamento, apoio técnico e a garantia de mercados, seja nas compras públicas ou na garantia de espaços de comercialização, contemplando, particularmente, regiões menos abastecidas de alimentos frescos (os desertos alimentares).

Em termos do contexto brasileiro, é importante destacar, ainda, que esse tipo de abordagem está muito alinhado com as recomendações de guias alimentares baseados em alimentos, como o nosso, com vistas a desincentivar o consumo de produtos ultraprocessados e estimular a produção e consumo de alimentos frescos e minimamente processados, tanto no que se refere à educação alimentar e nutricional quanto das políticas que apoiam as dietas saudáveis.

Contudo, em relação às políticas para aumentar o consumo de ultraprocessados e aumentar o consumo de alimentos in natura e minimamente processados há muito a ser feito. Dentre o que precisa ser feito, estão incluídos o fortalecimento da implementação do Guia Alimentar junto a profissionais de saúde e à população, mas principalmente em relação aos ambientes saudáveis, como em possibilidades de aprimoramento da rotulagem nutricional frontal, na inclusão da taxa de produtos ultraprocessados na reforma tributária (junto com tabaco e álcool), na regulação da publicidade de alimentos e na regulação da venda de alimentos em cantinas escolares. Contudo, sabe-se que a resistência a essas medidas é muito grande e que os lobbies das grandes corporações atuam fortemente junto a decisores e parlamentares e que, sem forte prioridade política e o apoio de um marco regulatório abrangente, como seria uma convenção quadro específica para a abordagem dos ultraprocessados ou da alimentação inadequada.

É muito importante a atual retomada e ampliação nacional dos incentivos à agricultura familiar, mas permanece o desequilíbrio entre a agricultura de grande escala de commodities e a dos pequenos agricultores entre os ministérios, assim como o legado perverso de agrotóxicos aprovados para uso no país pelo governo anterior e a continuidade de isenção fiscal desses produtos, que estimula seu uso. Somando-se a isso, no âmbito legislativo, há sérios riscos de retrocessos nas agendas ambientais, fundiárias e de direitos, em que há grandes interesses em

propostas que favoreçam o desmatamento para extração mineral e expansão das terras do agronegócio, assim como a fragilização da reforma agrária e criminalização de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Ao mesmo tempo, a retomada do protagonismo brasileiro na saúde global também é muito relevante, tendo em vista a participação nos fóruns internacionais, incluindo o *Codex Alimentarius* e Mercosul, que deve levar sempre como direção os novos paradigmas trazidos pelo Guia Alimentar para a População Brasileira para as políticas de segurança alimentar e nutricional e saúde. Por exemplo, compromissos e regulações no Brasil podem ajudar ou atrapalhar a própria harmonização de medidas na região, como aconteceu com a rotulagem nutricional frontal aprovada pela Anvisa, que trouxe design e perfil nutricional (limites para os nutrientes) diferentes e menos rigorosos e efetivos do que aqueles aprovados previamente pela Argentina e o Uruguai. Para piorar, o Paraguai recentemente decidiu por um modelo e limites semelhantes ao Brasil, tornando ainda mais difícil a harmonização regional. Por outro lado, a rotulagem brasileira sobre a presença de alergênicos nos alimentos, depois de superada a denúncia de impedir o comércio livre e justo entre os países, motivou a incorporação do tema no Mercosul, beneficiando a todos os países.

Retomando reflexões de outros de nossos informes, as mudanças necessárias precisam estar baseadas em novos paradigmas, em que o crescimento esteja vinculado à saúde humana, vegetal, animal e planetária e não à produtividade e lucro <sup>30</sup>. A exemplo que observamos na proposta de mecanismos para a substituição do plantio do tabaco por alimentos, podem e devem ser utilizados instrumentos do modelo capitalista para reorientar os sistemas alimentares e as práticas inseridas neles. Contudo, para ter êxito nessas mudanças, é necessário apoio e compromisso forte de múltiplos atores, desde as agências internacionais aos governos nacionais e apoio das populações, além das instituições financeiras e das próprias indústrias de alimentos.

Entre copos meio cheios e copos meio vazios, continuamos com grandes desafios no âmbito dos sistemas alimentares globais, mas exemplos inspiradores como a proposta para a substituição do plantio de tabaco pelo de alimentos trazem importantes subsídios para pensarmos em caminhos mais concretos de atuação em relação à transformação dos sistemas alimentares, principalmente em relação à abordagem dos produtos ultraprocessados e os modelos de produção agrícola associados a eles.

---

<sup>30</sup> <https://www.nature.com/articles/s41893-022-00933-5>

## **O Acesso Público à Informação: Um Pilar para o Desenvolvimento Sustentável**

***Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues***

Este informe tem como objetivo apresentar as informações do relatório da “Unesco Hasta La Recuperación y Más Allá” que aborda sobre o acesso público à informação. O interesse das nações em relação a este tema surgiu na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 sendo considerada fundamental para o desenvolvimento sustentável, não por acaso em 2017 o tema foi incluído como parte integrante do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (Paz, Justiça e Instituições eficazes) através do indicador 16.10.2. O acesso público às informações governamentais permite que os cidadãos conheçam as atividades, decisões e políticas do governo. Isso aumenta a transparência e a prestação de contas, permitindo que as pessoas saibam como os recursos públicos são utilizados e como as decisões são tomadas. Além de incentivar a participação cidadã nas tomadas de decisões e debates públicos de forma significativa.

Em 2017 a UNESCO foi designada pela ONU como a organização responsável por monitorar e relatar anualmente ao Secretário-Geral das Nações Unidas o número de países que adotam e implementam mecanismos constitucionais ou normativas para garantir o acesso público à informação. Em 2019, para reforçar o trabalho da UNESCO, o instituto de estatística da organização criou uma metodologia para avaliar e relatar a aplicação do indicador 16.10.2. O estudo consiste em 8 perguntas, cada uma delas com valores entre 0 e 225. Um país pode obter uma pontuação total de 0 a 9, permitindo-lhe acompanhar a evolução ao longo do tempo.

A UNESCO conduziu a pesquisa e estabeleceu parcerias com redes de supervisão, como a Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação e o Instituto Internacional do Ombudsman. Dos 102 países e territórios que responderam à pesquisa, 82 são membros dessas redes. O estudo constatou que países com instituições de supervisão de acesso à informação têm maior probabilidade de obter resultados melhores. 11 países adotaram essas garantias após a aprovação da Agenda 2030 em 2015. Esses países são Argentina, Costa Rica, Chipre, Quênia, Kuwait, Luxemburgo, Marrocos, Filipinas, Sri Lanka, República Unida da Tanzânia e Vanuatu. Gâmbia aprovou um projeto de lei de acesso à informação em julho de 2021, enquanto Madagascar, Namíbia, Palestina e Samoa estão em processo de adoção de legislação similares. Cinco países não possuem garantias legais de acesso à informação, mas possuem políticas não vinculativas.

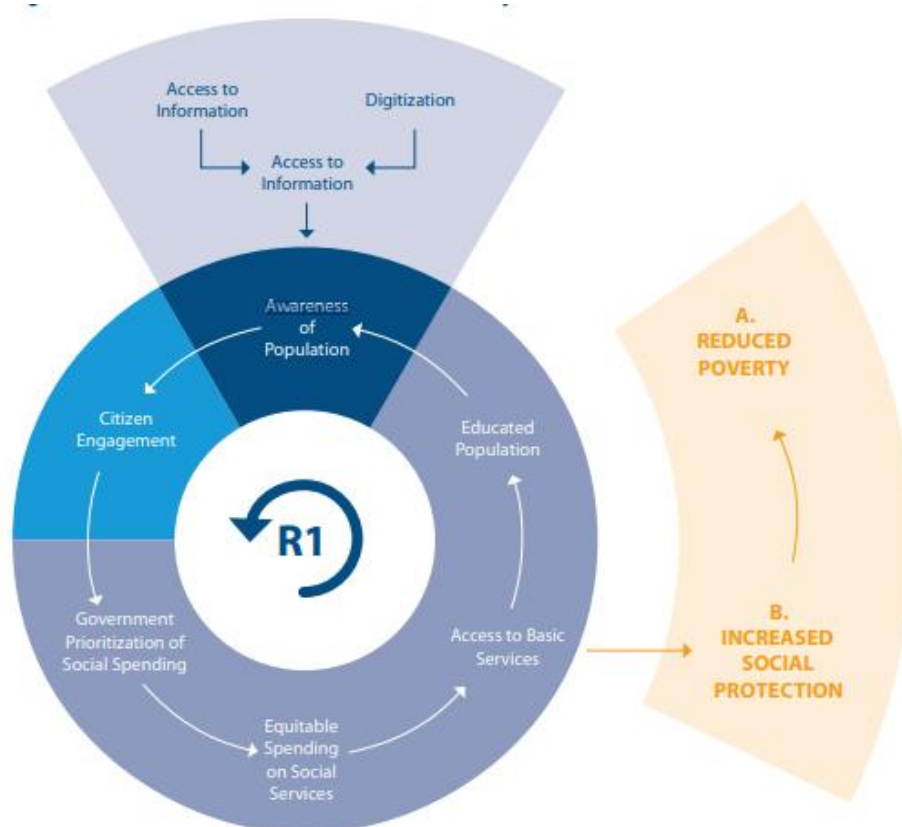
A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável incentiva os países a realizarem exames periódicos para avaliar o progresso na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os Exames Nacionais Voluntários (ENV) são mecanismos utilizados pelos países para revisar e divulgar seu progresso. Em 2021, o ODS 16, foi amplamente abordado nos relatórios enviados por 42 países. Desses, 28 mencionaram o acesso à informação e 29 tinham legislação específica sobre o tema. Esses números representam um aumento em relação a 2020, quando apenas 18 países mencionaram o acesso à informação. Em 2019, 28 dos 47 países relataram sobre o acesso à informação em seus ENV.

Indonésia e Uruguai forneceram informações detalhadas sobre o acesso à informação. Na Indonésia, houve um foco específico no acompanhamento feito por organizações da sociedade civil em relação às informações sobre protocolos sanitários durante a pandemia. O governo indonésio reconheceu a necessidade de melhorar o acesso público à informação

durante emergências e anunciou planos para fortalecer programas de divulgação e disseminação de informações. No Uruguai, a Unidade de Acesso à Informação Pública (UAIP) estabeleceu o Índice Nacional de Transparência e Acesso à Informação para avaliar o cumprimento das autoridades públicas em relação à legislação de acesso à informação. O país também implementou medidas para incorporar a perspectiva de gênero nas políticas de transparência e acesso à informação, bem como promoveu a transparência em nível municipal. Ambos os países também abordaram as divulgações relacionadas à COVID-19 e garantiram a acessibilidade das informações para pessoas com deficiência.

Os aspectos-chave do ODS 16, como transparência, responsabilização e inclusão, têm um impacto positivo nos ODS 1 e 10. Essa inter-relação é crucial para promover a proteção social, igualdade de oportunidades e erradicação da pobreza. A transparência, por exemplo, desempenha um papel fundamental na redução da corrupção, que por sua vez está diretamente relacionada às desigualdades e à pobreza. A corrupção afeta negativamente a capacidade dos governos de redistribuir a riqueza e investir em serviços sociais, enquanto as desigualdades criam um ambiente propício para comportamentos corruptos. Essas inter-relações destacam a importância de abordar conjuntamente os ODS 16, 1 e 10 para promover um desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios socioeconômicos, incluindo a recuperação da COVID-19 e a erradicação da pobreza.

**Figura 1:** Ciclo de inter-relação entre os ODS



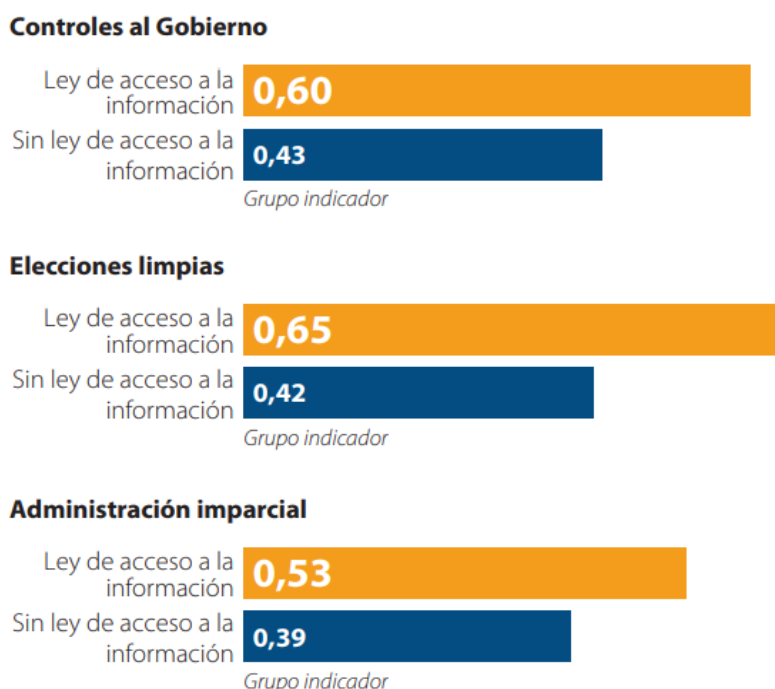
Fonte: PNUD COG

As leis de acesso à informação desempenham um papel fundamental na construção de sociedades mais transparentes e democráticas. Ao garantir o direito dos cidadãos de obter informações do governo, essas leis promovem a accountability e a participação cidadã, empoderando as pessoas a fiscalizarem as ações governamentais e a tomarem decisões



informadas. A transparência proporcionada pelas leis de acesso à informação é essencial para avaliar o desempenho das instituições e o progresso em direção a uma governança mais inclusiva e responsável. Além disso, essas leis têm um papel significativo no combate à corrupção, pois permitem que práticas ilícitas sejam expostas e responsabilizadas. Elas também contribuem para a redução das desigualdades, uma vez que o acesso a informações claras e precisas sobre políticas públicas e orçamento possibilita uma distribuição mais equitativa dos recursos.

**Figura 2: Controles ao Governo, eleições limpas e administração imparcial em países com e sem leis de acesso à informação.**



Fonte: IDEA Internacional, Índices do Estado Mundial da Democracia, 1975-2020; Divisão de Estatística das Nações Unidas, Indicadores dos ODS.

A UNESCO, reconhecendo a importância do acesso à informação para o desenvolvimento sustentável e a promoção da transparência, tem emitido recomendações aos países em relação à adoção e implementação de leis e políticas de acesso à informação. Entre as recomendações destaca-se a necessidade de os países adotarem um quadro jurídico favorável, garantindo a proteção legal do direito à informação. Além disso, enfatiza a importância de estabelecer um ambiente propício para o acesso à informação, promovendo a colaboração entre os diferentes setores governamentais e incentivando a divulgação proativa de informações relevantes. A organização também recomenda a criação de instituições independentes responsáveis pela supervisão e aplicação do acesso à informação, garantindo sua autonomia e recursos adequados. Por fim, destaca a importância da capacitação contínua dos profissionais envolvidos no processo de acesso à informação e o uso das tecnologias de informação e comunicação para facilitar o acesso e a disseminação de informações.

### **BID e Banco Mundial no Fórum Internacional de Transporte**

No final do mês de maio foi realizada a **Cúpula Anual do Fórum Internacional de Transporte (ITF)**. Organização que trata da política de transportes e das atualizações do setor e que faz parte da **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** reuniu representantes de governos, setor privado, academia e sociedade civil para compartilhar perspectivas sobre o papel do transporte como um facilitador fundamental do desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

O **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** realizou uma mesa redonda com delegações dos países da **América Latina e do Caribe (ALC)** presentes. O tema da mesa redonda foi "Transporte de baixo carbono para um crescimento equitativo", que teve como alvos destacar as conquistas e o potencial da descarbonização no setor de transportes da região, discutir desafios e oportunidades para um transporte mais limpo e identificar políticas e projetos de mobilidade eficiente e equitativa de baixo carbono na região.

A Cúpula tratou do tema financiamento climático como o mais urgente e o **BID** mostrou que pode ajudar muito a região, pois possui um papel de destaque na área, já que se comprometeu em alinhar todas as suas operações de empréstimo com as metas do Acordo de Paris. O **BID** também aparece como destaque no fornecimento de assistência técnica na concepção e implementação de políticas públicas para descarbonizar os sistemas de transporte e adaptá-los às mudanças climáticas.

De acordo com a **Agência Internacional de Energia (IEA)**, o transporte é responsável por 25% das emissões globais, tornando-se o segundo maior contribuinte de CO<sub>2</sub> da queima de combustíveis fósseis. Ainda que a **ALC** contribua com uma pequena parcela das emissões globais de CO<sub>2</sub> do transporte (9%), suas emissões vêm aumentando gradativamente.

Durante a Cúpula, os países da região lançaram planos para promover a mobilidade elétrica, incentivar a transferência modal para o transporte ferroviário e melhorar a qualidade do transporte público, entre outras iniciativas. **Ministro dos Transportes do Brasil, Renan Filho**, participou da reunião e disse que *o governo buscamos conciliar sustentabilidade com investimentos em rodovias e ferrovias*. Através dessas ações, os países da região estão avançando em direção às metas de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, que são os compromissos que assumiram para alcançar a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a menos de 2 graus Celsius (e, de preferência, abaixo de 1,5 grau Celsius) em comparação com os níveis pré-industriais.

Outro destaque a ser considerado foi o anúncio que os bancos multilaterais — grupo formado pelo **Banco Mundial (BM)**, **BID**, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, Banco de Desenvolvimento da América Latina, Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento e Novo Banco de Desenvolvimento — contribuíram com **US\$ 3,6 bilhões** para projetos de segurança viária em países em desenvolvimento. Três projetos autônomos de segurança viária — **BM, Banco Asiático de Desenvolvimento e Banco Europeu de Investimento** — totalizaram **US\$ 912 milhões**

em financiamento, o que representa mais de um quarto do montante aprovado por sete dos membros do grupo de trabalho durante todo esse período.

Esse comprometimento dos bancos multilaterais se deve ao fato de que a cada ano, os acidentes rodoviários causam mais de um milhão de mortes em todo o mundo sendo mais de 93% dessas mortes em países em desenvolvimento.

### **FMI adere ao Pacto Global de Coordenação Antiterrorista**

Na última semana de maio, o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** aderiu ao Pacto Global de Coordenação Antiterrorista das Nações Unidas. O **FMI** tomou a decisão durante um evento de alto nível intitulado “*Melhorar a cooperação global no combate ao terrorismo financiamento do terrorismo*”.

Durante o evento, o **FMI** lançou um livro chamado “Combate ao financiamento do Terrorismo: Boas Práticas para aumentar a eficácia”. A publicação tem como alvos principais o combate à lavagem de dinheiro e os principais desafios na luta contra o financiamento do terrorismo ao redor do mundo.

Compreendendo a necessidade de unir esforços para mitigar o financiamento terrorista, no Painel de Discussão de Nível de Especialistas do evento foram discutidas maneiras de promover e reforçar a cooperação internacional para este fim. **FMI**, **BM**, Grupo Egmont de Unidades de Inteligência Financeira, UNODC, UNOCT, entre outros, forneceram valiosas informações sobre as tendências atuais no financiamento do terrorismo, abordando também os desafios restantes a esta ameaça e as áreas potenciais a fim de aumentar a articulação na coordenação.

### **Publicações**

Lançado no final de maio pelo **BID**, o documentário “*Health in the City. How Zip Codes Shape Health in LAC*” (Saúde no Município. Como os CEPs dão forma à saúde na **ALC**, tradução livre) examina como os ambientes urbanos influenciam a nossa expectativa e qualidade de vida.

O documentário passeia por diversas cidades da ALC, mostrando as discrepâncias entre os bairros mais ricos e mais vulneráveis no acesso à saúde. O documentário exhibe também que em bairros mais segregados dessas cidades tiveram mais casos e mortes de COVID-19 no período pandêmico.

Durante os 36 minutos do curta, especialistas no setor de planejamento urbano, epidemiologistas e sociólogos ponderaram que a região urge na elaboração de políticas públicas que crie condições de favorecer o bem-estar das populações em situação de vulnerabilidade.

### **Projetos**

No Brasil, o **BID** aprovou dois projetos focados em impulsionar os sistemas da saúde, educação e da economia.

Para a cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o **BID** aprovou um empréstimo de **US\$ 150 milhões** para melhorar os serviços de segurança social, trabalho, educação e saúde. De acordo com o **BID**, o projeto está focado em propor melhorias na qualidade e acessibilidade de serviços desses setores, promovendo a transformação digital. O programa está focado nos grupos mais afetados pela pandemia e espera-se proporcionar soluções eficazes para aumentar o número de creches e o ingresso ao mercado de trabalho.

Para Santa Catarina, o **BID** liberou um financiamento de **US\$ 50 milhões** para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Brasil (PROFISCO II) que apoia todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Santa Catarina é o décimo oitavo estado brasileiro a receber financiamento através desse programa.

Os recursos liberados têm como objetivos modernizar a gestão fiscal e melhorar o gerenciamento dos gastos públicos e a forma como se administra impostos.

Com um cenário bastante preocupante a respeito da insegurança alimentar, o **BM** está estendendo o seu apoio à segurança alimentar e à resiliência dos sistemas alimentares para beneficiar mais 2,8 milhões de pessoas.

O Banco aprovou **US\$ 903 milhões** em financiamento da **Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA)** à Comissão da União Africana (US\$ 13 milhões), Malawi (US\$ 250 milhões), Tanzânia (US\$ 300 milhões), Comores (US\$ 40 milhões), Quênia (US\$ 150 milhões) e Somália (US\$ 150 milhões) como parte da segunda e terceira fases do Programa de Resiliência dos Sistemas Alimentares (PRSF) para a África Oriental e Austral. O programa foi lançado em junho de 2022, sendo que a primeira ofereceu apoio à Etiópia e a Madagáscar, bem como a dois organismos regionais. O **BM** tem a expectativa de que o programa alcance cinco milhões de beneficiários diretos nas três primeiras fases.

Na corrida para reestabelecer a sustentabilidade fiscal dos países endividados, o FMI aprovou acordos de 40 meses no âmbito a *Extended Fund Facility* (EFF) e a *Extended Credit Facility* (ECF) à **Costa do Marfim** no montante de **US\$ 3,5 bilhões**. O programa é consistente com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2021-25 e tem como alvos principais: manter a estabilidade macroeconômica a curto prazo, ao mesmo tempo estabelecer base para uma transformação econômica mais profunda em direção à renda média alta a médio prazo. De acordo com o **FMI**, o programa também ajudará o País no aumento da sua contribuição para as reservas internacionais regionais.

## Referências

<https://www.iadb.org/en/news/idb-leads-meeting-address-climate-change-international-transport-forum>

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/05/reuniao-na-alemanha-confirma-adesao-do-brasil-ao-itf-como-membro-permanente>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/05/23/multilateral-development-banks-committed-3-6-billion-for-road-safety-in-developing-countries-over-5-year-period>

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/05/23/pr23174-imf-joins-the-united-nations-global-counter-terrorism-coordination-compact>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-documentary-explores-link-between-zip-code-and-health>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/05/31/food-systems-resilience-program-expands-to-include-support-to-the-african-union-afe-commission>

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/05/24/pr23178-imf-executive-board-approves-extended-fund-facility-and-extended-credit-facility>

<https://www.iadb.org/en/news/porto-alegre-strengthen-its-social-services-idb-support>

<https://www.iadb.org/en/news/brazilian-state-santa-catarina-improve-fiscal-management-idb-support>

## Segurança Alimentar e Reforma da OMC

**Claudia Chamas**

### Segurança alimentar no âmbito da OMC

Em 1 de junho, Ngozi Okonjo-Iweala, Diretora Geral da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), participou do evento virtual Diálogos Comerciais sobre Alimentos (Foto 1). Na ocasião, manifestou preocupação sobre a questão da segurança alimentar, apesar da desaceleração do aumento do preço dos alimentos provocado pela guerra na Ucrânia. Ela enfatizou que o sistema de comércio multilateral precisa ser aberto, previsível, estável e justo, considerando o problema de acesso, a construção de resiliência e o gerenciamento da volatilidade dos preços dos alimentos e dos preços da energia. Além disso, destacou:

*"Muitos dos membros de nossos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, estão sofrendo com as crises que estão acontecendo no mundo. Isso é algo que não foi provocado por eles, mas eles são os que mais sofrem com a falta de acesso a alimentos e fertilizantes e com os altos preços resultantes dos movimentos da taxa de câmbio e da depreciação das moedas."* (OMC, 2023)

Nesse escopo, na 12ª Conferência Ministerial (MC12) em junho de 2022, os membros da OMC adotaram [Decisão Ministerial](#) sobre "Isenções de Proibições ou Restrições de Exportação para Compras de Alimentos do Programa Mundial de Alimentos (PMA)" ("*World Food Programme (WFP) Food Purchases Exemptions from Export Prohibitions or Restrictions*"), uma resposta imediata à crise na região do Mar Negro. Eles também adotaram [Declaração Ministerial](#) sobre a Resposta Emergencial à Insegurança Alimentar. Os países reafirmam a importância de não impor proibições ou restrições de exportação de maneira inconsistente com as disposições da OMC, especialmente por meio de mecanismos de transparência e notificação. A diretora geral avalia que as decisões ajudaram a amenizar a crise e citou que os membros da OMC adotaram 80 medidas que facilitam o comércio de alimentos e fertilizantes e estão buscando avançar nas negociações sobre agricultura e dando maior destaque às preocupações com a segurança alimentar. O objetivo é impulsionar o suprimento global de alimentos, especialmente nos países em desenvolvimento (OMC, 2023).

A nota salienta: "A Iniciativa de Grãos do Mar Negro permite a exportação comercial de alimentos e fertilizantes (incluindo amônia) de três importantes portos ucranianos no Mar Negro e está alinhada com o Memorando de Entendimento entre a Federação Russa e o Secretariado das Nações Unidas sobre a promoção de produtos alimentícios e fertilizantes russos para os mercados mundiais. Um Centro de Coordenação Conjunta (JCC) com sede em Istambul coordena a implementação da Iniciativa de Grãos do Mar Negro." (OMC, 2023)

Agriculture and Commodities Division

WTO OMC | Trade DIALOGUES

WEBINAR SERIES  
Trade Dialogues on Food

# The Black Sea Grain Initiative

**SPEAKERS**

**MODERATOR**

**Dr. Ngozi Okonjo-Iweala**  
Director-General,  
World Trade Organization  
(WTO)

**Mr. Abdullah Dashti**  
United Nations  
Coordinator,  
Black Sea Grain Initiative  
(BSGI)

**Ms. Alzbeta Klein**  
CEO and Director General,  
International Fertilizer  
Association (IFA)

**Mr. Arnaud Petit**  
Executive Director,  
International Grains  
Council (IGC)

**Ms. Doaa Abdel-Motaal**  
Senior Counsellor,  
WTO Agriculture and  
Commodities Division

## BRICS e Reforma da OMC

Os ministros das Relações Exteriores dos países do BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – se reuniram em 1 de junho na Cidade do Cabo, África do Sul, para discutir ampla gama de questões, incluindo a preparação para a próxima cúpula de líderes, possível adesão de outros países ao grupo, e questões comerciais e econômicas (Foto 2). A Declaração Conjunta do Cabo da Boa Esperança incluiu a temática da OMC, como segue:

*“Os Ministros expressaram seu apoio a um sistema de comércio multilateral livre, aberto, transparente, justo, previsível, inclusivo, equitativo, não discriminatório e baseado em regras, com a Organização Mundial do Comércio (OMC) em seu centro, com tratamento especial e diferenciado (S&DT) para países em desenvolvimento, inclusive os países menos desenvolvidos. Enfatizaram seu apoio para trabalhar em direção a resultados positivos e significativos sobre as questões da 13ª Conferência Ministerial (MC13). Comprometeram-se a empenhar-se de forma construtiva para buscar a necessária reforma da OMC com vistas a apresentar resultados concretos na MC13. Apelaram pela restauração de um sistema de solução de controvérsias totalmente funcional e acessível a todos os membros até 2024, e a seleção de novos membros do Órgão de Apelação sem mais demora. Condenaram medidas protecionistas unilaterais sob o pretexto de preocupações ambientais, tais como mecanismos unilaterais e discriminatórios de ajuste de carbono na fronteira, impostos e outras medidas.” (MRE, 2023)*

Tal Declaração dá prioridade à revitalização do Órgão de Solução de Controvérsias, mecanismo que se mostrou de grande importância para países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. O assunto foi objeto da sabatina do Embaixador Guilherme Patriota, no Senado, que evidenciou a necessidade de reconstituir o pleno funcionamento do mecanismo de solução de controvérsias, buscando ampliar o acesso ao mercado e espaço para o Brasil. Nesse contexto, incluem-se: o agronegócio sustentável, da matriz energética limpa, da produção científica e tecnológica, da saúde e da industrialização verde. Como visto no último Informe, um dos objetivos destacados pelo Embaixador é recolocar a OMC nos trilhos da efetividade, reformando a organização para adequá-la aos desafios contemporâneos, ponto de igual destaque na Declaração supracitada.





China's Vice Foreign Minister Ma Zhaoxu, Brazil's Foreign Minister Mauro Vieira, South Africa's Foreign Minister Naledi Pandor, Russia's Foreign Minister Sergei Lavrov and India's Foreign Minister Subrahmanyam Jaishankar attend a BRICS foreign ministers' meeting in Cape Town. (Reuters)

### Referências

MRE. Declaração Conjunta do Cabo da Boa Esperança – Ministros das Relações Exteriores e Relações Internacionais do BRICS – Cidade do Cabo, África do Sul, 1º de junho de 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-cabo-da-boua-esperanca-2013-ministros-das-relacoes-exteriores-e-relacoes-internacionais-do-brics-2013-cidade-do-cabo-africa-do-sul-1o-de-junho-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-cabo-da-boua-esperanca-2013-ministros-das-relacoes-exteriores-e-relacoes-internacionais-do-brics-2013-cidade-do-cabo-africa-do-sul-1o-de-junho-de-2023) Acesso em: 6 de junho de 2023.

OMC. DG Okonjo-Iweala: Trade key to ensuring food security in a time of crisis. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news23\\_e/ddgno\\_01jun23\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/ddgno_01jun23_e.htm) Acesso em: 6 de junho de 2023.

## **“Queremos comida, não tabaco”. Mais um exemplo de crises interligadas**

***Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,  
Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais,  
Maria Christina Silva Carneiro Nobre, Patrícia Lewis  
Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza***

### **INTRODUÇÃO**

Entre as 35 organizações da sociedade civil (OSC) que foram monitoradas nesta quinzena, 28 organizações públicas e privadas fizeram manifestações relevantes. Os temas de maior destaque foram o Dia Mundial Sem Tabaco, as diversas atividades relacionadas à 76ª Assembleia Mundial da Saúde e o fortalecimento dos sistemas de saúde, além dos temas frequentes da crise climática e da insegurança alimentar.

Com efeito, as OSC se engajaram na celebração do Dia Mundial Sem Tabaco 2023, cujo tema foi "Cultive alimentos, não tabaco". O objetivo dessa celebração anual é informar o público sobre os perigos do uso do tabaco, as práticas comerciais da indústria do tabaco, as ações da OMS para combater esse problema de saúde e o que as pessoas podem fazer para reivindicar seu direito à saúde e a uma vida saudável, além de proteger as gerações futuras. Neste ano, as OSC denunciaram o fato de que o cultivo de tabaco ocupa mais de três milhões de hectares de terra, mesmo em países que enfrentam insegurança alimentar e fome. A transição para o cultivo de alimentos traria grandes benefícios, como o combate à insegurança alimentar, a melhoria na vida dos agricultores de tabaco e a redução dos custos associados às doenças relacionadas ao tabagismo.

As OSC públicas, em especial, continuaram a informar sobre a participação na 76ª Assembleia Mundial da Saúde, abordando diferentes temas, como o tratado pandêmico, as determinantes sociais da saúde e a equidade em saúde. As negociações em torno do tratado pandêmico têm gerado preocupação nas OSC públicas devido às medidas insuficientes para garantir o acesso igualitário a tecnologias médicas, bem como à falta de ações concretas para compartilhar tecnologias com países de média e baixa renda. Elas também enfatizaram a necessidade de mecanismos de responsabilização (accountability) para cumprir o novo instrumento, lembrando ainda que a saúde de todos é um bem comum global que deve prevalecer sobre qualquer interesse privado.

Outro tema ressaltado foi a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde, garantindo a equidade como um princípio abrangente em todas as políticas. Os determinantes sociais da saúde também foram mencionados, como questão a ser considerada em todos os processos de tomada de decisão.

A igualdade de gênero foi outra questão bastante discutida nesta quinzena, registrando-se um aumento na participação de mulheres na 76ª Assembleia. No entanto, essa participação ainda não é equivalente à força de trabalho feminina na área da saúde. Se os papéis de liderança fossem equilibrados, as delegações teriam a presença de 70% de mulheres.

Uma vez que foi promulgada a Lei anti-homossexualidade na Uganda, a STOPAIDS expressou preocupação com o impacto dessa medida em outros países da região e instou os governos a proteger os direitos da população LGBTQI+ e garantir a segurança dos ugandenses, apoiando serviços e oferecendo asilo.



Também a insegurança alimentar recebeu destaque especial durante a quinzena, com a NCD Alliance reportando um número recorde de 349 milhões de pessoas em 79 países, incluindo mais de 30 países africanos, em situação de insegurança alimentar aguda. Foi ressaltado que essa crise é histórica, não sendo recente nem apenas consequência do conflito Ucrânia-Rússia. Portanto, as corporações agroindustriais e as políticas agroalimentares impostas pelos países capitalistas devem ser responsabilizados por essa situação.

Com relação à crise climática, foram ressaltados os impactos das mudanças climáticas na migração, na saúde mental, nos desastres ambientais e nas doenças infecciosas. Uma abordagem proposta para enfrentar a crise de saúde ambiental foi o reconhecimento da sabedoria indígena e sua conexão com a natureza e a saúde.

As OSC privadas, por sua vez, divulgaram iniciativas relacionadas a soluções energéticas e ao desenvolvimento de estratégias de preparação e resposta à crise climática. Além disso, enfatizaram a importância de parcerias colaborativas entre governos, pesquisadores e comunidades locais para melhor compreender os impactos do clima na saúde e desenvolver estratégias de adaptação e mitigação.

As organizações privadas também divulgaram iniciativas para gerar evidências, ideias, parcerias e soluções relacionadas à insegurança alimentar, doenças infecciosas e fortalecimento das capacidades de preparação para futuras pandemias.

Outros temas abordados na quinzena pelas organizações foram doenças infecciosas, saúde do idoso, novas tecnologias de saúde, reforma do sistema financeiro de desenvolvimento, ajuda humanitária e conflitos armados.

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

### **Dia Mundial sem Tabaco**

A World Federation of Occupational Therapists<sup>31</sup> aderiu ao Dia Mundial Sem Tabaco da Organização Mundial da Saúde, celebrado em 31 de maio, destacando a saúde e outros riscos associados ao uso do tabaco e defendendo políticas eficazes para reduzir o consumo de tabaco. Esta celebração anual tem como objetivo informar o público sobre os perigos do uso do tabaco, as práticas comerciais da indústria do tabaco, as ações da OMS para combater a epidemia do tabaco e o que as pessoas ao redor do mundo podem fazer para reivindicar seu direito à saúde e a uma vida saudável, além de proteger as gerações futuras. Os Estados Membros da Organização Mundial da Saúde estabeleceram o Dia Mundial Sem Tabaco em 1987, com o propósito de chamar a atenção global para a epidemia do tabaco e as mortes e doenças evitáveis que ela causa. Nesse mesmo ano, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a Resolução WHA40.38, designando o dia 7 de abril de 1988 como o "Dia Mundial sem Fumo". Posteriormente, em 1988, foi aprovada a Resolução WHA42.19, estabelecendo que o Dia Mundial Sem Tabaco seja celebrado anualmente em 31 de maio.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)<sup>32</sup> se engajou na campanha contra o tabaco, por ocasião da passagem do Dia Mundial Sem Tabaco. Aproveitou a oportunidade para divulgar o casebook que publicou, denunciando as sete principais táticas usadas pelas empresas de tabaco para minar as medidas de controle do tabaco: (a) publicidade, promoção e patrocínio; (b) grupos de fachada; (c) manipulação da mídia; (d) financiamento de

---

<sup>31</sup> <https://www.wfot.org/>

<sup>32</sup> <https://www.wfpha.org/>

pesquisas; (e) lobby político; (f) cigarros eletrônicos como estratégia de “redução de danos”; e (f) ações legais.

Durante o dia mundial sem Tabaco a [ACT Promoção da Saúde](#)<sup>33</sup> lançou a campanha intitulada "[A indústria do tabaco sufoca a produção de alimentos saudáveis](#)" e destaca a importância de priorizar a produção de alimentos saudáveis, como vegetais, grãos, frutas e legumes, em contraste com a indústria do fumo e seus impactos nos agricultores e no sistema agrícola.

Durante a semana do Dia Mundial do Tabaco, com o tema "Precisamos de alimentos, não de tabaco", a ACT Promoção da Saúde divulgou uma [nota técnica](#) alertando que o cultivo de tabaco utiliza uma quantidade de terra equivalente à produção de todos os vegetais, legumes e frutas consumidos no Brasil, um país que enfrenta insegurança alimentar e fome. A transição para o cultivo de alimentos traria grandes benefícios, como o combate à insegurança alimentar, melhoria na vida dos agricultores de tabaco e redução dos custos associados às doenças relacionadas ao tabagismo.

A [NCD Alliance](#)<sup>34</sup> publicou matéria sobre o [Dia Mundial sem Tabaco](#), comemorado no dia 31 de maio, em que reforça a campanha da OMS "Cultive alimentos, não tabaco". De acordo com a matéria, “mais de três milhões de hectares de terra em mais de 120 países estão sendo usados para cultivar tabaco mortal, mesmo em países onde as pessoas estão passando fome” e com o número recorde de 349 milhões de pessoas em 79 países, dentre eles mais de 30 países do continente africano, sem situação de insegurança alimentar aguda.

### **Insegurança alimentar**

A Progressive International<sup>35</sup> divulgou um comunicado sobre o grupo dos sete (G7) e a agenda corporativa nos sistemas de alimentação, criticando o comunicado da reunião de ministros de agricultura do G7. A declaração destaca que o G7 culpa a invasão russa da Ucrânia pelo impacto da insegurança alimentar global, ao mesmo tempo em que isenta suas grandes corporações agroindustriais e os programas e políticas agroalimentares que impuseram ao mundo, da responsabilidade pela crise atual. Isso resulta na [perpetuação da fome](#) e da desigualdade, pois as nações mais poderosas aceleram a pilhagem e a destruição do planeta, enquanto os povos rurais lutam para se libertar do domínio imperialista.

O Global Health Centre divulgou o artigo sobre "[As crises de conflito e insegurança alimentar](#)". Ao examinar a segurança alimentar global, a autora Anne Saab aponta que há mais no problema global de abastecimento de alimentos do que as óbvias "crises". Destaca-se que o uso do termo “crise” se tornou lugar-comum para descrever situações ou períodos que marcam instabilidade, turbulência e mudança. Para a autora, o uso de “crise” muitas vezes dá a impressão de que essas situações surgiram repentina e inesperadamente e que, de alguma forma, estão fora de nosso controle. Contudo, nem a guerra entre a Rússia e a Ucrânia nem seus impactos na segurança alimentar global foram inesperados ou repentinos.

O Center for Strategic and International Studies (CSIS) publicou uma matéria sobre [Alimentação Saudável: Alimentação, Família e Boa Nutrição](#), problematizando os padrões dietéticos ou padrões sustentados de alimentação saudável, onde 40 por cento da população

---

<sup>33</sup> <https://actbr.org.br/>

<sup>34</sup> <https://ncdalliance.org/>

<sup>35</sup> <https://progressive.international/>

mundial mantém níveis endêmicos de desnutrição. Por outro lado, dietas pouco saudáveis estão contribuindo a níveis alarmantes de obesidade e o aumento da incidência de doenças não transmissíveis, como doenças cardíacas, diabetes e alguns tipos de câncer.

A CARE divulgou a [declaração de Michelle Nunn sobre o Relatório de Fome da FAO e do PMA](#). Em um relatório recente, as agências da ONU emitiram um alerta de que nos próximos meses a insegurança alimentar aguda provavelmente piorará em 22 países ao redor do mundo. A CARE e outras ONGs locais e internacionais têm testemunhado os impactos catastróficos desta crise histórica. Segundo o relatório, essa emergência provocada pela confluência de mudanças climáticas, conflitos, aumento de preços e impactos da COVID-19 põe em risco o futuro de muitas pessoas, especialmente mulheres e meninas.

## **76ª Assembleia Mundial da Saúde**

### *Tratado pandêmico*

A [Federação Mundial de Associações de Saúde Pública \(WFPHA\)](#)<sup>36</sup> divulgou declaração lida durante a 76ª Assembleia Mundial da Saúde em que trata das negociações em torno do [tratado pandêmico](#). A WFPHA destaca a importância de se discutir a questão das formas de garantir o cumprimento do que for definido no novo instrumento, incluindo mecanismos de accountability. Ademais, lembra que as ações para prevenir futuras pandemias devem estar baseadas na compreensão de que a saúde de todos é um bem comum global acima de qualquer interesse privado.

Em resposta ao novo texto do Tratado Pandêmico, a [People's Vaccine](#)<sup>37</sup> afirmou que [a equidade não é opcional](#) e criticou as ações insuficientes para garantir o acesso igualitário a produtos médicos, assim como a falta de medidas concretas para compartilhar tecnologias com países de média e baixa renda.

O [Consortium of Universities for Global Health](#)<sup>38</sup> anuncia a participação do World Resilience Summit 2023 no Campus Biotech em Genebra, Suíça, juntamente com a Assembleia Mundial da Saúde. A Cúpula faz parte de um esforço colaborativo entre a World Climate Foundation e o Geneva Health Forum para impulsionar soluções de [parcerias público-privadas para a prevenção de pandemias](#). Reúne líderes públicos e privados (principais tomadores de decisão de organizações de saúde, empresas, filantropia, sociedade civil) engajados em acelerar soluções para a prevenção de pandemias e preparação para uma resposta coordenada e eficiente em todos os setores afetados pela COVID-19. O evento inaugural ocorreu em 24 de maio junto com a 76ª Assembleia Mundial da Saúde em Genebra, em colaboração com o Fórum de Saúde de Genebra para ajudar a definir medidas de prevenção, preparação e resposta para apoiar a adoção do tratado pandêmico.

### *Sistemas de saúde, equidade na saúde e determinantes sociais.*

A People's Vaccine e a Oxfam divulgaram uma declaração conjunta para a 76ª Assembleia Mundial da Saúde, destacando [cinco pontos chave](#): a necessidade de sistemas de saúde financiados publicamente e mais equitativos; o papel crucial da ação comunitária durante pandemias; o acesso universal a produtos essenciais para a saúde pública; o investimento na capacidade de fabricação no sul global, o compartilhamento de tecnologia e a remoção de

---

<sup>36</sup> <https://www.wfpha.org/>

<sup>37</sup> <https://peoplesvaccine.org/>

<sup>38</sup> <https://www.cugh.org/>

barreiras de propriedade intelectual; e a importância de adotar uma perspectiva de gênero, pois as pandemias colocam uma carga desproporcional sobre as mulheres.

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA)<sup>39</sup> divulgou a declaração que apresentou à 76ª Assembleia Mundial da Saúde sobre a Cobertura Universal de Saúde. Nesta declaração, recomenda a reorientação dos sistemas de saúde para cuidados primários como uma base resiliente para a cobertura universal de saúde.

Medicins sans Frontieres (MSF)<sup>40</sup> informou que no marco anual da 76ª Assembleia Mundial da Saúde, os governos aprovaram uma resolução para fortalecer a capacidade de testagem diagnóstica dos países. A resolução foi proposta pela Indonésia e pelos governos da Região Africana. Com quase metade da população mundial tendo pouco ou nenhum acesso a testes, Médicos Sem Fronteiras parabeniza esta resolução como um passo essencial para melhorar o acesso global a ferramentas de diagnóstico e incentiva os países a tomar imediatamente as medidas necessárias para implementar a resolução.

A International Federation of Medical Students' Associations (IFMSA)<sup>41</sup> divulgou a realização de um evento pré-Assembleia Mundial de Saúde em que debateram as emergências de saúde. Defendeu a inclusão dos jovens nas tomadas de decisão, sistemas de saúde fortes e equidade na saúde, reafirmando a importância do acesso equitativo a serviços essenciais de saúde e de esforços aprimorados de prevenção, preparação e resposta a pandemias.

A International Federation of Medical Students' Associations registrou sua participação em debate sobre a equidade em saúde e os determinantes sociais da saúde em evento durante a 76ª Assembleia Mundial de Saúde. Afirma que a equidade em saúde deve ser um princípio abrangente em todas as políticas e os determinantes sociais da saúde devem ser uma consideração obrigatória em todos os processos de tomada de decisão.

A Planetary Health Alliance<sup>42</sup> considerou como uma decisão histórica, a adoção da resolução sobre a saúde dos Povos Indígenas na 76ª Assembleia Mundial da Saúde. Para a organização, esta será uma ferramenta crítica para reforçar a implementação dos Determinantes Indígenas da Saúde nos níveis local e nacional.

### *Equidade de gênero*

Dando sequência à observação anual da equidade de gênero nas Delegações Chefes da Assembleia Mundial de Saúde, a Women in Global Health<sup>43</sup> contabilizou 32% de mulheres nesta função na 76ª AMS. O número representa um aumento de 9% com relação a 2022. Embora o aumento seja comemorado, lembram que as mulheres são a maioria da força de trabalho na saúde e que se os papéis de liderança fossem equilibrados teriam 70% de mulheres nas delegações.

### *Doenças não transmissíveis*

---

<sup>39</sup> <https://www.globalfamilydoctor.com/>

<sup>40</sup> <https://www.msf.es/>

<sup>41</sup> <https://ifmsa.org/>

<sup>42</sup> <http://www.planetaryhealthalliance.org/>

<sup>43</sup> <https://www.womeningh.org/>

A WONCA divulgou a reunião realizada durante a 76ª Assembleia Mundial de Saúde, entre seus representantes e técnicos da OMS, para discutir estratégias para melhorar o atendimento às [doenças e agravos não transmissíveis](#) (DANT). Os principais tópicos discutidos incluíram a continuidade dos cuidados, a integração dos serviços de DANT nos cuidados primários e o papel fundamental dos médicos de família. Os participantes compartilharam informações valiosas com base em suas experiências e pesquisas, esclarecendo a importância de equipes multidisciplinares, abordagens holísticas e a necessidade de estratégias práticas de implementação.

O relatório [World Heart Report 2023](#) da [World Heart Federation](#)<sup>44</sup> divulga o aumento de mortes por doenças cardiovasculares de 12,1 milhões em 1990 para 20,5 milhões em 2021, sendo a principal causa de morte no mundo, neste ano, principalmente em países de baixa e média renda. Por outro lado, países de alta renda foram identificados, com maior intensidade, a diminuição da taxa de mortalidade pela doença, que caiu de 354,5/100.000 em 1990 para 239,9/100.000 em 2019.

A World Heart Federation publicou [declaração](#) assinada liderada pela NCD Alliance e assinada conjuntamente por outras organizações, sobre o item 13.2 da Agenda: Declaração política da terceira reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis e saúde mental. Ressaltam que a Cobertura Universal de Saúde não pode ser alcançada “sem um pacote abrangente de serviços para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)”, lembrando que esse grupo de doenças representa 74% da mortalidade global e 80% dos anos vividos com incapacidade ao longo da vida. Fazem sete recomendações aos Estados-membros.

Outra declaração compartilhada pela World Heart Federation foi sobre a [atualização do best buys](#) sobre DCNT, na 76ª Assembleia Mundial de Saúde, que registra recomendações à OMS e aos Estados-membros. Também [protagonizaram uma declaração](#) sobre o fortalecimento dos serviços de reabilitação para pessoas que vivem com DCNT e condições pós-Covid-19.

## **Doenças infecciosas**

Consortium of Universities for Global Health disponibiliza a gravação do [4º Congresso Mundial de Sepse](#) realizado em abril, com mais de 85 palestrantes de mais de 30 países abordando todos os aspectos da sepse, incluindo a relação com pandemias, o uso de big data, a segurança do paciente, o impacto político, o design experimental inovador e as pesquisas mais recentes. Durante o evento, também foi realizada a sessão intitulada "Saúde, Economia e Impacto Humano de Infecções e Pandemias".

O [Center for Strategic and International Studies \(CSIS\)](#)<sup>45</sup> publicou um artigo sobre [Erradicação da varíola: um modelo de cooperação global](#). O estudo aborda a cooperação entre os Estados Unidos e a China em questões de interesse comum, como os esforços conjuntos para a erradicação da varíola. Erradicar uma doença humana é uma tarefa extremamente complexa e desafiadora. Portanto, o envolvimento das superpotências pode contribuir significativamente para alcançar a erradicação da varíola.

MSF compartilha relatos de [pessoas infectadas com o Noma](#) na Nigéria. Trata-se de uma doença completamente evitável e fácil de tratar, se os cuidados forem iniciados a tempo. Sem

---

<sup>44</sup> <https://world-heart-federation.org/>

<sup>45</sup> <https://www.csis.org/>

tratamento, ela corrói a pele e os ossos do rosto em apenas algumas semanas, levando até 90% das pessoas infectadas à morte, a maioria crianças. As pessoas que sobrevivem muitas vezes precisam enfrentar um futuro de dor, desconforto e estigma social. Agora, o Noma está mais perto de ser incluído oficialmente na lista de doenças tropicais negligenciadas da Organização Mundial da Saúde (OMS), o que deve trazer mais atenção e mais recursos para combater a doença.

### **Covid-19**

A WFOT disponibilizou artigo: [Prática atual em terapia ocupacional para Covid-19 e condição pós-Covid-19](#) que descreve os resultados de uma pesquisa global da WFOT destacando a prestação de serviços de terapia ocupacional para pessoas com COVID-19/pós-COVID-19, com recomendações para facilitar a prestação de serviços de qualidade.

### **Cuidado dos idosos**

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA)<sup>46</sup> divulgou a realização de uma discussão sobre a promoção da equidade na saúde, abordando as lacunas de gênero no acesso a cuidados adequados e apropriados e explorando a interseção entre [preconceitos de idade e sexo](#).

O Consortium of Universities for Global Health (CUGH) divulgou relatório [“Recursos sobre capacitação em cuidados geriátricos em países de baixa e média renda”](#). O acesso a cuidados geriátricos de qualidade é um desafio global, especialmente em locais com recursos limitados. Dois relatórios foram elaborados pelos membros do Subcomitê de Capacitação da Força de Trabalho do CUGH, Dra. Barbara Kamholz e Dr. Suraj Bhattarai, que contêm informações, recomendações e links que podem auxiliar os sistemas de saúde e os formuladores de políticas no fortalecimento dos cuidados com os idosos.

A CARE<sup>47</sup> respondeu ao novo relatório da ONU que lança luz sobre a [situação dos idosos na Ucrânia](#). Os idosos representam um quarto da população da Ucrânia. Um relatório recente compilado por monitores de direitos humanos da ONU revelou que cerca de um terço dos civis mortos no primeiro ano da guerra Rússia-Ucrânia tinham mais de 60 anos.

### **Direitos da população LGBTQI+**

A STOPAIDS<sup>48</sup> expressou solidariedade aos membros da comunidade LGBTQI+ na Uganda e em todo o mundo, onde seus direitos, liberdades e vidas estão sob ataque, após a [promulgação da Lei Anti-homossexualidade \(AHB23\)](#) pelo Presidente de Uganda. A organização condenou a lei como um ataque aos direitos humanos e uma ameaça à saúde pública, prejudicando a resposta ao HIV. Também expressou preocupação com o impacto dessa medida em outros países da região e instou os governos, especialmente o Reino Unido e os Estados Unidos, a proteger os direitos dos LGBTQI+ e garantir a segurança dos ugandenses, apoiando serviços e oferecendo asilo seguro.

### **Violência e conflito armado.**

Medicins sans Frontieres alertam sobre a situação de [extrema violência em Porto Príncipe](#), no Haiti, onde a organização administra clínicas móveis tratando centenas de pessoas

---

<sup>46</sup> <https://ifa.ngo/>

<sup>47</sup> <https://www.care.org/>

<sup>48</sup> <https://stopaids.org.uk/>

que permanecem encurraladas nos seus bairros. Os moradores em situação de vulnerabilidade estão presos em um ciclo de violência e insegurança contínua, vivendo sob a ameaça de balas perdidas, sequestros, precariedade econômica e falta de acesso a serviços essenciais, incluindo cuidados médicos, saúde mental e serviços de água e saneamento.

Refugiados no Chade enfrentam dificuldades extremas enquanto o [conflito continua no Sudão](#). Com o conflito no Sudão em sua quinta semana, a CARE relata o impacto que a violência teve em centenas de milhares de sudaneses, especialmente mulheres e crianças, forçadas a fugir de suas casas em meio à violência. Isso inclui mais de 90.000 refugiados que, segundo o ACNUR e o governo do Chade, fugiram para salvar suas vidas.

### **Financiamento para ajuda humanitária**

A CARE emite [declaração sobre a Conferência de Compromissos do Chifre da África](#). Segundo a CARE, os doadores mais uma vez erraram o alvo para enfrentar o ' desafio de uma geração' no evento de doação de alto nível para a resposta humanitária na Etiópia, Quênia e Somália. Dos USD 7 bilhões necessários para atender às necessidades imediatas das pessoas afetadas por uma seca catastrófica, conflito, mudança climática e custos crescentes, os doadores prometeram USD 2,4 bilhões para fornecer assistência para salvar vidas e manter a vida de quase 32 milhões de pessoas em toda a região.

Apesar dos combates no Sudão, o [trabalho desenvolvido pela CARE](#) para salvar vidas continua. No leste de Darfur, a CARE Sudan continua a fornecer água potável a milhares de refugiados e comunidades anfitriãs, principalmente mulheres e crianças, apesar dos grandes desafios operacionais. Quedas de energia e falta de combustível estão colocando muita pressão nas fontes de água disponíveis.

A organização humanitária internacional [ActionAid está pedindo aos governos](#) da Itália, Catar, Reino Unido e Estados Unidos que apoiem imediatamente a resposta humanitária no Chifre da África antes do evento de doações de alto nível que irá ocorrer em Nova York. Mais de 36 milhões passam fome no Chifre da África e o financiamento é necessário para apoiar a crise humanitária decorrente dos impactos climáticos na Etiópia, Quênia e Somália, impulsionada por uma das piores secas no continente.

Em resposta aos fundos prometidos no [evento de alto nível do Chifre da África em Nova York](#), o diretor nacional da ActionAid Etiópia, Tinebeb Berhane, ressaltou que os resultados foram decepcionantes e não refletem a dimensão da crise enfrentada pela região, bem como quanto esse contínuo subfinanciamento terá impacto sobre as mulheres e meninas. Afirma ainda que à medida que os fundos diminuem, o número de vítimas da crise climática aumenta e a seca está levando a grandes perdas e danos aos meios de subsistência.

### **Meio Ambiente e Crise climática**

A Planetary Health Alliance publicou a [1ª Nota Política sobre Povos Indígenas e Saúde Planetária](#), "Direitos e Conhecimentos dos Povos Indígenas e a Saúde Planetária", enfatizando a sabedoria e a abordagem relacional indígena com a natureza e a saúde. A nota visa destacar as opiniões expressas pelos líderes indígenas no Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas (UNPFII) de 2023 e chamar a atenção para como o trabalho de Saúde Planetária pode se alinhar com o UNPFII, assim como convoca à integração do conhecimento indígena nas políticas de saúde e meio ambiente para um futuro mais inclusivo e sustentável.



A Planetary Health Alliance divulgou o artigo de Cloud & Redvers (2023) "[Honrando os Lugares Sagrados Indígenas e o Espírito na Saúde Ambiental](#)", que amplia a perspectiva, a compreensão e a conectividade entre lugares e espíritos sagrados, e em saúde ambiental por meio de histórias de anciãos indígenas. Os Lugares Sagrados Indígenas e os entendimentos da conexão espiritual foram histórica e contemporaneamente marginalizados e excluídos do discurso e dos espaços acadêmicos de saúde ambiental.

A Planetary Health Alliance divulgou o lançamento da iniciativa [Science Based Targets](#) que disponibiliza informações para as empresas sobre os seus impactos na natureza e define metas baseadas na ciência (SBTs) de forma proativa para gerar mudanças positivas. Os SBTs apresentam objetivos mensuráveis, acionáveis e com prazo determinado, com base na melhor ciência disponível, que permitem que os atores se alinhem com os limites da Terra e as metas de sustentabilidade da sociedade.

O Consortium of Universities for Global Health divulga a coleção especial: Nos anais da saúde global: [Plásticos e saúde humana](#), em que relatam que os plásticos trouxeram grandes benefícios para a humanidade. Contudo, também são responsáveis por danos significativos à saúde humana, à economia e ao meio ambiente, em todas as fases do ciclo de vida do plástico, desde a extração do carvão, petróleo e gás, que são suas principais matérias-primas, até o descarte final no meio ambiente. A extensão desses danos ainda não foi avaliada sistematicamente, sua magnitude não foi totalmente quantificada e seus custos econômicos não foram contabilizados de forma abrangente.

A ActionAid divulgou pelo *Twitter* uma pesquisa realizada no Reino Unido que perguntou aos britânicos [quem deve pagar pelas mudanças climáticas](#). Segundo a maioria dos entrevistados, são as empresas de petróleo e gás. Quase 8 em cada 10 pessoas no Reino Unido acham injusto que as empresas petrolíferas estejam obtendo lucros recordes, enquanto não assumem a responsabilidade pelos danos causados ao clima. Mais de 63% apoiaram a tributação das empresas petrolíferas e a utilização do dinheiro para um fundo de perdas e danos, a ser utilizado para apoiar as nações mais afetadas pelas mudanças climáticas.

### ***Desdobramentos da crise climática***

A ActionAid destacou que países como Bangladesh e Myanmar sofrem desproporcionalmente com os [impactos das mudanças climáticas](#), como o ocorrido recentemente com o Ciclone Mocha. Afirmar que sem ação urgente, incluindo ação internacional para reduzir as emissões de gases, as comunidades pobres e vulneráveis continuarão a suportar o peso da crise climática.

A World Federation of Occupational Therapists anuncia o lançamento do curso online que apresenta os [desafios enfrentados em trabalhar com pessoas que foram deslocadas pelas mudanças climáticas](#). Por meio de uma série interativa de lições, o módulo pede aos terapeutas ocupacionais que usem a experiência profissional para abordar as circunstâncias únicas de deslocamento climático e migração. Três cursos adicionais de micro aprendizagem estão disponíveis para complementar o conteúdo para desenvolver recursos de terapia ocupacional específicos e para práticas de trabalho associadas ao reassentamento de migrantes climáticos.

A Planetary Health Alliance afirmou que a mudança climática contribui para a proliferação de mosquitos, o que leva ao aumento da malária para as pessoas. Neste sentido, sugere o [artigo](#) "Controle da malária em grávidas e crianças menores de cinco anos em países



de recursos limitados: perspectiva da Tanzânia e sua relação com as mudanças climáticas”, destacando abordagens inovadoras para controlar a malária em populações vulneráveis.

O Consortium of Universities for Global Health disponibilizou artigo sobre: [Mudanças Climáticas e Saúde Mental](#) e como os assistentes sociais podem causar impacto nessas situações. Os efeitos das mudanças climáticas vão muito além de seu impacto na Terra. Os pesquisadores há muito exploram, as ligações entre as mudanças climáticas e os desafios de saúde física e mental. Um relatório de 2022 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), por exemplo, cita o impacto do aquecimento da Terra em plantas, animais e clima – e as doenças e mortes que podem ocorrer como resultado das mudanças climáticas. Com foco em melhorar o bem-estar de todas as pessoas – particularmente as mais vulneráveis – os assistentes sociais estão posicionados de forma única para ajudar a lidar com os impactos das mudanças climáticas na saúde mental.

A NCD Alliance se manifestou sobre o [novo relatório da OMS](#) “Saúde para todos: transformando as economias para que produzam o que importa”. O relatório indica a saúde, desigualdade e emergência climática como as três grandes crises de nosso tempo, fazendo um alerta sobre a conexão entre essas crises, lembrando que nenhuma delas respeita as fronteiras nacionais.

### **Soluções energéticas**

O Center for Strategic and International Studies (CSIS) publicou [Os benefícios do sistema de energia da transmissão inter-regional](#). A capacidade de transmissão inter-regional pode aumentar a confiabilidade da rede, suportar novos recursos de geração e reduzir os custos para os usuários finais de eletricidade.

O CSIS publicou uma matéria escrita por Allegra Dawes, Cy McGeadye e Joseph Majkut, sobre [Mercados Voluntários de Carbono: Uma Revisão de Iniciativas Globais e Modelos em Evolução](#), problematizando a questão dos mercados de carbono voluntários podem ajudar a resolver os desafios criando incentivos confiáveis para reduções de emissões. Se analisam iniciativas destinadas a criar mercados de carbono mais funcionais, transparentes e eficazes.

### **Tecnologia e saúde**

O Consortium of Universities for Global Health anuncia que [o Repositório de Dados de Desigualdade em Saúde](#) da Organização Mundial de Saúde OMS (HIDR) será a maior coleção global de dados desagregados sobre saúde e determinantes da saúde - com cerca de 59 bases de dados e mais de 2.000 indicadores. Esses dados podem ser explorados diretamente por meio do Health Equity Assessment Toolkit (HEAT), um software interativo que facilita o exame de desigualdades e a avaliação de intervenções para resolvê-los.

O Consortium of Universities for Global Health divulgou uma nova [plataforma digital projetada para promover soluções locais em saúde global](#) (The Village). Por meio do uso de inteligência artificial, essa plataforma combina recursos com necessidades, conectando mentores com aprendiz/estudantes, financiadores com inovadores e colaboradores que de outra forma não se encontrariam. Ao expandir e alavancar redes, o The Village criará oportunidades para que o talento floresça em todo o mundo, sem deixar ninguém para trás.

## Cooperação e desenvolvimento

O CSIS publicou artigo sobre [A Lei da Fragilidade Global: revelando todo o potencial da cooperação entre agências](#). Sintetiza sobre a possibilidade do governo dos EUA ter a oportunidade de realizar uma mudança global positiva, alcançando a legislação bipartidária dedicada a melhorar a estabilidade e prevenir conflitos através da cooperação entre interações com o intuito de Prevenir Conflitos e Promover a Estabilidade.

O Global Health Centre divulgou o artigo “[A África no mundo: uma dialética necessária](#)”, por ocasião do Dia Mundial da África. O professor Eric Degila, de prática de relações internacionais, compartilha sua visão do papel da África no mundo. O autor aponta que ao celebrarmos o aniversário da criação da União Africana, entoando um discurso otimista sobre a África emergente, cabe lançar um olhar distanciado sobre o espaço ocupado por este continente, há muito percebido como o ponto cego do sistema internacional.

## Qualidade de pesquisa

A Interacademies Partnership<sup>49</sup> divulgou a publicação de um artigo que aborda as principais direções, oportunidades e desafios da [reforma da avaliação das pesquisas científicas](#), trazendo exemplos de mudanças em diferentes níveis. Indicando que o sistema de pesquisa enfrenta pressões de financiadores, governos e a indústria editorial, com tensões entre competição e cooperação, impactando a avaliação justa e produtiva. É essencial gerenciar essas questões para preservar a qualidade e integridade da pesquisa científica.

## ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

### Doenças Infecciosas

A [Wellcome Trust](#)<sup>50</sup> busca o envolvimento de stakeholders – incluindo financiadores, formuladores de políticas, governos, reguladores, organizações industriais e de pesquisa, sociedade civil e comunidades afetadas – para a produção de documento que informará [as prioridades da Wellcome para pesquisa e desenvolvimento de doenças infecciosas para os próximos anos](#). Para isso, a fundação disponibilizou um artigo e um formulário de feedback, por onde espera receber propostas e contra argumentações. O artigo disponibilizado destaca que as doenças infecciosas representam um quarto de todas as mortes no mundo e ressalta que há falta de suporte do atual sistema de Pesquisa e Desenvolvimento para atender às necessidades de todos. O documento também traz à discussão os problemas gerados pelos mercados fragmentados e desigualdades de poder significativas, especialmente em países de baixa e média renda.

[GAVI, The Vaccine Alliance](#)<sup>51</sup> anunciou nesse relatório que o [sarampo](#) está aumentando e o Uzbequistão está reforçando suas defesas. É o vírus humano mais contagioso que temos e mais de 900 casos dessa infecção viral, altamente contagiosa e com risco de vida, foram relatados em 17 países da região europeia da OMS, apenas nos primeiros dois meses deste ano – um número maior do que o registrado no continente em todo o ano de 2022.

GAVI, The Vaccine Alliance divulgou neste artigo o programa de [erradicação da poliomielite](#) do Paquistão, que constatou: quando as pessoas viajam, os vírus viajam; quando

---

<sup>49</sup> <https://www.interacademies.org/>

<sup>50</sup> <https://wellcome.org/>

<sup>51</sup> <https://www.gavi.org/>

as pessoas se reúnem, os vírus se espalham. Portanto, uma população flutuante representa um desafio para a campanha de erradicação da poliomielite no Paquistão. Durante os períodos festivos, o Paquistão é atravessado por viajantes, oferecendo maior oportunidade para o alastramento do vírus. Uma em cada 200 pessoas que contraem o poliovírus sofrerá paralisia irreversível. Isso significa que os casos sintomáticos representam apenas a ponta do iceberg: a descoberta de uma única criança paralisada normalmente, sinaliza que o vírus está circulando furtivamente há algum tempo.

GAVI, The Vaccine Alliance disponibilizou um artigo acerca dos anticorpos que combatem o [vírus Epstein-Barr e podem desencadear esclerose múltipla](#). As descobertas aumentam a evidência crescente de uma ligação entre o vírus e a condição neurodegenerativa, aumentando a urgência na busca por uma vacina. A esclerose múltipla (EM) pode ser desencadeada pela falha de anticorpos naturais contra o vírus Epstein-Barr (EBV), com o qual a maioria de nós é infectada na infância. A pesquisa, publicada na Science Advances, sugere que os anticorpos que nosso corpo implanta para combater o EBV atacam erroneamente uma proteína de aparência semelhante no cérebro e na medula espinhal, o que pode favorecer o desenvolvimento de EM uma condição incurável na qual as pessoas desenvolvem problemas de mobilidade, fadiga e dor.

### **Covid-19**

GAVI, The Vaccine Alliance alertou em artigo que quase 2 milhões de pessoas no Reino Unido vivem com [Covid longa](#), uma vez que os efeitos posteriores do Covid-19 podem persistir por meses ou até anos após a infecção inicial. Pessoas com Covid longa também têm maior risco de desenvolver problemas cardíacos e pulmonares graves, derrame e coágulos sanguíneos, em comparação com aqueles que não foram diagnosticados anteriormente, com Covid-19. Estudos de vários países descobriram que a Covid-19 longa está fortemente associada ao desemprego.

GAVI, The Vaccine Alliance comunicou em artigo: O [Cão Médico](#) como nossos companheiros caninos podem nos ajudar a detectar Covid-19 e outras doenças. Enquanto nós, humanos, geralmente experimentamos o mundo através da visão, os cães usam o olfato para aprender sobre o ambiente ao seu redor. Nossos amigos peludos também, podem usar seu poder de cheirar para saber como as pessoas estão se sentindo. Por exemplo, eles podem detectar o cheiro do medo no suor humano. Diante disso, talvez não seja surpreendente que as habilidades de super cheiro dos cachorros possam se estender ao monitoramento da saúde humana – incluindo, potencialmente, a detecção de doenças infecciosas como a Covid-19. Em um estudo recente realizado em escolas da Califórnia, descobriu-se que os cães detectam o vírus com 95% de sensibilidade em um ambiente controlado de laboratório e 83% nas escolas.

### **Vacinas**

GAVI, The Vaccine Alliance disponibiliza um artigo : [Após a COVID-19, as vacinas de mRNA também podem ajudar no câncer?](#) A pandemia pôs à prova a tecnologia, que já vinha sendo desenvolvida. Esse artigo discorre sobre sua aplicação a pacientes com câncer. As vacinas contra a Covid-19 foram entregues com velocidade notável e sem precedentes. As pioneiras da Moderna nos Estados Unidos e da BioNTech na Alemanha apresentaram ao público leigo um novo tipo de injeção: aquela que inclui mRNA, o ácido nucléico que normalmente carrega as instruções genéticas do núcleo da célula para a parte da célula onde as proteínas são produzidas. Como essa nova tecnologia pode ter surgido tão rapidamente? Na verdade, a abordagem estava em andamento há muito tempo, embora não fosse inicialmente destinada a prevenir doenças virais mas sim, focado no tratamento contra o câncer.

GAVI, The Vaccine Alliance informou que [uma vacina de mRNA personalizada pode aumentar os efeitos do tratamento](#) do câncer de pâncreas. Este estudo destaca ainda mais, o potencial das vacinas de mRNA no tratamento do câncer. O câncer de pâncreas é um dos tipos de câncer mais letais. Isso se deve em grande parte ao fato de que os sintomas geralmente surgem nos estágios avançados da doença, tornando muitos pacientes inelegíveis para o melhor método de tratamento atual, que é a cirurgia para remover qualquer tumor. Mesmo em pacientes cujos tumores foram removidos, muitas vezes há uma chance muito alta do câncer retornar. Mas os resultados de um estudo recente sugerem que o sistema imunológico pode ser uma ferramenta útil no tratamento do câncer pancreático. A pesquisa, publicada na Nature, mostrou que uma vacina personalizada contra o câncer foi capaz de estimular o sistema imunológico em metade dos pacientes que a receberam.

GAVI, The Vaccine Alliance comunicou nesse artigo como as vacinas estão protegendo meninas em Ruanda de um vírus causador de câncer. A [vacina contra o papilomavírus humano \(HPV\)](#) pode proteger uma em cada duas meninas, uma das maiores causas de câncer do colo do útero, segundo estudo nos primeiros resultados, sobre a eficácia na África. Uma vacina contra o HPV foi aprovada desde 2006 e, em muitos países de alta renda, é administrada como vacina de rotina a meninas por volta dos 11 anos de idade, antes de fazerem sexo pela primeira vez (já que o vírus é transmitido dessa maneira). A África Subsaariana tem algumas das maiores mortes por câncer do colo do útero no mundo, especialmente em países como Malawi, Zâmbia e Zimbábue, mas a aceitação tem sido lenta: em 2019, apenas um quarto de seus 54 países tinha programas nacionais de vacinação contra o HPV. A Gavi pretende mudar isso, com apresentações planejadas em vários países nos próximos meses e anos.

GAVI, The Vaccine Alliance disponibilizou artigo [Teste de vacina aumenta a esperança de eliminar a doença meningocócica na África subsaariana](#). O teste bem-sucedido da vacina pentavalente NmCV-5 sugere que ela pode contribuir para a meta de derrotar a meningite epidêmica até 2030. Uma vacina eficaz e acessível contra a doença meningocócica foi testada com sucesso no Mali e na Gâmbia. Os dados do ensaio clínico de fase 3 sugerem que a vacina é segura e induz uma forte resposta imune em cinco cepas de bactérias meningocócicas: A, C, W, Y e X. Especialistas acreditam que poderia fornecer uma "ferramenta crítica" para interromper e prevenir epidemias de meningite na África subsaariana.

GAVI, The Vaccine Alliance disponibiliza um relatório sobre [uma avaliação preliminar do impacto da COVAX em países de baixa renda](#). Aproximadamente 90% das doses de COVID-19 entregues pela COVAX foram para países de economias de baixa renda. Isso representa a implantação global mais rápida e complexa de vacinas de todos os tempos. Mas em termos de acesso equitativo durante esta pandemia, quão bem-sucedido foi e onde seus impactos foram maiores? De fato, agora temos não apenas uma oportunidade, mas a responsabilidade de aprender com essa experiência para futuras pandemias e o acesso equitativo global, a fim de que as pessoas em maior risco obtenham a proteção de que precisam, com mais rapidez e eficiência.

GAVI, The Vaccine Alliance divulgou o artigo: [Aliança global de vacinas traça caminho para o fornecimento sustentável de vacina contra a cólera](#). Foi publicado um roteiro delineando as ações necessárias para garantir que o fornecimento da vacina oral contra a cólera (OCV) seja capaz de atender a crescente demanda dos países. Lançado em um cenário de uma onda recente de surtos de cólera em todo o mundo, o roteiro prevê as perspectivas de curto, médio e longo prazo para o fornecimento global de vacinas contra a cólera. Desenvolvido em consulta com vários parceiros importantes da Aliança, incluindo OMS, UNICEF, Grupo de Trabalho Global para

o Controle da Cólera (GTFCC) e Fundação Bill e Melinda Gates (BMGF), ele descreve como essas organizações, fabricantes e países podem trabalhar juntos para garantir o fornecimento global de OCV em larga escala até 2026.

GAVI, The Vaccine Alliance informou em artigo que o condado de Vihiga, no Quênia, atingiu a meta de vacinação de 96 % das crianças para todas [as vacinas infantis básicas](#). Esse sucesso resulta de parcerias locais comprometidas, líderes locais, agentes comunitários e profissionais de saúde.

GAVI, The Vaccine Alliance anunciou em artigo que uma [impressora de vacinas pode ajudar uma vacinação mais abrangente](#), beneficiando mais pessoas. A impressora gera adesivos de microagulhamento preenchidos com vacina, que podem ser armazenados por um longo período em temperatura ambiente, pois muitas vacinas requerem armazenamento a frio, dificultando o envio para áreas remotas que não possuem a infraestrutura necessária. O adesivo pode ser fixado na pele, permitindo que a vacina se dissolva sem a necessidade de uma injeção tradicional. Esse tipo de impressora, que pode caber em uma mesa, pode ser implantado em qualquer lugar onde as vacinas sejam necessárias.

GAVI, The Vaccine Alliance divulgou em artigo que [Vacinas sem agulha](#) podem estar disponíveis em cinco anos, mas é preciso investimento. Os pesquisadores pediram que as instalações de fabricação piloto fossem construídas com investimento "at-risk", para garantir que essa tecnologia revolucionária esteja pronta para implantação, antes da próxima pandemia.

### **Tecnologias de saúde**

GAVI, The Vaccine Alliance informou nesse artigo [6 maneiras pelas quais a medicina evolutiva pode transformar nossa saúde](#). A medicina evolutiva é um campo interdisciplinar emergente que estuda como os problemas de saúde podem ser rastreados até os princípios evolutivos. Por exemplo, desenvolvendo novos antibióticos e quimioterápicos para substituir aqueles que não são mais eficazes. Um novo roteiro para a medicina evolutiva foi publicado na revista *Frontiers in Science*, demonstrando como a medicina evolutiva pode estimular a inovação biomédica e melhorar as políticas de saúde pública.

GAVI, The Vaccine Alliance descreveu em artigo uma [invenção que revolucionou o tratamento da poliomielite](#). Na década de 1920, a poliomielite ameaçava o mundo em diferentes vilas, cidades e países, deixando terror, paralisia e morte em seu rastro. O mais devastador de tudo foi quando o vírus ataca os nervos que controlam os músculos necessários para a respiração, causando paralisia respiratória. A invenção do “pulmão de ferro” transformou o tratamento da poliomielite, pois em apenas 15 minutos do novo tratamento, o primeiro paciente melhorou dramaticamente. O dispositivo de metal monstruoso estava prestes a se tornar sinônimo de tratamento da poliomielite. A relação entre humano e máquina havia mudado, irrevogavelmente.

GAVI, The Vaccine Alliance anunciou em artigo que [adesivo contra sarampo e rubéola](#) demonstrou eficácia em teste de vacina em Gâmbia, o que possibilitaria o não uso de seringa. Tal procedimento seria mais indolor, fácil de administrar e mais termoestável do que as vacinas tradicionais. Os adesivos microarray estão sendo apontados como o futuro da vacinação em contextos de baixa renda e pandemia. As respostas imunes desencadeadas pela vacina foram semelhantes, independentemente de ter sido administrada por meio de um adesivo ou injeção subcutânea tradicional – enquanto mais de 90% dos pais cujos filhos foram inscritos no estudo disseram que os adesivos eram a melhor maneira de administrar vacinas às crianças.

## Inteligência Artificial

O CEO da [Fundação Bill & Melinda Gates](https://www.gatesfoundation.org/)<sup>52</sup>, Mark Suzman, escreveu um artigo abordando os [princípios que guiam o trabalho da fundação com a inteligência artificial](#) (IA). Ele destaca o potencial da IA para impulsionar o progresso e melhorar a vida das pessoas, mas ressalta a importância de colocar a equidade e o acesso no centro desse desenvolvimento. Suzman menciona as diversas aplicações da IA, desde avanços médicos até agricultura e mudanças climáticas, e destaca o papel da fundação em investir em projetos de IA relacionados à saúde e ao desenvolvimento. No entanto, ele alerta para os desafios e riscos associados à IA, como a perpetuação de desigualdades e o espalhamento de desinformação. A Fundação estabeleceu uma força-tarefa interna e um comitê de ética e equidade para orientar seu trabalho com IA, com foco na inclusão, privacidade, transparência e acesso equitativo. O artigo enfatiza a importância da participação ativa das comunidades e países de baixa renda no desenvolvimento e uso da IA, para garantir que seus benefícios sejam amplamente distribuídos.

## Saúde Mental

Uma pesquisa realizada pela [Mental Health Foundation](https://www.mentalhealth.org.uk/)<sup>53</sup> no Reino Unido com 6.000 adultos revelou que [a ansiedade está impedindo os pais solteiros de fazerem o que gostam ou precisam fazer](#), sendo que a grande maioria dos pais solteiros afirmou que a ansiedade interfere em sua vida cotidiana. Um dos resultados da pesquisa apontou para quatro em cada dez pais solteiros no Reino Unido com ansiedade (41%) a ponto de impedi-los de fazer o que gostam ou precisam fazer, a maior parte ou o tempo todo. Em contraste, apenas 26% da população em geral com ansiedade relatou que isso afetou suas vidas da mesma maneira, mostrando que os pais solteiros têm uma probabilidade significativamente maior de experimentar ansiedade debilitante.

## Crise Climática

[Este ano é muito provável que o mundo entre em uma fase de El Niño](#), o que resultará no aumento das temperaturas globais e tornará mais prováveis eventos climáticos extremos, trazendo consigo consequências adversas para a saúde. O El Niño afeta a saúde de várias formas, uma vez que temperaturas mais altas contribuem para o aumento de doenças relacionadas ao calor, afetando até mesmo o desenvolvimento fetal. Além disso, as condições do El Niño criam um ambiente propício para a expansão de doenças infecciosas, como malária, dengue e cólera, e aumentam a probabilidade de ocorrência de eventos climáticos extremos, como secas, tempestades e inundações. Existem também impactos "indiretos", como desnutrição e problemas de saúde mental. Para enfrentar esses desafios, a [Wellcome Trust](#) destaca a importância do desenvolvimento de estratégias de preparação e resposta, bem como a promoção de parcerias colaborativas entre governos, pesquisadores e comunidades locais. A fundação está financiando pesquisas para compreender melhor os impactos do clima na saúde e desenvolver estratégias de adaptação e mitigação.

## Soluções Climáticas e Energéticas

A Global Citizen anunciou o evento "Power Our Planet: Live in Paris", apoiado pela [Fundação Rockefeller](https://www.rockefellerfoundation.org/)<sup>54</sup>, que buscará investimentos para soluções climáticas. O evento gratuito

---

<sup>52</sup> <https://www.gatesfoundation.org/>

<sup>53</sup> <https://www.mentalhealth.org.uk/>

<sup>54</sup> <https://www.rockefellerfoundation.org/>



contará com atrações musicais e tem o objetivo de obter compromissos de líderes mundiais e do setor privado para enfrentar a crise climática. A campanha visa promover uma [mudança significativa nos sistemas financeiros mundiais, a fim de fornecer financiamento para os países mais pobres e em desenvolvimento acelerarem sua transição para energia limpa e fortalecer sua resiliência contra desastres naturais](#). O acesso aumentado a financiamento ajudaria a fortalecer a capacidade dos governos de resistir às mudanças climáticas e proteger pessoas e áreas vulneráveis, como fazendeiros na Zâmbia e a Floresta Amazônica no Brasil. O evento em Paris será o primeiro de uma série que ocorrerá durante o ano em diversos fóruns internacionais.

Um estudo realizado pelo Institute for Essential Services Reform (IESR), apoiado pela [Fundação Rockefeller](#), descobriu que [cancelar a construção de nove usinas de carvão planejadas na Indonésia seria uma maneira economicamente viável](#) de reduzir as emissões globais de CO<sub>2</sub>. O estudo constatou que essas nove usinas canceladas evitariam cerca de 300 milhões de toneladas de emissões de CO<sub>2</sub> a um custo inferior a 80 centavos de dólar por tonelada. Além disso, a análise mostrou que o cancelamento das usinas teria impactos mínimos no fornecimento de energia, na estabilidade da rede elétrica e na acessibilidade econômica, enquanto aceleraria a transição energética justa na Indonésia. O estudo recomenda o cancelamento de usinas planejadas, permitidas ou pré-permitidas como uma abordagem mais eficaz e ambientalmente impactante para acelerar a transição energética. O relatório inclui ainda recomendações adicionais para alcançar emissões líquidas zero até 2050 ou antes. A Indonésia é o terceiro maior produtor de carvão do mundo, e o país busca reduzir suas emissões de CO<sub>2</sub> e alcançar emissões líquidas zero no setor de energia até 2050.

Rajiv Shah, presidente da [Fundação Rockefeller](#), destaca [a importância de uma transição energética "justa" e explica os riscos caso não seja alcançada](#). Ele enfatiza a necessidade de políticas que promovam crescimento econômico inclusivo e acesso universal à energia. A Global Energy Alliance for People and Planet (GEAPP), iniciativa da Fundação, busca criar parcerias com países como Indonésia, Vietnã e África do Sul, não apenas para atrair novas fontes de capital, mas também para ajudar na capacitação profissional e no sucesso empresarial dos trabalhadores. Os riscos de uma transição energética mal conduzida incluem a falha em alcançar as metas climáticas estabelecidas, resultando em perdas, sofrimento e instabilidade, especialmente para os mais vulneráveis. Além disso, segundo Shah, é perdida uma oportunidade histórica de incluir os 3,6 bilhões de pessoas que vivem na pobreza energética na economia global.

A Fundação Bill & Melinda Gates lançou um documento intitulado "[Financiamento para o Desenvolvimento, Clima e Reforma do Banco Mundial: Financiamento para Impulsionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)". Neste, a Fundação destaca a necessidade de reforma na estrutura financeira global, relacionando a adaptação climática aos esforços de desenvolvimento, utilizando instrumentos financeiros flexíveis, facilitando a reestruturação da dívida dos países emergentes e promovendo a generosidade. No texto a Fundação pontua que desde 2010, a dívida externa dos países mais pobres do mundo quase triplicou. Atualmente, 60% dos países de baixa renda correm alto risco de sobre-endividamento ou já estão endividados, o dobro da proporção em 2015.

### **Financiamento Internacional**

Alok Sharma, ex-presidente da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) e atual membro do Parlamento do Reino Unido, juntou-se à Rockefeller Foundation como Climate and Finance Fellow. Alok irá trabalhar na área de finanças para o

desenvolvimento e o clima, buscando engajar governos, agências multilaterais e ONGs para [construir um consenso internacional sobre a reforma do sistema financeiro de desenvolvimento](#). Ele também irá focar em medidas de alívio da dívida em países de baixa e média renda, já que muitos deles enfrentam graves problemas financeiros. Alok também participou do lançamento de uma aliança histórica entre The Rockefeller Foundation, IKEA Foundation e Bezos Earth Fund para acelerar o desenvolvimento de energia limpa em países de baixa e média renda.

### **Insegurança alimentar**

Foi estabelecida a criação do Instituto Global de Alimentação visando enfrentar os principais [desafios do sistema alimentar global](#). O Instituto que tem como liderança o humanitarista José Andrés e a Universidade George Washington operarão nos Estados Unidos e buscará se tornar líder mundial na entrega de soluções para o sistema alimentar por meio de pesquisa e educação interdisciplinar. Ele se concentrará em três áreas principais: política, inovação e humanidades. Ao unificar esses pilares, o Instituto pretende gerar evidências, ideias, parcerias e soluções concretas que transformem a forma de pensar a alimentação. O Instituto Global de Alimentação recebeu apoio financeiro da [Fundação Rockefeller](#) e está em atual busca de parcerias com organizações e indivíduos que compartilhem sua visão.

### **Investimento em Prevenção de Futuras Pandemias**

A Fundação Rockefeller e a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciaram uma nova parceria para fortalecer o [Hub da OMS para Inteligência em Pandemias e Epidemias](#). Como parte da colaboração, a Fundação está investindo USD 5 milhões em parceiros que trabalham com a OMS para cultivar redes globais para detecção de patógenos e fortalecer as capacidades de preparação para pandemias, incluindo a ampliação da vigilância de doenças agravadas pelo aumento das temperaturas e condições climáticas extremas. A Fundação Rockefeller apoiará projetos de: i) ampliação da capacidade global de vigilância genômica; ii) desenvolvimento de uma plataforma digital para comunicação e colaboração em tempo real entre analistas de saúde pública e pesquisadores; iii) aprimoramento de estratégias de produtos centradas no usuário e iv) melhoria na detecção de surtos.

### **Cooperação e desenvolvimento**

O Instituto Asiático de Tecnologia (AIT) e a Fundação Rockefeller assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para estabelecer uma [estrutura de colaboração](#) entre as duas instituições. A Fundação Rockefeller possui uma relação duradoura com a Tailândia, remontando a 1917, quando iniciou uma campanha contra a ancilostomíase no país e apoiou o estabelecimento do primeiro Ministério da Saúde. Neste mais recente caso, o MoU tem como objetivo promover e fortalecer a cooperação em áreas de interesse mútuo, como mudanças climáticas, transição para energia sustentável, saúde, agricultura e empoderamento de gênero na região. As organizações estão explorando agendas de pesquisa nessas áreas de enfoque conjunto. A parceria busca criar soluções sustentáveis e contribuir para os objetivos de desenvolvimento da região.

### **Equidade no financiamento à pesquisa**

O [financiamento à pesquisa é desigual para pessoas de cor](#), especialmente pesquisadores negros no Reino Unido, o que prejudica a inovação e a representatividade. A [Fundação Wellcome](#) reconheceu sua responsabilidade nesse problema e está tomando medidas para promover a equidade e inclusão. Segundo levantamento da instituição, a infraestrutura de



apoio aos pesquisadores negros é liderada por indivíduos que criaram suas próprias redes de mentoria e apoio emocional. No entanto, muitos desses grupos enfrentam dificuldades financeiras em se manter. Para fortalecer esse ecossistema, a Wellcome está conduzindo grupos de discussão e entrevistas com líderes de organizações comunitárias negras no Reino Unido. Essas conversas visam entender as necessidades e desafios dessas organizações, permitindo que os financiadores ofereçam um apoio adequado. Os participantes serão compensados por compartilharem suas ideias e os resultados serão compartilhados para chamar a atenção de outras instituições financiadoras.

## EVENTOS

A International Union For Health promotion and education (IUHPE)<sup>55</sup> representada em Genebra pelo professor Didier Jourdan, vice-presidente de assuntos administrativos da IUHPE, para a edição de 2023 da 76 Assembleia Mundial da Saúde da OMS, [a IUHPE assinou uma declaração do grupo constituinte em relações oficiais com a OMS](#). O evento aconteceu de 21 a 30 de maio de 2023.

Desde a página no [Twitter](#), a International Federation of environmental Health (IFEH)<sup>56</sup> anunciaram a sua participação no European Green Conference Croatia - EGC 2023, nos dias 24 e 25 de maio.

Consortium of Universities for Global Health divulga o webinar: [Um Panorama da Saúde Global](#), que propicia um aprendizado com especialistas na área, sobre o cenário da saúde global e habilidades em saúde pública necessárias para o avanço neste segmento.

Consortium of Universities for Global Health divulga que a Universidade McGill por meio do seu Instituto de Saúde Global oferece cursos para estudantes interessados em como a [migração, o conflito e o meio ambiente moldam a saúde humana](#). Os cursos exploram conexões entre os maiores eventos do mundo e a repercussão na saúde de populações e indivíduos.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento anunciou a realização da [16ª Conferência Global sobre Envelhecimento](#), de 27 a 30 de junho, em Bangkok/Tailândia, convocando todos a serem impulsionadores da mudança para ajudar a moldar políticas que melhorem a qualidade de vida das gerações atuais e futuras de idosos.

Consortium of Universities for Global Health anuncia a realização do [Fórum Africano para Pesquisa e Educação em Saúde](#) (AFREhealth) em 02 de agosto em Maputo, Moçambique. A reunião fornecerá atualizações sobre as atividades da AFREhealth e compartilhará planos futuros para a organização. Será transmitida on-line.

Consortium of Universities for Global Health disponibilizou [entrevista com líderes globais ano base 2023](#). Nessas entrevistas são apresentados líderes internacionais e inovadores de diversas organizações compartilhando seus conhecimentos sobre uma ampla gama de desafios contemporâneos. O objetivo desta série contínua é compartilhar ideias e soluções interessantes com o público global.

International Hospital Federation<sup>57</sup> divulga o [46º Congresso Hospitalar Mundial](#) a ser realizado em Lisboa de 25 a 27 de outubro de 2023 será o principal evento anual da Federação

---

<sup>55</sup> <https://www.iuhpe.org/index.php/en/iuhpenews>

<sup>56</sup> <https://www.ifeh.org/index.html>

<sup>57</sup> <https://www.ihf-fih.org/>

Internacional de Hospitais. O Congresso é um fórum global exclusivo que conecta líderes e tomadores de decisão de hospitais, serviços de saúde e organizações de saúde para compartilhar conhecimento e boas práticas, trocar novas ideias e inovações e interagir com outros executivos sêniores de toda a comunidade internacional de saúde.

International Hospital Federation noticiou a [23ª Conferência Internacional de Cuidados Integrados](#) realizada de 22 a 24 de maio de 2023 em Antuérpia, Bélgica, com o tema “Cuidados em ação: como trabalhar juntos, uma abordagem participativa”. Essa Conferência reuniu líderes, pesquisadores, clínicos, gestores, cidadãos, pacientes e cuidadores de todo o mundo que estão engajados na concepção e prestação de cuidados integrados de saúde e assistência social. Anunciou que o Rio de Janeiro - Brasil sediará [o 47º Congresso Mundial de Hospitais](#), em setembro de 2024. Em uma candidatura bem-sucedida para sediar o 47º Congresso Mundial de Hospitais, o membro da IHF, a Federação Brasileira de Hospitais (FBH), se juntará ao comitê organizador para sediar a edição de 2024 deste evento global. Esta é a segunda vez que o Rio recebe o Congresso Mundial de Hospitais, que foi realizado no Brasil pela última vez em 2009.

A World Federation of Occupational Therapists anunciou evento virtual que acontecerá de 14 a 15 de junho. O programa está repleto de sessões interativas, oportunidades para reuniões informativas, networking e trocas de experiência. Os [temas da Conferência Anual 2023](#) (Avançando: inovação e diversificação da força de trabalho; Apoiando o bem-estar e a resiliência e Cuidados primários em crescimento) serão amplamente debatidos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No período avaliado, as organizações da sociedade civil mantiveram seu papel ativo e relevante em várias questões globais que incidem na saúde. As organizações públicas tiveram uma participação significativa na 76ª Assembleia Mundial da Saúde na qual levantaram preocupações em relação ao acesso desigual a tecnologias de saúde e a necessidade de um compromisso efetivo, para além da retórica, para garantir a saúde como um bem comum global. Na passagem do Dia Mundial Sem Tabaco, coube refletir sobre o cultivo extensivo de tabaco em detrimento da segurança alimentar e promover a transição para o cultivo de alimentos. Registre-se que não houve manifestações das organizações privadas sobre esses dois tópicos.

Vale acrescentar que, mesmo quando tratam dos mesmos temas, as organizações da sociedade civil de interesse público e da de interesse privado adotam abordagens diferentes. As organizações privadas, em regra, apresentam iniciativas para financiamento de pesquisa para as diferentes crises: alimentar, climática, energética e futuras pandemias, focando no desenvolvimento de novas tecnologias em saúde. Já a abordagem das OSC públicas está relacionada a reconhecer e denunciar as crises e a cobrar a garantia de acesso equitativo à saúde e tecnologias de saúde para toda a população, especialmente em países de baixa e média renda.

Uma reflexão de destaque foi feita pela autora Anne Saab sobre o termo ‘crise’ que comumente é usado para descrever situações ou períodos que marcam instabilidade, turbulência ou mudança. Muitas vezes, esse termo é utilizado de forma a transmitir a ideia de que tais situações surgem de maneira repentina e inesperada, parecendo estar além do nosso controle. Contudo, nem a crise climática, nem a alimentar, nem a humanitária foram inesperadas e repentinas. E a emergência provocada pela confluência delas põe em risco o futuro de muitas pessoas, especialmente mulheres e meninas. O papel das OSC é crucial para trazer à tona essas reflexões e trabalhar para mitigar os impactos dessas crises, defendendo os direitos humanos, promovendo a igualdade e buscando soluções sustentáveis por meio de esforços coletivos.

**Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)**

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; e 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

**Destaques do UNOSSC**

O grande destaque dos últimos 15 dias foi a realização da 21ª Sessão do Comitê de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul que foi realizado de 30 de maio a 02 de junho de 2023, cujo tema central foi: **“Acelerar a recuperação da doença do coronavírus (COVID-19) e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular”**

Este Comitê, é o principal órgão de formulação de políticas sobre Cooperação Sul-Sul no sistema das Nações Unidas. É um órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU (AGNU) e se reúne a cada dois anos para:

1. Revisar o progresso alcançado na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (BAPA);
2. Revisar a nova Estratégia para a Cooperação Sul-Sul;
3. Revisar o documento Final de Nairóbi da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul;
4. Revisar o documento Final de Buenos Aires da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA + 40).

Podem participar das reuniões do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul, os representantes dos Estados-Membros das Nações Unidas e observadores, tais como: agências especializadas da ONU, fundos e programas; comissões regionais; e outras organizações intergovernamentais sub-regionais, regionais e inter-regionais, bem como organizações não governamentais credenciadas.

Foram incluídas seis discussões temáticas com a finalidade de explorar caminhos de colaboração para a recuperação da pandemia do Covid-19 em temas como:

- 1) Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Transformação Digital
- 2) Avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular nas Mudanças Climáticas
- 3) Cooperação Sul-Sul e Triangular acelerando resultados para os ODS
- 4) Estrutura para Medir a Cooperação Sul-Sul
- 5) O papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Erradicação da Pobreza
- 6) Apoiando a resiliência e sustentabilidade por meio da cooperação Sul-Sul e Triangular

Como o UNOSSC é uma unidade (hoje em dia, escritório) especial dentro do PNUD, o Administrador do PNUD foi o primeiro a falar na abertura e todos, se concentraram em destacar a importância da comunidade internacional e dos países desenvolvidos para colaborar e apoiar os países em desenvolvimento na implementação de suas agendas para o desenvolvimento sustentável.

## 30 de maio de 2023 - Abertura



O Administrador do PNUD, Achim Steiner disse que “Ter solidariedade é vencer a separação” e que todos devem estar atentos às lições aprendidas com a pandemia do Covid-19 e aproveitar as diversas novas formas de cooperação dos países em desenvolvimento.



A Primeira Vice-Ministra de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de Cuba, Ana Teresita Gonzalez falou em nome do G-77 e da China e destacou que o mundo enfrenta um momento de crises globais sem precedentes.

Oito anos após a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, décadas de ganhos de desenvolvimento foram minadas e, em alguns casos, revertidas.

A cooperação internacional e a solidariedade global nunca foram tão necessárias como agora para enfrentar os desafios atuais e trazer os países em desenvolvimento de volta aos trilhos para alcançar a Agenda 2030 e cumprir com os ODS.

Ana Teresita Gonzalez destacou ainda que as discussões do Comitê de Alto Nível são uma oportunidade não apenas para fazer um balanço do progresso feito na implementação do documento final do BAPA+40, mas também uma oportunidade para destacar a importância da Cooperação Sul-Sul e triangular na recuperação da pandemia de Covid-19 e aumentar a conscientização da comunidade internacional sobre sua relevância contínua.



A Diretora do UNOSSC, em encontro com a Primeira Vice-Ministra de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de Cuba Ana Teresita Gonzalez, reconheceu que Cuba é pioneira na Cooperação Sul-Sul.

O UNOSSC espera expandir o compartilhamento de conhecimento entre os países em desenvolvimento por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular, trabalhando em estreita colaboração com Cuba.



O Embaixador Amrit Bahadur Rai do Nepal, falou em nome do Grupo dos países menos desenvolvidos (LDCs) dizendo que embora alguns países do Sul tenham mostrado um bom desempenho econômico, o progresso entre eles foi desigual.



O Embaixador Omar Hilale, do Marrocos, em nome do Grupo de Pensamento Semelhante em apoio aos países de renda média (*Like-Minded Group (LMG) of Countries Supporters of Middle-Income Countries (MIC)*), enfatizou o papel das tecnologias digitais no avanço do compartilhamento de conhecimento Sul-Sul e na promoção do desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologia por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O Grupo reconhece os esforços do UNOSSC, em colaboração com o Escritório de Coordenação de Desenvolvimento, as comissões econômicas regionais e outras entidades da ONU, na preparação de manuais sobre integração e Cooperação Sul-Sul South e Triangular para o trabalho regional e nacional da ONU.

Os LMG-MICs destacaram a colaboração entre o UNOSSC e o Grupo Amigo das Revisões Nacionais Voluntárias (VNR) na promoção e avanço da integração Sul-Sul e perspectivas de Cooperação Triangular no relatório sobre desenvolvimento sustentável.



O Embaixador Stan Smith das Bahamas, em nome da Comunidade do Caribe (CARICOM) disse que a Cooperação Sul-Sul deve estar no centro do dialogo se os países desejarem alcançar as metas da Agenda 2030 até o fim desta década.



Sylvain Gambert, em nome da União Europeia disse que a 21ª reunião do Comitê de Alto Nível era bastante oportuna para a implementação da Agenda 2030 e que a Cooperação Sul-Sul se mostra particularmente útil para alavancar as melhores práticas regionais.

### 31 de maio de 2023



A Diretora do UNOSSC Dima Al-Khatib disse que houve aumento das alianças de Cooperação inter-regional Sul-Sul nos últimos anos, que se beneficiaram do apoio significativo do PNUD e do UNOSSC e que a ONU continua a desempenhar um papel catalisador para atrair uma ampla gama de parceiros para apoiar financeiramente as iniciativas da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O Sul Global alavancou a Cooperação Sul-Sul e Triangular para mobilizar o financiamento do desenvolvimento, desenvolver mecanismos inovadores de financiamento, promover a transferência tecnológica, construir capital humano e impulsionar o comércio e expandir o acesso ao mercado.





O presidente da 77ª AGNU, Csaba Kőrösi destacou que o Sul Global tem ampliado a Cooperação Sul-Sul para fortalecer as capacidades institucionais e ao mesmo tempo tem intensificado o compartilhamento de experiências e o intercâmbio de boas práticas.

Os países do Sul Global coordenaram respostas políticas e compartilharam iniciativas bem-sucedidas para conter a propagação da pandemia de Covid-19.



**02 de junho de 2023** - A Diretora do UNOSSC Dima Al-Khatib se reuniu com Amer Bukvić do Banco de Desenvolvimento Islâmico durante e discutiram áreas potenciais de colaboração e a capacitação dos países do Sul para o desenvolvimento de seus ecossistemas nacionais de Cooperação Sul-Sul e Triangular.



**02 de junho de 2023** - A Diretora do UNOSSC Dima Al-Khatib esteve com o Conselheiro Sênior do Ministério da Economia e Planejamento da Arábia Saudita, e juntos exploraram caminhos para colaboração, com foco na Cooperação Sul-Sul em energia, água, inovação, pesquisa e empoderamento de jovens e mulheres.



**02 de junho de 2023** - No encerramento da 21ª Reunião do Comitê de Alto-Nível da ONU para a Cooperação Sul-Sul, Dima Al-Khatib afirmou que o UNOSSC trabalhará, pelos próximos dois anos, em estreita colaboração com o Comitê de Alto Nível para melhor atender às aspirações dos Estados Membros e com todo o sistema da ONU no apoio à Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Disse ainda que o multilateralismo cresceu e deve-se aproveitar esta oportunidade para juntos construir redes; apoiar a formulação de políticas, facilitar a troca de conhecimentos e melhores práticas, apoiar projetos por meio dos fundos fiduciários gerenciados pelo UNOSSC e aumentar a conscientização de todos para defender o papel catalisador da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O UNOSSC desenvolveu diretrizes e módulos de treinamento para apoiar a integração da cooperação Sul-Sul e triangular nos níveis nacional e regional em coordenação com as Equipes Nacionais da ONU, o Escritório de Coordenação de Desenvolvimento e as comissões regionais da ONU.

O relatório final da 21ª sessão do Comitê foi aprovado e será levado à AGNU em setembro, para ratificação e posterior divulgação. Toda a documentação desta reunião pode ser vista [aqui](#).

### Outros destaques do UNOSSC

**Primeira Reunião da Conferência Regional de Cooperação Sul-Sul na América Latina e no Caribe realizada na sede da CEPAL realizada em Santiago do Chile entre 30 e 31 de maio de 2023**



Representantes de 26 países da região que participaram da 1ª Reunião da Conferência Regional de Cooperação Sul-Sul na América Latina e no Caribe pediram a renovação do acordo de cooperação internacional para o desenvolvimento para enfrentar as vulnerabilidades da América Latina e do Caribe para cumprir a promessa de não deixar ninguém para trás e para que todas as pessoas e países possam alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Participaram da Conferência, mais de 300 participantes incluindo 100 delegados de governos, 35 especialistas da ONU e organizações regionais e internacionais e mais de 60 representantes da sociedade civil, do setor privado e da academia que defenderam a integração econômica e alianças para o crescimento, além de acordarem em promover mecanismos inovadores de cooperação internacional.



O Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs abordou o papel da CEPAL na implementação do Plano Integral de Desenvolvimento para o norte da América Central e o sudeste do México, bem como os avanços e desafios para o cumprimento da Agenda 2030 na ALC.



Representantes de governos e das Nações Unidas refletiram sobre o papel da cooperação internacional na gestão integral do risco de desastres, na **Primeira Conferência Regional de Cooperação Sul-Sul** realizada na CEPAL.

### O que os Fundos Fiduciários do UNOSSC estão fazendo?



**02 de junho de 2023** - A Diretora do UNOSSC Dima Al-Khatib, apresentou um vídeo destacando as realizações dos 4 fundos fiduciários administrados pelo UNOSSC: o Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero (PGTF); o Fundo das Nações Unidas para CSS (UNFSSC); O Fundo Índia-UM e o Fundo IBAS. Para assistir ao vídeo no YouTube, [clique aqui](#).



**02 de junho de 2023** - A Diretora do UNOSSC Dima Al-Khatib, juntou-se às Missões da Índia, África do Sul e Brasil para lançar o Relatório Anual do IBAS de 2022.

O relatório apresenta 13 projetos, implementados em 18 países.



O Fundo IBAS é um exemplo de cooperação entre três países em desenvolvimento, pioneiros na implementação de iniciativas de cooperação Sul-Sul em parceria com o sistema das Nações Unidas em benefício de outros países do Sul. Seu objetivo é identificar projetos replicáveis que possam ser disseminados aos países em desenvolvimento interessados, como exemplos de boas práticas no combate à pobreza e à fome. O Fundo IBAS foi criado em 2004. Para ler o relatório, [clique aqui](#).

## Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>58</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>59</sup>, Paris (UNESCO)<sup>60</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>61</sup>, Viena (UNIDO)<sup>62</sup> e Washington (G-24)<sup>63</sup>. Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba, pela primeira vez.

## Destaques do G-77 entre 22 de maio a 05 de junho de 2023

O G-77 e a China participaram de 8 reuniões da AGNU no período.

### New York, 22 de maio de 2023

Declaração feita pelo Sr Yuri Gala López, Vice Representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na terceira reunião preparatória da AGNU do diálogo de alto nível sobre financiamento para o desenvolvimento.



O G-77 e a China consideram que “financiar para um mundo onde ninguém fique para trás” está mais alinhado com o espírito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O tema deve orientar as discussões com o objetivo de chegar a um consenso geral sobre a necessidade de tomar medidas transformadoras para permitir que os países superem a crescente lacuna de financiamento; o risco cada vez maior de superendividamento; as barreiras à transferência de tecnologia; a emergência climática; as medidas coercitivas unilaterais; a crescente insegurança alimentar e as consequências negativas de medidas restritivas, arbitrárias e injustificadas ao comércio que afetam o bem-estar das gerações presentes e futuras.

<sup>58</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>59</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>60</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>61</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>62</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>63</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento



Existe uma oportunidade, com o diálogo de alto nível, de renovar o compromisso de financiar o desenvolvimento e materializar o espírito da Agenda 2030.

O Grupo insiste na necessidade de refletir sobre a reforma da arquitetura financeira internacional que não pode ser adiada por mais tempo. Esta deve ser a questão central das discussões multilaterais no momento.

Durante décadas, o Sul Global esteve sub-representado no processo de tomada de decisões econômicas globais e foi impactado pelos desequilíbrios do sistema atual.

O que não está, não pode ser corrigido.

Por isso, O G-77 e a China propõem ter como tema para discussão: “Reformar a arquitetura financeira internacional para alcançar os ODS” focalizando na promoção da sustentabilidade da dívida e na promoção de uma cooperação fiscal internacional inclusiva e eficaz.

Outro tópico para discussão deve ser o avanço no estabelecimento de um conjunto de medidas que meçam o progresso para o desenvolvimento sustentável que complementem ou ultrapassem o produto interno bruto. Isso é fundamental para o acesso a financiamento concessional e cooperação técnica por parte dos países em desenvolvimento, o que também exigirá maior investimento em sistemas de monitoramento nacionais, na coleta de dados e na capacitação de agências estatísticas nacionais.

Para a organização da reunião em si, o Grupo insiste na necessidade de oferecer tempo suficiente para interações e diálogos produtivos entre os participantes da reunião sobre Diálogo para o Desenvolvimento. Portanto, é importante limitar o número excessivo de palestrantes nos painéis e, ao mesmo tempo, é fundamental dialogar com reguladores financeiros e líderes de instituições financeiras.

O Grupo propõe uma audiência separada, para que outras partes interessadas relevantes compartilhem suas opiniões e possam subsidiar discussões posteriores, enquanto as duas mesas redondas planejadas para este Diálogo, focalizam nas interações entre Estados e instituições financeiras que são atores-chave no atual sistema financeiro internacional. Da mesma forma, o Grupo insiste na participação a todos os Estados interessados com a inclusão e seleção de palestrantes geograficamente distribuídos para garantir um diálogo que não deixe ninguém para trás.

Considerando que a próxima oportunidade de intercâmbio nesse nível será daqui a quatro anos, em 2027, o Diálogo de Alto Nível sobre Financiamento do Desenvolvimento representa uma valiosa e rara oportunidade de fortalecer a cooperação internacional necessária para mobilizar os recursos e considerar as políticas necessárias para alcançar os ODS até 2030.

### **New York, 23 de maio de 2023**

Declaração feita pela Embaixadora Nadieska Navarro Barro da Missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o relatório das Nações Unidas sobre os ODS (UNSDG), do Escritório de Coordenação para o Desenvolvimento (DCO)

Nos últimos três anos, o sistema do Coordenador Residente foi testado ao extremo, em momentos difíceis para os países, como a pandemia do Covid-19, conflitos, desastres naturais, entre outros.

O G-77 e a China reconhecem que o sistema tem possibilitado uma melhor resposta a esses desafios, por isso entendem ser de suma importância que o sistema de Coordenadores Residentes continue voltado para o desenvolvimento sustentável, que continua sendo menos apoiado e subfinanciado.

É importante o trabalho do Escritório de Coordenação de Desenvolvimento da ONU (DCO) para divulgar o trabalho do sistema de Coordenadores Residentes em vários países, em sua série de estudos de caso, dando uma visão do trabalho realizado, em contextos variados. Assim como são importantes, as consultas do DCO e do Grupo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDG) com os Estados Membros, sobre a estrutura de resultados do sistema de Residentes Coordenadores. Por meio dessa estrutura, o sistema tem uma oportunidade única de demonstrar sua função de coordenação, ilustrando sua importância na prestação de serviços aos países do programa.

O G-77 e a China defendem a necessidade do sistema de Coordenador Residente para manter a erradicação da pobreza como seu principal objetivo.

### **New York, 23 de maio de 2023**

Declaração feita pela Embaixadora Nadieska Navarro Barro da Missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China nas atividades operacionais do ECOSOC 2023 para o segmento de desenvolvimento – Diálogo interativo com o Secretário Geral



Todos os anos, o G-77 e a China destacam o óbvio.

Os países estão atrasados na implementação da Agenda 2030 e na realização de seus ODS. No entanto, as palavras não se traduziram em ações adequadas e os múltiplos desafios e crises com que os países se depararam nos últimos tempos complicaram ainda mais o caminho para o cumprimento de todos os compromissos anteriores.

### **New York, 24 de maio de 2023**

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 151 da agenda: aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de paz da ONU: visão geral na segunda parte da retomada da 77ª sessão da AGNU do 5º Comitê.

### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

Para começar, o G-77 e a China encorajam a divulgação de relatórios relevantes nos seis idiomas oficiais em tempo hábil.

E observa que houve um aumento de 5,6% nos requisitos para as operações de manutenção da paz da ONU para o período 2023/2024, em comparação com o período financeiro de 2022/2023.

Enquanto o pessoal uniformizado diminuiu, principalmente devido ao encerramento das missões de paz, o número de pessoal civil proposto para 2023/2024 aumentou e o Grupo irá avaliar cuidadosamente o desempenho orçamentário transversal e o orçamento proposto para as operações de manutenção da paz, a fim de garantir que os recursos sejam proporcionais às tarefas atribuídas e ao ambiente operacional.

É muito bom que todas as missões tenham implementado o Sistema Integral de Planejamento e Avaliação de Desempenho e espera-se receber informações mais detalhadas a esse respeito.

No entanto, observa-se que a porcentagem de avaliações não pagas infelizmente aumentou nos últimos cinco períodos e insistimos para que todos os Estados Membros cumpram suas obrigações financeiras no prazo, integralmente e sem condições, e o Grupo espera receber um status atualizado das contribuições para todas as missões.

O Grupo destaca que os Projetos de Impacto Rápido (QIP) e as Atividades Programáticas desempenham um papel crucial para o desempenho de mandatos, e devem continuar a ser elaborados caso a caso, com base em experiências anteriores e lições aprendidas, a fim de ajudar a criar confiança nas missões, seus mandatos e processos políticos e de paz.

Embora constituam uma pequena parcela do orçamento das missões de manutenção da paz, as atividades programáticas são usadas como uma ferramenta para buscar processos políticos de forma mais eficaz e a realização mais ampla do mandato.

A posição de longa data do Grupo é que a atuação em operações de manutenção da paz deve ser um esforço coletivo que envolve a participação de todos os Estados Membros e do Secretariado, além de todos os civis e pessoal uniformizados das missões. Qualquer tentativa de utilizar a avaliação de desempenho como base para novos cortes arbitrários nos orçamentos de manutenção da paz provavelmente prejudicará a implementação do mandato e poderá até corroer os efeitos positivos do progresso feito anteriormente.

Sobre a questão da representação, o Grupo recorda que já foi solicitado a necessidade de garantir representação adequada de tropas e policiais dos países contribuintes para as manutenções de paz, particularmente nos níveis sênior e de formulação de políticas.

A este respeito, o Grupo gostaria de entender porque, apesar dos países da Europa Ocidental, entre outros, não fornecerem número significativo de militares para as missões de paz, seus nacionais oneram quase 40% dos cargos de apoio e quase 50% dos cargos do Departamento de Apoio Operacional.

O G-77 e a China elogiam iniciativas de melhorar a segurança e proteção dos soldados em missão de paz, o que é uma das principais considerações deste comitê. O plano de ação do Secretariado sobre segurança e proteção das forças de manutenção de paz provou que tem o potencial de diminuir as fatalidades resultantes de atos de violência contra elas.

O Grupo enfatiza que as resoluções e decisões relevantes do Conselho de Segurança e da AGNU devem ser totalmente implementadas.

O Grupo reitera a importância da implementação responsável por parte do Secretariado, por meio de disciplina financeira e do cumprimento dos mandatos estabelecidos nas resoluções pertinentes.

Mas não é função do Secretariado decidir quais mandatos têm alta prioridade e quais não. Os mandatos, como todos sabem, são prerrogativas dos Estados-Membros.

### **New York, 25 de maio de 2023**

Declaração feita pela Ministra Conselheira da República de Cuba, Sra Mercedes de Armas García, nas consultas informais sobre o Pacto Digital Global sobre o tema “Confiança e Segurança Digital”



Cuba, em nome do G-77 + China, apelou para reconhecer os efeitos prejudiciais das medidas coercitivas unilaterais contra os países em desenvolvimento sobre sua capacidade de se conectar à Internet, impedindo assim que seus povos usufruam dos benefícios e potencialidades que ela oferece.

### **New York, 25 de maio de 2023**

Declaração feita pelo terceiro secretário da Missão de Cuba junto às Nações Unidas, Sr Adiel Guevara Rodríguez, em nome do G-77 e da China, nas consultas informais sobre o Pacto Digital Global sobre o tema “Inteligência Artificial e outras tecnologias emergentes”



No aprofundamento temático da ONU sobre “Inteligência Artificial e outras tecnologias emergentes”, o G-77 + China destacaram a necessidade de que estas sejam igualmente acessíveis para os países em desenvolvimento enquanto enfrentam a falta de recursos para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento.

### **New York, 25 de maio de 2023**

Declaração feita pela terceira secretária da Missão de Cuba junto às Nações Unidas, Sra Dalia M. Torres Seara, em nome do G-77 e da China, no diálogo informal sobre a revitalização dos trabalhos do 2º Comitê.

#### **O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.**

Deve ser ressaltado que durante as 75ª e 76ª sessões deste Comitê, trabalhou-se em circunstâncias excepcionais devido a situação decorrente da pandemia do Covid-19. Após aqueles dois anos, sem precedentes, o 2º Comitê voltou à normalidade e durante a 77ª sessão, os membros negociaram projetos em sua totalidade. As práticas e métodos de trabalho atuais contribuíram para uma conclusão oportuna dos trabalhos do Comitê.

É importante ressaltar que mais resoluções foram adotadas por consenso nesta sessão do que nas duas sessões anteriores, o que sem dúvida confirma que o Comitê está melhorando seu trabalho e preservando a solidariedade e o multilateralismo que devem nortear nossas discussões.

No entanto, o Grupo recorda, alguns dos princípios importantes, incluindo o direito dos Estados-Membros a apresentarem resoluções e novas propostas.

Além disso, este é um ano particularmente desafiador, levando em consideração todas as reuniões, eventos e processos intergovernamentais de alto nível que atualmente consomem a atenção dos Membros, que terão impacto no cumprimento da Agenda 2030 e nos ODS, a implementação da Agenda de Ação de Adis Abeba e no bem-estar de nossas populações.

A este respeito, o Grupo entende que é importante ter em conta os processos prementes em curso, que exigem a atenção imediata de todas as delegações dentro do tempo limitado que resta na 77ª Sessão, por esta razão o G-77 e a China consideram que as decisões

do 2º Comitê devem ser adiadas, para que possam ser melhor avaliadas pelos Estados-Membros.

### **New York, 30 de maio de 2023**

Declaração feita por Sua Excelência, a Primeira Vice-Ministra de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de Cuba Ana Teresita Gonzalez, em nome do G-77 e da China no debate da 21ª sessão do Comitê de Alto Nível da ONU de Cooperação Sul-Sul.



A Vice Ministra reafirmou a visão do G-77 e da China de que a cooperação Sul-Sul deve ser vista como uma manifestação de solidariedade entre os povos e países do Sul que contribui para o bem-estar nacional, a autossuficiência nacional e coletiva e a realização das metas e os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Conforme mencionado no documento final de Nairóbi e reiterado no documento final do BAPA+40, a cooperação Sul-Sul e sua agenda devem ser definidas pelos países do Sul e devem continuar a ser guiadas pelos princípios de respeito à soberania nacional, propriedade e independência, igualdade, não condicionalidade, não interferência nos assuntos domésticos e benefício mútuo.

A cooperação Sul-Sul não é um substituto, mas um complemento da cooperação Norte-Sul. O fortalecimento e a expansão da cooperação Sul-Sul entre os países em desenvolvimento não reduzirão o compromisso dos países desenvolvidos e suas promessas de longa data em termos de volume e qualidade de sua Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

O Grupo gostaria de lembrar a importância da Cooperação Triangular, que visa facilitar, apoiar e aprimorar as iniciativas Sul-Sul, por meio da provisão de, entre outros, financiamento, capacitação, transferência de tecnologia e outras formas de apoio, sempre por solicitação dos países em desenvolvimento, de acordo com os princípios da cooperação Sul-Sul que deve ser liderada pelos países do Sul.

O Grupo agradece aos países do Sul que intensificaram sua cooperação com o UNOSSC, que reforçou seu papel e impacto ao ampliar os recursos financeiros, humanos e orçamentários para o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Destaca-se a necessidade de fortalecer a Cooperação Sul-Sul e Triangular no acesso à ciência, tecnologia e inovação, criando sinergias, desenvolvendo expertise e potencializando recursos em diferentes regiões e instituições e, nesse sentido, o G-77 e a China recordam a convocação da Cúpula sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, que será realizada em Havana nos dias 15 e 16 de setembro de 2023, com o intuito de fortalecer a cooperação na área.

O Grupo reconhece ainda a significativa contribuição da Cooperação Sul-Sul na área comercial e sua capacidade de promover o desenvolvimento sustentável entre os países em desenvolvimento. Reafirma a importância de fortalecer os acordos de Cooperação comercial Sul-Sul, incluindo acordos preferenciais de comércio e investimento e o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento. As organizações relevantes da ONU, incluindo a UNCTAD, devem continuar a apoiar os países em desenvolvimento no aprofundamento e ampliação da integração comercial Sul-Sul, integração econômica regional, sub-regional e inter-regional, além dos acordos de cooperação.

A imposição de medidas econômicas coercitivas, incluindo sanções unilaterais, contra os países em desenvolvimento constitui um grande impedimento ao desenvolvimento econômico e social e dificulta seriamente o diálogo e o entendimento entre os países. Tais ações não apenas prejudicam os princípios consagrados na Carta da ONU e no direito internacional, mas também ameaçam gravemente a liberdade de comércio e investimento. Essas ações constituem grandes obstáculos à cooperação Sul-Sul e triangular.

### Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)



#### Antecipando a Cúpula dos Líderes do BRICS

Em agosto de 2023, a África do Sul receberá os ministros das relações exteriores dos BRICS, que examinarão os desafios colocados pela atual situação geopolítica global.

Porém, nos dias 1 e 2 de junho de 2023, a África do Sul organizou uma reunião de ministros de Relações Exteriores, amigos dos BRICS na cidade do Cabo e Cuba foi convidada, para esta reunião.

O Primeiro Vice-Ministro das Relações Exteriores de Cuba e Representante Permanente do país junto às Nações Unidas, **Gerardo Peñalver Portal**, disse, na reunião, ser uma grande responsabilidade para Cuba, como Presidente do G-77, o maior e mais amplo e diversificado grupo de nações em desenvolvimento, desempenhar este papel em tempos de desafios monumentais para estes países.

Existe uma crise sistêmica global, uma escalada das tensões geopolíticas e formas renovadas de dominação e hegemonia.

No entanto, a importância e o peso crescente dos BRICS no sistema internacional são indiscutíveis. Ter 40% da população do planeta e 31,5% do PIB mundial constituem vantagens incomparáveis para estas cinco nações.

Alguns argumentam que os BRICS e o G-77 são grupos de Estados Membros muito diversos para alcançar uma ação unificada.

Os críticos, que em vão apostam na fratura dos países do Sul, são os mesmos que defendem o status quo, que só é eficiente para marginalizar a grande maioria da população mundial e ignorar as legítimas preocupações e demandas dos países em desenvolvimento.

O mundo necessita urgentemente de uma nova convivência civilizada, baseada em uma ordem em que prevaleça a solidariedade, a cooperação e a integração entre os países. Essa reivindicação histórica une o G-77 e os BRICS, para os quais temos muito a contribuir.



A ordem atual é herdeira do colonialismo, baseada em regras, instituições e sistemas comerciais e financeiros que tendem a perpetuar o benefício das antigas potências coloniais e a limitar as oportunidades para as outras nações. É uma ordem que tende a favorecer as atuais condições de crise econômica, com especial impacto nos países em desenvolvimento, cujas chances de recuperação e progresso são cada vez mais inatingíveis.

Os países do BRICS podem e devem contribuir significativamente para a necessária reforma do atual sistema financeiro internacional, profundamente injusto, antidemocrático, especulativo e excludente.

Em pleno século XXI, esta ordem mundial continua a impor instituições obsoletas herdadas da Guerra Fria e de Bretton Woods<sup>64</sup>, muito distantes da atual configuração internacional. Esta ordem é destinada a tirar proveito das reservas do Sul, perpetuar o subdesenvolvimento e o desequilíbrio e aplicar receitas meramente temporárias para reproduzir seu esquema de colonialismo moderno.

A implementação do Novo Banco para o Desenvolvimento dos BRICS pode constituir uma alternativa importante para o Sul e sua expansão em número de membros aumentaria sua influência internacional e contribuiria para mobilizar mais financiamento ajudando os países do Sul a alcançar seus ODS.

Importante a iniciativa do BRICS de implementar um amplo mecanismo de reservas em moeda estrangeira, que garanta segurança e estabilidade ao Sul, bem como o estabelecimento de linhas de crédito mútuo em moedas locais. Estendido a outros países, esse processo ajudaria a aliviar os graves desequilíbrios do atual sistema monetário, que mantém o dólar como instrumento de pressão e como arma para impor medidas coercitivas unilaterais.

Os países do BRICS produzem cerca de um terço dos alimentos do mundo. Uma cooperação mais ampla e rentável neste setor, com o resto dos países em desenvolvimento, ajudaria a superar a atual crise dos sistemas alimentares.

Em termos de mudanças climáticas, uma coordenação efetiva entre os BRICS e o G-77 é essencial para promover a implementação da Convenção-Quadro e do Acordo de Paris, com base em responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

A coordenação entre os dois grupos é igualmente essencial para avançar nos principais processos que nos interessam no âmbito da COP 28, com destaque para o exercício de Avaliação Integral Global, a operacionalização do Fundo de Perdas e Danos, a definição do quadro para o Objetivo de Adaptação e o estabelecimento da nova meta de financiamento climático.

A criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS, com a participação de outros países, abre um espaço valioso para a cooperação em ciência e inovação, inclusive para a prevenção e enfrentamento de futuras pandemias.

O G-77 e os BRICS defendem o uso da ciência, tecnologia e inovação como motores do desenvolvimento sustentável. Neste espírito, Cuba convocou para este ano uma Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do G-77 e da China para discutir os desafios atuais do desenvolvimento e o papel da ciência, tecnologia e inovação neste contexto. A Cúpula será realizada em Havana, nos dias 15 e 16 de setembro de 2023.

O Primeiro Vice-Ministro aproveitou para destacar os 17 projetos de cooperação que o G-77 e a China se propuseram a promover e complementou dizendo que os BRICS poderiam se inserir como parte de esquemas de Cooperação Triangular.

---

<sup>64</sup> O Acordo de Bretton Woods foi finalizado em julho de 1944 em Bretton Woods em New Hampshire, EUA. Estabeleceu o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para preservar a estabilidade econômica global e o pleno emprego no mundo industrializado.



Continuando seu pronunciamento, ele disse que uma eventual expansão dos membros do BRICS contribuiria para reforçar o multilateralismo, a institucionalidade e a relevância desse mecanismo no esquema de governança global.

Juntos, o G-77 e os BRICS devem continuar seus esforços para garantir maior representatividade e dar voz dos países em desenvolvimento nas tomadas de decisão no sistema internacional. O G-77 e a China acreditam firmemente no multilateralismo e no poder imensurável da unidade na diversidade. Estes são tempos para agirmos juntos em defesa de nossas reivindicações.

Para ler o discurso completo, [clique aqui](#).



**01 de junho de 2023** – O Embaixador Pedro Luis Pedrosa Cuesta, destacou o ciclo de negociações climáticas que começa no dia 5 de junho de 2023, sob os auspícios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que oferece uma oportunidade para o G-77 e a China defenderem as prioridades do Sul Global na agenda climática.



**31 de maio de 2023** - Cerimônia comemorativa dos 25 anos do Capítulo de Viena do G-77 e da China em que já foram alcançadas diversas conquistas para os países em desenvolvimento graças ao trabalho do G-77 nestes 25 anos



**26 de maio de 2023** - 51ª reunião de trabalho dos presidentes dos capítulos do G-77 nas Nações Unidas, Nova York, Paris, Viena, Genebra, Roma e Washington DC.

Durante dois dias, os presidentes dos capítulos do G-77 reuniram-se em Genebra, sob a coordenação de Cuba, para discutir e avançar a agenda e os interesse comuns do Sul, ampliar a cooperação e assegurar os mutuamente benéficos com o resto do mundo.



Rebeca Grynspan, Secretária Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (**UNCTAD**), participou da reunião e em diálogo frutífero foram abordadas as prioridades do Grupo e o importante papel da UNCTAD na promoção da reforma da arquitetura econômica internacional atual em prol de um desenvolvimento mais justo e equitativo que promova e propicie o desenvolvimento dos países d Sul Global.

Da mesma forma, discutiu-se a necessidade de coordenar e articular estratégias que permitam avançar para um sistema multilateral de comércio baseado em regras justas,



transparentes, não discriminatórias, abertas e inclusivas, baseadas no princípio de tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. No final de 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

### **Destaque do Movimento dos Não Alinhados entre 04 a 22 de maio de 2023**

#### **Sem destaque no período**

### **Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)**



**02 de junho de 2023** - O presidente do Movimento Jovem dos não alinhados participou do painel de discussão sobre "Diplomacia Jovem 101: Navegando em Assuntos Globais para a Próxima Geração" no âmbito da Bolsa Nasser para Liderança Internacional, na cidade do Cairo, no Egito.

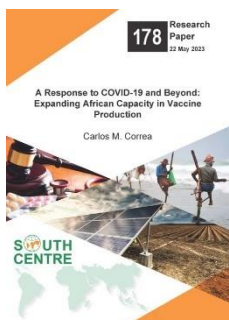
### **Centro Sul (South Centre)**

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

### **Destaques do Centro Sul**

**19 de maio de 2023** – O Centro Sul discutiu os procedimentos especiais de Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento, com o recém nomeado Relator Especial Prof. Surya Deva.

**21 de maio de 2023** - O PNUD, o PNUD do Sri Lanka e o Centro Sul organizaram um workshop de 2 dias para o Sri Lanka sobre "Tributação da economia digitalizada".



**22 de maio de 2023** - Esta pesquisa destaca a distribuição global desigual de vacinas contra o vírus do Covid-19 e a falta de acesso a vacinas no continente africano assim como a vulnerabilidade que esta situação coloca nas nações africanas e na saúde de suas populações.

Foram lançadas várias iniciativas para superar a dependência dos países da África, de vacinas produzidas em outros lugares. Se implementadas de forma oportuna e eficaz, essas iniciativas contribuirão para a diversificação das economias africanas e fortalecerão a capacidade do continente para atender às necessidades de saúde pública quando necessário. Embora o estabelecimento de uma indústria de vacinas viável no continente Africano apresente sérios desafios, a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) pode ajudar com a estrutura para estimular a produção das vacinas necessárias em toda a região. Para ler a pesquisa, [clique aqui](#).

**22 de maio de 2023** – Especialistas em pandemia sugeriram um texto para a declaração política da ONU que inclui acesso às vacinas e uma OMS independente

**23 de maio de 2023** – O Centro Sul divulgou que a Assembleia Mundial da Saúde adotou por unanimidade uma resolução histórica para aumentar as contribuições regulares dos países em 20% para elevar as contribuições para o orçamento da OMS nos próximos sete anos.



**24 de maio de 2023** - Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul recebeu a visita do Embaixador do Azerbaijão, Sr. Galib ISRAFILOV em que discutiram a crescente relevância do MNA no cenário internacional e o papel do MNA na formação do sistema multilateral.



**24 de maio de 2023** – Nísia Trindade, Ministra da Saúde do Brasil esteve com German Velasquez durante a 76ª WHA que agradeceu sua declaração de que o Brasil está de volta para defender a equidade em saúde e a cultura de paz e multilateralismo.

## G20, G7 e OCDE: Onde Política Internacional e Saúde Global se misturam

*Pedro Burger, Paulo Esteves,  
Thaiany Medeiros Cury,  
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

### Protestos por reunião na Caxemira e T20 definido para o Brasil no G20

Apesar das crescentes tensões e críticas internacionais relacionadas à escolha da Caxemira enquanto local para a terceira reunião de Turismo do G20, o encontro seguiu como planejado entre os dias 22 a 24 de maio. Para além da China que se opôs a participar do evento, os delegados presentes discutiram temas como ecoturismo, gestão de itinerários e o papel do cinema na promoção dos destinos turísticos. Como mencionado no último Informe, esse foi o primeiro evento internacional significativo na região desde que Nova Délhi tomou controle direto e retirou a semiautonomia do local em 2019. Desde então, diversas denúncias referentes a violação de direitos humanos surgiram, como a restrição de liberdade pessoal e da mídia e prisões arbitrárias sob rigorosas leis antiterrorismo - as quais o governo justifica pela necessidade de impedir um “ecossistema terrorista” ou o apoio civil à rebelião armada.

Como reforçado na ocasião pelo secretário de turismo da Índia, Arvind Singh, a decisão de realizar o evento na Caxemira foi fundamentada pelo desejo das autoridades indianas de sinalizar globalmente a restauração da estabilidade e da normalidade, além de mostrar seu potencial para o turismo. No entanto, a despeito da imagem pacífica promovida, o cenário encontrado é bem diferente. A Caxemira controlada pela Índia continua sendo um dos territórios mais militarizados do mundo, ainda que para o evento tenha-se adotado um “policimento invisível” na tentativa de camuflar os pontos de verificação de segurança habituais<sup>65</sup>.

A realidade, ainda que distorcida, foi vislumbrada em protestos que aconteceram logo no primeiro dia do evento. Centenas de pessoas se reuniram em Muzaffarabad, capital da Caxemira administrada pelo Paquistão, em protesto contra o G20. O ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Bilawal Bhutto-Zardari, também visitou a região e classificou a reunião como ilegal, alegando ser uma tentativa do governo indiano de buscar legitimidade para o controle da região disputada<sup>66</sup>. Além disso, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), um importante órgão independente de monitoramento sediado em Nova Iorque, condenou a repressão à mídia e as prisões de jornalistas. Em comunicado divulgado no Twitter, o CPJ solicitou a libertação de quatro jornalistas detidos arbitrariamente na região<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> G20 delegates begin meeting in disputed Kashmir, with region’s intense security largely out of view. **AP News**. 22 mai. 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/g20-kashmir-india-pakistan-srinagar-1f47b6edd85e21bddb1949dd87cfee4f>. Acesso em: 03 jun. 2023.

<sup>66</sup> Hundreds rally in Pakistan-ruled Kashmir against India G20 meet. **Reuters**. 22 mai. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/hundreds-rally-pakistan-ruled-kashmir-against-india-g20-meet-2023-05-22/>. Acesso em: 03 jun. 2023

<sup>67</sup> As India holds G20 meet, ‘brutal’ Kashmir media crackdown slammed. **Aljazeera**. 23 mai. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/5/23/as-india-holds-g20-meet-brutal-kashmir-media-crackdown-slammed>. Acesso em: 03 jun. 2023.

**Imagem 1:** Manifestantes protestam contra a decisão do G20 de sediar reunião de turismo na Caxemira



Fonte: Reuters, 2023.

Na esteira desses acontecimentos, outros eventos oficiais de destaque do G20 foram a terceira reunião do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática, nos dias 21 a 23 de maio, e o segundo encontro do Grupo de Trabalho de Redução de Riscos de Desastres, no dia 25 do mesmo mês. Em relação ao primeiro encontro mencionado, o foco das discussões foi direcionado a vários aspectos da chamada economia azul, termo que faz referência a exploração, preservação e regeneração do ambiente marinho. Dessa forma, as sessões exploraram aspectos como: (i) ciência, tecnologia e inovação, (ii) política, governança e participação; e o (iii) estabelecimento de mecanismos de financiamento para esse tipo de empreendimento<sup>68</sup>. O encontro de três dias também contou com um evento paralelo para promover e dar continuidade a plataforma Oceano 20, lançada na gestão passada do bloco pela Indonésia. Como propósito do Grupo de Trabalho, espera-se que, sob a presidência da Índia, esforços globais coordenados e ações imediatas sejam desenvolvidos para lidar com o gerenciamento sustentável dos oceanos, a reversão dos danos causados e a conservação da biodiversidade marinha<sup>69</sup>.

Já em relação à agenda de redução de riscos de desastres, o segundo encontro do Grupo de Trabalho terminou com o consenso dos membros sobre a centralidade das temáticas de infraestrutura resiliente e financiamento para a redução de riscos. A infraestrutura, como a construção de estradas, ferrovias e redes elétricas, precisa ser resistente a desastres, algo que pode demandar fundos adicionais aos cofres públicos. Por essa razão, os delegados presentes deliberaram sobre a necessidade de incentivar que os países membros do bloco tenham quadros jurídicos que apoiem o investimento e a execução de projetos na área<sup>70</sup>. Outro tópico discutido foi o papel e a indispensabilidade de reformulação dos sistemas de proteção social na mitigação

<sup>68</sup> G20's Third Environment and Climate Sustainability Working Group (ECSWG) Meeting to be held in Mumbai from May 21-23, 2023. **G20**. 20 mai. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/may-2023/third-ecswg/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

<sup>69</sup> Reunião do G20 sobre sustentabilidade ambiental é realizada na Índia. **Prensa Latina**. 21 mai. 2023. Disponível em: <https://www.prensalatina.com.br/2023/05/21/reuniao-do-g20-sobre-sustentabilidade-ambiental-e-realizada-na-india/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

<sup>70</sup> The Second Disaster Risk Reduction Working Group (DRRWG) meeting of the G20 concludes in Mumbai today. **G20**. 25 mai. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/may-2023/drrwg/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

do impacto dos desastres, especialmente para melhor atender os grupos populacionais mais vulneráveis, como mulheres e crianças<sup>71</sup>.

Atualmente a perda média anual combinada para desastres entre os países do G20 é de US \$218 bilhões de dólares, o que equivale a 9% do investimento médio anual em infraestrutura feito por eles. Uma vez que os desastres causam graves perdas materiais, ambientais e humanas, e atrasam os ganhos de desenvolvimento, a redução do risco é uma estratégia importante para a prevenção e economia dos países<sup>72</sup>. Diante disso, durante as sessões técnicas, os membros discutiram o roteiro do grupo para os próximos três anos e a presidência indiana expressou sua vontade de que a África do Sul junto aos países que compõem a tripla do G20, Indonésia, Índia e Brasil, levem adiante essa agenda de modo a alterar o paradigma de resposta a desastres, privilegiando a redução de riscos e respostas antecipadas. O estabelecimento desse Grupo de Trabalho aparece como uma oportunidade para o bloco assumir a liderança na implementação e avanço da estrutura do Marco de Sendai nos próximos sete anos.

Em adição a esses acontecimentos, no que tange à participação brasileira no bloco, o principal desdobramento da quinzena foi a instalação do Comitê Organizador do T20 Brasil. O T20, ou Think20, é um dos grupos oficiais de engajamento do G20 que reúne centros de pesquisa e *think tanks* para contribuir com a produção do pensamento estratégico e orientar a formulação de políticas em diversas áreas, como macroeconomia, comércio internacional, digitalização tecnológica, energia limpa, dentre outras. No Brasil, três instituições estarão à frente dos trabalhos do Comitê para mobilizar outras entidades nacionais e internacionais na produção de estudos e recomendações durante a gestão brasileira: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento; a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), atrelada ao Ministério das Relações Exteriores; e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), um *think tank* independente criado para contribuir com a construção da agenda internacional do país.

De acordo com Adriana Erthal Abdenur, assessora especial do presidente da República, o Comitê promoverá o desenvolvimento de reflexões por meio da interlocução entre órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, as quais muitas vezes não estão adequadamente representadas nos fóruns de discussão. Ainda, a presidente da Funag, embaixadora Márcia Loureiro, ressaltou que as discussões de igual modo levarão em conta uma conjuntura internacional onde há uma multiplicidade de crises que não são possíveis de serem resolvidas individualmente. A necessidade da defesa e do resgate da Agenda 2030 também foi um elemento mencionado<sup>73</sup>.

Por fim, ainda no âmbito do T20, dois relatórios publicados no mês de maio chamam atenção para temas de relevância na área da saúde global. O primeiro deles sendo o documento “Saúde e bem-estar materno, neonatal, infantil e adolescente: uma agenda crítica para o G20”, analisa o atual estado de saúde desses grupos demográficos, muitas vezes marginalizados, e

---

<sup>71</sup> G20 working group calls for disaster risk financing. **The Hindu Business Line**. 25 mai. 2023. Disponível em: <https://www.thehindubusinessline.com/news/g20-working-group-calls-for-disaster-risk-financing/article66892094.ece>. Acesso em: 03 jun. 2023.

<sup>72</sup> India's G20 presidency can show the way on disaster management. **Indian Express**. 25 mai. 2023. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/opinion/columns/indias-g20-presidency-can-show-the-way-on-disaster-management-8627412/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

<sup>73</sup> T20 Brasil produzirá estudos e discussões em apoio ao G20. **Agência Brasil**. 30 mai. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/t20-brasil-produzira-estudos-e-discussoes-em-apoio-ao-g20>. Acesso em: 04 jun. 2023.

fornece recomendações sobre como os membros do bloco podem recuperar os avanços que foram perdidos com a pandemia da Covid-19. Para além do incentivo a um maior financiamento no setor, as recomendações estão alinhadas com as prioridades de saúde elencadas pela gestão indiana, que enfatizam a prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde; a inovação digital e a cobertura universal de saúde no fortalecimento da arquitetura global de saúde<sup>74</sup>.

No que diz respeito ao segundo *policy brief*, a publicação analisa a importância da construção de plataformas integradas de infraestrutura pública digital para competir com o mercado privado, que lidera o setor. A Infraestrutura pública digital (DPI, na sua sigla em inglês) refere-se a serviços como sistemas de identificação, pagamentos e troca de dados que ajudam os governos a fornecer serviços aos cidadãos, ao passo em que aumentam e otimizam a produtividade em diversas áreas. Especialmente durante a pandemia, os países se viram dependentes dos serviços de grandes plataformas digitais na ausência de estruturas públicas predominantes. Nesse sentido, para sanar essa dependência e garantir a regulamentação do setor e uma competição justa, o estudo traz exemplos com base nas experiências de jurisdições e boas práticas da União Europeia, Índia e Brasil<sup>75</sup>.

No caso brasileiro, o documento enfatiza a criação do modelo de *open health*, o qual tem como intuito centralizar o compartilhamento de dados médicos em uma única plataforma e estimular a concorrência e maior qualidade no acesso à contratação de planos de saúde. O projeto, inspirado no serviço de *open banking*, introduzido no setor bancário após regulamentação do Banco Central do Brasil, pretende oferecer serviços de melhor qualidade a mais de 49 milhões de beneficiários, além de agilizar os processos e garantir maior transparência<sup>76</sup>. Se o usuário permitir o compartilhamento de dados médicos, por exemplo, isso permitirá que um hospital tenha o seu histórico completo, facilitando o processo de tomada de decisão em situações de emergência.

Ainda não foram liberadas informações sobre a 3ª reunião do Grupo de Trabalho em Saúde do G20 em realização nos dias 4, 5 e 6 de junho em Hyderabad. Caso seja possível incluiremos na versão final deste Caderno.

## **O G7- Destaque para Saúde e Clima mapeados no Comunicado dos Líderes**

Após o desencontro de agendas entre o presidente Lula e Volodymyr Zelensky na cúpula do G7, o presidente ucraniano declarou que continua disposto a se reunir com Lula, mas que “é preciso que haja vontade”. Zelensky rebateu a informação divulgada pelo governo brasileiro de que a reunião não ocorreu em Hiroshima por desacordo em relação aos horários propostos e falta de esforço por parte do presidente ucraniano. Zelensky reforçou que “não foi por nossa causa que não deu certo” e defendeu que vem fazendo inúmeros convites de reuniões em

---

<sup>74</sup> Maternal, Newborn, Child and Adolescent Health and Well-Being: A Critical Agenda for the G20. **T20**. mai. 2023. Disponível em: <https://t20ind.org/research/maternal-newborn-child-and-adolescent-health-and-well-being/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

<sup>75</sup> EU Regulation, Brazil’s Open Health, and the India Stack: A Common Platform Approach to Integrated Digital Public Infrastructure. **T20**. mai. 2023. Disponível em: <https://t20ind.org/research/eu-regulation-brazils-open-health-and-the-india-stack/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

<sup>76</sup> Open Health: Ministério da Saúde atua para otimizar serviços de saúde no Brasil. **Ministério da Saúde**. 20 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/open-health-ministerio-da-saude-atua-para-otimizar-servicos-de-saude-no-brasil>. Acesso em: 04 jun. 2023.



“qualquer formato”, seja presencial ou online, a Lula<sup>77</sup>, que parece se esquivar de forma a não colocar em xeque a boa relação político-econômica com Rússia e China.

O desencontro também foi mencionado por jornalistas, como Jamil Chade, que informou que o gesto de Kiev, em não comparecer às reuniões propostas pelo Brasil, foi interpretado como uma tentativa de anular qualquer pretensão brasileira de se posicionar como facilitador de diálogo<sup>78</sup>. Segundo Lula, Zelensky “é adulto e sabe o que faz”. Nas semanas posteriores à cúpula, Lula entrou em contato com Putin, via ligação, para compartilhar as impressões das reuniões bilaterais e reforçar seu papel diplomático em tentar uma negociação. Putin aproveitou a ligação para culpabilizar a Ucrânia e o ocidente, além de não aceitar as exigências feitas pela Ucrânia, que envolvem rendição da Rússia e retirada das tropas do território ucraniano. Ainda, Lula ligou para agradecer e negar o convite de ir à Rússia, para participar do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo<sup>79</sup>. Além de Putin, Lula ainda conversou com o presidente da China, Xi Jinping. "Falamos sobre a conjuntura global, a necessidade da paz na Ucrânia, a participação dos nossos países na cúpula dos BRICS em agosto. E sobre nossa parceria estratégica em âmbito bilateral", informou<sup>80</sup>.

Para além das questões políticas suscitadas pelo G7 e retomando o tema da saúde, o *Communiqué* emitido ao fim da reunião de cúpula do G7 e amplamente debatido no último informe citou a palavra “*health*” trinta e nove vezes e variações como “*healthy*” quatro vezes, já palavras como “*vaccine*” e “*medicines*” foram citadas duas e uma vez, respectivamente. As palavras “*epidemic*”, citada duas vezes, e “*pandemic*”, citada 20 vezes também possuem destaque. fizemos um levantamento para mapear em quais assuntos específicos dentro do campo da saúde as menções foram feitas:

Termo	Repetição (em vezes)
Preparedness and response (PPR)	51
World Health Organization (WHO)	22
Pandemic	20
Global Health Architecture (GHA)	10
Health Workers / Work Force	4
Healthy	4
International Health Regulations (IHR)	3

<sup>77</sup> Após desencontros no G7, Zelensky diz estar disposto a fazer reunião com Lula. OPERA MUNDI. 2023. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80980/apos-desencontros-no-g7-zelensky-diz-estar-disposto-a-fazer-reuniao-com-lula>>. Acesso em: 04/06/2023.

<sup>78</sup> Putin diz a Lula que plano de paz de Kiev exigiria "rendição" da Rússia. NOTÍCIAS UOL. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/05/26/em-conversa-com-lula-putin-culpa-ucrania-e-ocidente-por-falta-de-dialogo.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>>.

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> Ibid.

Global Health in general	2
Vaccine	2
Epidemic	2
Global Health Initiatives	2
Surveillance of emerging and ongoing health threats	2
Sexual and reproductive health and rights (SRHR)	2
G20 Joint Finance and Health Task Force (JFHTF)	2
Primary Health Care (PHC)	2
Health emergencies	2
Finance and Health Ministries	1
G7 Finance and Health Ministries	1
Finance-Health Coordination	1
Medicines	1
Global Health Emergency Corps	1
Essential health services	1
Strengthen health systems	1
Health care costs	1
Health challenges	1
Mental health conditions	1
Global health partnerships	1
Governance in global health	1
Global health towards the post COVID-19	1
Digital Health	1
Global Health Innovative Technology (GHIT) Fund	1
Global health organizations	1
One Health	1



Promoting health at work	1
Public Health	1

\*Elaboração própria.

Com esse quadro simplificado, pode-se concluir que o *Communiqué* deu destaque ao campo da saúde, ao menos na quantidade de citações a temas correlatos. Um exemplo comparativo é o termo “*climate*” que aparece cinquenta e uma vezes no documento. Um levantamento com potencial para ser aprofundado, mas que indica que há uma expectativa da saúde e a mudança climática, em relação à quantidade de termos citados, estarem andando lado a lado na agenda de prioridades do G7.

Ainda na esteira da cúpula do G7, podemos dar um destaque para o discurso do diretor-geral da WHO, no evento. Tedros Adhanom Ghebreyesus, em seu segundo mandato, discursou entrelaçando dois temas que cada vez mais vêm sendo discutidos juntos: saúde e mudança climática<sup>81</sup>. Segundo o diretor, “a crise climática é uma crise de saúde” e a razão que torna necessária uma ação climática urgente são os impactos na saúde não apenas no futuro, mas no presente. Tedros Adhanom afirma que “a crise climática está alimentando surtos e contribuindo para taxas mais altas de doenças cardíacas, câncer e asma em crianças” e faz três solicitações, diretamente a Fumio Kishida:

1. Que o grupo das sete maiores economias do mundo honre e acelere seus compromissos de reduzir as emissões e fazer a transição para a energia limpa;
2. Que se comprometa e apoie a criação de sistemas de saúde resistentes ao clima e favoráveis ao clima, no país e no mundo;
3. Que cumpram os compromissos financeiros assumidos para apoiar os países em desenvolvimento, e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, como Tuvalu, no combate à crise climática - os US\$ 100 bilhões por ano que Ursula von der Leyen, presidente da comissão europeia, havia indicado em discurso anterior.

### **A OCDE na quinzena: entre pessimismo e otimismo, as incertezas do futuro**

Nos últimos dias de maio, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou sua mais recente atualização de seu monitoramento e estudo referente aos seus dados econômicos captados sobre produto interno bruto (PIB) da própria OCDE, do G20, da União Europeia, da Zona do Euro e de países participantes do G7<sup>82</sup>. Focando principalmente no primeiro trimestre de 2023, seus dados indicaram o aumento modesto de 0,4% em cadeia no período para o PIB da OCDE, ligeiramente acima do crescimento de 0,2% ocorridos no trimestre anterior, de acordo com estimativas provisórias. É também interessante

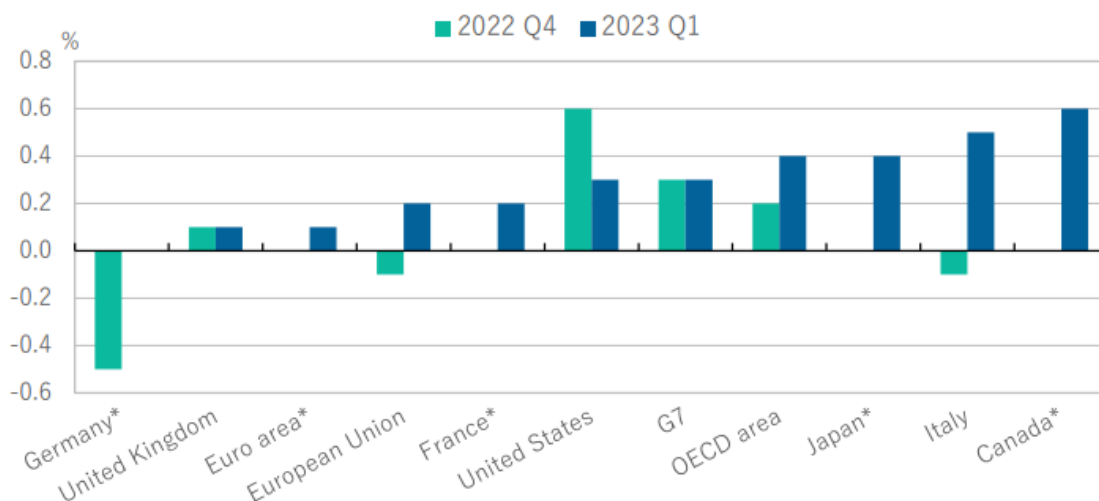
<sup>81</sup> WHO Director-General's remarks at G7 Summit - Session 7: Common Endeavor for a Resilient and Sustainable Planet – 20 May 2023. WHO. 2023. Disponível em: <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-remarks-at-g7-summit---session-7--common-endeavor-for-a-resilient-and-sustainable-planet---20-may-2023>>. Acesso em: 04/06/2023.

<sup>82</sup> GDP Growth - First quarter of 2023, OECD. OCDE. 23 mai 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/gdp-growth-first-quarter-2023-oecd.htm>. Acesso em: 02 jun 2023.

ressaltar que as taxas de crescimento trimestrais da OCDE têm sido fracas desde o primeiro trimestre de 2022<sup>83</sup>.

O levantamento repercutiu também na mídia jornalística brasileira, que destacou a performance do Brasil e seu crescimento de 1,9% no primeiro trimestre em relação ao trimestre anterior. Dessa forma, o país foi içado para o ranking dos três que tiveram o melhor resultado no período analisado, ficando atrás apenas da Polônia e da China<sup>84</sup>.

**Figura 1:** Produto interno bruto (variação trimestral) – variação percentual em relação ao trimestre anterior, dados dessazonalizados



\* In Q1 2023, Germany recorded zero growth. In Q4 2022, Canada, France, Japan and the Euro area recorded zero growth.

Fonte: OCDE, 2023.

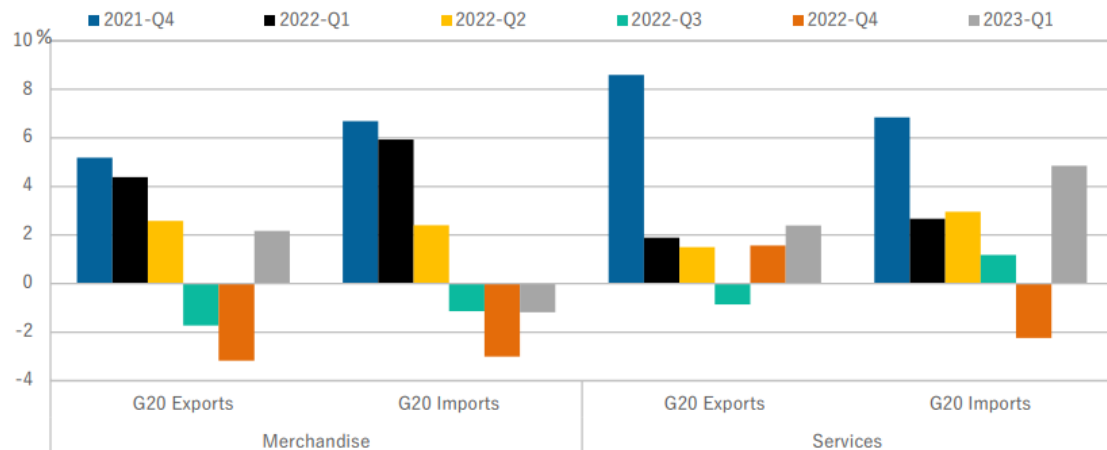
A organização intergovernamental também divulgou durante o período o “G20 International Trade Statistics”<sup>85</sup>, parte da iniciativa especializada no monitoramento de dados estatísticos e tendências em comércio e economia internacional, dividido por trimestres. Após dois trimestres consecutivos de declínio, a nova edição do estudo, focada especialmente no G20 e seus membros, revelou que as exportações de mercadorias do G20 se recuperaram em termos de valor no primeiro trimestre deste ano e, em comparação ao quarto trimestre de 2022, as exportações aumentaram 2,2%, impulsionadas em parte pela retomada da atividade econômica na China. Já as importações de mercadorias do G20 contraíram 1,2%, refletindo em grande parte a redução dos preços de energia. Ademais, o crescimento das exportações e importações de serviços do G20 é estimado em cerca de 2,4% e 4,9% no primeiro trimestre em 2023, respectivamente, em comparação com o trimestre anterior.

<sup>83</sup> CALDAS, Sergio. **PIB dos países da OCDE cresce 0,4% no 1º trimestre, diz organização**. CNN BRASIL. 23 mai 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/pib-dos-paises-da-ocde-cresce-04-no-1o-trimestre-diz-organizacao/>. Acesso em: 02 jun 2023.

<sup>84</sup> CUCOLO, Eduardo; VIECELI, Leonardo. **Veja o PIB de diversos países no 1º trimestre de 2023; Brasil está entre os maiores crescimentos**. FOLHA DE S. PAULO. 01 jun 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/veja-o-pib-de-diversos-paises-no-1o-trimestre-de-2023-brasil-esta-entre-os-maiores-crescimentos.shtml>. Acesso em: 02 jun 2023.

<sup>85</sup> International trade statistics: trends in first quarter 2023. **OCDE**. 25 mai 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/international-trade-statistics-trends-in-first-quarter-2023.htm>. Acesso em: 02 jun 2023.

**Figura 2:** Comércio internacional do G20, taxas de crescimento trimestrais – variações percentuais trimestrais, dólares estadunidenses correntes, ajustados sazonalmente



Note: The Q1 2023 trade in services values are preliminary estimates based on available data, covering about 60% of exports and imports for the G20 aggregate.

Fonte: OCDE, 2023.

Paralelamente, o período foi marcado também pelo lançamento de uma plataforma virtual para promover acesso a informações sobre subsídios<sup>86</sup>. A chamada “*Joint Subsidy Platform*” (JSP) é formada pelo FMI, pela OCDE, pelo Banco Mundial e pela OMC e possui a função de aumentar a transparência no uso de subsídios, destinando-se a facilitar o acesso à informação e entendimentos sobre a natureza, a dimensão e o impacto econômico desses e, assim, estimular o diálogo entre governos sobre uso e desenhos adequados, além da produção de dados e análises relacionadas.

Outra pauta de destaque da quinzena foi a discussão sobre empréstimos soberanos (*Sovereign borrowing*, em inglês), em que a OCDE apresentou sua expectativa pelo seu aumento durante o ano de 2023<sup>87</sup>. Tal posicionamento se embasa no novo relatório lançado pela organização relacionado ao tema, o chamado “*Sovereign Borrowing Outlook 2023*”<sup>88</sup>, que analisa o impacto do aumento da incerteza macroeconômica e geopolítica nas necessidades e condições de empréstimos soberanos, muito relacionados ao fim de condições de financiamento favoráveis para emissores soberanos, ao desenvolvimento e ambiente do mercado internacional e às repercussões financeiras e econômicas do conflito entre Rússia e Ucrânia.

O documento publicado fornece então valores de dívida pendentes de 2007 a 2022 e projeções de 2023 para os países membros da OCDE, além de analisar as tendências de emissão de dívida soberana em mercados emergentes e economias em desenvolvimento, entre outros tipos de informação e recomendações.

<sup>86</sup> International Organisations Launch Platform to Promote Access to Subsidy Information. **OCDE**. 25 mai 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/international-organizations-launch-platform-to-promote-access-to-subsidy-information.htm>. Acesso em: 02 jun 2023.

<sup>87</sup> Sovereign borrowing needs to rise in 2023. **OECD**. 22 mai 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/sovereign-borrowing-needs-to-rise-in-2023.htm>. Acesso em: 02 jun 2023.

<sup>88</sup> OCDE. **OECD Sovereign Borrowing Outlook 2023**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/09b4cfba-en>. Acesso em: 02 jun 2023.

Na esteira da discussão acerca da negociação do acordo multilateral sobre a redução de resíduos plásticos no mundo e eventos subjacentes que reuniu cerca de 175 delegações na França<sup>89</sup>, houve o lançamento pela OCDE da versão em francês do estudo “*Perspectives mondiales des plastiques: Scénarios d’action à l’horizon 2060*”<sup>90</sup> – com a versão em inglês prevista para o final de junho. Se debruçando sobre a questão sobre a poluição plástica e a dificuldade da comunidade global em atingir o objetivo de extingui-la no futuro próximo e aplicar políticas rigorosas e coordenadas, o estudo se preocupa em apresentar um conjunto de cenários e projeções plausíveis para a evolução de plásticos na ausência de medidas adicionais e também com uma ação política mais ampla até 2060. Sua abordagem inclui ainda análises sobre o uso de plásticos, resíduos e impactos ambientais relacionados, principalmente o caso de vazamentos para o Meio Ambiente, e adianta consequências econômicas da adoção de políticas mais rigorosas ligadas à temática.

Dessa forma, ao lançar luz sobre tais discussões e temas relevantes ao presente e significativamente alarmantes para o futuro, a OCDE busca aproveitar a maior atenção devido aos eventos internacionais relacionados na capital francesa e sensibilizar a perspectiva dos formuladores de políticas sobre o desafio mundial e, então, estimular ações políticas voltadas ao seu combate. Ainda segundo a própria organização, todos os anos é gerada uma quantidade de lixo plástico cujo peso equivale ao de 35 mil torres Eiffel (ou 350 milhões de toneladas) e tal quantidade deve triplicar até 2060 se o modelo e ritmo de produção e consumo se mantiverem como se encontram no contemporâneo.

Além disso, um relatório sobre poluição plástica produzido pelo Credit Suisse relevou que países ricos utilizam mais plástico per capita do que outros, contudo países mais pobres contribuem negativamente com a má gestão de seus resíduos e, assim, pioram o cenário de tal modalidade de poluição<sup>91</sup>. E, de acordo com o mesmo relatório, os países da OCDE possuem mais que o triplo de uso per capita de plástico por ano do que países não membros (150 kg/por ano contra 40kg/por ano)<sup>92</sup>.

Finalmente, no que diz respeito às atualizações mais focadas sobre a relação entre o grupo internacional e o Brasil, pouco aconteceu. Contudo, é interessante destacar a publicação do decreto 11.544/23 brasileiro no início de junho<sup>93</sup>. Seu objetivo é o de aperfeiçoar a produção e divulgação de estatísticas de comércio exterior, se preocupando em garantir assim ainda mais segurança, previsibilidade e transparência para seus dados monitorados e divulgados. Além disso, a norma estabelece a necessidade de seguir recomendações internacionais sobre o tema,

---

<sup>89</sup> MENA, Fernanda. **Discussão para 'Acordo de Paris sobre plástico' reúne 175 países na França**. FOLHA DE S. PAULO. 29 mai 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/05/discussao-para-acordo-de-paris-sobre-plastico-reune-175-paises-na-franca.shtml>. Acesso em: 02 jun 2023.

<sup>90</sup> OCDE. **Perspectives mondiales des plastiques: Scénarios d’action à l’horizon 2060**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/c5abcbb1-fr>. Acesso em: 02 jun 2023.

<sup>91</sup> Plastic pollution – a new way of measuring hope on the path to net zero. **CREDIT SUISSE**. 01 jun 2023. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us-news/en/articles/news-and-expertise/plastic-pollution-pathways-to-net-zero-202306.html>. Acesso em: 02 jun 2023.

<sup>92</sup> SHETTY, Mayur. Rich countries use more plastic waste but poorer countries pollute more: Report. **THE TIMES OF INDIA**. 02 jun 2023. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/business/india-business/rich-countries-use-more-plastic-waste-but-poorer-countries-pollute-more-report/articleshow/100701661.cms>. Acesso em: 02 jun 2023.

<sup>93</sup> Decreto aperfeiçoa produção e divulgação de estatísticas brasileiras de comércio exterior. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**. 02 jun 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/decreto-aperfeicoa-producao-e-divulgacao-de-estatisticas-brasileiras-de-comercio-exterior>. Acesso em: 02 jun 2023.

como manuais para a produção de estatísticas das Nações Unidas e documentos da OCDE, e reforça as competências para a produção de estatísticas de comércio exterior do governo por meio da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Já da parte da organização internacional, é válido indicar a versão traduzida em português brasileiro da versão de 2023 do estudo sobre panoramas regionais na temática de saúde “*Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2023*”<sup>94</sup>, agora também chamado de “Panorama da Saúde: América Latina e Caribe 2023”<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> Para mais informações sobre, consulte o informe de número 06 de 2023 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz.

<sup>95</sup> OCDE; BANCO MUNDIAL. **Panorama da Saúde: América Latina e Caribe 2023**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/047f9a8a-pt>. Acesso em: 02 jun 2023.

## **Reunião dos MS dos BRICS às margens da 76ª Assembleia Mundial de Saúde, a reunião entre os MS do Brasil e da Índia e a ICR acolhe a Argentina no mecanismo**

*Claudia Hoirsch*

### **Reunião dos MS dos BRICS às margens da 76ª AMS**

Na AMS, a MS Nísia Trindade Lima afirmou ser preciso fortalecer os sistemas de vigilância e os sistemas de saúde e para tanto, disse que é imprescindível mais inovação, transferência de tecnologia, financiamento, e o fortalecimento da produção local de medicamentos e outras tecnologias de saúde.

No dia 24/5, os MS dos BRICS realizaram uma reunião às margens da 76ª Assembleia Mundial da Saúde, que proporcionou uma oportunidade para refletirem sobre áreas de cooperação e prioridades.



Reunião dos MS dos BRICS às margens da 76ª AMS

Na reunião dos MS dos BRICS, a MS brasileira disse que o momento de reconstrução pós-pandemia de Covid-19 abre uma nova era de cooperação visando a sistemas de saúde mais fortes, cobertura universal<sup>96</sup> e ao atendimento de demandas internacionais em insumos de saúde.

O MS indiano Dr. Mansukh Mandaviya afirmou que para evitar que surtos de doenças e epidemias se transformem em pandemias, é preciso colaborar na vigilância, P&D, compartilhamento de informações e estabelecimento de mecanismos de resposta conjunta. Enfatizando a importância da pesquisa colaborativa na mitigação e resposta às crises globais de saúde destacou a necessidade de maior colaboração no desenvolvimento de vacinas, terapias e diagnósticos. Sugeriu que o Centro de P&D de Vacinas do BRICS pode desempenhar um papel vital na P&D e no fornecimento de acesso equitativo a vacinas. Além disso, propôs a presidência rotativa dos comitês diretores e científicos do Centro para garantir que todos os países BRICS fossem beneficiados.

Reconhecendo o fardo da tuberculose (TB) nos países do BRICS, o Dr. Mandaviya sugeriu expandir a colaboração dentro da Rede de Pesquisa em TB do BRICS para criar uma vacina segura e eficaz e propôs discutir uma estrutura de colaboração na 13ª reunião para aumentar ainda mais os esforços conjuntos.

Por fim, o MS indiano delineou três agendas principais para a transformação do cenário global da saúde: preparação para emergências em saúde, acesso equitativo a contramedidas

<sup>96</sup> [https://twitter.com/nisia\\_trindade/status/1662089807114260481](https://twitter.com/nisia_trindade/status/1662089807114260481)



médicas e saúde digital. Destacou a necessidade de uma Plataforma Global de Contramedidas Médicas e enfatizou a promoção do acesso equitativo a ferramentas tecnológicas por meio de uma estrutura institucional para soluções digitais de saúde, especialmente para países de baixa e média renda.



Na reunião bilateral com a MS do Brasil, o MS indiano, Mansukh Mandaviya, aceitou participar de esforços futuros relacionados à capacitação da força de trabalho em saúde, vigilância de doenças, erradicação da tuberculose, resistência antimicrobiana (AMR) e medicina tradicional.

#### **Quatorze países já manifestaram interesse (formal ou informal) em entrar nos Brics**

Arábia Saudita, Irã estão entre os países que pediram formalmente para ingressar. Se juntam a eles Argentina, Nicarágua, Afeganistão, Cazaquistão, Argélia, Egito, Nigéria, Senegal Bahrein, EAU, Indonésia, Tailândia, entre outros.

Esses países se sentem marginalizados e veem nos BRICS a voz do Sul Global para uma arquitetura mundial mais justa e inclusiva, que não sirva aos interesses de poucos. Querem ser parte da solução dos problemas globais, e não que eles sejam decididos sem sua presença e voz.

Para a ministra Ana Maria Bierrenbach, coordenadora-geral de Mecanismos Inter-Regionais no MRE, a China é o país que mais impulsiona pela expansão. Os demais, em maior ou menor grau, mais vocais ou menos vocais, têm visto esse processo com muita cautela. A diplomacia brasileira defende “muita cautela”<sup>97</sup> no processo de ampliação do grupo.

Os MRE dos BRICS se reuniram dias 2-3 junho e um dos itens na pauta foi o tipo de participação dos novos integrantes, se haveria a possibilidade de entrarem em uma categoria intermediária, de parceiros de diálogo. Eventualmente se integrariam depois como membros plenos, mas a entrada não seria automática.

---

<sup>97</sup> <https://www.poder360.com.br/internacional/brasil-defende-cautela-para-ampliar-brics/>

## **Os países do BRICS se articulam para na próxima Cúpula buscarem uma resolução pacífica do conflito na Ucrânia**

O presidente Lula já disse que o Brasil é parte de um grupo de países que querem se manter neutros para construir o fim da guerra entre Rússia e Ucrânia; Xi Jinping apresentou uma proposta de 12 pontos sobre o conflito<sup>98</sup>, o presidente Narendra Modi tem falado sobre a vontade da Índia de mediar a paz e em maio, o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa estava ocupado com uma iniciativa de líderes africanos, que em breve visitarão a Ucrânia e a Rússia, o que mostra que todos os líderes do Brics têm estado na linha de frente das iniciativas de paz. Na próxima Cúpula eles discutirão formas de avançar em um processo de paz como um coletivo, para buscar uma resolução pacífica ao conflito.

## **China e Argentina assinam plano de cooperação para promover conjuntamente a construção do Cinturão e Rota**

A China e a Argentina assinaram dia 2/6 um plano de cooperação para promover conjuntamente a construção do Cinturão e Rota (ICR), um movimento que aprofundará a cooperação nas áreas de infraestrutura, energia, economia e comércio, finanças e intercâmbios interpessoais e culturais e melhorará a conectividade regional. A assinatura do acordo é uma implementação do Memorando de Entendimento (MdE) sobre a ICR assinado entre a China e a Argentina em 2022.

O Plano terá significado exemplar para os principais países latino-americanos que ainda não assinaram o MdE sobre a ICR com a China: Brasil, Colômbia e México.

Os dois lados vêm discutindo tópicos como acordos de renminbi (RMB) e buscarão uma expansão da linha de *swap* cambial que consiste na troca de taxa de variação cambial, ou seja, a volatilidade do preço de certa moeda estrangeira por uma taxa de juros definida antecipadamente, ou ainda, a troca da oscilação do dólar pela oscilação de uma outra moeda. Durante o contrato, é realizada a troca (*swap*) entre a variação da cotação de cada uma das moedas, acrescido de uma taxa de juros estabelecida no início do contrato. Isso traz proteção aos participantes do mercado que não desejam estar vulneráveis à oscilação de uma moeda específica.

A cooperação no setor financeiro continua sendo um foco, e é necessária para que a Argentina continue obtendo uma participação de mercado na China, o que a ajudará a se proteger contra a diminuição das reservas em dólares em meio ao atual impulso global de desdolarização.

Argentina e China assinaram um acordo na linha de *swap* de 70 bilhões de yuans (US\$ 9,9 bilhões) em 2009 e o expandiram para 130 bilhões de yuans em 2020. Em janeiro deste ano, os dois países formalizaram a expansão de um acordo de *swap* de moedas.

Em abril, a Argentina anunciou planos de usar a moeda chinesa para pagar mercadorias importadas da China em meio a uma onda de desdolarização impulsionada por países e regiões para reduzir a dependência do dólar americano.

---

<sup>98</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/02/veja-quais-sao-os-12-pontos-da-proposta-de-paz-da-china-para-a-guerra-na-ucrania-rejeitado-pelo-ocidente.ghtml>



## **América Latina: entre a crescente presença chinesa e a retomada da integração sul-americana**

*Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*

### **Introdução**

A América Latina não é mais o quintal dos Estados Unidos. A presença da República Popular da China é uma realidade cada vez evidente em muitos dos países da região. Atualmente, quase todos os países da América Latina têm importantes relações com o gigante asiático.

A República Popular da China tem ampliado investimentos e negócios na região, financiando projetos de infraestrutura e mineração, com iniciativas que prometem gerar empregos e oportunidades de crescimento. Ademais, o país é um grande comprador de produtos básicos, constituindo um dos principais importadores de matérias primas.<sup>99</sup> O comércio entre a China e a América Latina aumentou significativamente, alcançando 495 bilhões em 2022,<sup>100</sup> fazendo dos chineses o maior parceiro comercial da América do Sul.

A América Latina é uma das regiões mais desiguais do globo. Nos últimos anos sofreu severamente com a desaceleração do crescimento, foi uma das localidades mais afetadas pela pandemia e tem sofrido os impactos da guerra na Ucrânia.

É evidente a crescente preocupação dos Estados Unidos com o maior crescimento econômico chinês e a sua maior presença no cenário latino-americano. Algumas das questões em que se manifestou particular interesse foram a rede de telefonia celular 5G, o lítio, o controle de vias navegáveis e as usinas nucleares, bem como a presença militar.

Em 1980, com Jimmy Carter no poder, os Estados Unidos registravam um PIB quase 9 vezes maior do que o da República Popular da China. Hoje este país assumiu outras características, e é a segunda maior economia mundial, com um PIB não muito distante do estadunidense.

Nos últimos anos, a China e a Índia têm demonstrado um crescimento econômico impressionante, superando o ritmo de crescimento dos países do G7. A China, como a segunda maior economia do mundo, tem alcançado taxas de crescimento sólidas, impulsionadas por investimentos em infraestrutura, industrialização e expansão do comércio internacional. Por sua vez, a Índia, com sua população em rápido crescimento e um setor de serviços em expansão, tem mostrado um desempenho econômico notável, com investimentos em tecnologia, manufatura e desenvolvimento urbano. Esses dois países emergentes desempenham um papel cada vez mais importante na economia global e têm desafiado a posição tradicional dos países do G7 como os principais motores do crescimento econômico.

Da mesma forma, a China conseguiu também avançar nas relações diplomáticas com a América Latina. Vários países que mantinham relações importantes com Taiwan reorientaram

---

<sup>99</sup> Não só a China, mas outros países asiáticos apresentam grande crescimento econômico, como Índia, Indonésia, Coreia, Vietnã, Cingapura, Malásia e Bangladesh, o que augura uma maior presença futura na região.

<sup>100</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-65754511>

seus laços com a China<sup>101</sup>. No entanto, a presença chinesa é fruto de importantes debates políticos. A visão mais ocidental, alinhada aos interesses norte-americanos, reclama que a China busca apenas o seu próprio interesse, sem se preocupar com elementos importantes como o Estado de direito e a democracia, argumentando a presença na Venezuela e na Nicarágua.

A pandemia da covid-19 e a guerra na Ucrânia abriram caminho para uma expansão significativa da República Popular da China na América Latina, principalmente em termos de vacinas, compra de minerais e alimentos em um cenário de grandes crises econômicas, políticas e sociais.

Por exemplo, o Suriname vive uma crise com recessão econômica, inflação e profunda dívida pública, sendo que 17% desta dívida é com a China. O país apresenta, no entanto, uma séria dificuldade em pagar os empréstimos ao Banco de Exportação e Importação de China- Ecim Bank, o que o impede de acessar um pacote de ajuda do FMI. Oprimido, o país recorreu ao FMI para obter ajuda financeira (700 milhões de dólares), mas o EXIM Bank recusa-se a renegociar a reestruturação da dívida com este país<sup>102</sup>. Mais recentemente, a Argentina, assolada por uma crise econômica sem precedentes, recorreu à China para salvar sua economia visando a acessar um financiamento e o apoio do Banco dos Brics para cobrir as importações do Brasil.

Neste cenário regional de crises políticas e problemas relacionados à falta ou pouco crescimento econômico, Estados Unidos e a Europa têm buscado intensamente um reposicionamento de peças no tabuleiro geopolítico para não perder espaço diante do avanço da China e dos países asiáticos. Aproveitando o estratégico momento, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, convocou aos presidentes sul-americanos para discutir uma agenda comum para a região. A reunião foi realizada no dia 30 de maio em Brasília. Lula apresentou dez propostas<sup>103</sup> a seus colegas sul-americanos.

---

<sup>101</sup> É o caso do Panamá (2017), El Salvador e República Dominicana (2018), Honduras com Xiomara Castro e, mais recentemente, do Paraguai que, após o triunfo colorado, parece optar por um maior alinhamento com a República Popular da China.

<sup>102</sup><https://www.infobae.com/america/mundo/2023/05/13/surinam-cayo-en-la-trampa-china-como-el-gigante-asiatico-asfixia-al-pais-mas-pequeno-de-sudamerica-con-una-deuda-impagable/>

<sup>103</sup> As propostas de Lula:

1. Utilizar a poupança regional para impulsionar o desenvolvimento econômico e social, envolvendo bancos de fomento como CAF, Fonplata, Banco do Sul e BNDES.
2. Aprofundar a identidade sul-americana na área monetária, através de mecanismos de compensação mais eficientes e a criação de uma unidade de referência comum para o comércio.
3. Implementar iniciativas de convergência regulatória para facilitar o comércio de bens, simplificando os procedimentos de exportação e importação.
4. Ampliar os mecanismos de cooperação em serviços, investimentos, comércio eletrônico e política de concorrência.
5. Atualizar a carteira de projetos do Cosiplan, com foco na integração física e digital, especialmente em regiões de fronteira.
6. Desenvolver ações coordenadas para enfrentar as mudanças climáticas.
7. Reativar o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, visando ampliar a cobertura vacinal, fortalecer a indústria de saúde e expandir o atendimento a populações carentes e indígenas.
8. Iniciar discussões sobre a criação de um mercado sul-americano de energia, garantindo suprimento, eficiência no uso de recursos, estabilidade jurídica, preços justos e sustentabilidade social e ambiental.
9. Criar um programa de mobilidade regional para estudantes, pesquisadores e professores no ensino superior, seguindo o exemplo da União Europeia.

Participaram do encontro, além do presidente brasileiro, os presidentes da Argentina, Alberto Fernandez, da Bolívia, Luís Arce, do Chile, Gabriel Boric, da Colômbia, Gustavo Perto, do Equador, Guillermo Lasso, da Guiana Iriaan Ali, de Paraguai, Mario Abdo Benítez, do Suriname, Chan Santokhi, do Uruguai Luis Lacalle Pou e da Venezuela, Nicolas Maduro. Unicamente o Presidente do Peru não pode participar e foi representado por seu Primeiro Ministro Luis Alberto Otárola. Ao final da reunião, os governantes anunciaram o Consenso de Brasília, que será apresentada mais adiante.

A participação de Nicolás Maduro da Venezuela foi comemorada, mas também foi alvo de críticas por Luís Lacalle Pou (Uruguai) e Gabriel Boric (Chile) pela violação de direitos humanos naquele país.<sup>104</sup> Boric frisou que é *“impossível fazer vista grossa para as violações de direitos humanos na Venezuela”*. Em consonância com a observação de Boric, o Consenso apresenta logo em seu início a preocupação com a consolidação da democracia e dos direitos humanos na América do Sul.<sup>105</sup>

Salienta-se abaixo alguns parágrafos que merecem destaque do discurso do presidente Lula<sup>106</sup>:

*“O que nos une hoje em Brasília é a urgência de olharmos coletivamente para a nossa região (...).*

*A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (...)*

*Apesar de compartilhar o mesmo continente, foi preciso esperar quase 200 anos de vida política independente antes de abandonar a indiferença recíproca e o isolamento. (...)*

*Nossa América do Sul deixou de ser apenas uma referência geográfica e passou a ser uma realidade política (...).*

*Infelizmente, esses avanços foram interrompidos nos últimos anos.*

*Em nossa região, deixamos que as ideologias não dividam e interrompam o esforço de integração. Abandonamos canais de diálogo e mecanismos de cooperação e com isso todos perdemos. (...)*

*Estou firmemente convencido de que precisamos renovar nosso compromisso com a integração sul-americana.*

*Os elementos que nos unem estão além das diferenças ideológicas (...)*

*As recentes eleições na Colômbia, Chile, Bolívia, Brasil e Paraguai demonstraram o vigor da democracia em nossa região, em eleições marcadas por expressiva participação popular e ampla liberdade de expressão.”*

Durante a reunião, os líderes sul-americanos reiteraram sua adesão aos valores comuns e concordaram em aprofundar as discussões sobre o estabelecimento ou revitalização de um mecanismo de cooperação que envolva todos os países da região. Entre as medidas aprovadas,

---

1. Retomar a cooperação na área de defesa, visando fortalecer a capacidade de formação e treinamento, intercâmbio de experiências e conhecimentos em indústria militar, doutrina e políticas de defesa na região.

<sup>104</sup> Em declarações, o presidente Lula afirmou que a violação dos direitos humanos na Venezuela foi uma "construção narrativa", e foi fortemente criticado pelo presidente Boric, bem como pela imprensa internacional. <https://www.youtube.com/watch?v=Cf3keKHK7tk>

<sup>105</sup> <https://www.metropoles.com/brasil/carta-de-lideres-sul-americanos-destaca-compromisso-com-democracia>

<sup>106</sup> O discurso na íntegra pode ser consultado em: <https://www.gov.br/planalto/es/seguir-al-gobierno/discursos-y-pronunciamentos/discurso-del-presidente-de-la-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-en-encuentro-con-presidentes-de-paises-sudamericanos>

está a elaboração de uma proposta para a criação de uma organização sul-americana de cooperação. O presidente Lula afirmou que o grupo de ministros das Relações Exteriores terá aproximadamente quatro meses para apresentar essa proposta. Ele também destacou que esse grupo de chanceleres tem 120 dias para apresentar suas propostas em uma próxima reunião de presidentes.

A reunião de presidentes nos deixa uma esperança e um possível roteiro para avançar em uma maior integração regional. Refletindo a intenção do Brasil de um claro compromisso de liderar a região, cooperando entre os países, mas sem fechar os olhos para problemas como os direitos humanos. Embora em sua declaração final não fale expressamente em UNASUL, manifesta a ideia de manter um diálogo para promover a colaboração e projetar ações coletivas por meio da diplomacia sul-americana.

Algumas questões fortemente posicionadas na Agenda foram: a intenção de criar uma opção de moeda para desafiar a hegemonia do dólar americano; a luta contra as alterações climáticas e a colaboração em questões de defesa e segurança.

### **Consenso de Brasília, resultado da Reunião de Presidentes do América do Sul em Brasília – 30 de maio de 2023<sup>107</sup>**

1. A convite do Presidente do Brasil, os líderes dos países sul-americanos reuniram-se em Brasília, em 30 de maio de 2023, para intercambiar pontos de vista e perspectivas para a cooperação e a integração da América do Sul.
2. Reafirmaram a visão comum de que a América do Sul constitui uma região de paz e cooperação, baseada no diálogo e no respeito à diversidade dos nossos povos, comprometida com a democracia e os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, o Estado de direito e a estabilidade institucional, a defesa da soberania e a não interferência em assuntos internos.
3. Coincidiram em que o mundo enfrenta múltiplos desafios, em um cenário de crise climática, ameaças à paz e à segurança internacional, pressões sobre as cadeias de alimentos e energia, riscos de novas pandemias, aumento de desigualdades sociais e ameaças à estabilidade institucional e democrática.
4. Concordaram que a integração regional deve ser parte das soluções para enfrentar os desafios compartilhados da construção de um mundo pacífico; do fortalecimento da democracia; da promoção do desenvolvimento econômico e social; do combate à pobreza, à fome e a todas as formas de desigualdade e discriminação; da promoção da igualdade de gênero; da gestão ordenada, segura e regular das migrações; do enfrentamento da mudança do clima, inclusive por meio de mecanismos inovadores de financiamento da ação climática, entre os quais poderia ser considerado o 'swap', por parte de países desenvolvidos, de dívida por ação climática; da promoção da transição ecológica e energética, a partir de energias limpas; do fortalecimento das capacidades sanitárias; e do enfrentamento ao crime organizado transnacional.
5. Comprometeram-se a trabalhar para o incremento do comércio e dos investimentos entre os países da região; a melhoria da infraestrutura e logística; o fortalecimento das cadeias de valor regionais; a aplicação de medidas de facilitação do comércio e de integração financeira; a superação das assimetrias; a eliminação de medidas unilaterais; e o acesso a

---

<sup>107</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/consenso-de-brasilia-2013-30-de-maio-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/consenso-de-brasilia-2013-30-de-maio-de-2023)

- mercados por meio de uma rede de acordos de complementação econômica, inclusive no marco da ALADI, tendo como meta uma efetiva área de livre comércio sul-americana.
6. Reconheceram a importância de manter um diálogo regular, com o propósito de impulsionar o processo de integração da América do Sul e projetar a voz da região no mundo.
  7. Decidiram estabelecer um grupo de contato, liderado pelos Chanceleres, para avaliação das experiências dos mecanismos sul-americanos de integração e a elaboração de um mapa do caminho para a integração da América do Sul, a ser submetido à consideração dos Chefes de Estado.
  8. Acordaram promover, desde já, iniciativas de cooperação sul-americana, com um enfoque social e de gênero, em áreas que dizem respeito às necessidades imediatas dos cidadãos, em particular as pessoas em situação de vulnerabilidade, inclusive os povos indígenas, tais como saúde, segurança alimentar, sistemas alimentares baseados na agricultura tradicional, meio ambiente, recursos hídricos, desastres naturais, infraestrutura e logística, interconexão energética e energias limpas, transformação digital, defesa, segurança e integração de fronteiras, combate ao crime organizado transnacional e segurança cibernética.
  9. Concordaram em voltar a reunir-se, em data e local a serem determinados, para repassar o andamento das iniciativas de cooperação sul-americana e determinar os próximos passos a serem tomados.

#### **CEPAL: Primeira Reunião da Conferência Regional para a Cooperação Sul Sul <sup>108</sup>**

A Primeira Reunião da Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul foi realizada de 30 a 31 de maio na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em Santiago, no Chile. Participaram representantes dos governos dos 33 países da região, agências, fundos e programas das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais e bancos de desenvolvimento, organismos de integração regional e sub-regional, e academias.

O objetivo do encontro foi analisar os avanços e desafios da cooperação Sul-Sul na região.

A reunião foi inaugurada por José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da Comissão, e Adriana Cristina Bolaños Argueta, Diretora de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica.

Em seu discurso de abertura<sup>109</sup>, o Secretário Executivo observou que a América Latina e o mundo estão enfrentando um momento desafiador e preocupante. O relatório apresentado ao Fórum dos Países sobre Desenvolvimento Sustentável revela que, embora estejamos na metade do período da Agenda 2030, apenas um quarto das metas estabelecidas foi alcançado. 48% avançam, mas em um ritmo insuficiente, e 27% mostram retrocessos. Isso coloca em risco o cumprimento de 75% das metas, a menos que medidas decididas sejam tomadas para corrigir o curso.

Salazar-Xirinachs seguiu chamando a atenção para o fato da região da América Latina e do Caribe está enfrentando estagnação econômica e social, agravada por uma série de crises desde 2020, incluindo a pandemia de COVID-19, inflação, tensões econômicas e geopolíticas,

---

<sup>108</sup> <https://conferenciaccs.cepal.org/1/es>

<sup>109</sup> <https://www.cepal.org/es/noticias/es-posible-crear-un-mejor-futuro-trabajo-sin-crear-un-mejor-futuro-la-produccion-jose>

conflitos bélicos e migrações. Tudo isso acontece em um contexto de emergência ambiental e revolução tecnológica.

Segundo ele, é necessária uma urgente reafirmação do compromisso dos países da região com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Secretário-Geral das Nações Unidas apelou para medidas ousadas visando aumentar o financiamento de longo prazo em pelo menos 500 bilhões de dólares por ano, e instou a repensar as estruturas de governança para corrigir as injustiças e desigualdades na arquitetura financeira global.

Nesse sentido, a cooperação para o desenvolvimento torna-se fundamental para enfrentar as crises globais e regionais. A América Latina e o Caribe devem fortalecer seus acordos regionais, promover a cooperação intrarregional e incentivar alianças entre diversos atores e setores. Também é necessário reconsiderar os critérios de medição e classificação do desenvolvimento, além de abordar as lacunas estruturais e vulnerabilidades específicas dos países e sub-regiões. Finalmente, o secretário concluiu que a região está em uma situação crítica em relação ao cumprimento dos ODS. Medidas decididas devem ser tomadas para reverter essa tendência e fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento. É necessária maior investimento, medidas inovadoras e uma voz comum da América Latina e do Caribe diante dos desafios atuais.

No último dia da Reunião José Manuel Salazar-Xirinachs, participou de um painel intitulado “Cooperação para a Terceira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Latino-Americana e Caribe (CELAC) e a União Europeia (UE)”, onde destacou que a Terceira Cúpula UE-CELAC, que acontecerá nos dias 17 e 18 de julho de 2023 em Bruxelas, é um evento altamente estratégico e importante para ambas as regiões.

Nesse contexto, Salazar-Xirinachs destacou que a CEPAL identificou uma lista de pelo menos 13 áreas de oportunidade para investimentos e cooperação, especialmente com um parceiro como a UE. Todas essas áreas são de transformação, crescimento e transição para uma nova realidade, incluindo: 1) realocação geográfica da produção; 2) transição energética (energia solar, eólica, hidrogênio verde, lítio); 3) eletromobilidade; 4) economia circular; 5) bioeconomia (agricultura sustentável, recursos genéticos, bioindustrialização); 6) indústria farmacêutica e ciências da vida; 7) indústria de dispositivos médicos; 8) exportação de serviços modernos habilitados por TIC; 9) manufatura avançada; 10) igualdade de gênero e sociedade do cuidado; 11) gestão sustentável da água; 12) turismo sustentável; e 13) governo digital.<sup>110</sup>

Ao final do encontro, os Estados aprovaram a Resolução 1(I) da Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul da América Latina e do Caribe, que destacou a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento, especialmente a cooperação Sul-Sul e triangular, para alcançar o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população, por meio da troca de informações, conhecimentos, tecnologia, experiências e recursos. Além disso, os governos concordam em promover uma abordagem abrangente para a gestão de riscos e desastres, com perspectiva de gênero, a fim de reduzir vulnerabilidades, fortalecer a resiliência e expandir as capacidades de resposta em situações de desastre.<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> <https://www.cepal.org/es/comunicados/paises-america-latina-caribe-llaman-lograr-un-acuerdo-renovado-cooperacion-internacional>

<sup>111</sup> <https://conferenciass.cepal.org/1/es/noticias/la-cooperacion-desarrollo-es-fundamental-fomentar-la-solidaridad-internacional-regional-es>

O documento de posição “Progressos e desafios para a Cooperação Sul-Sul na América Latina e no Caribe no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, desta Primeira Reunião está disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/48917>. A Resolução adotada pode ser acessada na íntegra em: <https://conferenciaccs.cepal.org/1/es/documentos/resolucion-primera-reunion-la-conferencia-regional-cooperacion-sur-sur-america-latina>.

### **SEGIB: Apresentação do Quinto relatório ICEX Global LATAM 2022<sup>112</sup>**

O estudo revelou que a América Latina alcançou um recorde de 73,449 bilhões de dólares em investimentos em 2022, impulsionado principalmente por Brasil e México. No entanto, a região sofreu um retrocesso nos últimos dez anos em termos de investimento estrangeiro direto, exigindo esforços para tornar os mercados mais atrativos aos investidores internacionais.

O relatório também destaca a importância da integração regional através de investimentos diretos, bem como o papel da América Latina na transição verde e descarbonização da economia, com os títulos verdes se tornando uma opção cada vez mais relevante. O relatório, intitulado “Global LATAM 2022”, apresentado em Madri, foi elaborado em colaboração entre a ICEX-Invest in Spain e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB).

### **SE-COMISCA realizou uma oficina nacional em Belize sobre emergências e respostas rápidas<sup>113</sup>**

Nos dias 23 e 26 de maio, o SE-COMISCA realizou uma oficina nacional que teve como objetivo fortalecer capacidades técnicas dos Centros de Operações de Emergências (COESP) e gestão de Equipes de Respostas Rápida (ERR). A atividade teve a equipe do Ministério de Saúde, instituições governamentais e internacionais como públicos-alvo. Durante a oficina, foram discutidos conhecimentos, atitudes e práticas em situações de emergência, incidentes e/ou eventos que afetem a vida das pessoas, contribuindo também para que os países da SICA estejam preparados para situações de emergência em saúde pública.

A atividade foi realizada no marco do Programa de Operações de Emergência do Acordo Cooperativo de Saúde Global, assinado entre COMISCA e o CDC dos Estados Unidos. E também faz parte das ações do SE-COMISCA para cumprir as metas e objetivos do Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2021-2025. A oficina contou com apoio financeiro do CDC do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA.

### **OTCA realiza ações em aldeias indígenas brasileiras**

Representantes da OTCA realizaram visitas em aldeias indígenas para levar recomendações para implementação de Planos de Contingência para a proteção de saúde de povos indígenas altamente vulneráveis e em contato inicial, elaborado pela equipe técnica no âmbito da parceria OTCA/OPS/BID.

Na terra indígena Parque do Tumucumaque, na fronteira Brasil com Suriname, a OTCA desenvolveu atividades, em parceria com organizações como a Sesai e o Instituto Iepé, como

<sup>112</sup> <https://www.segib.org/se-presenta-el-quinto-informe-global-latam-2022-de-icex-y-segib/>

<sup>113</sup> [https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-nacional-fortaleciendo-las-capacidades-tecnicas-de-los-coesp-y-err-en-salud-publica\\_1\\_132052.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-nacional-fortaleciendo-las-capacidades-tecnicas-de-los-coesp-y-err-en-salud-publica_1_132052.html)

validação de dados e informações do Estudo Situacional de Saúde e capacitação de jovens indígena.<sup>114</sup>

Nas aldeias Kuintunpe, Kumuime e Imor, no Pará, a Organização entregou a comunidade kits de equipamento de radiofonia que poderão contribuir com o sistema de alerta precoce na prevenção de epidemias e doenças infecto contagiosas. Além disso, houve reuniões de capacitação e formação de jovens indígenas para implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e foram conduzidos diálogos sobre isolamento voluntário de grupos indígenas, práticas tradicionais, situação da saúde na região, dificuldades na assistência médica e sobre campanhas de imunização<sup>115</sup>.

### **SELA e Mercosul realizarão uma oficina na Argentina sobre diretrizes estratégicos para a gestão do risco de desastres<sup>116</sup>**

A SELA desenvolverá no início de junho a “Oficina para a construção de diretrizes estratégicos para a gestão dos riscos de desastres na América Latina e Caribe” com o objetivo de avançar com a elaboração de um Protocolo em matéria de gestão integral do risco de desastres. A ocasião será propícia para a divulgação do Diagnóstico trabalhado pelo SELA e a Rede sobre risco de desastre na América Latina e Caribe. O documento busca apresentar as observações opiniões e insumos de pontos focais da região sobre a possibilidade de contar com um marco comum sobre a matéria de GIRD.

A Oficina será realizada pelo SELA mas contará com a colaboração da Direção de Assuntos Políticos do Mercado Comum do Sul, a Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária do Ministério da Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto e outros organismos do Mercosul ligados a temática.

### **Chile: Crise no sistema de saúde privada no Chile**

As seguradoras do sistema privado de saúde chileno, conhecido como ISAPRES, devem aos usuários mais de 1 bilhão de dólares por cobranças excessivas desde 2019. Esse foi o cálculo feito pela Superintendência de Saúde do Chile a partir da decisão da Corte Suprema do país, em 2022, que obrigou as seguradoras a restituírem a diferença aos usuários.

A crise já se movimenta por mais de uma década depois de diversas ações judiciais apresentadas pelos usuários que denunciaram aumento abusivo de preços nos serviços de saúde. Dentre as acusações, existem questões relacionadas a assimetria da cobrança para mulheres, idosos e doentes crônicos.

O momento aumenta a pressão ao governo Boric porque os controladores das seguradoras sinalizam que o pagamento dessa restituição levará a quebra generalizada no setor pois a cifra sobrepasa seu patrimônio, complementam dizendo que a cobrança não foi excessiva pois somente seguia o que estava determinado pela lei e acusam o executivo atual de inação frente a decisão da Corte.

Do lado do governo, foi apresentado um projeto de lei para discutir a dívida e definir um processo de pagamento mais equilibrado e com os prazos mais longos para a restituição. A lei

---

<sup>114</sup> <http://otca.org/pt/otca-visita-a-aldeia-tiriyo-na-terra-indigena-parque-do-tumucumaque/>

<sup>115</sup> <http://otca.org/pt/aldeias-kuintunpe-kumuime-imor-recebem-equipamentos-de-radiofonia/>

<sup>116</sup> <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/89226/sela-y-mercosur-realizaran-taller-en-argentina-sobre-lineamientos-estrategicos-para-la-gestion-del-riesgo-de-desastres>



segue no Parlamento e o Executivo já sinalizou a possibilidade de novas negociações com o sistema privado.

O tema é sensível para o atual mandatário chileno, uma vez que havia feito parte de sua agenda eleitoral. À época, ele prometeu uma reforma estrutural do sistema sanitário, eliminando o Isapres e a criação de um fundo universal de saúde que financiaria centros públicos e privados.

### **Panamá – China – EUA: O que a aproximação da China com o Panamá, um de seus principais aliados na América Latina, significa para os Estados Unidos?<sup>117</sup>**

A China está ampliando seus investimentos em projetos de mineração e infraestrutura na América Latina, enquanto os Estados Unidos mostram uma reação discreta e surpreendem ao perder espaço em um país estrategicamente importante como o Panamá. O comércio entre a China e a América Latina aumentou significativamente, alcançando US\$495 bilhões em 2022, tornando a China o maior parceiro comercial da América do Sul.

Em 2022, o presidente panamenho Laurentino Cortizo descreveu os Estados Unidos como o parceiro mais estratégico do Panamá, mas destacou que a China era o segundo usuário mais importante do canal. O embaixador da China no Panamá reiterou várias vezes o interesse especial da China na região, nos setores de energia, mineração, recursos naturais e comércio.

A zona do canal tem testemunhado um aumento nos projetos de infraestrutura chineses nos últimos anos, e o presidente panamenho se comprometeu a retomar as negociações estagnadas há muito tempo com a China em relação a um acordo de livre comércio.

Enquanto alguns países latino-americanos têm acordos de livre comércio com a China, os Estados Unidos têm descartado novos pactos econômicos e a União Europeia ainda não ratificou um acordo de livre comércio com o bloco do Mercosul após duas décadas de negociações.

O Panamá tem buscado equilibrar suas relações entre os Estados Unidos e a China, tentando obter benefícios de ambos os países. No entanto, especialistas advertem sobre a necessidade de tomar decisões inteligentes e garantir transparência e boa governança para evitar riscos futuros em relação à autonomia política e ganhos ilícitos. A rivalidade entre Estados Unidos e China oferece oportunidades para a América Latina e o Panamá, mas navegar entre as duas potências é um desafio, já que o país enfrenta o dilema de atrair investimentos ou irritar um antigo aliado.

A competição entre Estados Unidos e China está remodelando as dinâmicas geopolíticas e econômicas na região latino-americana, oferecendo oportunidades e desafios para os países da região.

---

<sup>117</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-65754511>

## OMS cooptada pelo CDC África

*Augusto Paulo, Tomé Cá  
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

### **Convocada Reunião Regional de Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN) para a África Central e Oriental**

As Doenças Tropicais Negligenciadas (NTD - *Neglected Tropical Diseases*) ocorrem regularmente numa área ou comunidade (endêmica) em 49 Estados-Membros da União Africana. Eles afetam mais de 600 milhões de pessoas, representando cerca de 42% da carga global de NTD. Fatores socioeconômicos como pobreza, maior exposição a vetores, alimentos e água inseguros, hospedeiros de reservatórios, clima e outras condições de vida precárias exacerbam a disseminação dessas doenças. Em algumas regiões do continente africano, os conflitos sociopolíticos e a agitação civil interna continuam a agravar a propagação das NTD e a dificultar intervenções eficazes para controlar e/ou eliminar estas doenças. Se não forem tratadas, as NTD podem levar à cegueira, desfiguração, dor crônica, deficiências cognitivas, outras deficiências de longo prazo e danos irreversíveis que criam barreiras à educação, emprego, crescimento econômico e estigmatização, desastrosamente excluindo-as da sociedade.

Tem havido um compromisso político significativo para eliminar NTD na África nas últimas décadas. Em abril de 2001, os Chefes de Estado africanos na Cimeira/Cúpula de Abuja reconheceram as epidemias de HIV/AIDS, tuberculose e outras doenças infecciosas conexas como uma grave crise sanitária e uma ameaça excepcional para o desenvolvimento de África. Os líderes pediram a contenção e reversão de outras doenças infecciosas importantes como parte da agenda continental para promover a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a segurança política. O apelo de Abuja é reforçado pela Agenda 2063 da União Africana: "*A África que queremos*", que prevê cidadãos africanos saudáveis e bem nutridos livres de todas as doenças, incluindo NTD.

Além disso, a Comissão da União Africana, na sua cimeira/cúpula bianual de coordenação realizada em Lusaka, em julho de 2022, adotou [o Quadro Continental](#) e a [Posição Africana Comum sobre as DTN](#), que servem de documentos orientadores para a luta contra estas doenças, apelando ao aumento do financiamento nacional para alcançar o objetivo de eliminação. Essa visão se alinha com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3.3) para acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas (DTNs) até 2030. Também está em linha com o Roteiro de DTN da Organização Mundial de Saúde lançado em 2020, que exige uma redução de 90% no número de pessoas que necessitam de intervenções de DTN entre 2010 e 2030.

Para o efeito, a Comissão da União Africana (UA), em colaboração com os Estados-Membros das Comunidades da África Oriental (EAC), e Central (ECCAS) estão convocando especialistas para [uma reunião regional](#) para discutir a mobilização de recursos internos e o fortalecimento de programas para combater doenças tropicais negligenciadas nestas duas regiões.

O principal objetivo dessa região é rever os progressos realizados pelos Estados-Membros na naturalização do quadro continental, mais especificamente:

- Sensibilizar as principais partes interessadas da União Africana para o Quadro Continental para o Controlo e Eliminação de Doenças Tropicais Negligenciadas em África até 2030 e actualizações críticas;
- Defender os recursos nacionais, atribuindo orçamentos adequados para o funcionamento dos programas de DTN;
- Reavaliar o progresso na implementação de programas nacionais para o controle e eliminação de DTN, documentando sucessos, lições aprendidas, dificuldades e desafios e oportunidades para melhorar a programação nesta área;
- Propor estratégias para reforçar os programas de DTN na região (a nível nacional e regional);
- Propor um roteiro para o desenvolvimento de uma abordagem coerente e bem coordenada para estabelecer orientações;
- Apoiar os Estados-Membros da EAC e da ECCAS na aplicação do Quadro Continental para o Controlo e a Eliminação das DTN.

Os resultados esperados da reunião são os seguintes:

- Relatório da reunião sobre o estado de implementação dos programas nacionais de controle e eliminação de NTD;
- Uma compreensão clara do défice de financiamento das DTN nos Estados-Membros;
- Resumo dos sucessos, lições aprendidas, dificuldades e oportunidades documentados durante a implementação dos programas de controle e eliminação de DTN em nível nacional;
- Roteiro para o reforço da programação DTN na região, incluindo um mecanismo de coordenação para prestar aconselhamento e apoio aos Estados-Membros da África Central e Oriental para a adoção e implementação bem-sucedidas do quadro continental sobre o controlo e a eliminação das DTN.

Voltaremos nos próximos informes para repercutir e documentar tudo o que aconteceu na reunião e à sua margem.

#### **Projeto conjunto de migração União Africana – UNECA**

A Comissão da União Africana (AUC) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) lançaram o Projeto Conjunto de Migração AUC/UNECA: “Migração Internacional em África - Moldando uma Narrativa Positiva e removendo barreiras” (*International Migration in Africa - Shaping a Positive Narrative and Removing Barriers to Mobility*) à mobilidade na segunda-feira, 29 de maio de 2023.



O Projeto Conjunto foi lançado pela Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, Embaixadora Minata Samate Cessouma, com a Secretária Executiva-Adjunta da UNECA, Dr.<sup>a</sup> Hanan Morsy, e o Representante Permanente da Delegação Italiana junto da AUC e da UNECA, o Embaixador Alberto Bertoni.

Em seu discurso, a Embaixadora Samate Cessouma mencionou *"a necessidade de explorar o potencial de migração para impulsionar a agenda continental no que diz respeito ao seu desenvolvimento, transformação e integração."* Ela também destacou que no desenvolvimento do projeto, *'a AUC e a UNECA tinham a margem para propor as suas prioridades de acordo com a agenda migratória africana'*.

Dirigindo-se à reunião, a Dr.<sup>a</sup> Hanan Morsy referiu *"que a maioria dos africanos migram dentro do continente e, portanto, a necessidade de focar iniciativas de migração como as do projeto de migração conjunta."*

Em seu discurso, o embaixador Bertoni destacou *"a natureza de alto impacto do projeto conjunto e o facto de que a AUC e a UNECA alavancarão os pontos fortes de cada instituição"*.

O Projeto Conjunto é para um período de dois anos e foi desenvolvido para se concentrar na construção de capacidade dos Estados-Membros da União Africana para gerenciar a migração e a mobilidade, para abordar questões de migração pertinentes no continente. O projeto é financiado pelo governo italiano no valor de apenas 2,5 milhões de dólares americanos, compreendendo as seguintes componentes:

- Promover a emancipação económica das mulheres migrantes: identificar e apoiar o envolvimento das mulheres migrantes nas atividades económicas;
- Melhorar o acesso dos migrantes ao Leste e ao Corno de África à identidade jurídica;
- Reforço da livre circulação de pessoas e dos percursos para a mobilidade laboral e a portabilidade das competências em África etc., componente a ser implementado pela UNECA;

- Assistência técnica aos Estados-Membros/Comunidades Económicas Regionais (CER) em matéria de governança da migração (peritos técnicos em matéria de reforço de capacidades);
- Luta contra a migração irregular no Corno de África (HoA, *Horn of Africa*) e nos países que se encontram ao longo dos três corredores de migração irregular do programa Corno de África (rotas migratórias meridionais, setentrionais e orientais);
- Reforço de vigilância transfronteiriça das doenças infecciosas a cargo da União Africana.

O evento de lançamento contou com a presença de funcionários da Comissão da União Africana, da Comissão Económica das Nações Unidas para a África e da Embaixada da Itália em Adis Abeba. O lançamento deu o tom para a implementação da visão conjunta para a Migração para o Desenvolvimento em África. A equipe de implementação conjunta está programada para ter sua primeira reunião em 7 de junho.

### 60 anos da União Africana



[Há 60 anos, em 25 de maio de 1963](#), 32 Chefes de Estado africanos reuniram-se numa cimeira em Adis Abeba, na Etiópia, para criar a Organização de Unidade Africana (OUA).

Na altura, a maioria dos observadores mostrou-se bastante céptica, receando divisões entre os nossos chefes de Estado, divergências profundas entre concepções opostas de independência nacional, unidade africana ou relações de África com o mundo exterior.

A adopção da Carta da OUA nesta primeira cimeira de Chefes de Estado dissipou rapidamente estas dúvidas e gerou optimismo e entusiasmo pelo projeto pan-africano. A Carta da OUA já continha uma ambição subjacente de um dia assistir ao nascimento dos "Estados Unidos de África".

A visão dos Chefes de Estado em 25 de maio de 1963, a sua vontade sincera de se entenderem e de avançarem juntos, ou pelo menos em paralelo, convenceu até os mais cépticos: a partir de então, a ideia da unidade e da solidariedade africanas tornou-se uma realidade e a integração africana um projeto sério.

Para além da descolonização do continente no seu conjunto, os Chefes de Estado da OUA insistiram na integração regional. Não era uma tarefa fácil num contexto pós-colonial marcado, além disso, por clivagens geoestratégicas internacionais, pela Guerra Fria e pelo confronto Leste-Oeste, sobretudo na década de 1980.

O continente não alcançou certamente a integração continental ao nível projetado pelos pais fundadores, mas o projeto integrador traduziu-se rapidamente em ações concretas no terreno. A criação, a nível sub-regional, da Comunidade da África Oriental (CAE, 1967), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO, 1975), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, 1980), o Mercado Comum da África Oriental e Austral

(COMESA, 1981), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC, 1984), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, 1986), a União do Magrebe Árabe (UMA, 1989), a União Económica e Ocidental-Monetária (UEMOA, 1994) e, um pouco mais tarde, a Comunidade dos Estados Sahelo-Saarianos (CEN-SAD, 1998) inscreve-se, em linha reta, na visão de integração dos pais fundadores da OUA. A adopção, pela Conferência da OUA, em 1991, do Tratado de Abuja (Nigéria), que cria uma Comunidade Económica Africana por fases, e durante um período de 34 anos, não é mais do que uma convergência dos projetos de integração sub-integrados regionais no âmbito de um projeto integrador continental.

39 anos após a criação da OUA, precisamente a 9 de julho de 2002 em Durban (África do Sul), a União Africana (UA) sucede oficialmente à Organização da Unidade Africana (OUA). O projeto da União Africana, lançado em 1963 com a ambição de ver um dia nascer os "Estados Unidos da África", espécie de grande federação que agrupa todos os países africanos, tornou-se pouco a pouco realidade com a criação da UA.

O Ato Constitutivo da UA foi assinado pelos Chefes de Estado e de Governo reunidos em Lomé (Togo), em 2000, antes de a nova união ser solenemente proclamada numa cimeira extraordinária realizada em Sirte (Líbia). Seu Ato Constitutivo entrou em vigor oficialmente em 25 de maio de 2001, um nascimento celebrado na Cúpula da OUA, realizada em Lusaka (Zâmbia) em julho 2001. Os 53 Estados-Membros da UA, reunidos pela primeira vez na Cimeira de Durban, de 8 a 10 de julho, definiram as novas instituições desta União Africana.

Em 2016, os líderes africanos decidiram realizar reformas institucionais na União Africana (UA) para alcançar crescimento econômico e desenvolvimento inclusivo no continente. Para o conseguir, o Presidente do Ruanda Paul KAGAME e o Presidente da Comissão Moussa FAKI, aos quais a reforma foi confiada pelos Chefes de Estado africanos, identificaram dois programas prioritários emblemáticos a pôr em prática, a saber:

- Reforçar as seguintes parcerias estratégicas da UA: a Parceria UA-UE, o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), a Parceria África-Países Árabes, o Fórum de Cooperação África-América do Sul, a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento da África (TICAD, Japão), a Parceria Alternativa Rússia África para o Desenvolvimento Económico (PARADE), o Diálogo de Alto Nível Comissão da União Africana/EUA, a Cimeira África - França, a Parceria África-Índia, a Parceria África-Turquia e o Fórum África-Coreia do Sul;
- Assegurar a aceleração da operacionalização da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZLECAF), cujo acordo entrou em vigor em maio de 2019, e que visa criar a maior zona de comércio livre do mundo pelo número de países participantes. A ZLECAF deverá consolidar um mercado de cerca de 1,3 bilhão de dólares em 55 Estados-Membros da UA, cujo PIB combinado ascende a 3,4 trilhões de dólares.

Para tal, a consolidação das parcerias estratégicas supramencionadas, num espírito vantajoso para todos, permitirá, sem dúvida, a realização do crescimento econômico e do desenvolvimento inclusivos esperados no continente e, para além disso, a concretização de projetos económicos, mutuamente benéficos para o continente e para cada um dos seus parceiros.

Entretanto, a União Africana e todos os seus órgãos continuam a desempenhar as suas missões em diversos domínios, como a paz e a segurança, as infraestruturas, a energia, o emprego e os assuntos socioeconómicos, a governança administrativa e eleitoral, a justiça, os

direitos humanos, o comércio e a indústria, a juventude, a saúde, a educação e a cultura, a pesquisa científica, etc., com o objetivo de construir «a África que queremos» tal como consta da Agenda 2063, cujo segundo relatório, preparado pelo Presidente da Costa do Marfim, Alassane Ouattara, defensor do acompanhamento da aplicação da Agenda 2063 e do seu primeiro plano decenal 2014-2023, acaba de ser adotado pelos Chefes de Estado.

Em resumo, essa é a ambição da União Africana que celebra mais um aniversário ciente, porém, de que muito resta ainda a fazer para tirar milhões de cidadãos africanos da miséria e da pobreza, horando seus heróis que cedo caíram dignamente na luta contra a opressão e a subjugação coloniais.



As celebrações na sede da União Africana tiveram lugar na presença do Primeiro-Ministro da Etiópia, Dr. Abiy Ahmed, do Presidente das Comores e Presidente *pro tempore* da União Africana, do Presidente da Comissão da União Africana (CUA), da Monique Nsanzabaganwa, Vice-Presidente da CUA, da Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, ex-Presidente da Comissão da UA, Comissários da União africana, Membros do Comité de Representantes Permanentes, pessoal da CUA e suas famílias, Representantes dos Órgãos da UA e das CER, meios de comunicação social e convidados.

O Presidente da CUA afirmou que "*temos boas razões durante esta celebração do 60º aniversário da OUA para meditar e comungar em solidariedade com os nossos irmãos e irmãs que foram forçados à deslocação interna ou ao exílio devido a diferentes conflitos no continente*".

O Presidente da CUA recordou, no entanto, que, durante a celebração do 50.º aniversário da OUA em 2013, "*os nossos dirigentes, ao adoptarem a Agenda 2063, insistiram no ambicioso projeto de "Silenciar as armas até 2020" com a esperança de não deixar às gerações futuras o fardo da guerra e da insegurança*"... pois os dirigentes querem ver uma África unida, em paz consigo mesma e a desempenhar um papel dinâmico na arena mundial.

O Presidente Faki sublinhou ainda que, "*apesar das dificuldades de todos os tipos, África continua a caracterizar-se pela sua grande capacidade de resiliência. Foi capaz, apesar das previsões alarmistas da altura, de se manter firme face à pandemia da Covid-19. Melhor ainda,*



*a África aproveitou a oportunidade deste infortúnio para repensar a sua estratégia de saúde através de uma ação concertada dos nossos Chefes de Estado e de Governo. Prova de que, se África quiser, pode, qualquer que seja a natureza e o tipo de adversidade que tenha de enfrentar.... A África deve unir-se, disse Kwame Nkrumah".*

*"Neste dia solene, a celebração que nos remete para o espírito dos pais fundadores da OUA, gostaria de amplificar as suas vozes, que continuam a ressoar do além-túmulo, lançando um apelo vibrante a todos nós, homens e mulheres africanos, do continente e da diáspora, para que a força da nossa unidade e a nossa solidariedade, há muito esperada e aguardada, funcionem agora como alavancas indispensáveis para o nosso poder e emancipação... Confiemos em nós próprios em primeiro lugar. A solidariedade dos nossos amigos e parceiros virá por acréscimo... Viva a África, viva a amizade entre os povos!",* concluiu o Presidente da CUA. Para o discurso na íntegra alusivo ao 25 de Maio, ler [aqui](#).

## **CDC ÁFRICA**

### **76ª Assembleia Mundial de Saúde**

#### **Reunião ministerial sobre o fortalecimento dos Agentes Comunitários de Saúde, Sistemas e Programas**

*"A existência de sistemas de saúde comunitários sólidos em todas as comunidades é fundamental para a prestação de serviços de prevenção e tratamento acessíveis, de qualidade e com uma boa relação custo-benefício, incluindo em situações de emergência".*

Estas foram as palavras repercutidas pelo novo Diretor do CDC África, Dr Jean Kaseya, num evento paralelo de alto nível sobre a Força de Trabalho de Saúde Comunitária, Sistemas e Programas em África. O evento foi realizado à margem da 76ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, sob o tema: O que será necessário para uma efetiva institucionalização e sustentabilidade dessa força de trabalho?

O evento foi organizado pela Comissão da União Africana para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, Embaixadora Minata Semate Cessouma, para:

- impulsionar a integração de programas de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nos departamentos de Recursos Humanos nacionais para planeamento, política e gestão de saúde;
- elevar a voz política e priorização para estender o alcance do sistema de saúde aos níveis subnacional e comunitário na África;
- facilitar mecanismos de apoio interpaís no âmbito de Cooperação Sul-Sul entre Estados-Membros para fortalecer, institucionalizar e sustentar os Programas Comunitários de Saúde.

A embaixadora Semate Cessouma ressaltou que, durante a 29ª Cúpula da União Africana em 2017, os Chefes de Estado e de Governo endossaram a decisão da iniciativa de 2 milhões de ACS e pediram à Comissão que colabore com parceiros para recrutar rapidamente, treinar e colocar 2 milhões de ACS em todo o continente. *"Construir e manter uma força de trabalho de saúde pública robusta em todos os sistemas de saúde dos países no continente está alinhado com a Agenda 2063 da União Africana (UA): A África que Queremos, que endossa a saúde como pilar fundamental para alcançar metas de desenvolvimento de longo prazo,"* concluiu a embaixadora.



As observações de alto nível e os painéis de discussão envolveram Ministros da Saúde e funcionários da OMS, FICV, UNICEF, UNAIDS e um representante de Agente Comunitário de Saúde. Eles pediram aos Estados-Membros da União Africana para construir ao longo dos desafios e oportunidades para institucionalizar e nacionalizar o financiamento de programas de ACS na África, onde mais de um bilhão de pessoas não podem acessar os serviços de saúde de que precisam, porque os serviços estão indisponíveis ou inacessíveis.

O Diretor do CDC África reiterou as lições do surto do Ébola na África Ocidental (2014-2015) e a recente pandemia de Covid-19, sublinhando a importância dos Agentes Comunitários de Saúde na prestação de serviços básicos de saúde a nível comunitário, mas também no apoio à preparação e resposta a emergências de saúde pública.

Segundo o Diretor do CDC África, *“Um relatório de 2021 mostrou que há uma lacuna de financiamento de US \$ 2 bilhões anualmente para um sistema de ACS totalmente dimensionado e integrado na África Subsaariana. No entanto, o mesmo relatório indica que para cada dólar investido na saúde da comunidade, há um retorno de investimento de 10 dólares. Portanto, enfrentar os desafios da disponibilidade da força de trabalho em saúde é, portanto, fundamental para progredir em direção à meta de desenvolvimento sustentável (ODS 3), incluindo acesso universal de saúde e além da equidade.”*

Um estudo recente realizado pelo CDC África para compreender o panorama da força de trabalho, programa e sistema de saúde da comunidade em África revela que:

- há insuficiência de financiamento e sustentabilidade dos Programas Nacionais de Saúde Comunitária, onde apenas 21% dos 42 Estados-Membros que participaram da pesquisa têm um caso de investimento nos Agentes Comunitários de Saúde e apenas 26% têm uma linha orçamentária para pagamento de seus salários;
- existem lacunas no sistema de informação de saúde da comunidade, onde 71% dos países ainda estão usando o sistema de coleta de dados em papel e 32% não integram dados de ACS em recursos humanos para sistemas de informação em saúde;
- lacunas nas políticas e diretrizes relativas à Saúde Comunitária, onde apenas 55% dos países têm um plano estratégico e 18% não dispõem deste tipo de plano, entre outros desafios.

Em sua declaração, Xavier Castellanos, Subsecretário-Geral da IFRC (*International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*) ..., disse: *“Se as comunidades não ouvem suas vozes em que confiam, elas não acompanharão os esforços de saúde pública, não importa o quão bem intencionados sejam. Embora muitas vozes sejam necessárias para alcançar isso, as vozes dos agentes comunitários de saúde são críticas”*.

*“Os Agentes Comunitários de Saúde são verdadeiramente o braço de equidade da Atenção Primária à Saúde. O UNICEF elogiou a União Africana e o CDC África por manter o impulso em direção à iniciativa de 2 milhões de Agentes Comunitários de Saúde e por estabelecer o mecanismo de coordenação continental para programas comunitários de saúde. O investimento em Agentes de Saúde Comunitários oferece um retorno significativo a longo prazo, impulsionado pelo aumento da produtividade de uma população mais saudável, evitando futuras crises ou pandemias globais e de saúde pública, aumento do emprego, e o empoderamento econômico das mulheres - combatendo as desigualdades baseadas no gênero. Isso não é somente justo - também é inteligente; é um investimento inteligente e tático”, disse Ted Chaiban, Vice-Diretor Executivo do UNICEF.*

Os dados expõem a necessidade crítica de reforçar o apoio ao desenvolvimento e à aplicação de políticas nacionais coerentes; educação e formação adaptadas às necessidades de emprego e saúde da população; procedimentos operacionais normalizados; e orientação sobre a prestação integrada de serviços comunitários de saúde, utilizando as recomendações da Diretriz de ACS da OMS adaptadas ao contexto nacional e aos requisitos de prestação de serviços. Progresso - e sucesso - dependem de priorização política e alocação sustentável de recursos. Os defensores a todos os níveis têm um papel a desempenhar na promoção e aceleração deste compromisso de alto nível.

*"A África suporta 25% da carga global de doenças, mas tem apenas 4% da força de trabalho global de saúde. Urgentemente, devemos enfrentar a escassez de profissionais de saúde e a má distribuição", afirmou Bruce Aylward, Diretor-Geral Adjunto da OMS. "A prioridade da OMS nos próximos cinco anos é reorientar radicalmente para os Cuidados de Saúde Primários, incluindo honrar, respeitar e defender os profissionais de saúde que os prestam. Os programas comunitários de profissionais de saúde devem ser integrados como parte do planejamento, sistemas e políticas da força de trabalho de saúde nacional, incluindo o fortalecimento da educação, oferecendo trabalho decente com remuneração justa e reforçando as ligações com outros trabalhadores de saúde. É hora de quebrar os silos e todos nós apoiarmos um plano nacional, liderado por países. A OMS está com você enquanto protegemos e investimos juntos nos profissionais de saúde que são a pedra angular da equidade e da Saúde para Todos."*

*"Os Agentes Comunitários de Saúde desempenham um papel fundamental na redução das desigualdades, alcançando aqueles que têm mais disparidades em matéria de saúde e que têm mais desafios no acesso aos cuidados, mesmo nos melhores momentos. Os ACS e os grupos comunitários fazem a ponte entre os grupos vulneráveis e os de saúde, trabalhar com outros quadros do sistema de saúde para garantir serviços de saúde em nível de raiz bruta para prestar Cuidados de Saúde Primários que são a espinha dorsal da Cobertura Universal de Saúde", afirmou a Dr.<sup>a</sup> Angeli Achrekar, Secretária-Geral Adjunta da ONU e Diretora Executiva Adjunta da UNAIDS.*

Nos seus esforços para apoiar os sistemas e programas de ACS, o CDC África tem até agora apoiado o recrutamento local, treinamento e colocação de mais de 29.000 profissionais de saúde comunitários em 29 Estados-Membros da União Africana para rastreamento de contatos, busca ativa de casos, comunicação de risco e envolvimento da comunidade (RCCE - *Risk Communication and Community Engagement*) e na facilitação de encaminhamentos. Isso foi feito por meio da parceria para acelerar a iniciativa de testes de Covid-19 na África (PACT - *Partnership to Accelerate Covid-19 Testing*) e mais apoio aos Estados-Membros está em andamento.



O CDC África assegurou o seu compromisso de liderar e assumir a liderança na implementação dos programas, tal como mandatado pelos seus Estados-Membros, e instou todos os parceiros a trabalharem em conjunto de forma coordenada, e ações no sentido de institucionalizar Agentes Comunitários de Saúde para a longevidade através dos ciclos políticos, e estabelecer um mecanismo de coordenação continental para a Saúde Comunitária em África.

## **O CDC África lançada Chamada Pública para o curso de curta duração em práticas de fabricação de vacinas na Correia do Sul**

### **Contexto**

A União Africana e o CDC África apelaram a uma Nova Ordem de Saúde Pública que salvaguardará a saúde e a segurança económica do continente enquanto se esforça para cumprir as aspirações da Agenda 2063. Um pilar deste mandato visa expandir a fabricação local de vacinas, diagnósticos e medicamentos. Menos de 1% das vacinas administradas no continente são fabricadas localmente. As Parcerias para a Fabricação Africana de Vacinas (PAVM - *The Partnerships for African Vaccine Manufacturing*) foram estabelecidas pela União Africana, sob o CDC África, em 2021, para atingir uma meta ousada: permitir que a indústria africana de fabricação de vacinas desenvolva, produza e forneça mais de 60% do total de doses de vacina necessárias no continente até 2040.

Ampliar a fabricação de vacinas, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em todo o continente para atender às ambições da União Africana para 2040 exigirá quadruplicar a força de trabalho em vacinas para aproximadamente 12.500 funcionários em tempo integral. Para responder às necessidades imediatas de talentos na fabricação de vacinas e atualizar a visão de curto prazo, o CDC África, em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o [Instituto Internacional de Vacinas \(IVI\)](#) da Coreia do Sul, organiza treinamento de curto prazo em um curso introdutório para a prática-padrão (GxP, *Good Practice*).

### **Escopo do curso**

O objetivo deste curso introdutório para GxP é equipar os participantes que representam a força de trabalho de biomanufatura de LMICs (Low and Middle Income Countries) com as habilidades essenciais necessárias para operar de acordo com as boas práticas atuais. Este curso será realizado presencialmente durante três semanas, de 30 de outubro a 17 de novembro de 2023, e incluirá sessões didáticas e práticas sobre: Boas Práticas de Laboratório (GLP, *Good Laboratory Practice*); Boas Práticas Clínicas (GCP, *Good Clinical Practice*); Boas Práticas de Laboratório Clínico (GCLP, *Good Clinical Laboratory Practice*); Boas Práticas de Fabricação (GMP, *Good Manufacturing Practice*); Curso de Biossegurança; com duração: 3 semanas (sessões didáticas e práticas).

### **Elegibilidade**

- pelo menos um diploma de bacharel em um campo de ciências da vida relacionado à biomanufatura;
- uma posição como técnico, engenheiro, cientista, regulador de vacinas/medicamentos ou gerente com até 6 anos de experiência em biofabricação e regulamentação ou qualquer outra função relevante;
- emprego de uma empresa registrada como pessoa jurídica na África, realizando atividades no âmbito da biofabricação ou regulamentação de vacinas;
- nacionalidade ou cidadania e residência em um Estado-Membro da União Africana;
- pelo menos um nível intermediário de inglês falado e escrito;

- demonstrar na candidatura como as habilidades e competências adquiridas durante o treinamento serão aplicadas após o treinamento na instituição de origem do participante;
- demonstrar na candidatura a relevância para um projeto profissional;
- demonstrar na candidatura como os conhecimentos e habilidades adquiridos durante o treinamento serão aplicados na sua instituição de origem;
- ser cidadão de um Estado-Membro da União Africana.

### Processo de seleção

O CDC África criará um comité para analisar todas as candidaturas e apenas as selecionadas serão contactadas para processos posteriores. Serão selecionados apenas 25 candidatos. As candidaturas devem ser submetidas através do preenchimento do formulário de candidatura disponível neste link: [https://docs.google.com/forms/d/1JIOR8vkzrQRovyMnpWbf86VTJhkithce5HxDIY\\_Qzys/edit](https://docs.google.com/forms/d/1JIOR8vkzrQRovyMnpWbf86VTJhkithce5HxDIY_Qzys/edit)

### Financiamento

Os candidatos selecionados serão totalmente financiados pelo CDC África com o apoio do Ministério da Saúde e Bem-Estar da Coreia do Sul e do *International Vaccine Institute* (IVI). O financiamento inclui: Taxas de matrícula no IVI (Ministério da Saúde e Bem-Estar da Coreia do Sul), Bilhetes de ida e volta do país de origem para Seoul, Coreia do Sul (CDC África); Alojamento (IVI); Subsídios diários de subsistência (DSA) durante a duração do treinamento (CDC África); e Reembolsos de taxas de visto (CDC África)

Prazo para inscrição: **30 de junho de 2023**. Os candidatos selecionados serão notificados até **20 de julho de 2023**

O CDC África aceita inscrições de todas as pessoas qualificadas de todos os Estados-Membros da União Africana, independentemente de gênero, raça, deficiência, crença religiosa, casta ou estado civil. Mulheres jovens são encorajadas a se inscrever.

## Uma nova era para redefinir como a África lida com as três crises: saúde, humanitárias e climáticas

De crises humanitárias desencadeadas por conflitos a desastres induzidos pelas mudanças climáticas, a África lida com mais de 100 surtos de doenças todos os anos. Para enfrentar esses desafios, o CDC África e a Organização Mundial da Saúde (OMS), à margem da Assembleia Mundial de Saúde, [anunciaram o lançamento de um Plano de Ação Conjunto de Preparação e Resposta a Emergências](#) (JEAP, *Joint Emergency Preparedness and Response Action Plan*). Essa colaboração estratégica pioneira de cinco anos aumentará os esforços de preparação e resposta a emergências em toda a África e, assim, garantirá que surtos de doenças durante crises humanitárias e, caso contrário, sejam gerenciados com eficiência.

O JEAP destaca a visão compartilhada das duas principais instituições de saúde pública da África – fortalecer a preparação e resposta a emergências e os sistemas de saúde no continente. O plano baseia-se nas estruturas e iniciativas existentes, capitalizando as capacidades e recursos exclusivos do CDC África e da OMS. Alinhado com a [Nova Ordem de Saúde Pública do CDC África](#), a [Estratégia Regional da OMS AFRO para Emergências e Segurança de Saúde \(2022-2030\)](#) e a [Estratégia de quatro anos da OMS EMRO](#) para a região do Mediterrâneo Oriental para lidar com emergências de saúde - o JEAP fortalece a preparação e resposta a emergências em todas as seis áreas críticas.



*“A colaboração entre o CDC África e a OMS exemplifica o poder da parceria na saúde global. O JEAP fortalecerá nossos esforços coletivos para combater emergências de saúde pública, salvando vidas e protegendo nossas comunidades. Temos orgulho de apoiar o CDC África e trabalhar para um futuro mais saudável e seguro para todos os africanos”, disse a Dr.ª Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para a África.*

As áreas prioritárias de ação são:

- o fortalecimento da informação de vigilância e o sequenciamento genômico para uma detecção mais rápida;
- a estocagem de suprimentos de emergência em centros sub-regionais recém-estabelecidos para melhorar as operações de resposta a emergências (70% das atividades de resposta durante emergências estão relacionadas a tais medidas da cadeia de suprimentos);
- a implantação de socorristas dentro de 24-48 horas após um surto de doença.



Mais importante ainda, esta colaboração inovadora descreve iniciativas impactantes a serem implementadas em uníssono com os países para aumentar a capacidade do continente para detectar, monitorar e responder rapidamente a emergências de saúde. Em uma colaboração inédita, o JEAP serve como um farol orientador para intervenções de resposta a emergências direcionadas e incorpora a importância da colaboração transversal, compartilhamento de conhecimento e mobilização de recursos.

*“O CDC África tem o orgulho de fazer parceria para este importante plano estratégico continental. Unir forças com a OMS melhorará significativamente nossa capacidade de proteger a saúde das populações africanas em tempos de crise. Juntos, construiremos sistemas de saúde resilientes e garantiremos uma resposta coordenada e eficaz às emergências em todo o continente”,* disse o Dr. Jean Kaseya, Diretor Geral do África CDC.

Em uma visão inspiradora, o Dr. Ahmed Al-Mandhari, Diretor Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental, afirmou: *“Esta colaboração visionária dará nova vida à eficiência dos atuais mecanismos de coordenação, fortalecerá as instituições e, por fim, nos ajudará a fornecer serviços de saúde de qualidade às nossas comunidades.”*

Esses esforços estão estimulando os compromissos de governos, agências de saúde e partes interessadas para fortalecer os esforços de preparação, detecção e resposta a emergências de saúde. Por meio de ação coletiva e compromisso inabalável, construiremos sistemas resilientes, aprimoraremos capacidades e salvaguardaremos o bem-estar de nossas comunidades. Esta parceria é uma prova da nossa dedicação inabalável a uma África mais saudável e segura.

#### **SADC e ONU comprometem-se a identificar possíveis áreas de colaboração<sup>118</sup>**

Rabab Fatima, o Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Encravados e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (UN-OHRLS), reuniu-se com Elias Magosi, o Secretário Executivo da SADC, para discutir possíveis áreas de colaboração e os preparativos para a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral, que ocorrerá no Ruanda em 2024.

A 2ª Conferência anterior adotou o [Programa de Ação de Viena \(2014-2024\)](#) para erradicar a pobreza nos países em desenvolvimento encravados. A 3ª Conferência tem como objetivo avaliar o progresso na implementação desse programa. A África abriga a maioria dos países sem litoral, em trânsito, pequenos estados insulares e países menos desenvolvidos, com 16 dos 32 países menos desenvolvidos na região. Portanto, é necessário fortalecer a cooperação com as Comunidades Econômicas Regionais, incluindo a SADC.

As prioridades do UN-OHRLS estão alinhadas com as prioridades abrangentes do [Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional \(RISDP 2020-2030\)](#) da SADC. Atualmente, a SADC concentra-se na implementação de projetos-chave de infraestrutura pesada para promover a integração regional. A paz e a segurança são prioridades fundamentais para a SADC, embora a região tenha sido predominantemente pacífica. No entanto, existem situações preocupantes na República Democrática do Congo e em Moçambique. A SADC está empenhada em abordar essas ameaças à segurança e buscar soluções pacíficas duradouras.

---

<sup>118</sup> <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-un-commit-identify-possible-areas-collaboration>

A industrialização, especialmente nas áreas da agricultura, mineração e produtos farmacêuticos, é uma prioridade para a SADC. A pandemia de Covid-19 destacou a importância de fortalecer a capacidade farmacêutica na região. Foi acordada a necessidade de preparar um Memorando de Entendimento para facilitar a cooperação na implementação das prioridades identificadas de interesse mútuo entre o UN-OHRLS e a SADC.

### **A SADC partilha abordagens inovadoras para abordar a GBV<sup>119</sup>**

O Secretariado da Comunidade para a SADC, em parceria com a Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ), organizou um diálogo regional em 1º de junho de 2023 para aumentar a conscientização sobre abordagens na prevenção da Violência Baseada no Gênero (GBV) na região da África Austral. A reunião ocorreu durante a Reunião da SADC de Ministros responsáveis por Assuntos de Gênero e Mulheres, em Kinshasa, República Democrática do Congo.

O diálogo contou com a participação de cerca de 100 representantes de departamentos governamentais, especialistas em gênero e parceiros da sociedade civil da região da SADC. Durante o evento, foram compartilhados conhecimentos, experiências e boas práticas que podem ser replicados e ampliados para prevenir a violência de gênero na região. Além disso, o diálogo identificou desafios e oportunidades para implementar intervenções inovadoras na prevenção da GBV.

Na abertura da reunião, o Chefe do Gênero da SADC, Dr. Joseph Pitso, enfatizou a importância de tomar medidas necessárias para abordar a GBV de acordo com o Protocolo Revisto da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento, bem como sua estratégia e plano de ação para enfrentar a GBV.

Um painel de discussão foi realizado, onde especialistas do Lesoto, Malawi, África do Sul, República Unida da Tanzânia e Zâmbia compartilharam abordagens inovadoras adotadas em suas respectivas regiões. Esse intercâmbio proporcionou uma oportunidade para as partes interessadas da região se conectarem e estabelecerem colaborações na prevenção da GBV. Além disso, o Manual da SADC sobre Iniciativas Eficazes de Prevenção de GBV foi compartilhado como um recurso chave, fornecendo orientações sobre a implementação de programas baseados em evidências para prevenção da GBV na região. O manual destaca os principais pontos de entrada para uma prevenção eficaz da GBV, incluindo níveis familiar, comunitário e social, com ênfase na prevenção primária da GBV.

Durante a reunião, destacou-se, entre outros pontos, que:

- A prevenção da GBV deve incluir estratégias para transformar culturas, atitudes e comportamentos discriminatórios ou estereotipados de gênero;
- A inovação, replicação e ampliação de programas bem-sucedidos são essenciais para a prevenção da GBV;
- Respostas à GBV lideradas pela comunidade contribuem para a sustentabilidade dos programas de prevenção;
- O envolvimento de líderes religiosos e tradicionais garante a harmonização das mensagens de prevenção da GBV;
- Soluções digitais possibilitam a conexão entre diferentes partes interessadas, fornecendo oportunidades para que as mulheres acessem informações e se empoderem;

---

<sup>119</sup> <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-member-states-share-innovative-approaches-address-gbv>

- O uso de plataformas adequadas à idade é fundamental para alcançar os jovens com mensagens de prevenção;
- O envolvimento de homens e meninos deve ir além de tê-los como aliados na igualdade de gênero, abordando também questões de masculinidade tóxica;
- As parcerias são importantes para sustentar os programas de prevenção.
- Os resultados desse intercâmbio serão usados para informar futuras intervenções de prevenção da GBV na região e fortalecer ainda mais a colaboração das partes interessadas.

A reunião anual de Ministros da SADC responsáveis por Assuntos de Gênero/Mulheres tem como objetivo rever o progresso na implementação de programas de gênero e desenvolvimento na região. Isso inclui a análise da implementação da Estratégia e Plano de Ação da SADC para Enfrentar GBV, incluindo a avaliação da situação na região da SADC. A Reunião de Ministros de Gênero de 2023 servirá como plataforma para destacar a importância de fortalecer a ação e os recursos de prevenção da GBV na região.

### **EAC lança o *Scorecard* de saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e adolescente de Zanzibar<sup>120</sup>**

A Comunidade da África Oriental (EAC) lançou o *Scorecard* (balanço dos resultados) Digital de Saúde Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil e Adolescente (RMNCAH) de 2022 para o Governo de Zanzibar. Durante o lançamento oficial do *scorecard*, o Ministro da Saúde, Nassor Ahmed Mazrui, destacou que o *scorecard* digital é uma intervenção inovadora destinada a promover a responsabilidade, melhorar o acesso a dados de saúde, informações e compartilhamento de conhecimento, a fim de obter melhores resultados, rastreamento mais eficiente e supervisão mais forte da saúde das mulheres e crianças.

O Ministro enfatizou que o *scorecard* facilitará o monitoramento dos principais indicadores de saúde materno-infantil, identificando gargalos e promovendo ações que informem a formulação de políticas em nível nacional e regional. Além disso, ao utilizar esse cartão de pontuação como uma ferramenta crítica para a tomada de decisões, o Governo Revolucionário de Zanzibar garantirá a disponibilidade de serviços de atendimento pré-natal de qualidade em Zanzibar, reduzindo a necessidade de as gestantes viajarem longas distâncias em busca de assistência médica.

O Ministro também revelou que o Governo de Zanzibar alocou fundos para a construção de hospitais distritais em todo o arquipélago, e essa iniciativa está atualmente em andamento. Ele informou que espera que todos os hospitais distritais atualmente em construção estejam totalmente operacionais até junho de 2023, e um hospital regional também será estabelecido até julho de 2023.

Representando o Secretário Geral da EAC, o Diretor de Setores Sociais, Dra. Irene Charles Isaka, mencionou que o Secretariado da EAC tem implementado diferentes sistemas digitais de saúde desde 2013. Esses sistemas têm facilitado a interconexão e interoperabilidade com sistemas semelhantes nos Estados parceiros da EAC, possibilitando uma tomada de decisão baseada em evidências pelos formuladores de políticas e a formulação de intervenções estratégicas em nível nacional e regional.

<sup>120</sup> <https://www.eahealth.org/news-alerts/news/eac-launches-zanzibar-reproductive-maternal-new-born-child-and-adolescent-health>



A Dra. Isaka destacou que o *scorecard* da EAC para Saúde Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil e Adolescente (RMNCAH) foi estabelecido em 2014, sendo o primeiro de uma Comunidade Econômica Regional (CER) da União Africana. Desde então, a EAC tem fornecido apoio a outras CER, como a SADC, para estabelecer iniciativas semelhantes. O Scorecard do RMNCAH monitora o progresso alcançado pelos Estados parceiros na implementação de medidas relacionadas à saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e adolescente, em conformidade com os compromissos globais, continentais e regionais.

O *scorecard* de saúde da EAC tem evoluído ao longo dos anos, ampliando seu foco inicial na saúde da mulher e da criança para abranger uma ampla gama de questões regionais de saúde na EAC, incluindo pandemias e financiamento da saúde. Além da digitalização do *scorecard*, a Secretaria da EAC estabeleceu um Grupo de Trabalho de especialistas em Saúde Digital, Dados, Tecnologias e Inovação (DIDATI), composto por uma equipe multidisciplinar de profissionais com *expertise* em tecnologia no setor de saúde. O Grupo de Trabalho é responsável por rever e dar orientação técnica para vários sistemas regionais de saúde digital da EAC.

## **Na corda bamba de sombrinha: as presidências rotativas da UE e o Acordo UE-Mercosul**

***Ana Helena Gigliotti de Luna Freire***

Neste fórum, já tive oportunidade de manifestar minha descrença em relação à implementação do acordo EU-Mercosul. E, nesta quinzena, meu sentimento ficou ainda mais forte, com [enfraquecimento da agenda ambiental no Brasil](#) e a [sua retirada da adesão ao Acordo de Compras Governamentais da OMC](#). Falo isto por que os dois temas estão presentes nas cláusulas do pretendido acordo entre os blocos.

A questão ambiental já vinha sendo tratada como um possível empecilho à ratificação ainda este ano. Isto por que desde 2019, quando o acordo foi fechado pelo governo Bolsonaro, a situação ambiental no Brasil piorou com o avanço do desmatamento e do garimpo ilegal. Além deste déficit, em abril os europeus apresentaram uma proposta de acordo no qual o Brasil assumiria compromissos outros que extrapolavam o Acordo de Paris. O Itamaraty considerou a proposta como inadequada e negociadores brasileiros argumentaram que a nova administração brasileira estava empenhada na proteção ambiental e na queda do desmatamento. Contudo, a “nova administração” brasileira ainda conta com uma composição parlamentar descomprometida com a causa ambiental. Recentemente, este cenário, que já não era favorável, piorou com a aprovação de medidas que enfraquecem o Ministério do Meio Ambiente e comprometem os compromissos do Brasil na questão climática.

A questão comercial das compras governamentais também abala as negociações do Acordo UE-Mercosul, por trazerem mais um forte sinal de que o Brasil não está disposto a abrir suas licitações para a concorrência de empresas estrangeiras. A proposta do Acordo de Compras Governamentais da OMC, prevê a abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras participarem de licitações públicas, nas mesmas condições de companhias locais, em bases não discriminatórias. Aderindo ao Acordo, o Brasil se comprometeria a abrir suas licitações para empresas estrangeiras.

Para a presidência de Lula, as compras governamentais são um veículo para estímulo à indústria nacional em diferentes setores, como o da saúde. Tal Acordo, colocaria em xeque o projeto brasileiro do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), por exemplo. O texto atual do Acordo UE-Mercosul, traz cláusulas de compras governamentais, que permitem que empresas europeias possam participar de licitações públicas, concorrendo em pé de igualdade com as empresas nacionais. No setor da saúde, além de comprometer a estratégia do CEIS, tal concorrência aumentaria a vulnerabilidade do SUS e a nossa dependência de fornecedores estrangeiros.

A União Europeia se prepara para receber uma nova presidência rotativa em seu Conselho, mas tem preocupações com as 3 próximas presidências rotativas, até o final de 2024. Isto porque: a Espanha antecipou suas eleições gerais para o mesmo mês em que assume a presidência; a Bélgica, que assume entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2024, vai ter que conduzir as eleições legislativas para o Parlamento Europeu; e a Hungria, de Viktor Orbán assume a presidência rotativa no segundo semestre de 2024.

A Espanha, que assume a presidência rotativa da UE em 1º de julho, realizou eleições regionais e municipais, com notável crescimento do partido de extrema-direita, Vox. Em relação ao último pleito, o partido triplicou o número de eleitos para as câmaras municipais e regionais. De maneira geral, as eleições foram vencidas pelo Partido Popular - de direita -, mas os

resultados apontam que a governabilidade dependerá de coalisões e alianças precisarão ser feitas com a extrema direita. [Na avaliação de Jamil Chade, o Partido Socialista de Pedro Sánchez foi o grande derrotado.](#)

Na sequência deste decepcionante desempenho do partido socialista, o chefe do governo espanhol, Pedro Sánchez, anunciou a antecipação das eleições gerais legislativas - inicialmente previstas para final de dezembro -, para o dia 23 de julho. Na visão de François Rimeu, estrategista sênior do La Française AM, “com as eleições parlamentares marcadas para 23 de julho, a situação política na Espanha tem dois meses para ser esclarecida. O Partido Popular, partido histórico de direita que venceu as eleições regionais e municipais, provavelmente terá que esclarecer sua posição em relação ao Vox, partido de extrema-direita. Enquanto isso, [a aposta do presidente Sánchez acontece porque a proximidade entre o Partido Popular e o Vox leva os espanhóis a votar na esquerda histórica](#) para impedir que o Vox chegue ao poder.”

[A antecipação das eleições espanholas atinge em cheio o início de sua gestão na presidência rotativa da UE, podendo trazer risco ao avanço de políticas a nível comunitário.](#)

Analistas veem com preocupação a decisão de Sánchez, cuja aposta corre o risco de repercutir em Bruxelas, com consequências para os 27 membros da UE, e comprometer o papel da presidência espanhola na UE. A presidência do Conselho da UE confere a um país a prerrogativa de definir a ordem de trabalhos, organizar reuniões ministeriais, dirigir negociações, redigir textos de compromisso, marcar votações sobre dossiês importantes e falar em nome de todos os Estados-membros perante o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. Estes poderes acrescidos representam uma oportunidade para o país provar a sua destreza diplomática, influenciar o debate político e mostrar a sua riqueza cultural e natural ao resto do bloco.

Aliados de Sánchez vieram a público acalmar os receios e dissipar quaisquer rumores sobre o cancelamento da presidência espanhola. Contudo, na prática, a primeira consequência [já se manifesta com o adiamento do discurso de alto nível perante o Parlamento Europeu, no qual deveria revelar as prioridades da presidência espanhola do Conselho da UE.](#) Inicialmente previsto para acontecer em 13 de julho, em função da antecipação das eleições, o discurso será postergado para setembro. É habitual o líder do país que preside o Conselho, proferir um discurso perante o Parlamento Europeu, apresentando as prioridades políticas para o mandato de seis meses. A decisão de Sánchez lança novas dúvidas sobre a capacidade da Espanha para cumprir, efetivamente, as responsabilidades associadas à presidência, uma vez que o governo estará imerso na campanha eleitoral.

[Outra preocupação da UE é a presidência rotativa da Hungria, prevista para o segundo semestre de 2024.](#) O Parlamento Europeu tem dúvidas de que o governo autocrático e populista da Hungria seja capaz de liderar a presidência do Conselho. O Parlamento já começou a agir e aprovou uma resolução não vinculativa que apela ao Conselho Europeu para que encontre uma solução que impeça o governo de Viktor Orbán de assumir a liderança das reuniões ministeriais, o diálogo com as instituições para aprovar a legislação e a representação diplomática com parceiros externos.

O principal argumento é que a qualidade do trabalho legislativo possa ser afetada sob a liderança de um regime iliberal que está em contencioso com as instituições europeias, sobretudo porque a sua presidência semestral começa a 1 de julho, menos de um mês após as eleições europeias (6-9 de junho de 2024). Os eurodeputados consideram que algumas posturas de Viktor Orbán o tornam inadequado para o cargo. Dentre elas está a promessa de manter os

laços com o presidente russo, Vladimir Putin, e a postura de bloqueio de várias medidas que devem ser tomadas por consenso, recorrendo muitas vezes à ameaça de veto. O governo húngaro rejeitou as críticas do Parlamento Europeu, insistindo que tem bons planos para a presidência rotativa e que são os eurodeputados que se mostram antidemocráticos.

A extrema-direita vem crescendo na Europa, mas nesta quinzena deu sinais de esgotamento. [Em Varsóvia, capital da Polónia, milhares de pessoas foram às ruas protestar contra o governo ultraconservador.](#) Cidadãos poloneses expressaram seu repúdio ao governo do Partido Lei e Justiça (PiS), liderado pelo político Jaroslaw Kaczynski, ex-primeiro-ministro polaco. Eles são acusados de minar a independência do Judiciário, implementar políticas contra mulheres e minorias, distorcer a história, fazer uso do nacionalismo para sufocar a oposição e lançar críticas à União Europeia.

Com eleições previstas para o final do ano, num momento em que os partidos começam a preparar a campanha para as eleições - nas quais o PiS aparece à frente nas sondagens, embora provavelmente precise de uma coligação para governar - [o Presidente polaco, Andrzej Duda, aprovou uma lei para investigar a influência russa nos últimos anos,](#) embora a iniciativa ainda tenha de tramitar pelo Tribunal Constitucional. As decisões dessa comissão podem ser usadas para excluir cidadãos de cargos públicos, incluindo políticos, sem a revisão de um juiz independente: políticos poderão ser afastados pelos seus pares sem que decisão passe pela Justiça. A medida pode vir a impedir candidatos de concorrer às próximas eleições legislativas. A União Europeia ameaça agir contra a Polónia.

[O comissário europeu para a Justiça, Didier Reynders, pronunciou-se sobre a entidade, que admite representar uma "uma preocupação especial".](#) Ele garante que a Comissão Europeia "vai analisar a legislação, mas não hesitará em tomar medidas, se for necessário, porque é impossível chegar a acordo sobre um sistema deste tipo sem um verdadeiro acesso à justiça por parte de um juiz independente contra uma decisão administrativa".

A quinzena não contou com pronunciamento da OMS Europa, mas trouxe importante comunicado de imprensa alusivo ao [Dia da Higiene Menstrual](#), celebrado em 28 de maio. No comunicado, a Organização apela aos países que forneçam serviços adequados de água e saneamento nas escolas, incluindo melhores instalações de higiene menstrual e educação sobre saúde menstrual. De acordo com o comunicado, tais intervenções escolares são cruciais e fundamentais para a saúde, bem-estar e dignidade, bem como para garantir a equidade de gênero e oportunidades iguais de aprendizagem.

O documento prossegue alertando para o fato de que a má higiene menstrual pode levar a infecções do trato urinário ou reprodutivo e afetar o bem-estar dos alunos. As meninas podem evitar frequentar a escola durante o período, devido ao medo de intimidação e instalações sanitárias inadequadas. Em muitos países da Região Europeia da OMS, a falta de privacidade e as portas ou cubículos inadequados dos banheiros representam um desafio para as meninas durante o período menstrual. A falta de produtos menstruais acessíveis também é apontada como um potencial problema.

Embora o custo dos produtos menstruais tenha caído após a redução do imposto sobre valor agregado na Alemanha, a faixa etária mais jovem pesquisada (16 a 24 anos) disse que gastar com esses produtos representa um fardo financeiro para eles. Uma pesquisa realizada pela instituição de caridade infantil Plan International UK em 2017 mostrou que 1 em cada 10 meninas no Reino Unido não podia comprar produtos de higiene menstrual, o que afetava sua

frequência escolar. O país tomou medidas para tornar esses produtos mais disponíveis e acessíveis.

O comunicado reporta a junho de 2022, quando a OMS pediu que a saúde menstrual fosse reconhecida, enquadrada e abordada como uma questão de saúde e direitos humanos durante a 50ª sessão da discussão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre gestão de higiene menstrual, direitos humanos e igualdade de gênero. A OMS disse que é essencial reconhecer que a saúde menstrual significa acesso a informações e educação sobre ela, produtos menstruais, bem como água e saneamento e instalações de descarte, entre outras coisas.

## O planeta está severamente doente, mas isso não importa. O escorpião está seguindo sua natureza

Lúcia Marques

*Bilhões de dólares estão sendo investidos no conflito na Ucrânia e gastos para atender a milhões de refugiados ucranianos na Europa, mas não vemos nenhuma mobilização semelhante de compaixão pelas pessoas dos países em desenvolvimento que sofrem com a enorme dívida externa, as terríveis consequências da pandemia da COVID-19, a inflação, as quedas do mercado de ações, a disparada dos custos de transporte e assim por diante.<sup>121</sup>*

Uma pesquisa publicada na [Nature](#) mostra que ultrapassamos sete dos oito limites de segurança estabelecidos cientificamente e entramos na “zona de perigo”, incluindo clima, ecossistemas e água doce, o que impacta diretamente o bem-estar humano - o fluxo de água é um dos oito indicadores de saúde global utilizados na análise.<sup>122</sup>

O estudo introduz a justiça em todos os sentidos<sup>123</sup>. “Propomos um conjunto de limites seguros e justos do sistema terrestre (ESBs) para o clima, a biosfera, a água doce, os nutrientes e a poluição do ar em escala global e regional. Esses domínios foram escolhidos pelos seguintes motivos. Eles abrangem os principais componentes do sistema terrestre (atmosfera, hidrosfera, geosfera, biosfera e criosfera) e seus processos interligados (ciclos do carbono, da água e dos nutrientes), os *bens comuns globais* que sustentam os sistemas de suporte à vida do planeta e, conseqüentemente, o bem-estar humano na Terra; têm impacto nos prazos relevantes para as políticas; estão ameaçados pelas atividades humanas; e podem afetar a estabilidade do sistema terrestre e o desenvolvimento futuro globalmente”.<sup>124</sup>

Mesmo que os dados científicos e relatórios publicados por pesquisadores, comissões multidisciplinares de organismos internacionais e organizações da sociedade civil não fossem suficientes para convencer governos e gestores, os eventos climáticos extremos que assolam o planeta – secas, inundações, tempestades violentas, derretimento de geleiras, incêndios - seriam indicadores de algo saiu do controle. Mas a urgência não está em salvar o planeta.

Em Paris, a segunda rodada de negociações para um tratado na ONU sobre plásticos, previsto para ficar pronto até 2024, recebeu um banho de água fria. Em meio à corrida dos países para aprofundar questões substanciais do acordo, um grupo de nações, incluindo grandes

---

<sup>121</sup> José Manuel Ramos-Horta, presidente de Timor-Leste

<https://sputniknewsbrasil.com.br/20230604/presidente-de-timor-leste-compara-papel-da-china-no-sul-global-com-o-da-urss-no-seculo-xx-29091855.html>

<sup>122</sup> [Riscos "colossais": Terra está bastante doente em diversas fronteiras ecológicas, alerta estudo na Nature | Clima | Um só Planeta \(globo.com\)](#)

<sup>123</sup> Justiça interespecies e estabilidade do sistema terrestre; justiça intergeracional, entre as gerações passada e presente, e as gerações presentes e futuras; e justiça intrageracional, entre países, comunidades e indivíduos.

<sup>124</sup> Este trabalho é um resultado da Earth Commission, uma iniciativa internacional independente de avaliação científica organizada pela Future Earth (<https://earthcommission.org/>). A síntese aqui apresentada baseia-se em trabalhos recentes da Comissão da Terra; outras literaturas científicas, como os PBs; relatórios intergovernamentais, como os do IPCC; e diretrizes da Organização Mundial da Saúde. Como componente científico da Global Commons Alliance (<https://globalcommonsalliance.org/>), a teoria de mudança da Comissão da Terra inclui fornecer nossos resultados sobre ESBs para a Rede de Alvos Baseados em Ciência, o Laboratório de Mudança de Sistemas e o QG da Terra.

produtores de combustíveis fósseis, matéria-prima para a fabricação de plástico, como a Arábia Saudita e um grupo de economias emergentes como China, Índia e Rússia pressionaram para manter vetos<sup>125</sup> nas negociações do tratado de plástico e resolveram mergulhar em debates processuais que pareciam ter sido sanados no primeiro encontro da ONU sobre o tema, em dezembro passado, no Uruguai.<sup>126</sup>

A divergência gerou atrasos mas, finalmente, os 175 países concordaram em desenvolver, até novembro, um primeiro rascunho do que pode se tornar o primeiro tratado global para reduzir a poluição plástica até o final do próximo ano. O acordo abordará o ciclo de vida completo do plástico, abordando disposições técnicas, desde o design do produto até a gestão ambientalmente correta de resíduos, e deverá reconhecer ainda a contribuição dos trabalhadores de coleta e cooperativas na reciclagem em muitos países.

A poluição plástica é uma grande ameaça aos ecossistemas, ao clima e à saúde e ao bem-estar humano. Globalmente, segundo dados da ONU, 46% dos resíduos plásticos são depositados em aterros, 22% são mal geridos e transformam-se em lixo, 17% são incinerados e 15% são coletados para reciclagem, com menos de 9% realmente reciclados.

Os plásticos são onipresentes em nossas vidas diárias e a produção global [de plástico disparou](#) desde sua comercialização na década de 1950<sup>127</sup>. A produção global de plásticos foi estimada em 390,7 milhões de toneladas em 2021, um aumento anual de quatro por cento. A incrível versatilidade deste grupo de materiais explica o crescimento contínuo da produção ano após ano. Em 2015, produzimos plásticos quase iguais ao peso combinado de toda a população humana. Se continuarmos como de costume, a quantidade de resíduos plásticos produzidos globalmente dobrará para 430 milhões de toneladas métricas em 2040 e o plástico dos oceanos superará todos os peixes no mar até 2050, causando a morte de espécies, danificando ecossistemas inteiros e acelerando as mudanças climáticas.

Paralelamente a esse crescimento, o [valor de mercado dos plásticos também continua a crescer](#). Os plásticos são produzidos com petróleo e gás e, à medida que o mundo começa a se mover para a eletricidade verde, a indústria os vê como uma tábua de salvação para seus negócios.

Como na fábula, o escorpião está seguindo sua natureza.<sup>128</sup>

Outro exemplo de “suicídio global” é o aumento nos investimentos em armamentos e novas tecnologias militares que movimenta bilhões de dólares. Só a Austrália planeja gastar cerca de US\$ 21 bilhões na produção de mísseis de combate, segundo o portal [Strategist](#) do Instituto Australiano de Política Estratégica.

---

<sup>125</sup> [Disputa sobre poder de veto trava negociações sobre tratado de Paris \(climatechangenews.com\)](#)

<sup>126</sup> [Divergências entre países atrasam negociação global sobre tratado de plástico em Paris | Sociedade | Um só Planeta \(globo.com\)](#)

<sup>127</sup> [A Ásia é o maior produtor de plásticos do mundo](#). Só a China respondeu por 32% da produção global em 2021. Nos últimos anos, a China produziu entre seis e 12 milhões de toneladas métricas de produtos plásticos por mês. A América do Norte ocupa o segundo lugar mundial em termos de produção de plástico, com uma participação de 18% em 2021.

<sup>128</sup> Fábula de autor desconhecido provavelmente inspirada em fábulas da [Panchatantra](#) – fábulas indianas com animais. Um escorpião pede a um sapo que o leve através de um rio. O sapo tem medo de ser picado durante a viagem, mas o escorpião argumenta que se picar o sapo, ambos vão se afogar. O sapo concorda e começa a carregar o escorpião. No meio do caminho, o escorpião ferroa o sapo, condenando ambos à morte. Quando o sapo pergunta por que, o escorpião responde que esta é a sua natureza.



Como [escreveu](#) Mogens Lykketoft, ex-presidente da UNGA70 (2015), economista dinamarquês, “ a mudança climática é nossa pior ameaça existencial, a menos que eliminemos toda a civilização em uma guerra nuclear. A paz e a estabilidade econômica para o resto do século 21 dependem de os Estados Unidos e a China poderem controlar sua rivalidade e, juntos, liderar o caminho na cooperação internacional.<sup>129</sup>

O novo cenário mundial e as novas dinâmicas geopolíticas, bem como questões econômicas praticamente acabaram com o "ambiente amigável e de cooperação" entre os países, dando lugar a um local de competição entre as grandes potências. E, como disse o Primeiro-Ministro James Marape, de Papua Nova Guiné ao premier indiano, Narendra Modi, “somos vítimas do jogo de poder global” instando a Índia a servir como a voz do Sul Global no G-7 e no G-20.<sup>130</sup>

### **Plástico, o vilão. Mas também pode ser uma solução para resiliência na Ásia. Será?**

O sul da Ásia luta contra a poluição por plásticos. Segundo o Banco Mundial, a região [lidera o mundo em despejo](#), a céu aberto de resíduos, com 334 milhões de toneladas por ano, das quais 40 milhões são de plástico. Sem ação, o sul da Ásia dobrará seus resíduos mal gerenciados para 661 milhões de toneladas métricas por ano até 2050, dando à região a indesejada distinção como um dos principais produtores mundiais de poluição plástica. Além disso, a fabricação de plásticos leva a emissões de gases de efeito estufa e, conseqüentemente ao [aumento do nível do mar e o colapso ecológico](#), ameaçando os ambientes. Os países do sul da Ásia correm um risco maior de impactos severos das mudanças climáticas.

Correndo contra o tempo, pesquisadores, organizações não governamentais e empreendedores em todo o mundo buscam encontrar soluções inovadoras para os resíduos plásticos. E uma das iniciativas virou tema de um novo relatório do Banco Mundial. O [Plastic Waste in Road Construction: A Path Worth Paving?](#) examina o conhecimento científico atualmente disponível sobre o reaproveitamento de resíduos plásticos não recicláveis para a construção de estradas, protegendo a saúde humana e o meio ambiente.<sup>131</sup>

Se o lixo plástico puder ser usado para construir infraestruturas essenciais, contribuirá para um planeta mais limpo. No entanto, existem lacunas significativas de conhecimento sobre as considerações ambientais dos plásticos reciclados na construção de estradas, por exemplo.

A ideia é substituir [os polímeros virgens](#) – amplamente utilizados para modificar o betume, um material de ligação na construção de estradas – como um sumidouro final útil para plásticos não reciclados. Se seguirmos esse caminho – e supondo que aproximadamente [uma tonelada de plástico](#) seja necessária para um quilômetro de estrada – ela tem o potencial de desviar 57.803 recipientes de alimentos de uso único, 2,5 milhões de canudos ou 166.667 sacolas de supermercado de uso único de se tornarem resíduos oceânicos. Além disso, espera-se que as estradas de plástico também produzam reduções de GEE: um quilômetro de estrada de plástico [economiza aproximadamente três toneladas de dióxido de carbono](#), em comparação com a incineração de resíduos plásticos.

---

<sup>129</sup> [Escreve](#) Mogens Lykketoft, ex-presidente da UNGA70 (2015), economista dinamarquês.

<sup>130</sup> Fórum para a Cooperação das Ilhas do Pacífico na Índia (FIPIC). <https://www.thehindu.com/news/national/pm-modi-underlines-importance-of-free-and-open-indo-pacific-at-fipic-summit-in-papua-new-guinea/article66879690.ece>

<sup>131</sup> ['Estradas de plástico' feitas de lixo: um caminho que vale a pena pavimentar para o sul da Ásia? \(worldbank.org\)](#)

Estradas pavimentadas sólidas, que são vitais para a agenda de desenvolvimento, ainda estão faltando em muitos países em desenvolvimento de rápido crescimento em todo o sul da Ásia. As estradas são o coração da atividade econômica e social, bem como do comércio, ligando os produtores aos consumidores, as pessoas aos empregos, as crianças às escolas e os doentes aos hospitais, impulsionando assim a atividade econômica e reduzindo a pobreza. Se o lixo plástico pode ser usado para construir infraestrutura essencial, podemos fornecer transporte aos cidadãos e contribuir para um planeta mais limpo.

Mas, como aponta o relatório, há uma ressalva. Ainda não sabemos o que não sabemos.

Embora o uso de plásticos reciclados na construção de estradas não seja novo, o conceito não passou pelo rigor e disciplina de avaliar suas considerações ambientais. A Índia liderou a construção de estradas de plástico, patenteando um método de construção de estradas [de plástico](#), em 2006. Desde então, a Índia construiu [mais de 2.500 km.](#) de estradas de plástico e, globalmente, as estradas de plástico estão proliferando em mais de 15 países, com projetos sendo testados ou em construção.

O relatório traz pontos que ainda precisam ser examinados por meio de pesquisas científicas rigorosas:

- Embora as estradas convencionais e o desgaste [dos pneus constituam uma fonte significativa de microplásticos](#), a geração de microplásticos a partir de estradas de plástico especificamente precisa ser melhor compreendida.
- O potencial de lixiviação de aditivos plásticos e especificações de engenharia, como resistência a rachaduras, precisam ser minuciosamente estudados.
- É necessário desenvolver orientações para proteger a saúde ocupacional dos trabalhadores contra a geração e inalação de partículas perigosas durante o processamento de plásticos a alta temperatura.

### **Bangladesh: enfrentando choques climáticos com estradas resilientes e de plástico**

Incorajado por um [piloto curto bem-sucedido](#) com a construção de uma estrada rural que mistura betume a resíduos plásticos, Bangladesh, um dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas, está explorando o uso de material resiliente, incluindo resíduos plásticos, para construir estradas em oito de suas divisões administrativas. O objetivo é estudar se essas estradas resistem melhor aos choques de desastres naturais e realizar pesquisas científicas inéditas para medir e monitorar até que ponto os microplásticos – se houver – em estradas de plástico causam danos ambientais.

Com apenas dois terços do país a menos de 15 metros acima do nível do mar e com marés altas reivindicando mais terra a cada ano, Bangladesh está cada vez mais suscetível a eventos climáticos extremos. As estradas rurais, uma tábua de salvação para os bengaleses, tornam-se intransitáveis, dificultando levar assistência aos locais atingidos. O primeiro piloto modesto na estrada de plástico mostrou-se promissor: a estrada de plástico resistiu aos danos das inundações, resistiu ao sangramento do betume nos verões mais quentes, foi mais rentável para construir do que apenas usar betume e uma saída mais limpa para resíduos plásticos perigosos do que aterros sanitários em excesso.

Embora as lacunas de conhecimento permaneçam, o uso de resíduos plásticos nas estradas pode evitar que uma parcela significativa de resíduos plásticos não recicláveis se torne um poluente em grande escala no meio ambiente. **Mas, segundo o [relatório](#) do Banco Mundial,**

tentar resolver uma crise enquanto acrescenta outra – microplásticos - não é a resposta. “Pesquisas baseadas em evidências e tempo, conduzidas simultaneamente com projetos-piloto como o de Bangladesh, podem nos dizer se as estradas de plástico são um caminho que vale a pena pavimentar.”

## NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

“Somos vítimas do jogo de poder global e queremos que você seja um defensor nosso e participe dessas reuniões”, disse o Primeiro-Ministro James Marape, de Papua Nova Guiné ao premier indiano, Narendra Modi, instando a Índia a servir como a voz do Sul Global no G-7 e no G-20.<sup>132</sup>

### Por que a Coreia do Sul realizou uma cúpula com líderes do Pacífico?

Essa pergunta esteve presente em muitas matérias que cobriram a primeira [Cúpula Coreia-Ilhas do Pacífico](#), realizada em Seul, neste final de maio, que lançou a Estratégia Indo-Pacífico do ROK (Coreia do SUL), a primeira estratégia regional abrangente da diplomacia coreana.



A pergunta vem porque a Coreia do Sul não tem tradicionalmente desempenhado um papel significativo na região.<sup>133</sup> Embora seja um [parceiro de diálogo do Fórum das Ilhas do Pacífico](#), apenas 0,3% das importações da Coreia vêm da região, principalmente das Ilhas Marshall, Nova Caledônia, Papua Nova Guiné e Tonga.

Como seu aliado mais próximo, os EUA, e seus parceiros, incluindo Austrália, Japão e Índia – membros do QUAD -, a Coreia adotou recentemente uma estratégia Indo-Pacífico, como forma de se concentrar mais na parte 'Pacífico' daquela região. Em sua [Estratégia para uma região Indo-Pacífica livre, pacífica e próspera](#), lançada em dezembro de 2022, o governo coreano aponta que vai “aumentar nosso envolvimento com os países insulares do Pacífico com quem compartilhamos o Oceano Pacífico”.

Sendo assim, a Cimeira Coreia – Ilhas do Pacífico, sob o tema "Navegando para a Co Prosperidade: Fortalecendo a Cooperação com o Pacífico Azul", reuniu líderes dos Membros do Fórum das Ilhas do Pacífico para uma troca de pontos de vista para a realização de um Pacífico

<sup>132</sup> Fórum para a Cooperação das Ilhas do Pacífico na Índia (FIPIC).

<https://www.thehindu.com/news/national/pm-modi-underlines-importance-of-free-and-open-indo-pacific-at-fipic-summit-in-papua-new-guinea/article66879690.ece>

<sup>133</sup> <https://www.aspistrategist.org.au/why-did-south-korea-invite-pacific-leaders-to-a-summit-and-why-did-they-go/>

livre, pacífico e próspero. Através da cooperação ganha-ganha entre a estratégia de desenvolvimento de longo prazo dos países das Ilhas do Pacífico, a Estratégia 2050 para o Continente Pacífico Azul<sup>134</sup> e a nossa Estratégia Indo-Pacífico, procuramos criar uma sinergia.

Em particular, por meio dos projetos de Resiliência, Reforço e Revitalização com as Ilhas do Pacífico, visando melhorar a cooperação prática entre a Coreia e as Ilhas do Pacífico, países vizinhos do outro lado do Oceano Pacífico. “Trabalharemos juntos para enfrentar os desafios transfronteiriços e alcançar a prosperidade compartilhada. Isso nos permitirá fortalecer nossa diplomacia de contribuição de uma maneira alinhada com nossa força nacional e, de fato, expandir nossos horizontes diplomáticos para abranger o Oceano Pacífico, que agora tem maior importância do que nunca”, enfatizou o Ministro de Negócios Estrangeiros, Park Jin, em seu [discurso de boas-vindas](#).

A Coreia é um parceiro atraente para os países insulares do Pacífico — altamente desenvolvido, democrático e um conhecido defensor da ação climática global. Na cúpula, a Coreia concordou em dobrar sua assistência ao desenvolvimento para a região e desenvolver a cooperação em segurança nas áreas marítima, climática, energética, cibernética e de saúde.

Como apontam analistas, um maior envolvimento com a Coreia também oferece aos países insulares do Pacífico outra opção de parceria à medida que navegam no ambiente estratégico cada vez mais polarizado. De fato, a Coreia aprendeu da maneira mais difícil, durante a Guerra da Coreia, o que significa ser pego no meio da competição de grandes potências - uma lição da qual é lembrada diariamente ao olhar para a zona desmilitarizada da Coreia do Norte com armas nucleares. A Coreia, portanto, pode ter informações valiosas para compartilhar com os países insulares do Pacífico, que expressaram inquietação sobre os impactos potenciais da competição estratégica em sua região. Embora a Coreia seja aliada dos EUA, ela adotou uma política de [diplomacia flexível](#) para evitar cuidadosamente apostar tudo nas iniciativas americanas destinadas a conter a China. Por exemplo, a administração progressista anterior de Moon Jae-in decidiu não buscar a adesão ao Quad, e o atual governo conservador de Yoon Suk-yeol limitou seu alcance com o Quad a questões de segurança específicas. A Coreia também indicou que sua prioridade seria se defender contra a Coreia do Norte em vez de ajudar os EUA no caso de uma guerra no Estreito de Taiwan.

A [Estratégia Indo-Pacífico da Coreia](#), assim como o [Indo-Pacific Outlook da ASEAN, a visão da Índia para o Indo-Pacífico](#) e o [plano Indo-Pacífico do Japão](#), enfatiza a necessidade de 'inclusão' - um conceito ausente das estratégias Indo-Pacífico dos EUA e Austrália. Isso reflete que a Coreia compartilha a percepção de seus vizinhos asiáticos - e de muitos países insulares do Pacífico -: eles não podem arcar com a mesma abordagem de contenção à China.

Acontecendo logo após a terceira cúpula do [Fórum para a Cooperação Índia-Ilhas do Pacífico](#) e o [diálogo dos líderes do Fórum EUA-Ilhas do Pacífico](#) – que aconteceu pouco antes da Cúpula do G7 -, a cúpula da Coreia também demonstra a eficácia da diplomacia coletiva dos países insulares do Pacífico, sob os auspícios do [Fórum das Ilhas do Pacífico](#).

---

<sup>134</sup> Os líderes do Fórum adotaram formalmente a narrativa do Pacífico Azul em seu [comunicado de 2017](#) para representar “um compromisso de política externa de longo prazo do Fórum para agir como um Continente Azul” e para facilitar uma diplomacia assertiva do Pacífico. E eles incentivaram com sucesso os estados parceiros a adotar a linguagem da narrativa do Pacífico Azul e prometer seu apoio à [estratégia de 2050 do fórum](#) para o continente do Pacífico Azul. A estratégia 2050 enfatiza que os países insulares do Pacífico busquem parcerias inclusivas.

## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

**Anna Carole D'Amelio** - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Caio Murta** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Ell** - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Erica Kastrup** – Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutoranda em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, graduada em Direito e em Comércio Exterior, especialista em Gestão de Organizações de C&T e mestre em Direito Internacional – UERJ

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Gisele Sanglard** - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

**Harim Baek** - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Juliana Ubarana** – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Morais** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**René Mendes** - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP Baixada Santista; Membro da Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

**Regina Ungerer** - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Rômulo Paes de Sousa** - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

**Samia de Brito** - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz M

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2023**

**14 de junho – *Agenda da Saúde Global: A 76ª. Assembleia Mundial da Saúde***

**28 de junho – *Quo vadis, Covid-19 e outras emergências?***

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>



## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 09/2023**

***Período de 23 de maio a 5 de junho de 2023***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 06 de junho de 2023.**

**173 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**